Revista Terceira Margem

AMAZÔNIA

Memória e Ação Política do Campesinato na Amazônia

20



TERCEIRA MARGEM
AMAZÔNIA

ISSN
versão online: 2525-4812
versão impressa: 2238-7641

Revista Terceira Margem

AMAZÔNIA

Memória e Ação Política do Campesinato na Amazônia

20

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda
João Paulo Santana Maciel
Lindomar de Jesus de Sousa Silva
(Organizadores)

Volume 8 – Número 20
Manaus, AM
2023

REVISTA TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

Memória e ação política do campesinato na Amazônia

Editora Responsável pela Edição

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda

Organização da Edição

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda
João Paulo Santana Maciel
Lindomar de Jesus de Sousa Silva

A presente edição está sob a responsabilidade do grupo de pesquisa: Agricultura Familiar, Inovação, Sustentabilidade e Ruralidade, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e liderado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Ocidental).

Corpo Técnico e Científico

Adriano Premebida – UFRGS

Alberjamere Pereira de Castro – Ufam

Alison Castilho – IEB

Ana Luisa Araújo de Oliveira – UFRGS

Ana Maria O. Tancredi Carvalho – UFPA

Antônio Carlos Witkoski – Ufam

Armando Lírio de Souza – UFPA

Carla Kelen de Andrade Moraes – Ufra

Carlos Edwar de Carvalho Freitas – Ufam

Cloves Farias Pereira – Ufam

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo – UEA

Céline Raimbert – Creda/ReVue Rita

César Barreira – UFC

Edane França Acioli – IEB

Elimar Pinheiro do Nascimento – UNB

Farid Eid – UFPA

Francimara Souza da Costa – Ufam

Genival Carvalho – (In memoriam)

Gilmar Antônio Meneghetti – Embrapa

Gutemberg Guerra – NCADR /UFPA

Heloísa Fernandes – USP

Henrique dos Santos Pereira – Ufam

Jeronimo Alves dos Santos – UFSCar

Jocilene Gomes da Cruz – UEA

Josep Point Vidal – NAEA/UFPA

José Aroudo Mota – Ipea

José Camilo Ramos de Souza – UEA

José Guilherme de Carvalho – Fase

José Odair Pereira – Ufam

José Olenilson Pinheiro – Embrapa

João Paulo S. Maciel – Seduc/MA

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt – Ufam

Leonardo Malcher – UFPA

Lindomar de Jesus de Sousa Silva – Embrapa

Manoel Carlos Silva – Universidade do Minho

Marcos Filipe Alves Salame – Embrapa

Maria Albenize Farias Malcher – IFPA

Maria do Socorro Ferreira – Embrapa

Maria Goretti da C. Tavares – UFPA

Maria Inês Gasparetto Higuchi – Ufam

Maria Luana Araújo Vinhote – Ufam

Maria Marize Duarte – Uepa

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão – Ufam

Maria Teresa Gomes Lopes – Ufam

Marilene Corrêa da Silva Freitas – Ufam

Mario Vasconcellos Sobrinho – UFPA

Martine Droulers – CNRS/Creda

Marília Gabriela Gondim Rezende – Ufam

Maurilio de Abreu Monteiro – UNIFESSPA

Mauro André Castro – UFPA

Miguel Pacífico Filho – UFT

Milton Cordeiro F. Filho – Numa/UFPA

Ocimar Marcelo Souza de Carvalho - Uepa

Pedro Chaves Baía – IFPA

Rafael Gastal Porto – Embrapa

Roberto Araújo Martins – NAEA/UFPA

Roberto Marinho A. Silva – UFRN

Rogerio Almeida – Ufopa

Romero Ximenes – UFPA

Rosa Rocha – Gespafir/CNPq

Saint-Clair C. da Trindade Júnior – NAEA/UFPA

Saulo Baptista – Uepa

Spartaco Astolfi Filho – Ufam

Suzy Cristina Pedroza da Silva – Ufam

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – Ufam

Tânia N. O. Miranda – GMSECA/Uepa

Vilma Barban – Instituto Pólis

Equipe Técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica:
Gleise Maria Teles de Oliveira

Revisão de texto: Maria Perpétua Beleza Pereira

Normalização bibliográfica: Maria Augusta Abtibol Brito de Sousa

Secretaria: Alessandro Carvalho

Sistema eletrônico e publicação digital: Marcos Filipe Alves Salame

Fotos da capa: Tânia Nazarena de Oliveira Miranda e André Carlos de O. Rocha

11ª edição
Publicação digital (2023)

Contatos

Revista Terceira Margem Amazônia
Rodovia AM-010, Km 29, Estrada Manaus/Itacoatiara
Caixa Postal 319
Fone: (92) 3303-7919
Celular e Whatsapp: (92) 99462-6782
69010-970 – Manaus, AM
E-mails: editor@revistaterceiramargem.com / revistaterceiramargemamazonia@gmail.com

Submissão de artigos
Homepage da revista: www.revistaterceiramargem.com

Revista Terceira Margem Amazônia é um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, que estimulem o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribuam para a produção de conhecimentos sobre a região. A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

Indexadores

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Revista Terceira Margem Amazônia / Embrapa Amazônia Ocidental. – v. 8, n. 21, 2023. – Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2023.
v. il. : 23 cm.

Semestral
Memória e Ação Política do Campesinato na Amazônia, Manaus, 2023.
ISSN versão online: 2525-4812 / versão impressa: 2238-7641
O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em agosto de 2012.

1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Ciências Sociais Aplicadas – Periódicos. I. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 59., 2022, Manaus. I. Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo, 6., 2022, Manaus. III. Embrapa Amazônia Ocidental.

CDD 330.005

Maria Augusta Abtibol Brito de Sousa (CRB-11/420)
© 2023

Sumário

Editorial.....7

Agradecimentos.....9

Apresentação.....11

Corpus

Artigos

Ações coletivas e resistências camponesas no contexto de expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense.....15

Éberton da Costa Moreira, Heribert Schmitiz

O movimento de ocupações camponesas na Pré-Amazônia Maranhense: oportunidade política, mobilização de recursos e a gramática de uma luta pela terra.....31

Marcelo Domingos Sampaio Carneiro

Igarapé-Miri, PA: de pequenas comunidades eclesiais de base (CEBs) à "capital mundial do açaí".....49

Dilma de Oliveira Leão

A prelazia de Cametá e os sítios agrícolas das colônias São Vicente e Ponta Grossa.....79

Joenia Nunes dos Prazeres, Rafael Siqueira Monteiro

Gringo e Oneide: uma história no Araguaia.....95

Ricardo Rezende Figueira

Conflitos fundiários e ambientais na reserva natural Canguçu, Tocantins.....113

Vanessa Lima Araújo Luz, Ludmila Normanha Benedetti Furtado

Nota de Pesquisa

Mulheres e ditadura: a trajetória de Izabel Tavares da Cunha e sua contribuição para a democracia e os direitos humanos no Pará.....125

Rosinda da Silva Miranda

Resenhas

Jean Hébette: bibliografia de um utopista.....133

César Martins de Souza, Tânia Nazarena de Oliveira Miranda

Heranças escravistas e ambiguidade política: Brasil e Américas, século XVI – séculos XIX/XX.....141

Armando Gutembeg Diniz Guerra

Resumos

Teias de inovação agroecológica no município de Cametá, Pará.....145

Silvana Benassuly Maués de Medeiros, Aquiles Vasconcelos Simões

Caranguejo na pista: memórias narrativas da construção da Rodovia PA-458 – Bragança à Ajuruteua.....147

Zenúbia Oliveira Silva, César Augusto Martins de Souza, Francisco Pereira de Oliveira

Trabalho, arte e formação humana: processos de integração/fragmentação no curso técnico de nível médio em teatro da UFPA.....149

Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães, Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Tecendo as teias da sustentabilidade: a experiência da "casa de farinha flutuante" no Lago Janauacá, Careiro Castanho, AM.....151

Rafael de Lima Erazo, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Carlos Augusto da Silva

Práxis

Entrevista

"Homenagem a Manoel Conceição Santos".....153

João Paulo Santana Maciel, Tânia Nazarena de Oliveira Miranda, Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Relato de Experiência

Como indigenista e missionário leigo com o povo Tembé.....167

Claudemir Teodoro do Couto Monteiro

Debate

O movimento sem-terra e o campesinato amazônico.....173

André Carlos de Oliveira Rocha

Editorial

A revista Terceira Margem Amazônia é um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, que estimulem o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e que contribuam para a produção de conhecimentos sobre a região.

O escopo da revista contempla duas partes, batizadas de Corpus e Práxis. O Corpus é organizado em seções dedicadas à produção científica: artigos, notas de pesquisa, resenhas, resumos de teses e dissertações, dossiês. A Práxis agrupa seções destinadas à exposição de ideias e práticas no formato de entrevistas, debates, depoimentos, reportagens, fotografias e outros.

Por que Terceira Margem Amazônia? A escolha do nome da revista passou por um cuidadoso debate e foi escolhido por a expressão terceira margem evocar "outro caminho", acrescentando-se ao final a palavra Amazônia, por ser o lócus privilegiado pela revista. Terceira Margem é o título de um conto de Guimarães Rosa que expressa a necessidade de olhar a realidade para além de uma perspectiva dual ou mecânica do certo ou errado. Expressão também usada por Benedito Monteiro quando se referiu ao debate dos problemas socioambientais da Amazônia, em que as questões não se explicam somente pela margem direita ou pela margem esquerda (dos rios), e sim por serem partes de uma complexidade sistêmica, se explicam a partir de uma Terceira Margem (nos rios).

Portanto, é na perspectiva de pensar a Amazônia de forma interdisciplinar e compreender toda a sua diversidade que o nome Terceira Margem foi escolhido.

Edane França Acioli

Gutemberg Guerra

Agradecimentos

A Revista Terceira Margem Amazônia, periódico semestral especializado para publicizar temas referentes e correlatos à Amazônia, comemorou 10 anos de existência. Fundada em 2011 por um grupo de militantes de movimentos e organizações sociais, alunos de pós-graduações, professores, pesquisadores e intelectuais orgânicos, que atuavam/atuam na pesquisa, ensino e extensão das universidades públicas e privadas, como também na assessoria a organizações coletivas da Amazônia.

Ao longo desses anos – desde os primeiros números, de feitura sonhadora, até o presente momento –, a revista atravessou fases, tendo passado por algumas mudanças. No período de 2011 a 2014 foi organizada pela e com a boa vontade de pessoas, com apoio de organizações como Cáritas Brasileira Norte 2, Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio de seus coordenadores, agentes e professores, organizou-se em redes com a perspectiva de ampliar sua divulgação e construção coletiva, agregando alunos, professores e pesquisadores de instituições como a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e a Universidade do Estado do Pará (Uepa), entre outras organizações que atuam, pesquisam e refletem a realidade amazônica.

A partir de 2014, o Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, Inovação, Sustentabilidade e Ruralidade, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado à Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM, passou a ser a organização responsável em animar a rede, dinamizando e viabilizando a formação de equipe, produção de editais e organizando as edições. A revista está devidamente indexada em plataformas como Academia.edu, sumários, Periódico LivRe, Google Acadêmico e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec). Ampliando sua atuação com apoio de pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa do Brasil, América Latina, França e Portugal. Em 10 anos publicamos 20 edições com textos inéditos, resultados de estudos e pesquisas na/da e sobre a Amazônia.

A equipe dinamizadora da revista, por meio do Conselho Científico e Editorial, composta por cientistas de diversas áreas ligadas à Amazônia, visa disponibilizar, de forma impressa e em formato on-line, suas edições, sempre pautadas pelo objetivo "de trocar experiências e conhecimento entre lideranças sociais, políticas, com sujeitos produtores de conhecimentos, visando apresentar elementos e estratégias para o pensar amazônico, a partir de uma perspectiva relacionada com as grandes temáticas da realidade, como: desenvolvimento, sustentabilidade, mudança global, meio ambiente, sociedade, etc." No entanto, estamos sempre atentos em proporcionar aos leitores, pesquisadores, professores um panorama atualizado das questões mais relevantes de seu campo de reflexão e pesquisa na região amazônica.

Para marcar a data, a Comissão Editorial preparou esta edição comemorativa com artigos, entrevistas, debates de estudos e pesquisas referentes à "Memória e ação política do campesinato na Amazônia", temário importante que ao longo do tempo passou por diferentes temporalidades conceituais e conjunturais, englobando discussões sobre as questões fundiárias, coletividade, identidade, as terras indígenas e "comunais" e as relações de poder nas áreas de expansão e fronteiras; assim como as questões relacionadas aos projetos de colonização e decolonização são relevantes no dossiê.

Gostaríamos de agradecer a todos que contribuíram direta e indiretamente para a continuidade da revista no decorrer desses 10 anos:

Em Belém, aos professores, pesquisadores, doutores e mestres vinculados às universidades federal e estadual; a Lindomar de Jesus de Sousa Silva, Alison Castilho, Tânia Miranda, Maria Albenize Malcher, Rose Monteiro, Gutemberg Diniz, Edane Acioli, Ana Tancredi, Genival Carvalho (in memoriam), Maria Marize Duarte, Romero Ximenes, Mauro Castro, Armando Lírio, Rosa Rocha, MGuerriaria Goreti Tavares, Lilian Campelo, Roberto Araújo Martins, Dulcilene Castro, Rogerio Almeida, Carla Moraes, Maria das Graças Silva.

Em Manaus, a revista foi acolhida inicialmente por pesquisadores da Embrapa recém-contratados: Gilmar Antonio Meneghetti e José Olenilson C. Pinheiro, seguidos pelo professor aposentado da Ufam José da Silva Seráfico de Assis Carvalho e pelo sociólogo Adriano Premebida, na equipe da Fundação Amazônica de Defesa da Biosfera (FDB); a Jocilene Gomes da Cruz e Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo, do curso de turismo da UEA, que organizaram uma edição sobre turismo rural. Ao Núcleo de Socioeconomia (Nusec), que é um núcleo de estudo, pesquisa e extensão ligado à Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Ufam, sob a coordenação da professora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe e das pesquisadoras Francimara Souza da Costa e Marília Gabriela Gondim Rezende, que engrossaram a rede organizando várias edições. O Inpa faz parte dessa rede com Denise Machado Duran Gutierrez, coordenadora de Tecnologia Social (Inpa/Manaus), com a organização de uma edição da revista com foco em tecnologias sociais.

Além dos pesquisadores e professores do Pará e do Amazonas, agradecemos à professora Ana Luisa Araujo de Oliveira, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMG), que organizou duas edições, e também aos pesquisadores, professores da Universidade do Federal do Maranhão (UFMA) que contribuíram na organização desta edição.

Agradecemos aos autores, leitores, conselheiros, parceiros, às redes de apoio por confiar neste veículo, em suas pesquisas e estudos, pelo empenho e dedicação. Especialmente, por fim, agradecemos a Genival Carvalho (Sociólogo), *que nos honrou em vida pela sua participação em movimentos sociais e partidos progressistas, comitês em defesa dos direitos humanos. Dedicou seus últimos anos de vida à leitura popular da Bíblia, expressão da Teologia da Libertação espalhando alegria, atenção aos que o cercavam*. Ele deixa o corpo editorial por razões de existência terrena, mas em nossa memória marcou pela presença sempre solidária. Genival Carvalho, presente!

Desejamos à Revista Terceira Margem Amazônia longa vida.

Pela Comissão Editorial e Científica

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Editor-Chefe

Apresentação

Eis a edição de 10 anos da Revista Terceira Margem Amazônia. Que alegria! Foi uma longa jornada, pensada em 2019 e iniciada antes de deflagrada, em 2020, a pandemia no mundo e no Brasil. A revista, coerente com sua vocação, não poderia ignorar esse acontecimento mundial de caráter histórico, que se desenrola, ainda, em uma cadeia de situações políticas, econômicas, sociais e geográficas. Toda a edição se configurou em grandes desafios para os editores: primeiro em manter o equilíbrio diante das perdas de colaboradores e familiares; depois, em termos políticos, de pesadas demandas do movimento fascista que fez adoecer os setores da vida política e intelectual no Brasil.

Em caráter especial, a revista Terceira Margem Amazônia convidou autores de reconhecimento e com conhecimento na temática "M*emória e ação política do campesinato na Amazônia"* para contribuírem com esta edição. Agradecemos o empenho e a dedicação dos autores, editores e organizadores por trazerem experiências locais, memórias, ações coletivas, resistência à barbárie, projetos sustentáveis, todos partindo de estudos e pesquisas, o que muito contribui para perceber, em primeira instância, antigas discussões sobre mineração, estrutura fundiária, a continuidade dos conflitos da violência e da grilagem de terra, as formas de organização da agricultura no capitalismo vinculadas aos grandes empreendimentos na Amazônia, a atuação de instituições, bem como análise de diferentes políticas públicas rurais com base em pesquisas empíricas, consistindo em compreender, entre outras concepções, novas formas de atuação do campesinato em curso na região.

Apresentamos, na primeira parte, o Corpus, com 6 artigos, 2 resenhas, 1 nota de pesquisa e 4 resumos de trabalhos acadêmicos. Na seção Práxis, trazemos 1 relato de experiência, 1 debate e 1 entrevista.

O primeiro artigo, Ações Coletivas e Resistências Camponesas no Contexto de Expansão da Dendeicultura no Nordeste Paraense, dos autores Éberton da Costa Moreira e Heribert Schimitz, trata da expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense. Eles identificam as ações realizadas coletivamente por meio de organizações e associações, grupos de camponeses, sindicatos em alguns municípios que resistem ao mercado de terras.

Na sequência temos o artigo de Marcelo Sampaio Carneiro, intitulado O Movimento de Ocupações Camponesas na Pré-Amazônia Maranhense: Oportunidade Política, Mobilização de Recursos e a Gramática de uma Luta pela Terra, que analisa o movimento de ocupações de terra desenvolvido nos anos 1980, na região da Pré-Amazônia Maranhense. Destaca o papel do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru-MA) no processo de organização do movimento de ocupações ao final dos anos 1990. O autor trata também da conjuntura política e econô-

mica que favoreceu o desenvolvimento da mobilização e aponta a questão do trabalho camponês investido na terra como elemento central para justificar o direito desse grupo às áreas ocupadas.

Mais adiante, temos Dilma de Oliveira Leão, com o artigo Igarapé-Miri, PA: De Pequenas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) à "Capital Mundial do Açaí". O estudo revela como as comunidades de base com fundamentação na Teologia da Libertação, com a vertente no "protagonismo", levaram o ribeirinho a se organizar no Projeto Mutirão, que agregou cooperativas, comunidades de base, sindicatos e grupos populares, universidades em seus processos de lutas para a elaboração de um conjunto de ações, conseguindo legar à população um novo padrão de produção e manejo do açaí, fonte de cultivo sustentável capaz de resgatar os setores econômicos, políticos, sociais de nível local e consequentemente elevar o município à categoria de capital mundial do açaí.

No artigo A Prelazia de Cametá e os Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa, Joenia Nunes dos Prazeres e Rafael Siqueira Monteiro analisam o Projeto Sítios Agrícolas das Colônias de São Vicente e Ponta Grossa, da comunidade de Carapajó, município de Cametá (Pará, Amazônia, Brasil). O projeto se constituiu no repasse de lotes para o cultivo e também para moradia de trabalhadores rurais pela Prelazia de Cametá, entre as décadas de 1960 e 1980. Período em que a Igreja Católica, na América Latina, estava voltada para as questões sociais e para a promoção humana, fortemente influenciada pela Teologia da Libertação.

Ricardo Rezende Figueira, em seu artigo Gringo e Oneide, uma História no Araguaia, retrata os anos 1970 e 1980, destacando a luta pela terra e pela organização sindical, entrelaçados com a atuação do governo e de outros atores: fazendeiros, pistoleiros, policiais, prefeitos e agentes pastorais no ápice da ditadura civil-militar. Destaca as ações da igreja no Araguaia, no sul do Pará, que versava diálogo com a Teologia da Libertação, opondo-se ao modelo político da época, que agia violentamente contra os camponeses. Como resultado de um contexto de perseguições às lideranças camponesas, o assassinato de Gringo, em 1980.

O texto Conflitos Fundiários e Ambientais na Reserva Natural Canguçu, Tocantins, de Vanessa Lima Araújo Luz e Ludmila Normanha Benedetti Furtado, faz uma revisão bibliográfica das Reservas Particulares de Patrimônios Naturais (RPPNs), pontua a Unidade de Conservação (UC) Canguçu, em Tocantins. Os vários trabalhos de análise da regulamentação, configuração territorial e investigação dos possíveis conflitos fundiários e/ou ambientais no local apontam a UC Canguçu como um dos sistemas naturais mais ricos em biodiversidade do País.

A Nota de Pesquisa da socióloga Rosinda da Silva Miranda, intitulada Mulheres e Ditadura: A Trajetória de Izabel Tavares da Cunha e sua Contribuição para a Democracia e os Direitos Humanos no Pará, traça a trajetória de vida de Izabel Marques Tavares da Cunha, importante ativista na luta por democracia, direitos humanos e feminismo na Amazônia. Seu período de atuação se desenvolveu principalmente nas décadas de 1960, 1970/1980 até meados de 1990. Iza Cunha, como era conhecida, contribuiu para a criação de movimentos populares que ajudaram a dar origem a instituições, entre outras, como: a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC).

Duas resenhas compõem esta edição: uma bibliográfica e outra disponibilizada em livro. Na primeira resenha: Jean Hébette: Bibliografia de um Utopista, os antropólogos Cesar Martins

de Souza e Tânia Nazarena de Oliveira Miranda revisitam três escritos de Jean Hébette. A primeira obra: *O cerco está se fechando*, com o artigo A Luta Sindical em Resposta às Agressões dos Grandes Projetos, publicado em 1991; a segunda obra: *Na trilha dos grandes projetos – modernização e conflito na Amazônia*, com o artigo: O Grande Carajás: Um Novo Momento da História Moderna da Amazônia Paraense, publicado em 1989; a terceira obra: *Cat: ano décimo*, livro comemoração de 10 anos do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), organizado em seis partes, começando por dialogar sobre as origens do CAT, publicado no ano de 2000. Jean Hébette privilegiou grandes questões sobre o campesinato na Amazônia. A maioria de seus escritos tem parceria com outros autores e pesquisadores que demonstram o compromisso de uma linha aliada à ciência e à militância sem perder os critérios científicos. A segunda resenha, Heranças Escravistas e Ambiguidade Política. Brasil e Américas. Século XVI – Séculos XIX/XX, publicada em 2021, produzida por Armando Gutembeg Diniz Guerra, apresenta um conjunto de textos publicados como decorrentes de vários trabalhos acadêmicos feitos pelo professor José Alberto Bandeira Ramos. O autor traz o conceito de classe marcado pelas formações políticas de estados mercantilistas baseados no escravismo em permanente tensão com a chegada do capitalismo fundado no assalariamento e, ainda, demonstra a dependência e subordinação da sociedade civil, povo ou nação ao Estado que historicamente se tornaram atreladas a uma classe dominante poderosa, rigorosamente controladora do funcionamento da economia e do comportamento dos seus subordinados.

A edição oferece ainda quatro resumos de trabalhos, concluídos nos anos 2018 a 2021, dos quais dois de mestrado e dois de doutorado.

Na seção Práxis apresentamos a vida do líder camponês Manoel Conceição Santos, ou simplesmente Mané. Fazer a releitura da vida de Mané, de suas experiências de resistência, marcadas pela violência do Estado e do latifúndio, exigiu esforço extra. Mané faleceu em 2021, aos 86 anos, em plena pandemia. Os editores responsáveis, João Paulo Maciel e Tânia Miranda e Lindomar Silva, buscaram, na entrevista com a família, lideranças de seu convívio de sonhos e lutas, um pouco mais dos caminhos de Manoel da Conceição. Encontramos, por meio das entrevistas ao filho Manoel dos Santos (Manoelzinho) e à filha, Raquel Santos, na memória, a dor, os medos e a ausência do pai, político e líder camponês, mas também como filhos consanguíneos de Mané, que assumem a continuidade e perenidade de seus sonhos e lutas concretas. O legado de Manoel da Conceição é vivo, militante.

Como Indigenista e Missionário Leigo com o Povo Tembé é o testemunho de Cledemir Teodoro do Couto Monteiro, antropólogo e missionário que atua há 35 anos nas aldeias no Alto do Rio Guamá, no Pará. O autor faz um interessante relato sobre o gravíssimo problema fundiário enfrentado pelo Povo Tembé, nos anos 1970 a 1990. O território sofreu com todos os tipos de invasores: madeireiros, fazendeiros, posseiros incentivados por políticos e que pretensiosamente tinham a finalidade de diminuir a terra indígena. O processo de formação e acompanhamento, por meio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), levou à homologação das terras em 1993.

Na seção Debate, André Carlos de Oliveira Rocha, militante do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do Movimento dos Sem Terra (MST), sobre o campesinato na Amazônia, considera que, do período da década de 1980, quando surgiu o MST, aos dias atuais, a luta esteve inicialmente protagonizada pelo campesinato de fronteira. Nos últimos anos, prota-

gonizada pelos indígenas, como mostram os dados de conflito no campo, de 2021, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em que o grupo que mais se envolveu em conflito, com 38%, foi o dos povos indígenas, seguido pelos sem-terra e assentados. Há uma necessidade histórica, e a conjuntura exige a construção de um projeto camponês para a Amazônia, uma proposta que gere unidade entre as organizações, que permita enfrentar o capital e construir uma sociedade baseada em justiça social.

Em termos gerais, os estudos e pesquisas aqui apresentados trazem leituras em diferentes escalas, dialogando com os distintos paradigmas e perspectivas teóricas. Queremos mais uma vez agradecer por todo o empenho para a publicação de celebração dos 10 anos da Revista Terceira Margem Amazônia.

Desejamos que os leitores aproveitem ao máximo o material aqui produzido. Boa leitura!

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda

João Paulo Santana Maciel

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Editores responsáveis

Corpus

Artigos

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 3/3/2022
Aceito: 13/9/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

MOREIRA, E. da C.; SCHMITZ, H. Ações coletivas e resistências camponesas no contexto de expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 15-29, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p15-29.

AÇÕES COLETIVAS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NO NORDESTE PARAENSE

Éberton da Costa Moreira[1]
Heribert Schmitz[2]

Resumo: A expansão da dendeicultura (cultura da palma de óleo) mundo afora é marcada por ações coletivas por parte de populações atingidas. O artigo identifica as ações coletivas empreendidas por camponeses no contexto do Nordeste Paraense (NEP). Realizamos pesquisa bibliográfica no repositório institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA) e nos sites dos programas de pós-graduação tematicamente relevantes, e os achados (cinco dissertações e uma tese) foram analisados descritivamente. Por um lado, em alguns municípios, grupos de camponeses organizaram-se, por meio de associações e sindicatos, para negociar com as empresas. Por outro, desenvolveram formas de resistência organizada e cotidiana ao mercado de terras que se formou no NEP por volta de 2006/2007 e à integração por contratos de produção.

Palavras-chave: ação coletiva, camponeses, dendeicultura, Nordeste Paraense.

[1] Sociólogo, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: costaeberton12@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4016-0151

[2] Sociólogo, doutor em Sociologia Rural/Extensão Rural e Comunicação, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de
https://orcid.org/0000-0002-8933-1484

COLLECTIVE ACTIONS AND PEASANT RESISTANCE IN THE CONTEXT OF OIL PALM EXPANSION IN THE NORTHEAST OF PARÁ STATE

Abstract: The expansion of oil palm plantations worldwide is marked by collective actions undertaken by affected populations. This article identifies the collective actions carried out by peasants in the Northeast Pará region (NEP) within this context. We conducted bibliographic research using the institutional repository of the Federal University of Pará and websites of thematically relevant graduate programs; research documents (five dissertations and one thesis) were analyzed descriptively. On the one hand, peasant groups in some municipalities organized themselves into associations and unions to negotiate with oil palm companies. On the other hand, peasants also developed other forms of organized and everyday resistance to the land market, which became established in the NEP around 2006/2007, and to integration by production contracts.

Keywords: collective actions, peasants, oil palm, Northeast of Pará State.

Introdução

O dendezeiro (palma de óleo) é uma palmeira de origem africana, trazida ao Brasil por negros escravizados. Os primeiros registros da planta no País são do estado da Bahia, em cultivos subespontâneos e, depois, nos primeiros dendezais (MÜLLER; ALVES, 1997). Desde a década de 1940, o monocultivo de dendezeiros vinha sendo experimentado na Amazônia, e, ao longo da segunda metade do mesmo século, ocorreram muitas tentativas de consolidação da cultura, sobretudo na região próxima a Belém e no Nordeste Paraense (NEP) (HOMMA, 2016).

Mota *et al.* (2019), com base na Série Histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que houve três fases do dendê no NEP: a *fase inicial*, até o ano de 1994; a *fase de consolidação*, de 1995 a 2009; e a *fase de expansão*, de 2010 até o presente. Esse processo, no entanto, desde a fase inicial até a consolidação, não ocorreu sem incentivos estatais (SANTOS *et al.*, 2020).

Devido aos diversos usos do óleo de palma (alimentício, cosmético, velas, sabão, biocombustíveis, etc.), o dendezeiro é considerado um "cultivo flexível", ou seja, têm múltiplas finalidades. Embora seja um cultivo versátil, sua consolidação e posterior expansão no Pará ocorreram por motivo de incentivos estatais para a inclusão de biocombustíveis na matriz energética nacional. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) de 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) de 2010, respectivamente, foram as principais políticas que incentivaram os monocultivos de dendezeiro (MOTA *et al.*, 2019; NAHUM; SANTOS, 2014). Ambos criaram instrumentos que possibilitaram o avanço da palma na região do NEP.

Contudo, os estímulos para a inserção de biocombustíveis na matriz energética em detrimento dos combustíveis fósseis não são exclusivos do Brasil. Desde a crise do petróleo na década de 1970, tem-se buscado fontes de combustíveis alternativas e "sustentáveis" (SAPUAN *et al.*, 1996). Nesse contexto, o óleo da palma destacou-se como alternativa viável, e, já na década de 1980, o dendezeiro começou a ser cultivado em grande escala na Malásia e na Indonésia, porém

a expansão da cultura causou a expulsão de comunidades indígenas e camponesas (SASSEN, 2016). A expansão da dendeicultura também é impulsionada pela preocupação com a emissão de gases poluentes e mudanças climáticas, outrossim a palmeira é apontada como uma possibilidade de reflorestamento de áreas degradadas. A apropriação de terras com base no discurso da sustentabilidade pode ocasionar o *green grabbing* (FAIRHEAD *et al.*, 2012), fenômeno em curso no NEP, conforme Backhouse (2013).

Em diversos países foram registrados movimentos de resistência frente à expansão dos monocultivos de dendezeiro, haja vista que esta implica na expropriação de terras das populações rurais ou sua integração à agroindústria via contratos produtivos (BENNETT *et al.*, 2018; HERVAS, 2019). Na Indonésia, local de maior expansão da dendeicultura, originou-se um movimento de justiça ambiental transnacional, embora camponeses independentes e o movimento indígena tenham importância fundamental (PYE, 2010). Sankey (2016) também observou reações das comunidades afetadas na Colômbia, demonstrando o surgimento de um movimento de resistência camponesa.

Entendemos, então, que as resistências empreendidas por populações atingidas pelos monocultivos de dendezeiro ao redor do planeta podem ser analisadas sob a ótica da ação coletiva, aqui entendida como: "[...] todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns" (TILLY, 1981, p. 17), quando realizadas via organizações como sindicatos e associações.

A literatura demonstra que no NEP houve resistências camponesas por parte de sindicatos e associações (ACEVEDO MARIN; BACKHOUSE, 2014; RIBEIRO; SCHMITZ, 2018; SCHMITZ *et al.*, 2020; SOUSA, 2019, entre outros). No entanto, a ação coletiva também foi observada mediante associações de camponeses com vistas a viabilizar a integração produtiva às agroindústrias (BALIEIRO, 2019; OLIVEIRA, 2020).

Nessa direção, buscamos responder ao questionamento: "Como ocorreram as ações coletivas empreendidas por camponeses no contexto de expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense?" Nosso objetivo é identificar, a partir de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação da UFPA, as ações coletivas empreendidas por camponeses[3] no contexto de expansão da dendeicultura no NEP. Trata-se de um esforço para sistematizar parte das pesquisas acadêmicas desenvolvidas na UFPA, com vistas a contribuir para o estudo da temática no referido contexto.

O texto está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A segunda seção traz os procedimentos metodológicos adotados. A terceira, o arcabouço teórico do trabalho, num esforço de síntese do debate sobre a ação coletiva no espaço rural. Na quarta, são apresentadas, com base nas pesquisas encontradas, as ações coletivas no contexto de expansão da dendeicultura.

[3] Ao longo do texto, usaremos tanto agricultores familiares quanto camponeses em referência aos mesmos atores, sem distinção conceitual.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo escopo foram trabalhos de mestrado e doutorado (dissertações e teses) desenvolvidos em programas de pós-graduação da UFPA, os quais abordassem a ação coletiva no contexto da dendeicultura no NEP. Realizamos buscas nos sites dos programas – nas áreas de ciências humanas, sociais e interdisciplinares – e no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIU-UFPA). Ao buscar no RIU-UFPA, a partir dos descritores "ação coletiva" e "dendeicultura", encontramos dez trabalhos e, a partir da leitura dos resumos, selecionamos os que tratavam da ação coletiva no contexto, os quais compõem o Quadro 1. Os selecionados foram analisados descritivamente, considerando referenciais da ação coletiva.

Em muitos dos trabalhos verificamos a ocorrência de ações coletivas empreendidas em processos de resistência ao avanço dos monocultivos de dendezeiro. Cabe ressaltar que o arcabouço teórico de alguns trabalhos se aproxima, sobretudo no conceito de resistência cotidiana, da definição do cientista político e antropólogo americano James C. Scott (1985). Para esse autor, para além das formas abertas de resistência por meio de embates e conflitos, existem formas cotidianas que envolvem pequenos furtos, boicotes e discursos de negação em relação ao monocultivo de arroz que se instalara na região em questão, a Aldeia de Sedaka, na Malásia. Entendemos tanto a resistência aberta, quando ocorre por intermédio de associações e sindicatos ou de forma espontânea, quanto a resistência cotidiana ou oculta como formas de ação coletiva. Mesmo as ações que aparecem como atos isolados, evitando o confronto direto, frequentemente fazem parte de um conjunto de ações coletivas.

Quadro 1. Dissertações e teses segundo autor, ano, título e programa de pós-graduação.

Autor(a)/ano/tipo	Título	Programa de Pós-Graduação (PPG)
Ribeiro (2017), dissertação	**"Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui"**: Resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará.	PPG em Agriculturas Amazônicas
Pontes (2017), dissertação	**Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru, PA**	PPG em Agriculturas Amazônicas
Aquino Júnior (2019), dissertação	**Campesinato e agronegócio do dendê no Ramal do Cravo (Acará, PA)**: disputas em torno da terra e futuro	PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Balieiro (2019), dissertação	**Ação coletiva sob influência da dendeicultura**: um estudo de caso sobre a Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (Conserc)	PPG em Agriculturas Amazônicas
Sousa (2019), tese	**A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos**: expropriação e resistências camponesas na Amazônia Paraense	PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Oliveira (2020), dissertação	**A ação coletiva de agricultores familiares integrados à dendeicultura**: um estudo de caso na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia, Pará.	PPG em Agriculturas Amazônicas

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Algumas observações breves sobre os trabalhos selecionados: 1) quatro foram desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas; 2) a produção que envolve ação coletiva no contexto da dendeicultura restringe-se a dois programas da UFPA; 3) três dos trabalhos encontrados foram desenvolvidos em um mesmo grupo de pesquisas; e 4) as pesquisas são relativamente recentes, trabalhos defendidos entre 2017 e 2020. Percebe-se, portanto, poucos estudos sobre a temática no referido contexto, e o presente trabalho aponta algumas possibilidades de investigação.

Ação coletiva e resistências no espaço rural

Três leituras são fundantes para o debate atual sobre a ação coletiva. São eles: *A lógica da ação coletiva*, de Mancur Olson (OLSON, [1965] 1999); *A tragédia dos comuns*, de Garret Hardin (HARDIN, 2011); e o mais recente, *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*, de Elinor Ostrom (OSTROM, 1990).

Partindo da discussão entre os especialistas da época, sobretudo nos Estados Unidos – que defendiam a ação em grupo como consequência de ações dos indivíduos para atingir seus interesses individuais, haja vista que isso beneficiaria a todos –, Olson (1999) defende uma postura oposta. Para ele, mesmo com a possibilidade dos interesses individuais ou de grupo serem alcançados, não haveria ação voluntária, isto é, só haverá ação se o grupo for pequeno ou houver algum estímulo ou coerção que o leve a agir em prol dos interesses individuais ou do grupo. Desta feita,

> Dito de outra forma, mesmo que todos os indivíduos de um grande grupo sejam racionais e egoístas e mesmo que todos beneficiem, agindo como um grupo, para atingirem interesses ou objectivos comuns, esses indivíduos não agiram voluntariamente para conseguirem atingir esses interesses comuns ou de grupo (OLSON, 1999, p. 2).

A abordagem de Olson (1999), conforme Schmitz *et al.* (2017, p. 205), com base na "teoria da escolha racional" por ele criada, "tenta explicar fenômenos sociais à luz da preferência de indivíduos racionais, que seguem a lógica utilitarista da relação custo-benefício, na tentativa de maximizar a satisfação dessa preferência". Olson (1999), portanto, ao contrariar a percepção comum das ciências sociais da época, inaugura o debate sobre a possibilidade de os indivíduos se mobilizarem naturalmente (SCHMITZ *et al.*, 2017).

Por sua vez, Hardin (2011) contribuiu para o debate acerca da ação coletiva ao argumentar, em *A tragédia dos comuns*, que bens comuns de uso comunitário estavam fadados ao colapso. A partir do exemplo do pasto comum, funcionando bem e sem prejuízos ao solo, até que os pastores, guiados por sua racionalidade e interesses individuais, começam a acrescentar um gado ao seu rebanho, depois outro, e assim sucessivamente, a ponto de, no longo prazo, o pasto não suportar, ocasionando o sobrepastoreio. Assim, todos os pastores estariam fadados à ruína.

O autor apresenta outros exemplos de danos aos bens comuns, como a poluição em suas diversas formas. Se, por um lado, há bens que podem ser controlados por meio da privatização, há aqueles para os quais isso não é válido, como o ar ou os mares. Nesse caso, pode-se pensar em medidas coercitivas e punitivas. Há também o aspecto da consciência individual, logo encarada como ineficaz, já que a longo prazo não pode ser mantida. Em suma, sua conclusão é que os bens comuns para os quais há formas de gerir, a melhor alternativa seria a privatização; do contrário, a liberdade de acesso levaria à destruição (HARDIN, 2011).

Ostrom (1990), por outro lado, como observam Schmitz *et al.* (2009, p. 274), demonstrou que "pequenos grupos locais e populações maiores são capazes de criar instituições, elaborar as regras necessárias e garantir o respeito dos envolvidos em relação ao uso de bens comuns. Fatores externos podem dificultar a permanência desses modos de uso coletivo".

Dessa forma, essas três obras contribuíram muito para o debate a respeito de ações coletivas. Hardin (2011) e Ostrom (1990) colaboram para a discussão em torno da gestão de bens comuns, ao passo que a concepção de Olson (1999) foi e é muito debatida em outras temáticas, que compreendem desde os estudos sobre movimentos sociais, associações, sindicatos, cooperativas, dentre outros.

Diversos autores contribuíram para a construção do conceito de ação coletiva, inclusive teóricos dos movimentos sociais e da sociologia das organizações. Conforme Alonso (2009), as três grandes teorias dos movimentos sociais – Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) – contribuíram para o debate e abriram possibilidades de sínteses interessantes posteriormente.

A TMR inspirou-se em Olson e teve como principais precursores McCarthy e Zald; buscava, a partir da racionalidade, explicar os processos pelos quais ocorrem os movimentos sociais e entendia que a ação dos indivíduos era resultado de cálculo individual. Ademais, estabeleceram a analogia entre os MS e uma firma, em favor da racionalidade e organização em detrimento de valores e ideologias (ALONSO, 2009).

Ainda segundo Alonso (2009), da crítica a TMR, por não considerar os processos macro-históricos, a TPP, que tem como principais teóricos Tilly, Tarrow e McAdam, buscou compreender em termos de mobilização política. Eles entendiam que MS se formava em ambientes onde havia uma estrutura de oportunidades políticas e acrescentaram o fator cultural – solidariedade (*catnet*) e pertencimento (*catness*) – e o conceito de estrutura de mobilização, ou seja, os recursos, diferindo-se da TMR pela noção de oportunidades favoráveis à mobilização. A TPP também entendia que MS e estados nacionais eram formas de ação coletiva (ALONSO, 2009).

A TNMS, por sua vez, conforme Alonso (2009), cujos principais autores são Touraine, Habermas e Melucci, propunha uma interpretação por meio da cultura. Os MS seriam reações aos diversos processos, com motivações simbólicas, com fins de formar identidades coletivas. Tratava-se de mobilizações de grupos marginais aos padrões culturais, em detrimento da ideia de classes, por exemplo, não mais voltadas aos estados, e sim à sociedade civil.

Duas definições de ação coletiva serão aqui usadas como complementares para a análise proposta: a de Tilly e a de Cattani. Para o primeiro, "[...] todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns", podem ser compreendidas enquanto ação coletiva (TILLY, 1981, p. 17). Por sua vez, Cattani (2011, p. 15) entende que a "ação coletiva designa toda espécie de ato concertado por grupos ou categorias sociais visando alcançar um fim determinado. O conceito inclui, necessariamente, uma possibilidade de (iniciativa para) um poder de decisão e uma capacidade de agir".

Em artigo que analisa as relações entre ação coletiva e reciprocidade, a partir das definições acima, Schmitz *et al.* (2017, p. 205) acrescentam que, "em alguns casos, o objeto comum é uma condição para o estabelecimento de relações de poder, a emergência de conflitos, a possibilidade de negociação e, certamente, a ação coletiva". No entanto, prosseguem os autores, apenas os objetivos comuns não configuram a ação coletiva, "[...] a qual se constitui apenas a partir de uma

ação conjunta, resultado de um engajamento voluntário de indivíduos" (SCHMITZ *et al.*, 2017, p. 205).

Assim posta, a ação coletiva inclui uma diversidade de situações concretas que pode ser verificada no espaço rural. Em vista disso, selecionei alguns estudos que demonstram a ação coletiva em seus vários aspectos. Schmitz *et al.* (2009) analisaram a ação coletiva na gestão de bens comuns no extrativismo da mangaba no NEP. Em um estudo recente, Andreata (2020) analisou a relação entre ação coletiva e sistemas agroflorestais em uma comunidade do NEP. Partindo de um referencial sobre cooperativismo relacionado à ação coletiva, Rocha (2020) analisou as trajetórias do cooperativismo no NEP.

Sem aprofundar o debate, demonstra-se que há uma diversidade de ações coletivas empreendidas no espaço rural, bem como uma grande diversidade de estratégias metodológicas. Esta seção não teve a pretensão de esgotar o debate acerca da temática, meu modesto intuito foi criar um arcabouço que desse conta da análise que segue.

Ação coletiva e resistências à expansão da dendeicultura no Pará

A seguir, organizamos os resultados obtidos. Separamos por pesquisas que trataram as ações coletivas com base em um referencial teórico da ação coletiva (BALIEIRO, 2019; OLIVEIRA, 2020) e aquelas que analisaram processos de resistência (AQUINO JUNIOR, 2019; PONTES, 2017; RIBEIRO, 2017; SOUSA, 2019), pois entendemos que os processos de resistência organizados por associações e sindicatos se configuram em ações coletivas.

Ação coletiva

Apenas duas pesquisas tratam da ação coletiva com um referencial restrito à ação coletiva no contexto em análise. Os trabalhos de Balieiro (2019) e Oliveira (2020) analisaram ações coletivas empreendidas por organizações formais.

Balieiro (2019) foi o primeiro a analisar ação coletiva formal no contexto da dendeicultura. Sua pesquisa analisou a atuação da Central das Organizações entre os rios Guamá e Capim (CONSERGC). Essa organização foi fundada em 2015, nos municípios de São Domingos do Capim e Irituia, em razão da chegada da dendeicultura[4] e do interesse dos agricultores em uma organização formal (BALIEIRO, 2019). O autor demonstra ainda que houve incentivo de uma empresa produtora de dendê para a criação de associações. Atualmente, a atuação ocorre visando garantir melhorias aos associados, bem como a interlocução com as empresas e também com a prefeitura dos municípios. Além do contexto, o autor analisou a organização da central, sua gestão e seu relacionamento com as associações a ela integradas, com base em um referencial da sociologia das organizações.

Por sua vez, Oliveira (2020) analisou o caso da Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo (Amafib), no município de Irituia, no NEP. Conforme a autora, a associação foi criada em 2014. A inserção da dendeicultura no município deu-se em 2012 e contou com a intermediação de uma ONG a serviço de uma empresa produtora

[4] A chegada da dendeicultura nos municípios ocorreu por volta de 2011.

de dendê. Essa ONG atuou na prefeitura e nos sindicatos para posterior apresentação do sistema de integração à agroindústria. Além da ação coletiva formal, caracterizada pela atuação da associação, a autora analisou as ações coletivas tradicionais, caracterizadas pela troca de dia e a ajuda entre os agricultores para o plantio do dendê, dentre outras formas de ação coletiva tradicionais. A construção da sede da associação também é um fruto da ação coletiva dos agricultores. Em suma, a associação atua para intermediar a relação dos agricultores integrados à empresa produtora de óleo de palma.

Resistência

O tema da resistência foi analisado por alguns autores. Encontramos três pesquisas de mestrado e uma de doutorado, a partir das quais desenvolvemos uma análise da resistência empreendida por camponeses frente ao avanço dos monocultivos do dendê. As pesquisas, em geral, tratam das resistências à integração às agroindústrias, das resistências em vender os estabelecimentos e das resistências cotidianas empreendidas após a integração e entre os camponeses que não venderam os estabelecimentos e ficaram ao redor dos monocultivos.

A resistência empreendida por camponeses pode ser lida a partir das seguintes tipologias: aquela para a permanência nos estabelecimentos, frente ao avanço das empresas que compravam terras por volta dos anos 2007 e 2008 – por meio de associações e sindicatos ou independentemente destes; aquela contrária à integração produtiva às agroindústrias e pela manutenção dos "modos de vida" enquanto camponeses após a integração; e, ainda, resistências cotidianas daqueles que não venderam os estabelecimentos e permaneceram rodeados pelos monocultivos. O Quadro 2 demonstra o tipo de resistência e os trabalhos que a analisam.

Quadro 2. Tipologia das resistências conforme os estudos identificados.

Tipologia das resistências	Autor(a)/ano
Para permanência nos estabelecimentos frente ao mercado de terras via associações e sindicatos	Aquino Júnior (2019), Ribeiro (2017) e Sousa (2019)
Para permanência nos estabelecimentos frente ao mercado de terras independentemente das associações e sindicatos	Aquino Júnior (2019), Pontes (2017) e Sousa (2019)
Contra a integração produtiva e pela manutenção dos modos de vida pós-integração	Sousa (2019)
Resistências cotidianas daqueles que não venderam os estabelecimentos e permaneceram rodeados pelos monocultivos	Aquino Júnior (2019), Pontes (2017), Ribeiro (2017)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O período entre 2007 e 2013, conforme indica a literatura, é aquele no qual houve maiores investidas por parte das empresas em busca de terras nos municípios de Moju, Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu (BACKHOUSE, 2013). Nahum e Santos (2014) demonstram que as estratégias das empresas para adquirir terras são diversas, vão desde aquisição de terras de fazendas e chácaras até a compra de imóveis de camponeses por intermediários. Ainda para os autores, a atuação de intermediários nessas transações com terras foi crucial, já que estes compravam estabelecimentos e os anexavam as suas propriedades para posteriormente vendê-las para

as empresas. Desse movimento participaram políticos, fazendeiros e comerciantes influentes das cidades (NAHUM; SANTOS, 2014).

Os preços pagos aos camponeses que vendiam as terras eram baixos, conforme Macedo e Sousa (2015). A pesquisa de Silva (2015) demonstrou que a busca por terras naquela região estava diretamente atrelada a políticas públicas, como o PNPB e o PSOP, que estimularam os investimentos em terras.

Os trabalhos encontrados confirmam a existência desse mercado e demonstram a resistência a ele empreendida por camponeses na região. Aquino Júnior (2019), Pontes (2017), Ribeiro (2017) e Sousa (2019) são os autores cujas pesquisas lançaram luz sobre o debate.

Em sua pesquisa de mestrado, Ribeiro (2017) analisou as formas de resistência empreendidas por quilombolas diante da chegada de uma empresa no município de Concórdia do Pará. Uma primeira constatação, a partir da leitura de seu trabalho, é a participação de organizações formais no processo de resistência, encabeçadas por duas associações: a Associação de Remanescentes de Quilombo de Nova Esperança de Concórdia do Pará (Arquinec), que reúne comunidades com titulação definitiva; e a Associação de Remanescentes de Quilombos do Cravo (Arquic), que reúne aquelas que possuem apenas a certificação da Fundação Palmares[5] (RIBEIRO, 2017).

A construção de uma "identidade quilombola" foi o primeiro passo no processo de construção da resistência formal, tendo em vista que houve mobilizações para a formação das associações, inicialmente a Arquinec, e nesse processo foi forjada a identidade quilombola. Então, a partir do reconhecimento enquanto comunidades remanescentes de quilombos, inicia-se a luta pelo reconhecimento e titulação coletiva das terras[6]. Deve-se ressaltar que esse processo ocorreu mediante a ameaça representada pela compra de estabelecimentos de camponeses para posterior plantio de dendezeiros (RIBEIRO, 2017). No período de 2007 a 2008, ressalta a autora, havia apenas a Arquinec, e após conflitos internos a Arquic foi criada. Nas palavras da autora:

> Em 2011, ocorre o desmembramento dessas comunidades e a Arquic então é criada, tendo como associados os moradores das comunidades não tituladas. Embora, os conflitos internos recentes tenham inviabilizado as atividades regulares dos associados da Arquic, a luta e a resistência contra à empresa Biopalma foram intensas, principalmente no início da instalação da agroindústria quando há a intensificação de compra de terras na região. Podemos dizer, que houve duas frentes de resistência mobilizadas pelas lideranças da associação: a primeira foi contra a venda de terras dos pequenos agricultores à Biopalma e segunda contra aos problemas ambientais, causados principalmente pelo desmatamento e pelo uso de pesticidas (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Em sua dissertação, Aquino Júnior (2019) também chamou atenção para a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais no processo de resistência frente à compra de terras pela Biopalma, na região da comunidade do Cravo, no município do Acará. Conforme o autor, o sindicato "teve uma ação importante no enfrentamento da especulação imobiliária, enviando inclusive uma moção ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que chamava a atenção

[5] Uma das etapas para o reconhecimento do território quilombola.

[6] A dissertação de Rosiete Marcos Santana (2010) é uma importante referência para a compreensão dos processos de construção da identidade quilombola, das associações e da luta pela terra, pois ela analisa as associações mencionadas.

para a forma de aquisição das terras destinadas ao monocultivo de dendê" (AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 68).

Destacamos abaixo trecho de entrevista concedida ao autor por uma liderança sindical:

> Digamos aqui que eu sou o fazendeiro, digamos que eu tinha 1000 hectare pra vender pra Biopalma, então o que acontecia, a Biopalma dizia 'olha, eu preciso de uma extensão maior, não dá pra ter essa área e ficar isolada', aí esse fazendeiro, que ele fazia? Ele fazia a conversa com os agricultores aqui e que acontecia? Pra aumentar isso aqui, digamos que a Biopalma dava 30 mil [reais], tirava o dele e ganhava dez mil [reais], ele fazia a política de convencimento e a Biopalma pagava por tudo. O fazendeiro foi o atravessador e ganhou! Talvez se o sindicato não age, talvez você não encontrasse essas famílias [do Ramal]. (Entrevista em 11/9/18). (AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 68).

Com isso, fica evidente que houve uma atuação de resistência por parte dos sindicatos nesse contexto de expansão da dendeicultura a partir da compra de terras. Evidenciam-se também as estratégias das empresas. Como bem observou Backhouse (2013), o PSOP proibia a aquisição de terras da agricultura familiar pelas empresas, porém os intermediários assumem papel central, tanto no convencimento aos camponeses quanto na burla às regras estabelecidas pelo programa.

No entanto, ocorreram resistências dos camponeses independentemente da atuação dos sindicatos ou das associações[7]. Aquino Júnior (2019) demonstra casos de camponeses na região do Cravo, no Acará, que resistiram à venda dos estabelecimentos e acabaram cercados pelo monocultivo.

De acordo com Sousa (2019), os camponeses da região da Boa Esperança, no Acará, lutaram pela criação de assentamentos rurais, efetivados em 2010, como uma estratégia de resistência. Mas além deles, houve camponeses que resistiram à venda de seus estabelecimentos na região do Pucaia, no mesmo município, e que mais tarde resistiram também à integração produtiva (SOUSA, 2019).

Já na resistência à integração, houve participação dos sindicatos. O trecho da entrevista concedida à autora revela:

> O nosso pessoal lá nenhum plantou. O pessoal com quem a gente conversou não quiseram. A gente prefere ficar com as nossas coisas, com as plantas nossas daqui. Se a gente tivesse chegado em mais gente, o número de agricultores que plantaram seria ainda menor, porque aqui quase ninguém plantou. (Maridalva, atual presidente do STTR do Acará). (SOUSA, 2019, p. 188).

Porém, a autora indica que, apesar de ter havido resistência partindo de organizações, isto é, dos sindicatos, não houve organização entre eles, já que cada um agiu de maneira autônoma.

O trabalho também revela as estratégias de aliciamento das empresas, em que houve resistência que não partia apenas dos sindicatos. Os funcionários das empresas, então, recorriam a estratégias que "[...] iam desde mexer com o brio dos agricultores até semear a discórdia entre

[7] Outro trabalho que analisa bem a resistência camponesa à venda de seus estabelecimentos é de Rafael Benevides de Sousa (2018), que não fez parte do escopo da pesquisa por não ter sido desenvolvido na UFPA.

os agricultores", fato que fez com que alguns dos entrevistados pela autora tenham aceitado sob pressão e para evitar conflitos, o que não significa que estes não ocorreram (SOUSA, 2019, p. 189).

Pontes (2017) relata que na comunidade Conceição do Guajará, em Bujaru, as resistências se manifestam de formas diversas. Quando da instalação da Empresa Biopalma, os camponeses sentiram-se prejudicados devido ao represamento de um igarapé, o que os levou a pressionar o responsável pela empresa para que a comunidade não fosse afetada. No entanto, conforme o autor, ainda houve conflitos por causa da aplicação de insumos químicos em áreas próximas ao igarapé (PONTES, 2017). Ainda segundo Pontes (2017), muitas famílias venderam suas terras e migraram da região, mas muitos resistem, como a igreja e a escola da comunidade, que foram cercadas pelo monocultivo.

Ribeiro (2017) demonstrou que as resistências cotidianas acontecem de diversas formas na comunidade Castanhalzinho, em Concórdia do Pará. A autora identificou que estas vão desde a contestação e a negociação, quando da aplicação de agrotóxicos muito próximo às casas, até a entrada na mata para a retirada de estacas para as plantações de pimenta-do-reino. Além disso, há também práticas menos incisivas, como os discursos ocultos acerca das empresas e a resistência ao assalariamento nelas (RIBEIRO, 2017).

Conforme Aquino Júnior (2019), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Empregados (as) de Acará, formado em 2016, a partir da divisão do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Acará, tem sido fundamental na resistência por parte dos trabalhadores assalariados nas empresas. De maneira geral, a atuação do sindicato tem sido em assegurar os direitos dos trabalhadores assalariados na dendeicultura, desde a garantia de uma alimentação adequada até a luta ante as mudanças impostas pela reforma trabalhista.

O mesmo autor também analisou as resistências cotidianas dos camponeses que resistiram à venda dos estabelecimentos na região do Cravo. O autor compreende que há constante disputa pelo território ao longo do Ramal do Cravo, entre a empresa Biopalma e os camponeses que resistiram à venda dos estabelecimentos (AQUINO JÚNIOR, 2019).

Por fim, a tese de Sousa (2019) revela que, entre aqueles que optaram pelo contrato de integração, há formas diversas de manifestar resistência. A autora entende que se trata de estratégias para resistir à espoliação e manter seu modo de vida camponês, as quais vão desde o plantio de outras culturas por entre os dendezeiros, nos primeiros anos, até a venda da produção para outras empresas que não aquela com quem mantém contrato. No entremeio destas, os camponeses desobedecem aos horários para corte dos cachos, desviam adubos para outras culturas do estabelecimento, comercializam adubos, abandonam os plantios e, em alguns casos, partem para a rescisão do contrato (SOUSA, 2019).

A resistência empreendida por camponeses, seja a partir dos sindicatos e das associações, ou espontaneamente, pode ser analisada sob a ótica da ação coletiva. Consiste em ações motivadas pelo interesse em manter-se no estabelecimento e/ou no território, e não os vender, como analisam Ribeiro (2017), no caso dos quilombolas de Concórdia do Pará, e Aquino Junior (2019),

no caso dos camponeses do Ramal do Cravo, em Acará. Ou ainda, não se integrar à agroindústria (SOUSA, 2019).

Ao menos no que diz respeito à produção dos programas de pós-graduação da UFPA, percebe-se poucos trabalhos que investigaram a resistência dos camponeses a partir de um referencial da ação coletiva no contexto da dendeicultura. No entanto, ao analisar os trabalhos, observamos que há uma diversidade de estratégias por meio das quais os camponeses resistiram para permanecer na terra e resistem cotidianamente. As estratégias vão desde aquelas mais formalizadas, como a atuação de sindicatos, até outras mobilizações para a resistência, que caracterizam a ação coletiva, e ainda aquelas aparentemente simples, no dia a dia.

Em geral, há muitas possibilidades de análise acerca do contexto de expansão da dendeicultura sob a ótica da ação coletiva, em toda a sua amplitude e instrumentos, como observado acima, movimentos sociais têm sido fundamentais à resistência camponesa e de outros grupos sociais atingidos.

Considerações Finais

A partir do levantamento da produção dos programas de pós-graduação da UFPA, identificamos a ação coletiva no contexto da dendeicultura no NEP. Foram selecionados seis trabalhos, dos quais apenas dois mobilizam referencial de ação coletiva para a abordagem de suas respectivas temáticas. No entanto, outros quatro trabalhos relatam ações coletivas, sobretudo de resistência, empreendidas por camponeses via sindicatos, associações, ou mesmo pelas comunidades, contra os avanços dos monocultivos.

Os trabalhos analisados demonstram que houve distintas formas de ação coletiva empreendidas por associações e sindicatos dos diferentes municípios. Por um lado, nos municípios de São Domingos do Capim e Irituia, houve a criação de associações como via de negociação com as empresas dendeicultoras. Por outro, nos municípios do Acará e Concórdia do Pará, houve resistências por parte de sindicatos e associações frente ao mercado de terras na região e contra a integração por meio de contratos de produção. Além disso, foram observadas formas de resistência cotidianas após a integração.

Dois aspectos apontados nos trabalhos chamam atenção, e consideramos que há necessidade de pesquisas para melhor esclarecimento: 1) a estratégia das comunidades de criação de assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para resistir à venda dos estabelecimentos. A respeito desse tema, convém saber como as comunidades que optaram por essa estratégia se mobilizaram e por que assim o fizeram, bem como verificar se os assentamentos se concretizaram; e 2) a atuação dos sindicatos no contexto de expansão da dendeicultura precisa ser melhor compreendida. Não há pesquisas que aprofundem sobre a atuação desses sindicatos e como eles se mobilizaram, seja a favor ou contra, acerca do dendê na região.

Ao menos no que se refere ao escopo da pesquisa, isto é, às teses e dissertações defendidas na UFPA, observa-se que há poucos estudos a respeito da ação coletiva no contexto da dendeicultura, e, como demonstramos, este é promissor. Portanto, há necessidade de maior entendimento das formas de ação coletiva nesse âmbito, buscando, assim, compreender os processos de mo-

bilizações sociais das comunidades atingidas e suas motivações para a ação. Penso também ser necessário olhar para aqueles que se manifestam a favor da dendeicultura na região, sejam elites, políticos locais, entre outros.

Referências

ACEVEDO MARIN, R. E.; BACKHOUSE, M. **Guerra do dendê**: quilombolas atingidos pela expansão do dendê no Pará. Manaus: UEA Edições, 2014. (Nova Cartografia Social da Amazônia. Boletim Informativo, n. 9, set. 2014).

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, [s. l.], n. 76, p. 49-86, 2009.

ANDREATA, H. K. **Ação coletiva e sistemas agroflorestais na comunidade São Manoel, Quilombo Jambuaçu, Moju/PA**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

AQUINO JÚNIOR, P. O. C. de. **Campesinato e agronegócio do dendê no ramal do Cravo (Acará/PA)**: disputas em torno da terra e futuro. 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia**. O caso de investimentos em dendê no Pará. Berlin, 2013. (Fair Fuels? Working Paper, 6).

BALIEIRO, M. L. **Ação coletiva sob influência da dendeicultura**: um estudo de caso sobre a Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (CONSERC). 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

BENNETT, A.; RAVIKUMAR, A.; PALTÁN, H. The political ecology of oil palm company-community partnerships in the Peruvian Amazon: deforestation consequences of the privatization of rural development. **World Development**, [s. l.], v. 109, 2018.

CATTANI, A. D. Ação coletiva. *In*: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011. p. 15-19.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, London, v. 39, n. 2, p. 237-231, 2012.

HARDIN, G. A tragédia dos comuns. Tradução: Jose Roberto Bonifacio. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2011. Original: The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1244-1248, 1968.

HERVAS, A. Land, development and contract farming on the Guatemalan oil palm frontier. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 46, n. 1, p. 115-141, 2019.

HOMMA, A. K. O. **Cronologia do desenvolvimento na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. de. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 19, n. 1, p. 302-331, 2015.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; MOURÃO JÚNIOR, M.; GOMES, D. L. Dendê, mandioca, outras culturas: agriculturas em disputa no nordeste paraense. *In*: CASTRO, E. (org.). **Pensamento crítico latino-americano**: reflexões sobre políticas e fronteiras. São Paulo: Annablume, 2019. p. 353-382.

MÜLLER, A. A.; ALVES, R. M. **A dendeicultura na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 1997.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2014.

OLIVEIRA, K. E. O. de. **A ação coletiva de agricultores familiares integrados à agroindústria de dendê**: um estudo de caso na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia- Pará. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução: Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. Original: 1965.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990.

PONTES, D. L. R. **Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

PYE, O. The biofuel connection-transnational activism and the palm oil boom. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 37, n. 4, p. 851-874, 2010.

RIBEIRO, L. C. **"Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui"**: resistência a agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

RIBEIRO, L. C.; SCHMITZ, H. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia paraense. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Málaga, maio 2018.

ROCHA, A. C. de O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

SANKEY, K. **Communities against capital?** Unravelling the Politics of Resistance to Colombia's Agro-Extractivist Project. Paper for presentation at the XIV World Congress of Rural Sociology, Toronto, Aug. 2016. Disponível em: https://cpb-us-e1.wpmucdn.com/blogs.cornell.edu/dist/d/4225/files/2014/05/KSankey-The-politics-of-resistance-to-land-grabbing-1zqf6fl.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.

SANTANA, R. M. **Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará/PA**. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, L. S.; NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. A formação da dendeicultura na Amazônia. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 15, n. 35, p. 1-31, abr. 2020.

SAPUAN, S. M.; MASJUKI, H. H.; AZLAN, A. The use of palm oil as diesel fuel substitute. **Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers, Part A: Journal of Power and Energy**, London, v. 210, n. 1, p. 47-53, 1996.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-293, jul.-dez. 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, PA, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan.-abr. 2017.

SCHMITZ, H.; RIBEIRO, L. C.; MOTA, D. M. da. Resistência cotidiana à agroindústria do dendê em uma comunidade quilombola rural na Amazônia Oriental. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Belém, PA, v. 12, n. 2, p. 659-692, 2020.

SCOTT, J. C. **Weapons of the weak**: everyday forms of peasant resistance. New Haven; London: Yale University Press, 1985. 392 p.

SILVA, E. P. da. **Agroestratégias e monocultivo de dendê**: a transferência silenciosa de terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia Paraense. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2015.

SOUSA, C. de F. M. de. **A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos**: expropriações e resistências camponesas na Amazônia Paraense. 2019. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

SOUSA, R. B. de. **Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no nordeste paraense**. 2018. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

TILLY, C. Introduction. *In*: TILLY, L. A.; TILLY, C. (ed.). **Class conflict and collective action**. London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 20/9/2021
Aceito: 13/12/2022
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

CARNEIRO, M. D. S. O movimento de ocupações camponesas na Pré-Amazônia Maranhense: oportunidade política, mobilização de recursos e a gramática de uma luta pela terra. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 31-47, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p31-47.

O MOVIMENTO DE OCUPAÇÕES CAMPONESAS NA PRÉ-AMAZÔNIA MARANHENSE

OPORTUNIDADE POLÍTICA, MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E A GRAMÁTICA DE UMA LUTA PELA TERRA

Marcelo Domingos Sampaio Carneiro[1]

Resumo: O artigo analisa o movimento de ocupações de terra desenvolvido nos anos 1980, na região da Pré-Amazônia Maranhense, dialogando com algumas teorias que enfatizam a questão da oportunidade política, da mobilização de recursos e da necessidade de elaboração de uma gramática para transformar um sentimento de injustiça em energia para a ação coletiva. Nesse sentido, o artigo destaca o papel desempenhado pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru-MA) no processo de organização do movimento de ocupações que, ao final dos anos 1990, havia conseguido a desapropriação de 23 fazendas, numa área de cerca de 500 mil hectares, e possibilitado o assentamento de cerca de 8 mil famílias; ressalta a conjuntura política e econômica que favoreceu o desenvolvimento da mobilização; e aponta a questão do trabalho camponês investido na terra como elemento central para justificar o direito desse grupo às áreas ocupadas.

Palavras-chave: ação coletiva, campesinato, ocupações, Amazônia.

THE MOVEMENT OF PEASANT OCCUPATIONS IN THE PRE-AMAZON OF MARANHÃO: THE MOVEMENT OF PEASANT OCCUPATIONS IN THE PRE-AMAZON OF MARANHÃO

Abstract: The article analyzes the movement of land occupations developed in the 1980s, in the pre-Amazon region of Maranhão, dialoguing with some theories that emphasize the issue of political opportunity, resource mobilization and the need to elaborate a grammar to transform a feeling from injustice to energy to collective action. In this sense, he highlights the role played by the Center for Education and Culture of Rural Workers (Centru-MA) in the process of organizing the occupation movement which, at the end

[1] Sociólogo, doutor em Sociologia e Antropologia, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA.
E-mail: marcelo.sampaio@ufma.br
http://orcid.org/0000-0002-7474-2694

of the 1990s, had managed to expropriate 23 latifundia in an area of around 500 thousand hectares, and the settlement of around 8 thousand families was made possible; the political and economic situation that favored the development of mobilization, as well as the issue of peasant labor invested in land as a central element to justify the right of this group to the occupied land.

Keywords: collective action, peasantry, occupations, Amazon.

Introdução

Os estudos acerca da questão agrária na Amazônia, nos anos 1980, quase sempre destacam processos de expropriação de grupos camponeses, ações violentas praticadas por fazendeiros e grileiros, bem como a participação ou conivência estatal nessas ações (ALMEIDA, 1983; ASSELIN, 1982; ESTERCI, 1989; LUNA, 1984).

Nosso trabalho analisa um processo distinto. Partindo de situação semelhante – a expulsão dos posseiros há muito estabelecidos no Vale do Rio Pindaré –, descrevemos a retomada de dezenas de fazendas por camponeses mobilizados pelo Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru)[2], na região designada como Pré-Amazônia Maranhense.

Esse movimento de luta pela terra teve como centro de atuação o então povoado de Buriticupu, hoje sede do município do mesmo nome e que se originou como o núcleo administrativo avançado do Projeto Pioneiro de Colonização (PPC), promovido pelo governo estadual, a partir da Companhia Maranhense de Colonização (Comarco) que, segundo Miranda (1990), assentou cerca de 2.900 famílias de colonos em cerca de 54 mil hectares.

O projeto de colonização da Comarco foi pensado como parte de uma estratégia do governo estadual para atrair grandes empresas agropecuárias para a região, pois, juntamente com a colonização de agricultores, o Estado alienou uma área de cerca de 750 mil hectares para diferentes grupos empresariais (ALMEIDA, 1981), que, além da aquisição de terra barata, puderam usufruir da política de incentivos fiscais da Ditadura Militar, por meio do acesso aos Fundos de Investimento da Amazônia e do Nordeste, operados, respectivamente, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Contudo, como ocorreu com a maior parte desses projetos na Amazônia Legal (COSTA, 2000), as empresas que obtiveram essas terras e esses financiamentos não tinham por objetivo a realização de investimentos produtivos, mas tão somente obter o acesso aos incentivos fiscais (ANDRADE, 1986), o que fez com que, no intervalo de poucos anos, as fazendas da região tivessem se transformado em grandes latifúndios improdutivos, com a remoção da floresta e a implantação de pastagens e uma pecuária de baixa produtividade.

De acordo com levantamento realizado nos arquivos de conflitos agrários da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH) (1993), para o período de 1985 a 1993, pelo menos 23 fazendas foram ocupadas, representando uma área

[2] Representantes do Centru participaram da reunião de fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Curitiba, no ano de 1985, e chegaram a integrar a direção nacional do movimento. Contudo, saíram posteriormente do MST, em virtude de divergências sobre o papel do movimento sindical na luta pela reforma agrária, conforme destacou Manoel da Conceição em entrevista à Fundação Perseu Abramo (FERREIRA; FORTES, 2008).

total de aproximadamente 466 mil hectares (Quadro 1), o que confere a esse movimento uma dimensão comparável somente a processos de ocupações de terra realizados no sudoeste do Pará (ASSIS, 2007) ou na Zona da Mata pernambucana (SIGAUD, 2005).

Quadro 1. Movimento de ocupações de terra na Pré-Amazônia Maranhense (1985–1993)[1].

Nome da fazenda ocupada	Ano de ocupação	Número de famílias[2]	Área (em hectares)
Capoema (Buriti/Rio Bonito)	1985	828	54.726
Santa Inácia	1985	300	20.023
Lago Azul	1985	180	13.266
Planalto	1985	412	16.217
União	1986	800	19.500
Fremasa	1986	100	22.428
Karinâ	1986	817	24.546
Cacique	1987	250	21.802
Miril	1987	205	5.739
Sapucaia	1987	250	14.566
Batuta	1988	53	1.652
Guairaca	1988	120	20.809
Terra Bela	1988	350	11.553
Faisa	1988	429	15.846
Verona	1988	160	4.358
SIT	1988	280	16.174
Tucumã	1989	500	20.481
Cikel	1989	250	80.000
Matary	1989	50	35.000
Internacional	1991	28	2.567
Barra Limpa	1991	40	1.028
Pindaré	1991	517	14.254
Varig	1991	500	18.799
Sanbra	1992	330	23.000
Codominas	S/I	180	9.000
Total	**-**	**7.929**	**487.334**

Fonte: Carneiro (1996).

[1] As fazendas ocupadas localizavam-se, durante a realização da pesquisa, nos municípios de Santa Luzia e Bom Jardim. Nos anos 1990, com o crescimento demográfico dos principais povoados, o município de Santa Luzia teve sua área desmembrada, dando origem a Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré, Tufilândia e Bom Jesus das Selvas.

[2] Informação obtida a partir do Cadastro de Projetos de Assentamento do Incra ou de informações nos arquivos da CPT e da SMDH.

[3] Vale registrar que a Fazenda União foi dividida pelo proprietário em um conjunto de oito áreas: Portugal, Babilônia, Palmares, União (Gavião), Santa Maria, Santo Antônio, Indiana e Vale Verde (São José e Guarida), todas foram ocupadas por camponeses.

Quando da elaboração da primeira versão deste artigo, o foco da análise dirigiu-se para o debate sobre o processo de fechamento e abertura da fronteira (CARNEIRO, 1996), apenas tangenciando a questão das características desse movimento social e das especificidades do sucesso da mobilização camponesa liderada pelo Centru. Foi somente a partir do contato com a literatura sobre as teorias da ação coletiva que passei a refletir sobre os mecanismos sociais que possibilitaram o desenvolvimento de uma mobilização de tamanha envergadura, tomando como referência elementos da chamada teoria do processo político (TARROW, 2009; TILLY; TARROW, 2008),

bem como a discussão realizada por Honneth (2003) acerca do papel da luta pelo reconhecimento no desenvolvimento de ações coletivas.

Destacam-se, na abordagem do processo político, dois elementos para a explicação do sucesso da mobilização camponesa aqui analisada: a existência de uma conjuntura (oportunidade) política[3] que favoreceu o desenvolvimento do movimento e o papel desempenhado pelo Centru na intermediação, difusão e coordenação das ocupações. Da análise da luta pelo reconhecimento, incorpora-se a discussão acerca do papel desempenhado pela construção de uma gramática que possibilite aos dominados passarem do sentimento de injustiça para o desenvolvimento de ações de reparação dessa injustiça.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução e de sua conclusão. Na primeira seção é apresentado o contexto político que possibilitou o desenvolvimento do movimento de ocupações, destacando o significado da emergência do governo da Nova República e o fim da Ditadura Militar. Na seção subsequente, analisa-se o papel desempenhado pelo Centru no processo de mobilização de recursos que possibilitou o desenvolvimento das ocupações. Chama-se a atenção também para a importância do apoio de algumas organizações não governamentais à Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH), para o sucesso da mobilização. Na última seção, o foco é a discussão da gramática que embalou a mobilização para as ocupações, isto é, o conjunto de práticas e representações acionadas por seus participantes para legitimar sua pretensão à posse da terra ocupada e para justificar suas reivindicações perante seus aliados e contra seus opositores (MATHIEU, 2012).

As informações que serviram de base para a elaboração deste artigo foram retiradas da pesquisa para a dissertação de mestrado, apresentada no início dos anos 1990, sobre a ocupação da Fazenda Pindaré (CARNEIRO, 1996); da revisão de literatura sobre a atuação do Centru na região (ARAÚJO, 1996, 2010); e da biografia recém-publicada do líder camponês Luiz Vila Nova (VILA NOVA, 2019), a principal figura pública do movimento de ocupações.

O contexto da mobilização: o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária e a campanha pela reforma agrária

Como dissemos no início deste artigo, o movimento de ocupações de terra em Santa Luzia marcou uma reviravolta importante na dinâmica agrária na região da Pré-Amazônia Maranhense, revertendo de forma decisiva o processo de expropriação que se desenrolou nos anos 1970 e abrindo caminho para um processo de reterritorialização camponesa nessa região.

A pesquisa realizada por Luna (1984) sobre os conflitos agrários na região fornece uma noção da dimensão do processo de expropriação que teve curso na década de 1970, na área do então município de Santa Luzia. Segundo essa autora, entre 1970 e 1982, ocorreram 55 casos de conflitos pela posse da terra nesse município, equivalente a 10% de todos os conflitos registrados para o estado do Maranhão. De acordo com Aguiar (2005), em estudo que aborda a história do

[3] Sidney Tarrow define oportunidade política nos seguintes termos: "Entendo o conceito de oportunidade política como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso e ao fracasso" (TARROW, 2009, p. 105).

município de Buriticupu de um ponto de vista simpático à luta dos camponeses, a mobilização pela terra teria produzido como resultado:

> A luta pela reforma agrária teve o seguinte saldo negativo: 54 mortos, dos quais 28 eram policiais, jagunços, pistoleiros e fazendeiros e 26 eram trabalhadores rurais; 36 fazendas ocupadas, no período de 1985 a 1992. Mas, no balanço final, os resultados positivos logo se fizeram sentir: apesar de tantos conflitos e tanta violência, muitas famílias conseguiram seu sonhado pedaço de chão e, com isso, houve um significativo aumento da população e da produção agrícola. (AGUIAR, 2005, p. 80).

Nos anos 1980, esses conflitos continuaram, contudo com uma característica diferente, pois, em sua maior parte, serão os camponeses os protagonistas do processo, por meio da ocupação de dezenas de fazendas, ao cabo de um processo que, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)[4], resultou no estabelecimento de aproximadamente 63 assentamentos, 15.709 famílias assentadas numa área total de 557.552,76 ha[5].

Como explicar esse processo? Sob que condições ocorreu essa passagem de um processo predominantemente expropriatório para um de retomada de posse da terra? Em que circunstâncias o campesinato saiu de uma luta que pode ser classificada como de resistência (SCOTT, 2002), para uma luta ofensiva de grande envergadura?

O primeiro aspecto que aqui se destaca se refere a uma modificação importante no contexto político da época. Como destacou, em seu livro de memórias, o ex-deputado estadual Luiz Vila Nova, principal liderança do movimento de ocupações no Pindaré, a decisão de organizar os camponeses na região teve início em 1983, a partir de uma discussão elaborada pelo Centru (VILA NOVA, 2019), com base nas informações sobre o processo de grilagem de terras no Vale do Pindaré, levantadas pelo Padre Victor Asselin[6], e que foram publicadas no livro *Grilagem: corrupção e violência em terras de Carajás* (ASSELIN, 1982).

A publicação desse importante livro-denúncia coincide com o retorno de Manoel da Conceição do exílio na Suíça e com o investimento que ele fez para a construção do Centru, entidade de formação política de trabalhadores rurais com atuação nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão (SANTOS, 2010). O Centru desenvolveu importante processo de construção de oposições sindicais com o objetivo de retomar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), que sofreram a intervenção da Ditadura Militar e que, em alguns casos, como na região da Pré-Amazônia Maranhense, estavam sob a direção de pessoas sem vínculos com a luta camponesa.

Os dois elementos acima mencionados – o retorno dos exilados e a maior liberdade de imprensa – relacionam-se com um processo que será central para a compreensão do desenvol-

[4] Cf. BRASIL, 2022.

[5] Foram consideradas as informações do Incra para todos os assentamentos criados nos municípios de Santa Luzia, Buriticupu, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas e para os assentamentos do município de Bom Jardim, cujas ocupações estão relacionadas como a mobilização aqui descrita (Miril, Varig e Sanbra).

[6] Padre Victor Asselin foi o primeiro presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado do Maranhão, ele desenvolveu importante trabalho de assessoria a movimentos camponeses no estado. Para mais informações sobre a elaboração do livro *Grilagem: corrupção e violência em terras de Carajás*, ver a entrevista com Asselin, publicada no livro organizado por Esterci e Ramalho (2017).

vimento do movimento de ocupações, pois, na primeira metade dos anos 1980, o Brasil vivia o momento da chamada "distensão política": a transição da Ditadura Militar para o governo civil da coalizão partidária da Aliança Democrática (PMDB/PDS), que culminou com a eleição da chapa presidencial Tancredo Neves/José Sarney no Colégio Eleitoral em 1985.

A eleição do governo da Aliança Democrática, apesar de todas as contradições que marcaram a política de reforma agrária nesse período, com o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR) e a derrota dos setores progressistas na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (SILVA, 1987), significou uma mudança importante para o movimento camponês, pois houve a manifestação pública de um compromisso com a causa da reforma agrária, tanto com o discurso do presidente José Sarney no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como pelo fato de que, por um breve momento, os principais órgãos responsáveis pela política fundiária do Estado Brasileiro (INCRA e MIRAD[7]) foram liderados por atores identificados com essa bandeira política (caso de José Gomes da Silva e Nelson Ribeiro[8]) e por intelectuais vinculados à causa da reforma agrária[9].

Do ponto de vista da teoria do processo político, a ocupação de postos no Estado por funcionários próximos aos movimentos sociais, além de representar a abertura de uma janela de oportunidades (TARROW, 2009), trazia a perspectiva de que as chamadas questões sociais, como a reforma agrária, não seriam mais abordadas como uma questão de natureza policial, com o uso da violência do Estado contra os camponeses.

A liderança do movimento de ocupações percebeu essa inflexão que se operava no plano político e aproveitou para impulsionar o processo organizativo na região. Relatando um episódio no qual havia sido intimado a comparecer na delegacia em Buriticupu, por causa da denúncia de fazendeiros de que ele estava organizando a entrada em suas terras, Luiz Vila Nova disse que era verdade, pois o Incra havia lançado o I PNRA e que eles "estavam preparando os trabalhadores para receber a terra" (VILA NOVA, 2019, p. 83).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às características da grande propriedade agropecuária na região e às estratégias desenvolvidas pelas empresas para enfrentar o movimento de ocupações. Como destacado na Introdução, as fazendas que foram ocupadas pertenciam a empresas agropecuárias que foram atraídas para a região por política de incentivos fiscais desenvolvida durante a Ditadura Militar, com o objetivo de fomentar a atividade pecuária de corte na região (COSTA, 2000).

Vale destacar que as empresas agropecuárias que se estabeleceram no município de Santa Luzia, e em grande parte da Pré-Amazônia Maranhense, foram constituídas por firmas oriundas de diferentes ramos econômicos, como no caso da Viação Aérea Rio Grandense (Varig), do Banco Bamerindus, da empresa farmacêutica Merck, da Sociedade Algodoeira do Nordeste

[7] O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) foi criado pelo governo da Nova República em 30 de abril de 1985, em ato que pode ser compreendido como um compromisso inicial à reivindicação da reforma agrária.

[8] O relato de José Gomes da Silva sobre o período em que esteve na presidência do Incra, durante o 1º ano do governo da Nova República, mostra as dificuldades enfrentadas, bem como a estratégia desses técnicos favoráveis à reforma agrária no interior dessa agência estatal: "A queda era, como se vê, inevitável. A difícil semana após a assinatura do decreto n° 91.766 só conseguiu adiá-la por mais alguns dias. [...]. Restava apenas decidir quem poderia continuar resistindo. Como, quando e onde foi feito numa série de reuniões e avaliações" (SILVA, 1987, p. 152-153).

[9] Ver a esse respeito o relato do antropólogo Moacir Palmeira, que ocupou, durante o início do governo da Nova República, o posto de Diretor de Recursos Fundiários do Incra (PALMEIRA, 1994).

Brasileiro (Sanbra) – pertencente ao grupo Bunge y Born[10] –, e da empresa revendedora de automóveis Meira Lins, de Pernambuco.

A lógica econômica desse tipo de empreendimento agropecuário foi analisada por vários autores, como Costa (2000) e Martins (1990), que destacaram o caráter rentista dessas empresas, cujo objetivo principal era o de obter os incentivos fiscais concedidos pelas superintendências regionais de desenvolvimento Sudam e Sudene. Contudo, nos anos 1980, essa política de crédito subsidiado para implantação da grande empresa agropecuária na Amazônia passou a ser objeto de diversas críticas (COSTA, 2000; SCHMINK; WOOD, 2012) e ficou muito fragilizada com a crise fiscal que atingiu o Estado Brasileiro e, por tabela, a atuação da Sudam e da Sudene.

Nesse sentido, quando o movimento de ocupações de terra começou a se desenvolver, essas empresas não possuíam mais a perspectiva de acessar os recursos públicos pela via da política de incentivos fiscais, o que levou, em alguns casos, ao desenvolvimento de uma estratégia, por parte desses atores, de aceitar a perda da terra, tendo como contrapartida a obtenção de volumosos recursos com as desapropriações realizadas pelo Incra (CARNEIRO *et al.*, 1998).

A análise do comportamento da grande empresa agropecuária e de sua relação com a dinâmica da mobilização na região de Santa Luzia é importante para a compreensão do sucesso desta última, pois o enfraquecimento da política de incentivos fiscais não produziu o mesmo efeito na grande propriedade em outras regiões do Maranhão, que, apesar de contestadas por organizações camponesas, conseguiu manter o seu domínio territorial. A hipótese para essa diferença destaca o fato de que, em algumas regiões do estado, como ocorreu no município de Açailândia (CARNEIRO, 1994), a grande propriedade é dirigida por proprietários familiares[11], cuja relação com a terra não é a de um investimento meramente especulativo, o que implica atuação mais forte de resistência a movimentos de ocupação de terra.

O Centru, a mobilização de recursos e a organização do movimento das ocupações

Outra abordagem importante para a compreensão da emergência de ações coletivas é a teoria da mobilização de recursos (TONI, 2001). Apesar das críticas corretas que essa perspectiva recebeu, por sua focalização nas questões materiais e sua visão dos movimentos sociais como empresas de ação coletiva, ela tem o mérito de chamar a atenção para o fato de que mobilizações como a apresentada neste artigo exigem o investimento no recrutamento de pessoas, o planejamento da ação e o dispêndio de recursos de diferentes tipos.

No caso do movimento de ocupações aqui analisado, o Centru teve um papel central no planejamento das ocupações, no recrutamento dos camponeses para participar do movimento e na construção dos repertórios da ação coletiva.

De acordo com Vila Nova (2019), a decisão para organizar o movimento de ocupações no Vale do Pindaré foi tomada em 1983, a partir de levantamento sobre a situação fundiária da re-

[10] Sobre a empresa agropecuária Sanbra e sua relação com o grupo Bunge y Born, ver Costa e Silva (2020).

[11] No caso do município de Açailândia, esses proprietários se deslocaram de suas regiões de origem (Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo) já dispondo de algum capital que foi aplicado na aquisição (legal ou fraudulenta) de terras no Oeste Maranhense (CARNEIRO, 1994).

gião, com base no estudo de Asselin (1982) sobre o Grilo Pindaré. Para dar início à mobilização, o Centru providenciou a aquisição de uma terra – chamada Cantareira – e a implantação de um grupo de famílias na região, de forma a começar o processo organizativo[12]. Segundo Vila Nova (2019, p. 78), na Cantareira "implantamos a proposta do Centru, um trabalho coletivo com a agricultura de subsistência e planejamos as estratégias para a tomada de terras na região".

Como forma de atrair os camponeses para a mobilização, o Centru apresentou ao Incra a reivindicação de que 12 fazendas fossem desapropriadas, num total de 297 mil hectares (VILA NOVA, 2019). Essa reivindicação se justificava no fato de as terras dessas empresas agropecuárias terem sido griladas e no fato de o presidente da república José Sarney ter se comprometido com a efetivação da reforma agrária.

Com base nessa reivindicação, a organização realizou um trabalho de cadastramento de famílias camponesas interessadas na obtenção de terras, aproveitando que já havia um número elevado de pessoas que moravam no núcleo urbano do Projeto Pioneiro de Colonização (PPC), hoje sede do município de Buriticupu, e que não tinham acesso à terra, apesar de serem agricultores.

> A companheirada da Comissão de Lutas chamou uma grande reunião no Bosque (localidade do núcleo urbano do PPC) [...] para acontecer no dia primeiro de maio. Distribuímos convites para toda a região do Pindaré. O convite dizia que estávamos fazendo uma ficha de todas as famílias que pretendiam receber a terra e que a reunião seria durante todo o dia. (VILA NOVA, 2019, p. 85).

Nessa atividade foi estabelecido um cronograma de novas mobilizações, com previsão de datas para receber a resposta do Incra acerca das demandas apresentadas. Como o governo não atendeu à reivindicação apresentada, o movimento resolveu, em 15 de novembro de 1985, realizar a ocupação da fazenda Capoema (Rio Bonito/Gurupi). Contudo, a ocupação que produziu maior impacto e favoreceu a difusão do movimento foi a da Fazenda Terra Bela, em julho de 1988.

A ocupação de Terra Bela foi emblemática em vários sentidos. Primeiro, por se tratar de uma empresa agropecuária, cuja sede ficava situada na frente do núcleo urbano do PPC; segundo, pela forte resistência apresentada pelo proprietário; terceiro, pela forte midiatização que a ocupação provocou, com matérias publicadas na imprensa regional e nacional. A descrição de um evento importante, sempre destacado pelas lideranças do movimento como um marco na luta pela reforma agrária na região, e o ato público de apoio à ocupação da Fazenda Terra Bela, também denominado de "Grito pela Terra", realizado em 10 de abril de 1988, mostraram a importância dessa ocupação:

> Naquela época os trabalhadores rurais contaram com apoio de diversos segmentos da sociedade civil organizada, por isso, conseguiram êxito em suas incessantes lutas. Apoio jurídico (Principalmente através do renomado advogado Hélio Bicudo), além do apoio financeiro e logístico. Esse apoio pôde ser comprovado no dia em que foi realizado o Grito Pela Terra (grande manifestação organizada pelo MST local), naquela ocasião, dezenas de caravanas se deslocaram de várias partes do país, representando diversos

[12] A área da Cantareira, de cerca de 200 ha, foi adquirida com recursos doados por pessoas solidárias ao trabalho desenvolvido pelo Centru, e ficava localizada nas proximidades do povoado Nova Vida, no município de Buriticupu (VILA NOVA, 2019).

> segmentos sociais como: MST, SMDH, Cáritas Brasileira, Sindicato dos Professores, de Trabalhadores Rurais dentre outros. [...]. Durante aquele evento o clima foi de muita tensão, pois embora estando na presença de vários policiais, pistoleiros enfurecidos não paravam de exibir suas armas para os oradores que não se intimidavam e prosseguiam seus fervorosos pronunciamentos. A partir daquele evento os membros do MST se sentiram fortalecidos. (AGUIAR, 2005, p. 76).

A análise da ocupação da Fazenda Pindaré (CARNEIRO, 1996), que começou em 1987 e foi desapropriada em 1997, mostrou que, no início dos anos 1990, as empresas agropecuárias já não impunham mais tanta resistência como nas primeiras ocupações, tendo optado, em várias situações, pela negociação da desapropriação com a burocracia do Incra e do Instituto de Terras do Maranhão (Iterma), revelando-se um negócio muito lucrativo, que também pode ser considerado como obtenção da renda capitalizada da terra (MARTINS, 1990).

O Quadro 2, a seguir, apresenta cronologia elaborada acerca do movimento geral de ocupações de terra, a partir de levantamento nos diversos volumes do caderno de conflitos no campo, publicação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (CARNEIRO, 1996), nos arquivos da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH) (1993) e em jornais publicados no estado do Maranhão. Nesse quadro destacam-se o ano de início da ocupação – que pode ter mais de um momento, pois, por vezes, a ocupação fracassa e os camponeses voltam a entrar na fazenda em momento posterior, – e a data em que a fazenda é desapropriada oficialmente pelo Incra.

Como pode ser observado, após a ocupação da Fazenda Capoema, se desenvolve um vigoroso movimento de entrada de camponeses em outras propriedades das empresas agropecuárias na região. O Centru teve papel central na estruturação da ocupação de algumas fazendas (Capoema, Terra Bela, União, Lago Azul), contudo, após determinado momento, o movimento de ocupações se difundiu para grupos de camponeses sem relação com essa organização. Como bem definiu Luiz Vila Nova (2019, p. 15): "Vendo uma boa quantidade de trabalhadores com terra, decidiram também correr atrás de um pedaço de terra para a família. Desorganizadamente, sem muito amadurecimento, reuniam em grupo e entravam nas fazendas".

Ou, como disse um ocupante da Fazenda Pindaré, Jessé do O., quando perguntado sobre o movimento de ocupação da Fazenda Miril, que estava em andamento na época em que ocorria o trabalho de campo:

> P. Como foi o processo de ocupação da Miril?
>
> Aí logo formavam um grupo. 'Rapaz, olha essa mata está bem aqui, essa mirilzona [Fazenda Miril], com frente a Presa de Porco. Não tem serviço nenhum, não tem nada... vamos entrar?' 'Vamos'. Aí formavam o grupo, aí aqueles que não tinham [lote] juntavam cem, duzentos homens e 'caíam', iam buscar mais homens lá fora. Aí logo na hora que sabiam da notícia, descia gente de fora, do Mearim, de todo o canto [...]. (CARNEIRO, 2013, p. 119).

Nesse caso, o relato mostra que, após um período trabalhando nos lotes de ocupantes já estabelecidos (na Fazenda Pindaré), os camponeses identificavam uma fazenda passível de ocupação, formavam um grupo e tentavam entrar nessa propriedade.

Quadro 2. Cronologia do movimento de ocupações[1] e desapropriações das fazendas*.

Fazenda	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1993	1996	1997	1998
Barra Limpa							Ocupação		Desaprop.		
Brejo Social			Ocupação								
Capoema	Ocupação				Desaprop.						
Cacique					Ocupação			Desaprop.			
Cikel					Ocupação						Desaprop.
Faisa									Desaprop.		
Fremasa			Ocupação		Ocupação						
Internacional							Ocupação		Desaprop.		
Karinã		Ocupação	Desaprop.								
Lago Azul		Ocupação			Ocupação		Desaprop.				
Matary					Ocupação						
Miril			Ocupação								
Pindaré			Ocupação							Desaprop.	
Planalto	Ocupação					Desaprop.					
Santa Inácia				Desaprop.							
Sapucaia			Desaprop.								
SIT	Ocupação			Desaprop.							
Terra Bela			Ocupação	Desaprop.							
Tucumã				Ocupação				Desaprop.			
União		Ocupação	Ocupação	Desaprop.							
Varig							Ocupação			Desaprop.	
Vale Verde							Ocupação				

Fonte: Carneiro (1996).

(*) Não constam os anos de 1992, 1994 e 1995, pois nesses anos não foi identificada nenhuma atividade de ocupação ou desapropriação.

[1] Identificou-se a ocupação de 23 fazendas, contudo, em seu relato, o líder camponês Luis Vila Nova diz que foram ocupados 36 latifúndios (VILA NOVA, 2019, p. 89). É provável que nesse número Vila Nova esteja incluindo ocupações lideradas pelo Centru realizadas em outras regiões do estado, como as que ocorreram no município de Imperatriz, MA.

Todavia, esse processo não é totalmente espontâneo, pois esses novos ocupantes já aprenderam o repertório da ação coletiva (TARROW, 2009), desenvolvido inicialmente nas ocupações lideradas pelo Centru. Esse repertório envolve aquilo que pode ser chamado de logística da ocupação, como conhecimento sobre o processo de entrada na fazenda, a construção do acampamento provisório, o abastecimento dos recursos necessários para a manutenção das famílias na área ocupada e a abertura das primeiras áreas para o estabelecimento dos roçados.

Por outro lado, mas não menos importante, esses novos processos de ocupação passaram a contar com o acompanhamento de organizações não governamentais, como a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (1993), que prestou apoio jurídico aos diferentes movimentos de ocupação de terra desenvolvidos naquela e em outras regiões do estado do Maranhão. Além disso, passaram a contar com a cobertura de veículos de imprensa, o que significava um trunfo importante para chamar a atenção da opinião pública e, portanto, ajudava a pressionar o órgão fundiário (Incra ou Iterma) a realizar a vistoria e iniciar o processo de desapropriação da fazenda ocupada.

A gramática da mobilização: contra o latifúndio improdutivo, a terra para quem nela trabalha

O último elemento a ser discutido acerca do movimento de ocupações de terra diz respeito à questão da elaboração de uma gramática que continha os elementos de justificação para a ação coletiva (HONNETH, 2003)[13], o que, em outra perspectiva de análise de movimentos sociais, é abordado a partir do conceito de enquadramento (*frame*) (SILVA *et al.*, 2017). Essa discussão será feita em dois planos: no primeiro, analisa-se a justificação para as ocupações, apresentada pelas lideranças do Centru, para, no segundo, mostrar como a gramática elaborada pela direção do movimento foi apreendida pelos camponeses, a partir do estudo realizado na ocupação da Fazenda Pindaré (CARNEIRO, 1996).

Como destacado na primeira parte deste artigo, o contexto que favoreceu o desenvolvimento do movimento de ocupações, no início da década de 1980, foi fortemente marcado pelo fortalecimento da crítica à chamada "modernização conservadora" do campo brasileiro (SILVA, 1982). Essa política de modernização conservadora do campo foi promovida pela Ditadura Militar que, após silenciar e perseguir as organizações e lideranças do movimento camponês, promoveu a industrialização do campo brasileiro, ao transformar latifúndios em empresas agropecuárias, mediante concessão de crédito agrícola fortemente subsidiado.

Uma das consequências dessa modernização foi o agravamento da concentração da propriedade da terra, com a expansão da grande empresa agropecuária para as regiões de fronteira e a ocorrência de violentos processos de expropriação fundiária, cujo resultado mais visível foi o assassinato de trabalhadores rurais e a expulsão de camponeses de terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 1981; MARTINS, 1991).

[13] Falando sobre as condições pelas quais situações de injustiça e desrespeito se transformam em energia para a ação coletiva, Honneth destaca o papel desempenhado pela existência de uma gramática que possibilite a constituição de um movimento social: "somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para a ação coletiva" (2003, p. 224).

No caso da região de atuação do Centru, a Pré-Amazônia Maranhense, esse processo, além de violento, foi marcado pela atuação fraudulenta de grileiros e agentes do Estado Brasileiro, conforme destacado no livro *Grilagem: corrupção e violência em terras de Carajás* (ASSELIN, 1982). Foi com base nesse importante livro-denúncia que a liderança do Centru construiu a gramática para o recrutamento dos trabalhadores rurais e o desenvolvimento do movimento de ocupações: as terras do Pindaré foram apropriadas pelas empresas por processo fraudulento e, portanto, a sua ocupação e retomada pelos trabalhadores era um ato de justiça, que seria coroado com a realização da reforma agrária na região (SANTOS, 2010; VILA NOVA, 2019).

Outro aspecto também muito presente no discurso da liderança do Centru era o fato de as terras apropriadas pelas empresas serem utilizadas de forma improdutiva, uma vez que, após retirarem a madeira mais valiosa, os empresários implantavam uma pecuária de baixa qualidade, a partir da substituição da floresta por uma pastagem que logo se degradava. Como destacou Luiz Vila Nova, ao falar das empresas agropecuárias localizadas na região, que, segundo sua interpretação, "de fazenda só teriam o nome":

> Um mesmo grupo econômico era dono de várias fazendas. Cada grupo tinha uma serraria para a extração da madeira. Era um verdadeiro garimpo. De fazenda elas só tinham mesmo o nome, pois os proprietários somente desmatavam uma faixa de terra, beirando a estrada, plantavam capim, botavam algumas cabeças de gado e pronto! (VILA NOVA, 2019, p. 66).

Essa interpretação aparece fortemente em um dos principais instrumentos de mobilização utilizados pelo Centru, as chamadas "canções da luta camponesa", a maior parte elaborada por Luiz Vila Nova e muito utilizada nas reuniões e mobilizações. A seguir, os primeiros versos da canção "Ou na lei ou na marra" (VILA NOVA, 2019, p. 73-74), nos quais podemos ver essa gramática manifestada:

> Ou na lei ou na marra,
> nós vamos conquistar.
> Uma reforma agrária,
> para poder nos libertar.
> Toda terra improdutiva,
> de dono ou da nação.
> Vamos todas ocupá-las,
> e fazer dar produção.
> Nós queremos usar a terra,
> e de maneira coletiva.
> E para fazer funcionar,
> vamos criar cooperativas. [...] .

A gramática, elaborada pelo Centru, a oposição entre a necessidade dos camponeses de terra para trabalhar versus o uso improdutivo feito pelas empresas agropecuárias[14] apareceu em depoimentos recolhidos de camponeses que participaram do movimento de ocupação da Fazenda

[14] Vale dizer que essa oposição entre terra de trabalho e terra de negócio foi analisada por autores de estudos sobre a questão agrária no Brasil, nos anos 1980, dentre os quais o de Martins (1991), um dos mais importantes para a compreensão da questão agrária na Amazônia.

Pindaré, como pode ser observado abaixo. O trabalhador entrevistado, Jessé do O., apresenta o que teria sido a opinião dos camponeses, no diálogo travado com um gerente da fazenda quando de uma das primeiras reações à ocupação:

> Ele disse: doutor, eu descreio. *Eu não acredito que isto aqui seja fazenda*. E fazenda eu conheço, é onde tem pasto, tem arame, tem gado e aqui, nós vamos dois mil e quinhentos metros de pico, que nós toremos no coração dessa mata aí nunca topemos em riba de uma solta [pastagem], nem de arame, nem de rês. Só em riba de porcão, de veado mateiro e de anta. É terra improdutiva, eu não posso dizer que isso aqui é fazenda. (CARNEIRO, 2013, 122).

Na continuidade do "diálogo", o gerente da fazenda, ao contra-argumentar, possibilita o desdobramento da argumentação do mesmo entrevistado, que invoca outro elemento em defesa de sua pretensão à área:

> Aí ele disse: 'Mas Pedro tu não sabes que isso aqui *é uma área privada*?' Ele disse: sei, isso, aqui é área privada da fazenda Cacique... sei doutor, *é uma área privada do Estado* e, doutor, aquilo que é do Estado é meu, é seu, é de todos nós'. E aqui eu entrei com meus companheiros e aqui estamos e daqui nós só sai na carga [juntos], que nem mandioca, mas, pelo contrário, homem nenhum tira nós daqui, a não ser o governo (CARNEIRO, 2013, p. 122).

O deslocamento do campo da argumentação da ociosidade das terras para o da legalidade da propriedade, em tese mais favorável para o gerente da fazenda, é respondido à altura pelo ocupante, que invoca o fato de a área em questão ser uma "área privada do Estado", portanto uma área não particular, pertencendo a todos.

Outro relato colhido de um participante da ocupação da Fazenda Pindaré, também em diálogo que teria sido travado com um vigia da fazenda, argumenta que a terra é pública, portanto a posse da fazenda seria ilegítima, e que a necessidade de sustentar sua família justificaria a ocupação.

> Vigia: 'Vocês *invadiram* com a ordem de quem?'
>
> - 'com a minha'.
>
> Vigia: 'já chegou essa lei de tomar o que é dos outros?'
>
> Eu disse: 'não, isso aqui não é de ninguém, é do Estado'. Eu já sabia que isso aqui não tinha documento, tá. Eu digo: 'olhe, isso aqui é o seguinte, isso aqui é do Estado, é do governo. Eu sou pobre, vivo de trabalhar pra sustentar a família. Aí eu sou obrigado a procurar um lugar que nem esse pra sustentar a família. Então o senhor deixa pra lá e é melhor a gente não entrar nessa bocada porque ela vai pesar pra você e pesa pra nós. Talvez nós morra, apanhe muito, mais não vai ficar assim, porque essa terra não tem título, ela pode ser dele como tá sendo, mais pode ser nossa de agora em diante e nós não vamos sair daqui' (CARNEIRO, 2013, p. 123).

Ou seja, os camponeses compartilham a visão de que o domínio das empresas agropecuárias sobre aquela área está fundado em uma fraude, pois a terra havia sido grilada e, nesse sentido,

ela é considerada como pertencente ao Estado, passível, portanto, de ser ocupada, nem que para isso tenham que colocar suas vidas em risco.

Conclusão

Um dos aspectos que chama a atenção, ao analisar a evolução da questão agrária no Maranhão contemporâneo (CARNEIRO, 2013), articulando informações mais gerais sobre a distribuição da posse e propriedade da terra no estado com dados oriundos de pesquisas mais localizadas, concerne à forte capacidade de mobilização demonstrada por grupos de camponeses, nos últimos 40 anos.

No presente artigo, destacou-se uma mobilização específica, uma das mais importantes desenvolvidas pelo campesinato brasileiro no período pós-redemocratização, quando se consideram o número de famílias envolvidas e o volume de terras desapropriadas, que passaram efetivamente das mãos da grande propriedade para a de milhares de famílias camponesas. Contudo, dada a situação atual da questão agrária, com o revigoramento de processos de concentração fundiária (SANTOS *et al.*, 2020), cabe ressaltar os elementos que possibilitaram uma ação coletiva de tamanha envergadura.

Embora existam diferentes abordagens que ajudam a compreender o desenvolvimento de ações coletivas e de mobilizações sociais (ALONSO, 2009; TONI, 2001), sabe-se que, no caso específico aqui analisado, a teoria do processo político (TARROW, 2009) oferece o melhor recurso analítico. Nesse sentido, foram apresentadas três dimensões realçadas por essa teoria (a questão da gramática, ou do enquadramento da ação coletiva, foi incorporada posteriormente pelos autores da teoria do processo político, a partir de críticas quanto ao caráter demasiadamente estruturalista[15] da versão inicial de sua abordagem), que certamente ajudam a explicar o sucesso da luta pela terra desenvolvida a partir dos anos 1980 no Vale do Pindaré, e podem ajudar na compreensão das razões pelas quais outras mobilizações não tiveram o mesmo resultado.

A primeira dimensão a destacar é a da oportunidade política. O contexto político do período da redemocratização, com a forte crítica ao modelo econômico da modernização agrícola, o compromisso discursivo do novo governo com a realização da reforma agrária (SILVA, 1987) e a entrada de aliados do movimento de trabalhadores rurais em agências estatais (Mirad, Incra) favoreceram o desenvolvimento da mobilização camponesa pela terra.

Outro aspecto ainda relacionado com a questão da oportunidade política diz respeito à fragilização da grande empresa agropecuária na região[16]. Como destacado anteriormente, o movimento das empresas agropecuárias para a Pré-Amazônia Maranhense foi produto de duas ações governamentais desenvolvidas nos anos 1970: a política de incentivos fiscais do governo federal e a política de terras do governo estadual. No entanto, no início dos anos 1980, por causa da crise fiscal que afetou o governo brasileiro e da natureza fortemente especulativa dos empreendimentos agropecuários, o interesse dos empresários na manutenção da grande propriedade agrária

[15] A teoria do processo político tem sido objeto de diversas críticas (CEFAI, 2007; MATHIEU, 2012), que dizem respeito à pouca importância conferida ao papel dos atores na interpretação do contexto social, e à concentração do foco da análise na atuação estatal.

[16] De forma semelhante ao observado por Sigaud (2005), que destaca como um dos elementos do contexto do movimento de ocupações de terra na Zona da Mata pernambucana a fragilização econômica da grande propriedade açucareira.

diminuiu fortemente, a ponto de passarem a considerar a alternativa da apropriação da renda da terra capitalizada, com a alternativa do recebimento das (vultosas) indenizações oferecidas no processo de desapropriação das fazendas pelo Incra (CARNEIRO *et al.*, 1998).

A segunda dimensão diz respeito ao papel desempenhado pelo Centru, isto é, organizar as atividades sem as quais os movimentos de ocupação não teriam surgido: levantamento da situação das fazendas, transferência de militantes para a região, trabalho de proselitismo da reforma agrária e desenvolvimento dos repertórios da ação coletiva (a ocupação da terra, a organização do acampamento, a resistência contra as tentativas de expulsão da área ocupada).

Por último, a terceira dimensão, assinala-se a questão da gramática para a ação coletiva. Como bem destacou Honneth (2003), a partir da discussão dos estudos sobre a economia moral, uma mobilização não ocorre somente ou principalmente a partir de interesses materiais, exigindo um engajamento de natureza moral ou afetiva. Esse engajamento passa pela elaboração de uma gramática que seja capaz de transformar um sentimento de injustiça vivido no plano individual em um móvel para a ação coletiva.

No caso estudado, essa gramática foi elaborada a partir da oposição entre a chamada "terra de trabalho", característica da relação do camponês com a terra, e as terras improdutivas ocupadas pela grande empresa agropecuária com objetivos de natureza espoliativa – a "garimpagem" florestal, como destacou Luiz Vila Nova (2019) – e especulativa, ao acessar os benefícios da política de incentivos fiscais da Ditadura Militar (COSTA, 2000).

Como foi possível observar, essa gramática foi organizada pela direção do movimento de ocupações, a partir do levantamento sobre a grilagem no Vale do Pindaré realizado por Victor Asselin (1982), e trabalhada a partir das atividades de recrutamento e formação dos trabalhadores rurais na região, principalmente com as chamadas canções da luta camponesa que, como bem destacou Vila Nova (2019, p. 42), "o canto, a música, é uma forma essencial para levar o povo a refletir e a não se esquecer das discussões [...]. La luta, um canto emociona, encoraja um povo a ir às ruas se manifestar. [...] O povo ouve e se compromete".

Por último, mas não menos importante, vale dizer que o movimento de ocupações foi exitoso não somente pela conquista da terra para milhares de famílias, mas também pela projeção de suas principais lideranças no campo político local e estadual. Destarte, ajudou a eleger, em 1992, Raimundo França, participante da ocupação da Fazenda Terra Bela, para o cargo de vereador no município de Buriticupu, e Luís Vila Nova, em 1990, para o cargo de deputado estadual.

Referências

AGUIAR, I. N. **Buriticupu**: sua história, geografia e características gerais. São Luís: Tauá, 2005.

ALMEIDA A. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1983.

ALMEIDA, A. W. B. **As secas do Nordeste e o Maranhão**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1981.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAÚJO, H. F. A. **Entre a cerca e o asfalto**: a luta pela posse da terra em Buriticupu. 1996. 96 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

ARAÚJO, H. F. A. **Memória, mediação e campesinato**: as representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense. Manaus: UEA Edições, 2010.

ASSELIN, V. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

ASSIS, W. S. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projetos de Reforma Ágrária conforme fases de implementação**. [Brasília, DF], 2022. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

CARNEIRO, M. S. O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da ferrovia. *In*: CASTRO, E. M. R. *et al.* (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do Espaço. Belém, PA: Ed. da UFPA, 1994. p. 223-250.

CARNEIRO, M. S. Ocupações camponesas como reabertura da 'fronteira': uma leitura a partir do movimento para a área Pindaré. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, v. 12, n. 1, p. 55-111, 1996.

CARNEIRO, M. S. **Terra, trabalho e poder**: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, M. S.; ANDRADE, M. P.; MESQUITA, B. A. Assentamentos e ações de reforma agrária no Maranhão. *In*: ROSA, S. C. *et al.* (org.). **I Censo da Reforma Agrária do Brasil**. Brasília, DF: Ed. da UNB, 1998. p. 47-96.

CEFAI, D. **Porquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: La Decouverte/MAUSS, 2007.

COSTA, A. J. D.; SILVA, G. P. Bunge e Sanbra: formação de grupos econômicos no Brasil (1923-1994). **América Latina en la Historia Económica**, v. 27, n. 1, e1002, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532020000100006. Acesso em: 10 set. 2021.

COSTA, F. A. **A formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém, PA: UFPA/NAEA, 2000.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1989.

ESTERCI, N.; RAMALHO, J. R. **Militância política e assessoria**: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. Porto Alegre: Oikos, 2017.

FERREIRA, M. M.; FORTES, A. Manoel da Conceição. *In*: FERREIRA, M. M.; FORTES, A. (org.). **Muitos caminhos, uma estrela**: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 56-78.

HONNETH, A. **Luta pelo reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LUNA, R. C. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no Vale do Pindaré-Maranhão. São Luís: EdUFMA, 1984.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATHIEU, L. **L'espace des mouvements sociaux**. Broissieux: Éditions du Croquant, 2012.

MIRANDA, M. A ação federal/estadual na apropriação da terra: a colonização no corredor da estrada de ferro Carajás. *In*: BECKER, B. *et al.* (org.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília, DF: EdUNB, 1990. p. 75-85.

PALMEIRA, M. Burocracia, política e reforma agrária. *In*: MEDEIROS, L. S. *et al.* (org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 1994. p. 46-69.

SANTOS, I. P.; CARNEIRO, M. S.; MATTOS, J. S.; FURTADO, C. A. Agricultura familiar do Maranhão rural: uma breve análise do censo agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Suplemento Especial, p. 55-70, 2020.

SANTOS, M. C. **Chão de minha utopia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém, PA: EdUFPA, 2012.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.

SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12462. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G. **Caindo por terra**: crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Interpretação e ação coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo dos movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hVvv5JGFRbMgw9wLt6GF6cM/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOCIEDADE MARANHENSE DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório sobre conflitos de terra registrados no Maranhão de 1 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1991**. São Luís: SMDH, 1993.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C.; TARROW, S. **Politique(s) du conflit**: de la greve à la révolution. Paris: Presses de Sciences Po, 2008.

TONI, F. Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, n. 52, p. 79-104, 2001. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-52. Acesso em: 10 maio 2020.

VILA NOVA, L. **Luiz Vila Nova**: memórias da vida e luta de um militante. Rio de Janeiro: NPC, 2019.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aceito em: 28/9/2021
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

LEÃO, D. de O. Igarapé-Miri, PA: de pequenas comunidades eclesiais de base (CEBs) à "capital mundial do açaí". **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 49-77, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p49-77.

IGARAPÉ-MIRI, PA

DE PEQUENAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) A "CAPITAL MUNDIAL DO AÇAÍ"

Dilma de Oliveira Leão[1]

Resumo: O município de Igarapé-Miri, Pará, pertence à mesorregião Nordeste Paraense, região Norte do Brasil. Em virtude da falência dos engenhos de cachaça, o município vivencia uma grande virada em sua história. Com a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), conquista do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), posteriormente Projeto Mutirão, e cooperativas, ele conseguiu e vem conseguindo legar à população uma herança de desenvolvimento econômico, social, político e religioso, motivo pelo qual esta pesquisa investiga os processos de lutas e conquistas que resultaram em um novo estilo de vida do povo urbano, do rural e principalmente do ribeirinho de Igarapé-Miri. A pesquisa foi realizada por meio de metodologia teórico-empírica, baseada em entrevistas pessoais, rodas de conversa, pesquisa de campo, coleta de dados, com o objetivo geral de analisar a influência das CEBs na estruturação política, econômica e social do município de Igarapé-Miri, nos últimos 50 anos. Os resultados deste estudo revelam as CEBs como um novo modo de ser Igreja, fundamentado na Teologia da Libertação. Teologia que transforma o povo empobrecido em protagonista de sua história, se organizando socialmente, dentro de um novo padrão de produção e manejo do açaí, fonte de cultivo sustentável capaz do resgate econômico, político, social e religioso, elevando o município à categoria de "capital mundial do açaí".

Palavras-chave: Teologia da Libertação, comunidades eclesiais de base, agricultura familiar.

IGARAPÉ-MIRI, PA: FROM SMALL BASE ECCLESIAL COMMUNITIES (CEBs), TO THE "WORLD CAPITAL OF AÇAÍ

Abstract: The municipality of Igarapé-Miri, PA, belonging to the Northeast Pará mesoregion northern region of Brazil, Amazonia. After a long period of misery and famine due to the bankruptcy of the cachaça mills. Experienced a great turning point in its history, with the creation of the Basic Ecclesial Community (CEBs), Conquest of the Workers Union (STTR), later, Project Mutirão and cooperatives, succeeded and has been able to bequeath the population a heritage of development. Economic, social, political and reli-

[1] Professora de Educação Física, doutora em Ciências Teológicas pela Universidade Interamericana de Ciências Sociais, Assunção, Paraguai.
E-mail: dilmaleao07@gmail.com

gious, which is why this research aims to investigate the processes of struggles and achievements that resulted in a new lifestyle of the urban, rural and mainly riverside people of the municipality of Igarapé-Miri. This research conducted through a theoretical-empirical methodology, based on personal interviews, conversation circles, field research, data collection, has as its general objective to analyze the influence of the Basic Ecclesial Community (CEBs), on the political, economic and social structure. Of the municipality of Igarapé-Miri, in the last 50 years. The results of this study reveal CEBs as a new way of being church, grounded in Liberation Theology. Theology that transforms the impoverished people into protagonists of their history, socially organizing themselves, within a new pattern of production and management of açai, a source of sustainable cultivation capable of economic, political, social and religious rescue, raising the city to the category of "Açai World Capital".

Keywords: Liberation Theology, basic ecclesial community, family farming.

Introdução

Com o objetivo de rever a ação da Igreja Católica Apostólica Romana (Icar), nos tempos atuais, renovando-se e promovendo a fé de acordo com a realidade, sem deixar de lado a situação socioeconômica do povo, aconteceu o XXI Concílio Ecumênico Vaticano II nos anos de 1961 a 1965. Evento renovador que permitiu abertura para surgimento de várias expressões na Icar protagonizada por alguns movimentos como a Ação Católica Operária (ACO), o Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento do Mundo Melhor (MMM), Planos de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Plano de Emergência, Plano Pastoral de Conjunto (PPC) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Uma das motivações iniciais das CEBs era suprir a ausência de padres nas regiões onde os desafios eram maiores, nas quais os batizados não tinham nenhum contato com um processo de evangelização. A auto-organização leiga preencheria essa lacuna, sob a autoridade do bispo local. Assim, pequenas comunidades foram surgindo, tanto no campo como na cidade, em pequenos povoados, objetivando refletir a sua realidade à luz da palavra de Deus e das motivações religiosas. A partir de sua organização elas começavam também a reivindicar pequenas melhorias nos bairros, mas, ao mesmo tempo, iniciavam uma caminhada para tomar consciência da situação social e política. Queriam a transformação da sociedade em consequência da realidade de repressão política devido à Ditadura Militar que o País vivenciava (BETTO, 1981).

> As CEBs são fator de libertação. A partir do seguimento de Jesus pobre e reforçado pelo Espírito, seus membros se engajam na defesa dos direitos humanos, especialmente dos direitos dos pobres, que são os direitos à vida e à dignidade humana. Outros se engajam na justiça social, participam dos sindicatos. Outros, ainda, vão até o ponto de se filiarem a partidos, levando adiante o que chamam de bens do Reino, que é a justiça social, especialmente com a inclusão dos pobres, como um dos instrumentos de uma realização incipiente do Reino de Deus, a grande proposta libertadora de Jesus Histórico. (BOFF, 2018, p. 94-95).

É nesse contexto político e religioso que os padres Lazaristas, coordenadores da pastoral na Prelazia de Cametá, no Nordeste do Pará, incentivaram a realização de cultos dominicais sem a presença de padres consagrados, diante de uma realidade geográfica bastante diversificada, formada por ilhas, rios, povoados, pequenas cidades, aglomerados, comunidades ribeirinhas e afins

que faziam parte dessa administração eclesial. Essa iniciativa proporcionou novo formato de Igreja que se organiza na base, ou seja, os católicos romanos, mesmo estando longe de uma igreja de pedra, poderiam realizar suas celebrações, catequeses, reflexões bíblicas e atividades próprias da religião cristã vivida na expressão da Igreja Católica Apostólica Romana. Dentro desse processo surgem, na década de 1970, as CEBs da região ribeirinha do município de Igarapé-Miri, foco da nossa pesquisa.

As comunidades surgem em concomitância com a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar para a produção de cachaça, ao redor dos quais se aglomeravam pequenos povoados que sobreviviam dessa atividade, garantindo o sustento das famílias. Devido a vários fatores econômicos, iniciou-se o declínio dos engenhos, deixando os trabalhadores que subsistiam da atividade sem muitas opções de sustento de suas famílias, provocando, assim, o êxodo rural. Várias famílias foram obrigadas a deixar suas casas ribeirinhas para tentar a sorte nas cidades mais próximas. Os poucos que ficaram tentavam sobreviver do extrativismo da madeira e da exportação do palmito, provocando certo desequilíbrio ecológico, visto que o alimento principal dos moradores da localidade era e é o açaí, justamente a palmeira de onde se extrai o palmito (PINTO, 2004).

Vivendo em péssimas condições, sem escolas, sem assistência à saúde e sem postos de trabalho, com solos e rios saturados da pesca predatória e exploração desordenada, os poucos moradores da região, organizados em pequenas células de CEBs, refletiam sobre a Palavra de Deus de acordo com a realidade, buscando inspiração na Bíblia para a solução de seus problemas existenciais e de sobrevivência, incentivados pela Igreja Católica Apostólica Romana, que promovia cursos de lideranças, além de suporte técnico de incentivo a economia popular solidária. Esses moradores, por meio da organização, conquistaram a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), que, embora já existisse, não trabalhava em prol dos benefícios dos sindicalizados, pois era atrelado à classe dominante. Por intermédio desse sindicato, os produtores firmaram convênios com organizações não governamentais (ONGs) e receberam apoio financeiro e técnico para melhor aproveitamento da terra, adquirindo materiais, motor para barcos, máquinas beneficiadoras de produtos e material didático para cursos de formação agrícola, o que melhorou as condições de trabalho e sobrevivência.

Com o fortalecimento do sindicato, agregando comunidades vizinhas, e com apoio de ONGs internacionais foi possível construir uma grande sede, fruto de um projeto chamado Mutirão, localizada às margens do Rio Meruú fazendo confluência com as demais comunidades circunvizinhas à região ribeirinha do município de Igarapé-Miri, PA. O sindicato funcionava como centro educacional e de treinamentos para que os pequenos agricultores obtivessem formação continuada, principalmente a juventude rural, e pudessem garantir sua sobrevivência com o plantio e a preparação de mudas de açaí e de forma consorciada com outras espécies, como cacau, cupuaçu, andiroba e outras.

No final da década de 1990 e início de 2000 deu-se início à produção em larga escala e à comercialização externa do açaí, que até o momento só era produzido para consumo interno. O produto passou a ser comercializado nas feiras dos municípios mais próximos. Com o apoio da UFPA, por meio do programa chamado Programa Pobreza e Meio Ambiente (Poema), e com financiamento do Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Estado do Pará (Banpará), foram criadas as cooperativas: Cooperativa Agroindustrial dos Trabalhadores e

Produtores Rurais (COOPFRUT), Cooperativa de Desenvolvimento de Igarapé-Miri (Codemi) e Cooperativa de Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (Caepim).

O beneficiamento da terra, o cultivo, a produção e a comercialização do açaí proporcionaram, além de melhoria na qualidade de vida desses ribeirinhos, o status ao município de "capital mundial do açaí", chegando a ser considerado o principal produtor mundial. Aliado a esse fato, as comunidades conseguiram conquistar, após várias eleições, o poder executivo do município, elegendo um verdadeiro representante dessas comunidades, uma liderança que teve sua formação política no seio das CEBs.

Processos metodológicos

Para o levantamento histórico do surgimento das CEBs e sua atuação na estruturação do município de Igarapé-Miri foi utilizada a metodologia fenomenológica para fazer uma análise descritiva dos acontecimentos de acordo com as experiências vividas, buscando interpretar os fenômenos dentro de um contexto social, político e econômico. A metodologia fenomenológica não se baseia em uma teoria, mas na vivência da realidade, analisando as experiências partilhadas. Dessas experiências é possível interpretar os processos e estruturas sociais e questionar o mundo ao redor, sendo o fenômeno o objeto de investigação (CAMPOS, 2012).

A pesquisa foi feita, em um primeiro momento, pela busca de relatos de experiências, de pessoas com vivências nas comunidades eclesiais de base. Como é uma pesquisa sem precedentes científicos, todo material impresso encontrado foi utilizado, como: atas de reunião, relatórios, agendas, pequenas anotações, boletins informativos, panfletos, documentos da igreja, livros históricos, relatórios paroquiais e outros.

Utilizou-se também a entrevista, para obter informações e relatos dos acontecimentos históricos de pessoas que participaram e que ainda participam do processo, que é o objeto da pesquisa. A entrevista é subjetiva, sem uma sequência cronológica, e acontece de acordo com os relatos que vão sendo referidos pelo entrevistado. E a partir dessa situação foram nascendo outros questionamentos que passaram a complementar as informações necessárias.

Desta forma, houve uma interação com pessoas que vivenciaram o fenômeno, visando obter informações sobre os acontecimentos, com a vantagem de serem os entrevistados os principais atores sociais que relatam suas condutas, opiniões, desejos, atitudes e expectativas, todavia com a desvantagem da subjetividade (CAMPOS, 2012).

Como a pesquisa envolvia aspectos qualitativos e quantitativos, foram usadas várias formas de coleta de dados, entre elas: pesquisa bibliográfica, entrevistas informais e estruturadas, rodas de conversa e pesquisa de campo com questionário semiestruturado.

Lutas e conquistas das CEBs no município de Igarapé-Miri, PA

Os acontecimentos sobre a influência das CEBs na estruturação política, social, econômica e religiosa no município de Igarapé-Miri, transformando-o em "capital mundial do açaí", giram

em torno dos anos de 1970, quando surgem as primeiras comunidades, período marcado pela realização de culto dominical, círculo bíblico, grupo de jovens ribeirinhos, formação de lideranças, formação que envolvia não só as questões religiosas, como também de sobrevivência, principalmente atividades voltadas para o trabalho com a terra, com a agricultura familiar, dando suporte às questões políticas, econômicas, sociais e sindicais.

A partir dos anos 1980 começa um período de grandes mudanças sociais, fruto da organização não só nas CEBs como também em outras instâncias de movimento, como o STTR, Projeto Mutirão, Cooperativas, Movimento de Mulheres, partidos políticos.

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Igarapé-Miri, PA (STTR)

Uma das ações de resgate social implementadas com o auxílio doutrinário das CEBs na região foi a tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri. Contudo, a organização de trabalhadores, quando analisada sob o prisma da realidade amazônica, revela-se tardia, se comparada às mobilizações em outros estados, onde as tensões no campo se mostravam, até então, mais intensas e expressivas. Assim, segundo Sandra Maria Ferreira da Costa:

> A história sindical na Amazônia terá seu início marcado pelas novas relações sociais que se processaram a região a partir da conjuntura desenvolvimentista empreendida pelo Governo Federal, objetivando colonizar e desenvolver a região, expandindo dessa forma o trabalho assalariado e ampliando o processo de expulsão dos camponeses da terra. (COSTA, 2001, p. 192).

A mobilização dos trabalhadores rurais, tidos como pessoas tolhidas de um sentido de pertencimento à terra, pode ser vista pelo chamamento das lideranças das CEBS à luta pela reconquista do solo, da renda, da dignidade.

Com isso nascia um sentimento de engajamento mais atuante, assim os primeiros sindicatos rurais se configuraram nos moldes dos mandamentos constitucionais e da legislação trabalhista, ou seja, rigorosamente controlados pelo governo (ANTUNES, 2010).

No caso específico de Igarapé-Miri, o STTR, fundado em 28 de fevereiro de 1968, formado inicialmente pelos trabalhadores da lavoura e do extrativismo vegetal, contava com pouca participação de agricultores e pecuaristas. Sua estruturação pode ser considerada corporativista, porque estava vinculado ao poder público e aos senhores de engenho, que dominavam a economia local, e usado para assistencialismo e clientelismo.

O STTR de Igarapé-Miri, até o final dos anos 1980, funcionou como uma entidade burocrática e assistencial, posto que sua principal atividade era o assessoramento dos trabalhadores em suas necessidades mais emergenciais, como, por exemplo, a compilação de documentos para a obtenção de aposentadoria (MEDEIROS, 2009).

A partir das CEBs, e por meio dos estudos no círculo bíblico, começa um despertar para a necessidade de se ter um sindicato que realmente defendesse a causa do trabalhador rural; também por meio de incentivo e orientação da Prelazia de Cametá, que ofertava cursos de formação

agrícola, para a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos e comunitários. A sensibilização se dava de todas as formas, uma delas era o jornal da comunidade, que mantinha o intercâmbio entre as comunidades, com informações necessárias para manter o povo unido em suas reinvindicações.

No início dos anos de 1980 começa a luta pela conquista do sindicato, mais provável no ano de 1982. A conquista só poderia acontecer por meio de eleições para a diretoria, e, conforme já mencionado, o sindicato estava sendo dirigido pelos patrões, pelas oligarquias, pessoas ligadas ao poder público, os donos de engenho, grandes empresários.

A campanha para a conquista do sindicato foi longa e precisou de grande mobilização das CEBs, incluindo a filiação de homens, mulheres e jovens, com objetivo de aumentar o coeficiente eleitoral. Foi como se fosse uma campanha eleitoral para prefeitura ou governo de estado.

Os relatos a seguir são baseados em um folheto produzido pelo líder do movimento sindical, que mais tarde, com a conquista, se tornaria o primeiro presidente do STTR, representante da classe trabalhadora, Manoel Luiz (*in memoriam*). O folheto foi produzido de forma artesanal, sem a intenção de publicação, apenas para divulgar às comunidades toda a trajetória de conquista do STTR de Igarapé-Miri, assim intitulado: "Transição e concepção sindical: histórias e lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais", com provável data o ano de 2003.

Em outubro de 1982, durante um encontro do Anilzinho, foi realizada uma reunião com alguns representantes dos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Miri, na qual se discutiu a necessidade de tomada da direção do sindicato dos trabalhadores rurais. Nesse encontro decidiu-se organizar uma comissão intersindical com o objetivo de trocar experiências de estudos, organizar a oposição sindical nos municípios que ainda não a possuíam e fortalecer os que já tinham.

O primeiro encontro aconteceu em janeiro de 1983 em Mocajuba e Igarapé-Miri. Na ocasião formou-se uma coordenação dos intersindicais, que começou a preparar material educativo aos trabalhadores informando o que é e para que serve o sindicato, por exemplo: "Bê-á-bá do Sindicato", "O que é Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural)", e outros, além da organização de oposição em cada município; coordenação, programação, caixinha de finanças. O espaço das CEBs sempre era aproveitado para esclarecimentos sobre a questão sindical.

A formação sindical incluía a legislação da eleição sindical para que a oposição pudesse se organizar melhor. Não foi tarefa fácil para os comunitários entenderem todo o mecanismo que envolvia a tomada do sindicato. Houve muita influência de orientações nos cursos de liderança, que mantinham o espírito das CEBs de unidade e fraternidade. O grupo também recebeu orientações especializadas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), órgão de assistência a movimentos populares e na formação de cooperativas e associações, Comissão Pastoral da Terra (CPT), e dos sindicalistas que já tinham conquistado a direção do sindicato de suas cidades, como Cametá e Baião.

Os representantes da oposição sindical defendiam: permanência na terra, busca de alternativas econômicas, recuperação da economia do município, replantio e manejo de açaí e democratização da entidade. Enquanto que o grupo que estava na direção tinha como bandeira de campanha a construção de um hospital e a ampliação do atendimento ambulante. Ele atacava a oposição

dizendo que a chapa adversária, representada pelos trabalhadores rurais, era dos comunistas, que o comunismo toma terra e bens, além de acabar com os convênios que já existiam. Não houve quórum suficiente, havendo a necessidade de convocar uma assembleia geral para eleger uma Junta Governativa para convocar nova eleição. Ainda no ano de 1983 foi criada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Ato Público de 1º de maio.

Em 1984, o Brasil estava vivendo a abertura democrática com a Campanha das "Diretas Já" e o 1º Congresso da CUT em São Paulo, com mais de 5 mil participantes, inclusive membros da oposição sindical de Igarapé-Miri. A organização sindical estava diretamente ligada ao movimento das "Diretas Já", com o objetivo de forçar o fim do Regime Militar. Na região Tocantina acontecia o movimento dos expropriados da Hidrelétrica de Tucuruí, constituindo uma motivação a mais ao movimento sindical e à formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mesmo com a derrota nas eleições, o movimento de oposição sindical não parou, com ajuda de várias entidades, principalmente das CEBs e da Igreja de Cametá. Os cursos de formação sindical eram realizados nos diversos encontros que aconteciam no decorrer do ano: formação política, desenvolvimento sustentável, agricultura alternativa.

Após a derrota nas eleições sindicais nos anos de 1983 e 1985, novas eleições foram convocadas em 1988. A oposição sindical conseguiu um miniprojeto de uma organização não governamental (ONG), com orientação da Fase de Abaetetuba. O recurso conseguido serviu para comprar um barco pequeno, para articular nas localidades, e uma casa na cidade de Igarapé-Miri, que seria uma espécie de comitê central para reuniões e programações. As reuniões passaram a ser quinzenais e recebiam a assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Cametá.

No dia 16 de maio de 1988, saiu o edital de convocação para as eleições no dia 16 de junho, em 1ª convocação. O dia da eleição foi marcado por uma grande movimentação das chapas concorrentes. A cidade de Igarapé-Miri estava agitada, grupos de pessoas se aglomeravam nas esquinas para comentar os acontecimentos. A chapa 2 (oposição) dispunha de uma bicicleta e um barco para transportar as pessoas do interior. Os jovens, desde às 2h da madrugada, ocupavam as filas para depois cederem o lugar aos idosos. A oposição contava com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública (Sintep), da Colônia dos Pescadores, CPT, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares (Fetagri), de sindicatos vizinhos e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Ao final da apuração, mais uma vez, não teve quórum e novamente os sindicalistas foram convocados para o dia 20 de junho, em 2ª convocatória. E assim, depois de muita luta, o sindicato dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri finalmente é conquistado para a classe trabalhadora rural. Uma nova história na vida do povo começa a ser contada, claro que não só de glórias, mas de muitas outras lutas que deveriam ser enfrentadas adiante.

Deste modo, com a evolução sindical e social, os trabalhadores passaram a firmar convênios com ONGs e receberam apoio financeiro e técnico para melhor aproveitamento da terra, adquirindo materiais, motor para barcos, máquinas beneficiadoras de produtos, material didático para cursos de formação agrícola, melhorando as condições de trabalho e sobrevivência.

Projeto Mutirão

A conquista da direção do STTR representou um grande desafio que os trabalhadores tiveram que enfrentar para mudar de uma estrutura assistencialista, que representava o sindicato, para uma estrutura de representação dos trabalhadores em suas lutas e conquistas sociais, econômicas e políticas. Muitos conflitos de ideias surgiram durante essa mudança de curso das atividades do STTR.

O importante, no meio de tudo, era a união que as CEBs, por intermédio da Igreja de Cametá, conseguiam mediante orientações e articulações com as lideranças comunitárias e sindicais, sempre ressaltando o espírito comunitário para vencer as dificuldades, principalmente de sobrevivência, e o uso da terra como fonte primeira para sair da situação de carestia que o povo de Igarapé-Miri estava vivendo na época.

Na década de 1980, Igarapé-Miri sofreu profundas mudanças econômicas e ambientais. Nesse aspecto, em particular, tem-se que a pesca foi fortemente abalada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a qual, segundo Rafael Pinzón Rueda, "teria levado à redução de muitas espécies, principalmente do mapará, e sua vegetação ficou comprometida com a atuação de serrarias" (RUEDA, 1995, p. 3).

> Do ponto de vista da organização socioeconômica preexistente à construção da barragem significou a desestruturação das atividades de pesca e da agricultura praticada em várzeas e ilhas, sobretudo no trecho do rio que se estende desde Baião - atravessa Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru - até Cametá. (MAGALHÃES *et al.*, 2012, p. 13).

Além disso, houve redução do mais tradicional alimento daquela população local: o açaí, motivada pelas fábricas de palmito que chegavam do Sudeste para as regiões de várzea no Pará, ainda na década de 1970, devido ao esgotamento das fontes do palmito-juçara na Mata Atlântica. Com isso, naturalmente, os açaizais começaram a sofrer o impacto com o corte indiscriminado de suas palmeiras em idade produtiva, denotando uma ação predatória que afetou sobremaneira o estoque de frutos para a dieta alimentar da população, que era baseada na farinha de mandioca, no peixe e na polpa de açaí (LOPES, 2007).

Outra mudança, como frisado em momento anterior, foi o declínio da economia baseada na cana-de-açúcar, forçando a um êxodo rural que resultou na evidência das desigualdades sociais. Para os ribeirinhos que continuaram no interior do município não havia alternativas de sustento, restando apenas a pobreza e a exclusão social.

Entretanto, diante da situação de pobreza e munidas com a doutrina da Teologia da Libertação, até então vigente nas CEBs, as comunidades decidiram ocupar uma terra no Rio Santo Antônio, chamada Tracuatêa. Era um grupo de mais ou menos 59 famílias, com objetivo de começar uma plantação, visando a um projeto maior. Fizeram um barracão e plantaram maracujá, açaí, arroz, mandioca e outras espécies, que serviam de sustento para as famílias. Trabalharam lá 1 ano e pouco, mas a ideia era comprar um grande terreno que ficava no Rio Meruú, chamado de Ponta Negra.

A escolha do terreno foi motivada por ele estar situado em local estratégico para todas as comunidades ribeirinhas e por ser de fácil acesso via fluvial. Porém, os recursos eram poucos. Começa, então, uma busca por parcerias. As lideranças do movimento pró-Mutirão contataram várias entidades, sem muitas conquistas. Conseguiram com Raimundo Julião da Costa e Altêmis Corrêa dos Santos uma quantia de 1 milhão de cruzeiros. Depois, em conversa com o Bispo de Cametá, Dom José Elias, conseguiram por meio de projeto internacional o valor de 600 mil cruzeiros, totalizando 700 mil.

De acordo com entrevista realizada com Mauro Gomes (líder de comunidade, um dos fundadores do Projeto Mutirão e presidente da entidade em vários mandatos), de posse desse valor, um grupo formado por Manoel Luiz, Altêmis Corrêa, Agenor Fonseca e Mauro Gomes fez a compra do terreno, na cidade de Belém, PA, que a princípio se negou a vender, mas ao ver as espécies, mudou de ideia e concretizou a venda.

Com a compra do terreno, além do apoio do STTR, da Igreja de Cametá, das CEBs e as orientações agrícolas de entidades não governamentais, organizou-se um grande projeto chamado "Projeto Mutirão", dentro dos parâmetros do Projeto Tracuatêua, que já estava encaminhado. Agora os recursos seriam para colocar o Projeto Mutirão em prática.

Em um dos encontros de formação na cidade de Abaetetuba, PA, encontraram Roberto Remigi, representante de uma entidade italiana chamada Manitese[2], e o convidaram a participar de uma reunião com os comunitários. Nessa reunião, apresentaram o Projeto Mutirão a ele, que fez alguns questionamentos: – O que vocês pensam com esse projeto? Por maior que seja, não alcançarão todo o município de Igarapé-Miri, só alcançarão umas famílias de algumas comunidades, mas não conseguirão todo o município. A resposta de Manoel Luiz foi: – O projeto servirá de espelho para todo morador ribeirinho do município.

E assim aconteceu, pessoas que não faziam parte da associação começaram a ver o trabalho do Mutirão e aderiram à experiência e buscavam conhecimento de como trabalhar na terra e produzir açaí. Foi uma semente lançada no meio do povo, que não sabia como lidar com a terra nem que ela poderia trazer fartura e abundância para todos. O município inteiro aderiu à ideia do Mutirão. Muitas pessoas que tinham ido embora para outros lugares voltaram, compraram terras e começaram a viver do cultivo de açaí. Tudo inspirado no modelo de produção iniciado com o Projeto Mutirão.

De acordo com o depoimento de Mauro Gomes, Roberto Remigi levou o Projeto Mutirão para a Itália para ser aprovado, mas os padres não estavam querendo aprovar, por ser um projeto muito grande e que dificilmente iria dar certo. Os padres holandeses da prelazia não estavam acreditando no projeto.

Roberto Remigi participou de uma reunião na qual estavam os representantes das CEBs de todo o município de Igarapé-Miri. Ele percebeu, na discussão, que o povo estava organizado e já tinha experiência de trabalho na terra, na lavoura, em forma de mutirão. Também a maneira como

[2] Organização não governamental que há mais de 50 anos luta por justiça social, econômica e ambiental no mundo. Reconhecida como um Corpo Moral, com status consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Opera na África, Ásia e América Latina com projetos de cooperação internacional para desenvolver uma economia autônoma e sustentável nas comunidades locais (https://www.manitese.it/, 2019).

defendiam o projeto e por já terem experiência de 2 anos de trabalho comunitário na agricultura familiar, 2 anos de trabalho no campo, de forma coletiva, circular, em mutirão. As CEBs já estavam preparadas para enfrentar qualquer projeto maior. Remigi, então, fez questão de defender o projeto para as autoridades da entidade Manitese.

Na entrevista com Mauro Gomes, ele relata que, na Quinta-Feira Santa de 1989, uma das coordenadoras da ONG Manitese veio fazer uma visita, participou de uma reunião com as comunidades e conheceu de perto o Projeto Mutirão. A partir dessa visita, em contato direto com os trabalhadores rurais, visitando o barracão construído na área do Tracuatêua, autorizou a liberação do recurso, orçado em torno de 124 mil dólares.

Com o financiamento liberado e o terreno, os comunitários, 64 famílias associadas, no início, começaram o trabalho; homens, mulheres e jovens iniciaram o trabalho, como o projeto define, feito em mutirão. Todos ajudavam, trazendo de suas casas alimento para ser partilhado. A maioria não tinha muita coisa, mais o pouco que tinha era repartido. Todo o trabalho de construção foi voluntário. A construção ao todo durou 1 ano. A área compreendia um total de 540 ha, que seria utilizada para a sede às margens do Rio Meruú, e o restante seria utilizado para o plantio.

E assim teve início o maior projeto agrícola da América Latina, idealizado e realizado por comunitários ribeirinhos com apoio das CEBs, STTR, Prelazia de Cametá e Manitese, no município de Igarapé-Miri: Projeto Mutirão.

O dia 20 de maio de 1990 é a data oficial da fundação do Projeto Mutirão, cuja sede recebe o nome de "Centro de Formação Roberto Remigi", em homenagem e agradecimento à pessoa que acreditou no projeto e conseguiu os recursos necessários para a construção e continuidade dele. Além da sede, para encontros e formação, foi construído um depósito para produção de sementes, uma casa familiar rural, dormitórios e a casa do administrador local (vigilante). Também foram comprados barcos para transporte fluvial.

Todo o esforço comunitário e luta para organizar o projeto tinha, e ainda tem, o objetivo de restabelecer a economia do município de Igarapé-Miri, com o crescimento da produção agrícola; garantir o homem no campo, por meio de incentivo à produção das culturas permanentes consorciadas com as culturas tradicionais (temporárias); possibilitar a formação política e cultural dos trabalhadores, como estratégia de organização; fomentar uma forma de trabalho que preserve a natureza, além de conseguir, por intermédio de instituição legalizada e estruturada, linhas de crédito para financiamento ou por meio de ONGs, ou de entidades bancárias, entre outras formas de investimento para desenvolver a produção nas unidades familiares; garantir às populações ribeirinhas melhor qualidade de vida, geração de emprego e renda, além do acesso a bens fundamentais como saúde, educação, formações, assistência técnica na produção agrícola, em especial no cultivo e manejo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) nativo.

A Associação Mutirão tornou-se entidade jurídica com possibilidades de captar créditos, financiamentos, parcerias com entidades educacionais, instituições de ensino, pesquisa e extensão, voltados à formação em gestão de empreendimentos econômicos solidários, economia solidária, cooperativismo e associativismo.

Inicialmente a Associação Mutirão, juntamente com o STTR, conseguiu parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Amazônia Oriental, Associação Unidade e Cooperação para o Desenvolvimento dos Povos (Ucodep).

Por ser uma entidade jurídica foi possível conseguir crédito financeiro para as comunidades iniciarem o beneficiamento de suas terras, com objetivo de manejo, implantação e produção do açaí. Em 1993, a Associação Mutirão, por meio do Fundo Constitucional do Norte (FNO), conseguiu crédito financeiro para 27 famílias dos 64 sócios do Mutirão. Foi o primeiro financiamento do FNO especialmente para os agricultores familiares de Igarapé-Miri (REIS, 2008).

Conseguir crédito não foi tarefa fácil, assim como todas as conquistas, exigiu a organização e a luta em conjunto, foi assim que os trabalhadores rurais movidos pelas CEBs, pela Associação Mutirão e pelo STTR ocuparam a sede do Banco da Amazônia em Igarapé-Miri para reivindicar os recursos financeiros necessários à implementação da agricultura familiar na comunidade.

Os atores envolvidos na Associação Mutirão são prioritariamente moradores de comunidades ribeirinhas, ou seja, moradores de solo de várzea. As áreas de várzea são úmidas, periodicamente inundadas pelo transbordamento natural dos rios e lagos, promovendo interações entre a vida aquática e terrestre. Os solos são férteis em virtude da renovação periódica de nutrientes; o curso das marés, dependendo do período, transborda a terra depositando partículas orgânicas e minerais, transportados de águas brancas. Assim, caracteriza-se um solo rico para agricultura de pequeno porte (REIS, 2008).

A área de várzea do município de Igarapé-Miri é composta por uma vegetação de espécie hidrófila, que gosta de água, e por latifoliadas de folhas largas, intercaladas por palmeiras, onde sobressai o açaí (*E. oleácea*), o buriti (*Mauritis flexuosa*), o cacau (*Theobroma cacao*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e outros.

A palmeira do açaí adaptou-se à área de várzea, tornando-se a principal fonte de alimentação da população miriense. Mesmo antes de o açaí se tornar produto internacional, era e é alimentação básica na merenda, no almoço e no jantar do miriense. Em razão dessa realidade, a Associação Mutirão e todas as entidades ligadas concentraram todo o empenho na plantação, produção e manejo do açaí.

A primeira entidade a dar formação agrícola e assistência técnica já na sede do Mutirão foi a Emater, que orientou a limpeza do pasto para um novo plantio, com a retirada de todas as plantas nativas inclusive as palmeiras de açaí que já existiam. Na verdade, a Emater, além de orientação técnica, estava disponibilizando recursos em sua maioria para adubo, o que não era necessário, já que o solo de várzea possui fertilização natural pelo próprio curso das marés.

Nesse processo houve certa resistência entre o conhecimento técnico e o conhecimento prático. A orientação técnica, muitas vezes, ignorava o conhecimento empírico dos trabalhadores, fato observado por Reis.

> A orientação dos técnicos da EMATER, mostrou-se desarticulada da realidade da produção em área de várzea. Nesse sentido, a modernização tecnológica aplicada à produção de açaí, com uso de defensivos agrícolas e excessivo manejo dos açaizais, trouxe problemas não somente de riscos ao meio ambiente, como também deixou os agricultores sem sua principal fonte de renda. (REIS *et al.*, 2015 p. 17).

Isso revela o conflito entre o conhecimento técnico e o senso comum, que não desmerece o capital social construído com muitas lutas ao longo dos anos e que credencia os trabalhadores rurais a elaborar, gestar e praticar um desenvolvimento sustentável local capaz de diminuir a concentração de renda e as desigualdades sociais no município.

Nos anos seguintes, várias entidades ligadas a agricultura e formação foram sendo solicitadas para atuarem com os agricultores ribeirinhos, no intuito de dar suporte necessário ao desenvolvimento da melhor forma de plantio e produção de açaí. Entre as técnicas que melhor se adaptaram ao solo e ambiente de várzea está o manejo nas plantações de açaizais, sem utilizar agrotóxicos, sem agredir a natureza, preservando a biodiversidade e reduzindo custos para o agricultor.

> Manejo de palmeiras de açaí em florestas de várzea do estuário amazônico é uma prática que requer pouco equipamento e conhecimento técnico, e se constitui em abrir espaço para a entrada de luz e crescimento da planta. Usando facões, os trabalhadores cortam os arbustos e plantas rasteiras, anelam árvores que fazem coberturas indesejáveis e eliminam estipes velhos de açaí e alguns jovens, para diminuir a competição por luz e nutrientes entre os estipes restantes. (POLLAK *et al.*, 1996, p. 21).

A técnica de manejo foi aos poucos sendo utilizada pelas comunidades, que logo sentiram o efeito positivo, com aumento da produção de açaí em suas áreas rurais. Praticamente todos os produtores rurais, tanto os associados como os não associados, se beneficiaram das orientações e cursos de formação que eram realizados na sede do Mutirão.

O Projeto Mutirão também se estende para outras culturas além do açaí, exemplo disso é que conta com um tanque para criação de peixes, especialmente o tambaqui, e também possui uma variedade de viveiros de diversas culturas vegetais, como cacau, seringa, cupuaçu, açaí, andiroba e outras culturas regionais.

Neste contexto, o Projeto Mutirão prosperou e tornou-se referência para os trabalhadores das mais diversas regiões de Igarapé-Miri, e os resultados foram tão positivos que se distribuíram para os associados, produzidos por eles mesmos 15 mil mudas de laranja, 8 mil mudas de coco e outros cultivos como: banana, cupuaçu, açaí, acerola e maracujá, além do incentivo a outras culturas como: arroz, milho, feijão, mandioca, para o plantio comunitário e sustentação.

Além das diversas atividades desenvolvidas para dar suporte ao trabalhador rural, a Associação Mutirão, por meio de convênios com várias entidades regionais e internacionais, implantou o Projeto Casa da Família Rural, voltado para formação técnica de jovens agricultores da região, desenvolvendo cursos em áreas principalmente de cultivo, manejo de recursos florestais, construção naval, piscicultura, avicultura, agricultura familiar e sustentável. A importância de en-

volver a juventude no processo educativo do cuidado com a natureza, a valorização da agricultura familiar rural é bem clara na entrevista com a professora Benedita:

> É possível encontrar uma saída para a economia do município, mas é preciso também mostrar que o meio ambiente é tudo para nós, basta saber como utilizar de maneira correta os recursos e dar valor para nossos produtos regionais, porque pode ser daí a reconstrução da base de nossa economia, por isso trabalhamos muito com a conscientização de nossos jovens. (informação verbal)[3].

A Associação Mutirão envolveu praticamente todos os moradores, principalmente os ribeirinhos do município, que encontraram na produção de açaí o meio sustentável de sobrevivência, almejado, sonhado e conquistado, sem prejudicar a natureza e utilizando os saberes e conhecimentos próprios da região, associado aos conhecimentos técnicos que, além de dar mais credibilidade ao produto, possibilitam a comercialização em proporções antes inimagináveis.

Cooperativas

As CEBs, criadas e incentivadas pela Diocese de Cametá nos anos 1970, mudaram por completo principalmente a vida dos ribeirinhos do município de Igarapé-Miri, que por meio da organização e articulação conseguiram envolver todo o município em um projeto que veio mudar a forma de vida do povo, antes empregados de senhores de engenho, agora proprietários de terra, agricultores da várzea, grandes produtores de açaí. O Projeto Mutirão possibilitou aos produtores rurais o conhecimento de como trabalhar na terra sem agredir o meio ambiente, sem usar agrotóxicos, aproveitando o curso das marés para fazer o manejo dos açaizais.

As parcerias conseguidas por intermédio da Associação Mutirão e STTR, com entidades educacionais e instituições financeiras para conseguir crédito direto do banco para o produtor, possibilitaram grande expansão da produção do açaí no município. Agora já não se tratava apenas de consumir o açaí, mas de comercializar o produto. E como conseguir vender para um mercado ainda não explorado e pouco conhecido, como o do açaí?

Em entrevista realizada com Leobaldo Fonseca Costa (2017), presidente da Caepim, obtém-se um histórico da criação das cooperativas em Igarapé-Miri, a seguir:

> Com apoio de entidades como a FASE, e sempre trabalhando de forma coletiva, buscando alternativas para a solução dos problemas, se buscou uma organização que fosse de encontro ao mercado que buscasse atrair a comercialização do açaí. Muitas entidades foram criadas, muitas associações, em cada distrito, ou área distrital ou até mesmo nas comunidades se criou associações (informação verbal)[4].

Em 1999, na administração do prefeito, Dr. Mário da Costa Leão, começa uma discussão para a criação de uma cooperativa. Com data de fundação de 11/11/2012 foi oficializada a primeira cooperativa do município envolvendo várias associações e entidades, a Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri (COOPFRUT), com objetivo de formar um consórcio de vendas.

[3] Notícia fornecida por Benedita, professora, em 2017.
[4] Notícia fornecida por Leobaldo Fonseca Costa, presidente da Caepim, em 2017.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema), ajudou a articular e orientar os associados a se familiarizarem com a metodologia da cooperativa; era algo novo, e as pessoas não tinham experiência com cooperativas.

O projeto da COOPFRUT incluía produção no campo; formação de produtores na base; capacitação; trabalho com o campo; manejo do açaizal e bons tratos da produção, além de uma unidade industrial que funcionaria no município com o beneficiamento da matéria-prima em outros produtos.

O Banco da Amazônia (Basa) financiou o projeto na sua estrutura física, e o Banco do Estado do Pará (Banpará) financiou o capital de giro. No ano de 2000, mesmo sem a cooperativa estar oficialmente legalizada, a fábrica ficou pronta e começou o trabalho com um conselho gestor e ajuda do Poema.

A COOPFRUT não durou muito, devido à dificuldade de administrar um projeto muito grande, idealizado por uma articulação política, sem envolvimento na fase de estruturação da base. Um projeto feito de cima para baixo.

De acordo com entrevista realizada com Eliezer Souza dos Santos, a COOPFRUT foi a primeira cooperativa implantada no norte do Pará. Ela serviu como um laboratório de pesquisa para quem não tinha domínio do mercado, era um projeto muito grande para nossa capacidade de gestão, chegou a abranger todo o município, envolvendo 18 associações e 380 cooperados. Com a concorrência de mercado e a dificuldade na administração, a fábrica fechou, e a cooperativa não está mais ativa.

Com os mesmos objetivos, articulada pelas bases provindas dos associados do Mutirão com ajuda da Fase, foi criada a Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (Caepim).

De acordo com Leobaldo Fonseca Costa, em entrevista realizada em 2017:

> A Caepim foi fundada no dia 14 de maio de 2005, com 30 associados, que fazem parte da Associação Mutirão. Com a superprodução de açaí e não encontrando meios de comercializar o produto, começou a intermediar o processo de comercialização do açaí, através de um consórcio de associação e cooperativas do Baixo Tocantins. Tinha associação de Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Barcarena. Esse consórcio se articulava para conseguir o comércio do açaí, tanto em nível municipal como regional, que depois se tornou nacional e internacional, consórcio do Baixo Tocantins (informação verbal)[5].

O açaí era comercializado pela própria Associação Mutirão, as empresas que compravam o produto começaram a exigir nota fiscal. Como a associação não tinha caráter comercial, isso se tornou um entrave para a comercialização. Era preciso solicitar nota fiscal de outras cooperativas.

Dentro do processo, a Fase, entidade que acompanhava o movimento dos agricultores, prestando assessoria, conseguia identificar algumas dificuldades que as cooperativas e associações tinham no que dizia respeito à gestão desses empreendimentos.

[5] Notícia fornecida por Leobaldo Fonseca Costa, presidente da Caepim, em 2017.

A Fase conseguiu captar recursos para formar jovens e adultos agricultores, capacitando-os em gestão e empreendimentos de cooperativas, por meio do Programa de Formação em Gestão de Organizações Econômicas (Profor Gestão). O município de Igarapé-Miri mandou representantes de várias associações. O curso teve duração de 2 anos, e quem dele participou tornou-se multiplicador para as associações e comunidades.

Foi a partir do curso que os associados(as) iniciaram as conversações sobre a criação de uma cooperativa, entendendo que cooperativa é uma entidade jurídica de caráter comercial, uma empresa que trabalha de forma cooperativa, diferente de uma empresa capitalista. Com a criação da cooperativa, os associados poderiam comercializar o produto e não precisariam pedir a emissão de nota fiscal a entidades que não estivessem ligadas diretamente ao Mutirão.

A organização da cooperativa em si ocorreu dentro de 1 ano de debate. Com o estudo proporcionado pela Fase, por meio do Profor Gestão, teve início um processo para a formação da cooperativa.

O objetivo era vender o açaí. No estatuto, era vender o produto da agricultura familiar. Depois surgiram outras necessidades. E os associados foram se engajando na comercialização dos produtos e conseguiram um convênio por meio do programa do governo federal, "Política de Aquisição de Alimentos (PAA)". Por meio dele o governo federal compra alimentos para fornecer a creches e entidades beneficentes, além de associações. Outro é o "Fome Zero", programa que prioriza produtos da agricultura familiar.

A Fase ajudou a montar o projeto, prestando assessoria e suporte técnico para conseguir o convênio com o governo federal. A Caepim foi a primeira a conseguir esse convênio. Outro programa que a cooperativa articulou foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Penae), que auxilia na merenda escolar das escolas públicas, também priorizando a agricultura familiar.

Oitenta por cento da merenda escolar já chegou a ser fornecida pela agricultura familiar por intermédio da cooperativa. Além do açaí, a cooperativa comercializa camarão, peixe, banana, cacau e outras frutas.

Na entressafra, a produção de açaí diminui. Nesse período, que vai de janeiro a junho, os produtores comercializam outros produtos que estão consorciados com o açaí. É preciso diversificar a produção, buscar sustento com outras alternativas de sementes, como cacau, murumuru e andiroba, além de manga, cupuaçu, hortaliças e outros.

A cooperativa oferece curso de colheita e pós-colheita, curso de manejo de açaí e melhoria da qualidade do produto que será negociado. Por meio dela é possível negociar preços e comercializar diretamente com as empresas. O produto da cooperativa é de qualidade, porque se acompanha todo o processo de manejo e colheita exigido pelas empresas, que preferem os produtos de cooperados. O agricultor busca recursos, faz o plantio e a colheita. Já a cooperativa trata da comercialização com as empresas, apresentando proposta de negociação.

Para cada produção há uma planilha de custos, e ao fechar um preço x com a empresa, deduz-se o custo operacional, e o restante é repassado para o cooperado. Ao final de toda a operação verifica-se o lucro, que são as sobras. Se houver lucro, este é dividido com o associado.

Há uma regra do cooperativismo que diz: 50% das sobras devem ficar com a cooperativa, para que ela se mantenha e mantenha a formação; os 50% restantes são divididos igualmente entre todos os associados. A cooperativa é uma empresa diferente das outras; não é de uma pessoa, é de um coletivo. Tem que acompanhar a lei do cooperativismo.

Segundo Leobaldo (2017), "o mercado de fora tem mais segurança em negociar com a cooperativa, do que direto com o produtor. As empresas americanas procuravam sempre as associações e cooperativas para comprar o produto" (informação verbal)[6].

É possível negociar um preço justo por intermédio da cooperativa. Em outros tempos, a Caepim firmou contrato com empresa norte-americana, em que o preço do açaí custava R$ 5,00, mas com a negociação se conseguiu a R$ 15,00. Foi mais vantagem vender via cooperativa, pois tirando o custo operacional, o lucro foi bem maior.

Algumas empresas preferem negociar a um preço mais baixo e vão com o marreteiro. O marreteiro comercializa o produto fora da cooperativa, mas ele não tem curso de boas práticas com a colheita do açaí, não tem formação de produtor, não divide sobra, não divide lucro e não traz benefício para a comunidade.

A cooperativa, além de manter a qualidade do produto, busca, com seus recursos e organização, benefícios para a comunidade, como a questão da água. A proposta é criar vários poços artesianos, por meio dos quais é possível encontrar veios de água limpa, própria para beber e preparar alimentos, pois a água do rio é inapropriada para consumo.

Em entrevista, Carlos Alberto[7] (2017), representante da Fase na Amazônia que vem dando suporte às cooperativas de Igarapé-Miri, sugere que a estrutura de uma cooperativa esbarra na questão da gestão. "É um trabalho com pessoas de como administrar uma entidade que, além das questões internas, tem as questões externas de relacionamento comercial" (informação verbal)[8]. A Fase busca, em entidades governamentais e empresas, parcerias e assistência para as negociações. De acordo com a lei, 30% da merenda escolar deve vir da agricultura familiar, mas nem todos os municípios cumprem a lei. A Fase denuncia e busca parceria. Todas as cooperativas têm um contador, uma contabilidade, tem que fazer a venda, ir atrás do mercado.

A Fase entende que existem problemas comuns nas cooperativas em todo o Brasil, por isso criou a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), uma associação de cooperativas, entidade que não está ligada ao governo, é independente, um braço da economia solidária.

Além da Caepim, em Igarapé-Miri, existe a Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri (Codemi), entidade com fins lucrativos, criada em 7 de março de 2006 por 64 agricultores familiares. A cooperativa, assim como a Codemi, tem como finalidade organizar e comercializar a produção da agricultura familiar do município, no varejo e no atacado, principalmente o açaí in natura, dentre outros frutos dessa cadeia.

---

[6] Notícia fornecida por Leobaldo Fonseca Costa, presidente da Caepim, em 2017.

[7] Carlos Alberto trabalha na Amazônia há 25 anos com movimentos sociais e cooperativas. Começou a trabalhar na Fase em 1999. Foi contratado para montar um projeto de unidade industrial em Abaetetuba, para beneficiamento do açaí. Era técnico da Fase, agora exerce a função de Conselheiro da Região Norte da Unicaf, representa a entidade em toda a região Norte.

[8] Notícia fornecida por Carlos Alberto, Conselheiro da Unicaf, em 2017.

Atualmente a produção de Igarapé-Miri comercializa seus produtos com o governo federal, pelos programas PAA e PNA, com a Natura e a Petruz Fruity, empresa de frutas que fica em Castanhal, PA. Essa empresa é gerenciada pela segunda e terceira gerações da família e já soma mais de 30 anos de conhecimento e trabalho com o fruto do açaí, também chamado "Ouro Negro da Amazônia". Processa 189 t de frutas frescas por dia, comercializa com mais de 30 países pelo mundo e está presente fisicamente em três empresas no exterior.

Associação de Mulheres de Igarapé-Miri (Asmim)

O movimento de mulheres de Igarapé-Miri acontece em parceria com o movimento do Projeto Mutirão. Conforme mencionado, o Projeto Mutirão envolve e envolveu as CEBs de todo o município, e nas CEBs toda a família (pai, mãe, filhos, tios, avós) está diretamente ligada às lutas e conquistas da comunidade. As mulheres sempre trabalharam juntas, contribuindo em todas as atividades, seja do movimento sindical, seja na construção da sede do Mutirão, seja na criação de associações.

O trabalho comunitário, feito em forma de mutirão, despertou nas mulheres a necessidade de criar um movimento só de mulheres para atender demandas específicas ligadas à vida das mulheres. Em maio de 1993, um grupo formado por 20 pessoas, das quais 18 mulheres e 2 homens, se reuniu e decidiu fazer um encontrão de mulheres das comunidades. O encontro aconteceu em agosto do mesmo ano, despertando as mulheres para reflexão sobre a realidade delas no lar, na comunidade, no sindicato, no Mutirão. Muitas experiências e vivências vieram à tona, assim como situações de desigualdade, de desconfiança, violência doméstica, subserviência ao marido, falta de documentação. A partir daí os encontros se tornaram frequentes nos anos seguintes.

O movimento de mulheres se tornou uma bandeira de luta da categoria por melhores condições de trabalho, cidadania, educação e saúde, principalmente a saúde feminina.

Como esse movimento não constituía entidade jurídica, algumas reivindicações esbarravam em burocracias, por isso não se conseguia resolver. Foi assim, depois de muitas articulações, debates, discussões e negociações, que se criou, em 15 de setembro de 1996, a Associação de Mulheres de Igarapé-Miri (Asmim), em congresso que reuniu mais de 200 mulheres na cidade, no salão paroquial da Igreja de Santana. Vindas do campo e da cidade representantes das diversas CEBs existentes.

Segundo entrevista realizada com Benedita Carvalho Gonçalves[9] (informação verbal)[10], a criação da Asmim foi uma necessidade da categoria de buscar políticas públicas, recursos financeiros, representação jurídica em órgãos oficiais que atendessem as reinvindicações relacionadas diretamente à situação das mulheres. Além do fortalecimento do movimento das mulheres, buscavam crédito para trabalhar na agricultura, liberdade financeira para comercializar seus produtos.

Antes, todos os processos se davam somente com os homens. Por mais que a produção envolvesse as mulheres, na roça eram as mulheres que capinavam, eram as mulheres que plantavam a mandioca e faziam a farinha, mas na hora da venda eram os homens que participavam da

[9] Benedita Carvalho dos Santos é presidente da Asmim e do STTR, também faz parte da coordenação da Fetagri, é sócia-fundadora do Projeto Mutirão, que teve participação direta na criação e instalação do projeto e depois Associação Mutirão.

[10] Notícia fornecida por Benedita Carvalho dos Santos, presidente da Asmim e do STTR, em 2017.

negociação de comercialização. No próprio movimento havia distinção entre homens e mulheres. Estas pegavam no pesado, trabalhando em todos os processos da produção, mas não participavam das decisões finais.

A cultura patriarcalista e machista sempre colocava as mulheres de lado na hora das decisões, muitas delas, interioranas, acreditavam que a mulher cuida da casa, cuida da produção, da roça, mas na hora da venda é o homem que vai lá vender e que leva a produção.

> Foi um pouco de audácia nossa de quebrar esse sistema, A gente acreditava que se fosse de igual para igual, melhorava para todos e principalmente para nós. A gente lutou por isso. (informação verbal).[11]

Na comunidade, nas CEBs, era do mesmo jeito. As mulheres faziam tudo, mas as coordenações ou conselhos comunitários sempre eram para os homens, com a ideia de que a mulher não serve para dirigir uma comunidade. Cabia a elas ser catequistas, mulheres que catequizavam as crianças para as doutrinas da Igreja Católica Apostólica Romana (Icar). Nas CEBs também havia a hierarquia de poder. Os homens diziam que as mulheres não estavam preparadas para estar no poder, não podiam assumir cargos como presidente ou tesoureiro porque lidavam com dinheiro, e o dinheiro tinha que ser administrado pelos homens.

As mulheres faziam a ornamentação em épocas de festa de padroeiro, cuidavam da casa comunitária, faziam a articulação entre as comunidades e dentro das CEBs, todo o trabalho praticamente era feito somente por mulheres.

> Em nossas CEBs fomos quebrando essa postura patriarcal aos poucos, Na ocasião da construção do Centro Comunitário, os homens decidiram que as mulheres iriam fazer a comida e os homens iriam trabalhar direto na construção, Nós mulheres decidimos que participaríamos de tudo, o trabalho não seria só de homens ou só de mulheres Nós vamos dividir tudo e dividimos por grupo misto de homens e mulheres, e cada dia, é um grupo que faz as tarefas seja de construção, seja de apoio na alimentação e outras coisas. E assim fomos quebrando os paradigmas de gênero enraizado em nossa cultura. (informação verbal).[12]

Mesmo sendo sócia da Associação Mutirão e sindicalizada no STTR, a mulher tinha muito pouca participação nas decisões. A partir da criação da Asmim melhoraram as relações, e as mulheres passaram a ter mais representatividade nos espaços de poder das entidades a que estavam filiadas.

Foi preciso criar a associação para que as mulheres, tanto nas CEBs como na Associação Mutirão e STTR, tivessem maior representatividade. As mulheres passaram a participar dos cursos de formação agrícola, juntamente com os homens, além da formação de gestão de entidades e outros.

[11] Notícia fornecida por Benedita Carvalho dos Santos, presidente da Asmim e do STTR, em 2017.
[12] Notícia fornecida por Benedita Carvalho dos Santos, presidente da Asmim e do STTR, em 2017.

> Formação é poder, poder é conhecer mais, se organizar mais, a partir da ASMIM as mulheres começaram a abrir a mente e protagonizar as lutas sociais juntamente com os homens. (informação verbal).[13]

Uma das primeiras questões trabalhadas na Asmim foi com relação à saúde da mulher. Como a mulher que não tem boa saúde vai participar das atividades das CEBs, do Mutirão e STTR? Assim se conseguiu uma vaga no Conselho Municipal de Saúde do município, podendo cobrar das autoridades políticas públicas relacionadas à saúde da mulher, entre eles, consultas regulares e exames ginecológicos gratuitos.

O movimento de mulheres e a Asmim contribuíram muito para que os espaços de poder fossem ocupados por mulheres, na atualidade, atuando na coordenação do STTR, nas associações, nas cooperativas, à frente das CEBs, e não só em nível local, mas regional e nacional. Cita-se, como exemplo, Carmen Foro, uma das sócias-fundadoras da Amut e atual coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, uma diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Em sua entrevista, Raimunda da Costa Almeida[14] (informação verbal)[15] argumenta que as principais conquistas do movimento de mulheres de Igarapé-Miri é a valorização da mulher em todos os segmentos dos quais ela faz parte. As mulheres passaram a participar mais das lutas populares juntamente com seus maridos, ocupando espaços. O reconhecimento que elas devem ter é ser protagonistas de suas próprias histórias, o que vai além de cuidar da casa, dos filhos e do marido; estar presentes nas decisões das entidades não só como meras coadjuvantes, mas como gestoras. Foi por meio da experiência da Asmim que as mulheres despertaram para exercer cargos de coordenação, diretoria, presidência do STTR, se candidatarem a um espaço político e outras entidades do município de Igarapé-Miri. Como relata Raimunda da Costa (informação verbal): "a minha tarefa de ser liderança nas CEBs e no STTR, de ocupar um espaço, não é somente de rezar, mas de fazer acontecer a transformação social e econômica de minha realidade".

Muitas mudanças aconteceram na relação de poder na família. As formações e encontros promovidos pela Asmim despertam para a consciência crítica do papel da mulher na sociedade e na casa. As mulheres assumem seu protagonismo. Entende-se que as relações podem ser de igualdade, tanto no movimento social como na família (informação verbal).[16]

Antes da conquista do sindicato, só quem se filiava era o homem, ou pai de família ou o esposo, que representava a esposa e o restante da família. No decorrer da luta para a tomada do sindicato, fez-se uma grande campanha para que as mulheres e jovens pudessem se sindicalizar. A sindicalização de mulheres e jovens contribuiu muito para a tomada do sindicato no ano de 1988.

---

[13] Notícia fornecida por Benedita Carvalho dos Santos, presidente da Asmim e do STTR, em 2017.

[14] Raimunda da Costa Almeida, mais conhecida por Mundinha, faz parte de diretoria do STTR e da coordenação da Asmim. Ela tem sua trajetória de participação desde a criação da comunidade em 1977, foi catequista e liderança das CEBs do Alto Muritipucu, participava dos cursos de formação de liderança, de catequese e agricultura familiar, se associou ao sindicato com a influência da Igreja, em janeiro de 1988. É secretária de finanças e administração e assalariado rural do STTR, além de coordenar a Asmim.

[15] Notícia fornecida por Raimunda da Costa Almeida, secretária de finanças, administração e assalariado rural do STTR e coordenadora da Asmim, em 2017.

[16] Notícia fornecida por Raimunda da Costa Almeida, secretária de finanças, administração e assalariado rural do STTR e coordenadora da Asmim, em 2017.

Hoje, no sindicato, a maioria dos associados são mulheres (53%); os homens representam 48%. Dos que estão quite financeiramente 70% são mulheres. Esse número elevado de mulheres decorre de direitos e conquistas que elas conseguiram por intermédio do sindicato. Quando se realiza congresso ou reuniões, a maioria dos presentes são mulheres, porque elas têm necessidade de aprender e querem saber se estão no caminho certo, elas buscam novidades para elas. A diretoria do sindicato está formada por cinco mulheres e dois homens.

As mulheres sindicalizadas podem ter aposentadoria aos 55 anos, as trabalhadoras rurais têm auxílio à maternidade, podem conseguir financiamento para agricultura. Com a sindicalização, as mulheres passam a ter os mesmos direitos que os homens.

A diretoria do STTR está assim constituída: Presidência - Benedita Carvalho Gonçalves; Secretaria de Finanças, Administração e Assalariado Rural - Raimunda da Costa Almeida; Secretaria de Políticas Sociais - Claudiane Pantoja Almeida; Secretaria da Mulher - Carmem Lúcia; Secretaria dos Aposentados - Maria da Graças; Secretaria-Geral - Raimundo Barreto de Morais; Políticas Agrícolas, Agrária e Meio Ambiente - Romildo Correa Fonseca; Secretaria da Juventude - Eliezer Souza dos Santos.

Na Asmim há grupos de mulheres representantes nas três cooperativas do município: COOPFRUT, Caepim e Codemi, outras estão nas associações de sua localidade ou comunidade; há mulheres coordenando, mulheres da cidade participam do Sintep ou grupos de assentamento, elas representam a associação nesses espaços para garantir o direito das mulheres em suas particularidades.

As mulheres incutiram em suas vidas o espírito que move as CEBs, espírito de unidade, fraternidade, coletividade, respeito às diversidades, foram e estão sendo, por meio de sua organização, de suas lutas e conquistas, o grande suporte para a nova realidade que se apresenta, "Igarapé-Miri, a capital mundial do açaí".

Análise e discussão da pesquisa de campo

A pesquisa de campo, com questionário semiestruturado, cujas perguntas foram elaboradas previamente, foi feita mediante visita às comunidades, percorrendo uma área pouco menor que a área territorial do município, 1.996,790 km². O município é dividido politicamente em oito distritos, que são: Distrito de Anapú, Pindobal Grande, Alto Meruú, Caji, Igarapé-Miri, Maiauatá, Panacauera e Meruú-Açu. Todos os distritos foram visitados, abrangendo as comunidades urbanas, rurais e ribeirinhas, no total de 72 comunidades das 90 existentes, das quais 49 na Paróquia de Santana e 41 na Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré. Os resultados da pesquisa de campo estão a seguir (Tabela 1).

Na Tabela 1 se pode constatar que o município de Igarapé-Miri possui duas paróquias com discreta maior prevalência de localidades ligadas à Paróquia de Santana, de localidades no distrito da cidade; além de significativa maior prevalência de localidades com capela, que iniciaram suas atividades entre 1969 e 1980, com casa comunitária, com celebração dominical, com catequese, com pastoral social, que participam de festas religiosas e que têm outras igrejas na localidade, além de que todas as localidades têm sua coordenação por conselho comunitário.

Tabela 1. Características relativas à organização religiosa local por meio dos índices absolutos e relativos e comparação das prevalências na amostra geral.

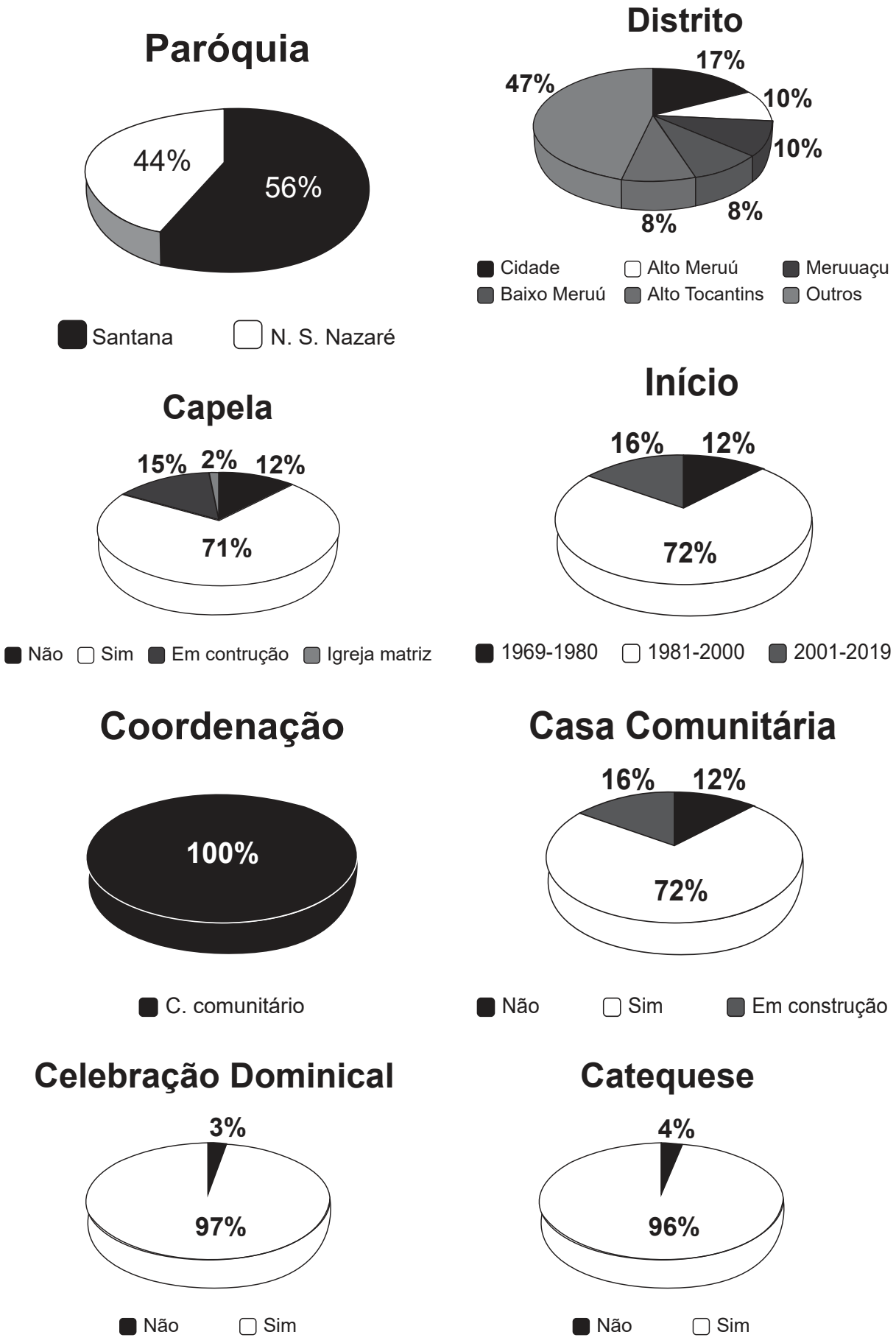
Variável	Classificação	Prevalência		Comparação	
		N	%	x^2	p
Paróquia	Santana	40	56,3	1,14	0,29
	N. Sra. de Nazaré	40	43,7		
Distrito	Cidade	12	16,9	20,06	0,13
	Alto Meruú	7	9,9		
	Meruuacú I	7	9,9		
	Baixo Meruú	6	8,5		
	Alto Tocantins	6	8,5		
	Outros	33	46,4		
Capela	Não	8	12,3	109,39	<0,01*
	Sim	46	70,8		
	Em construção	10	15,4		
	Igreja Matriz	1	1,5		
Início das atividades	1969-1980	42	60,0	26,60	<0,01*
	1981-2000	21	30,0		
	2001-2019	7	10,0		
Tipo de coordenação	Cons. Comunitário	69	100,0	-	-
Casa comunitária	Não	8	11,3	44,59	<0,01*
	Sim	58	81,7		
	Em construção	5	7,0		
Celebração dominical	Não	2	2,8	62,21	<0,01*
	Sim	69	97,2		
Catequese	Não	3	4,2	61,82	<0,01*
	Sim	68	95,8		
Pastoral social	Não	2	2,9	60,24	<0,01*
	Sim	66	97,1		
Festas religiosas	Não	2	2,9	61,23	<0,01*
	Sim	67	97,1		
Outras igrejas	Não	3	4,3	58,51	<0,01*
	Sim	67	95,7		

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

De acordo com a Figura 1, observam-se duas paróquias, porém até 2014 existia apenas uma, que atendia o município em sua totalidade, até as comunidades que se localizam nos limites com outros municípios. Com a criação da nova paróquia, houve uma divisão considerada geográfica, possibilitando atenção maior às comunidades, principalmente as mais distantes, geralmente nas quais o acesso se dá somente por barco (transporte fluvial).

A maioria das casas comunitárias foram construídas ou adquiridas logo em seguida à formação das CEBs. Na Figura 1 percebe-se que a grande maioria tem casa comunitária, que é um centro onde os comunitários se reúnem, fazem suas promoções, realizam as festas de padroeiros. A comunidade que não tem capela celebra o culto dominical no centro comunitário.

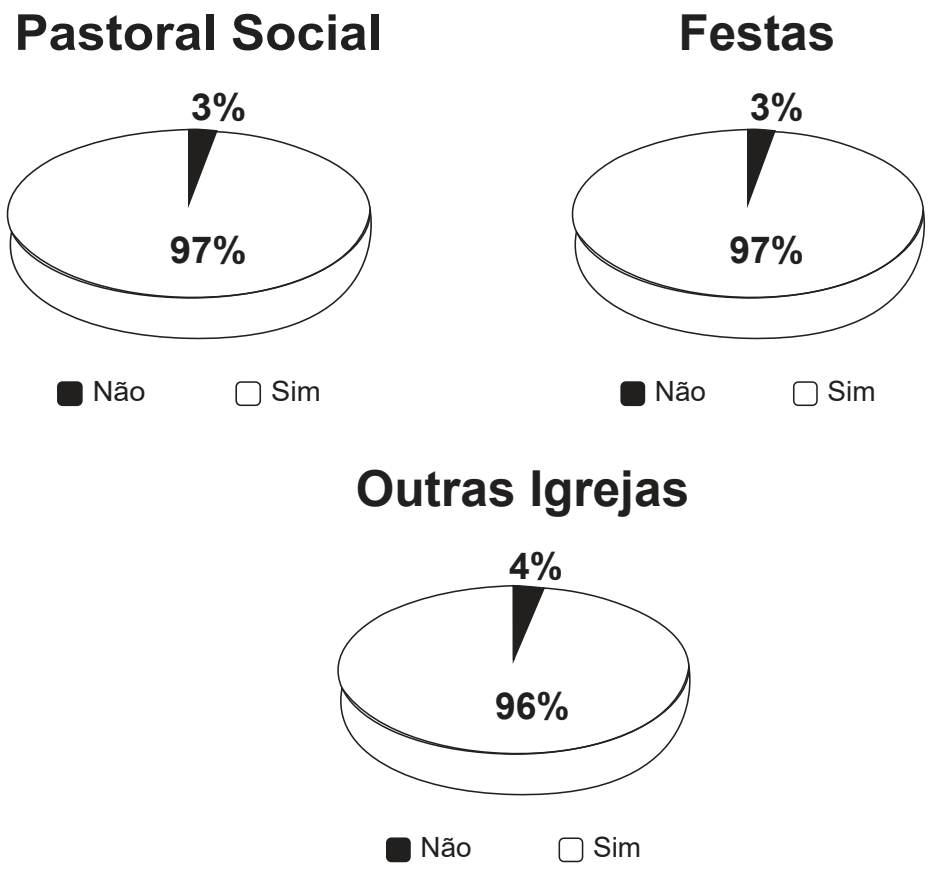
Figura 1. Características da organização religiosa local.



Desde a criação das CEBs, o culto dominical é uma atividade que faz parte dos rituais. A maioria foi criada para que houvesse a celebração dominical, como forma de os batizados exercerem a sua espiritualidade continuamente, não importando o local em que se mora, se o padre vai ou não. Organiza-se, na paróquia, um calendário de visitas do pároco às comunidades, o qual atende a todas mais de uma vez ao ano, fato que se tornou mais viável depois da criação de uma nova paróquia. A catequese sempre foi, desde o início das CEBs, uma preocupação primeira, visando manter os princípios cristãos e os sacramentos.

Na Figura 2 se pode constatar significativa maior prevalência de comunidades com pastorais sociais que realizam suas festas religiosas e que possuem outras igrejas na comunidade.

Figura 2. Características da organização religiosa local.



As pastorais sociais estão relacionadas às atividades da comunidade como um todo, além de especial atenção aos idosos, crianças e jovens. A maioria das CEBs possuem esse trabalho. As festas de santos padroeiros são uma tradição que têm origem no período dos engenhos, muitas comunidades apenas deram continuidade a essas tradições, outras adotaram um santo padroeiro e consequentemente realizam as festividades anualmente.

Em quase todas as localidades onde se tem uma CEB também há outras igrejas cristãs evangélicas. As relações entre igreja católica e igreja evangélica geralmente não são conflituosas, dependendo da situação, muitas vezes, se unem para o bem comum da localidade.

Na Tabela 2 constata-se discreta maior prevalência de localidades sem escola de ensino médio; além de significativa maior prevalência de localidades ribeirinhas, que não tem posto de saúde, que tem agente de saúde e que tem escola de ensino fundamental.

Tabela 2. Características de localização, saúde e ensino locais por meio dos índices absolutos e relativos e comparação das prevalências na amostra geral.

Variável	Classificação	Prevalência		Comparação	
		N	%	x^2	p
Localização	Ribeirinha	43	61,4	25,06	<0,01*
	Rural	15	21,4		
	Urbana	12	17,1		
Posto de saúde	Não	37	52,9	30,03	<0,01*
	Sim	31	44,3		
	Em construção	2	2,9		
Agente de saúde	Não	6	8,5	49,03	<0,01*
	Sim	65	91,5		
Escola Ensino Fundamental	Não	9	12,6	93,16	<0,01*
	Sim	62	83,7		
Escola Ensino Médio	Não	40	56,3	1,14	0,29
	Sim	31	43,7		

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Na Figura 3 constata-se significativa maior prevalência de comunidades localizadas na região ribeirinha, com posto de saúde, agente de saúde, escola de ensino fundamental, porém sem escola de ensino médio.

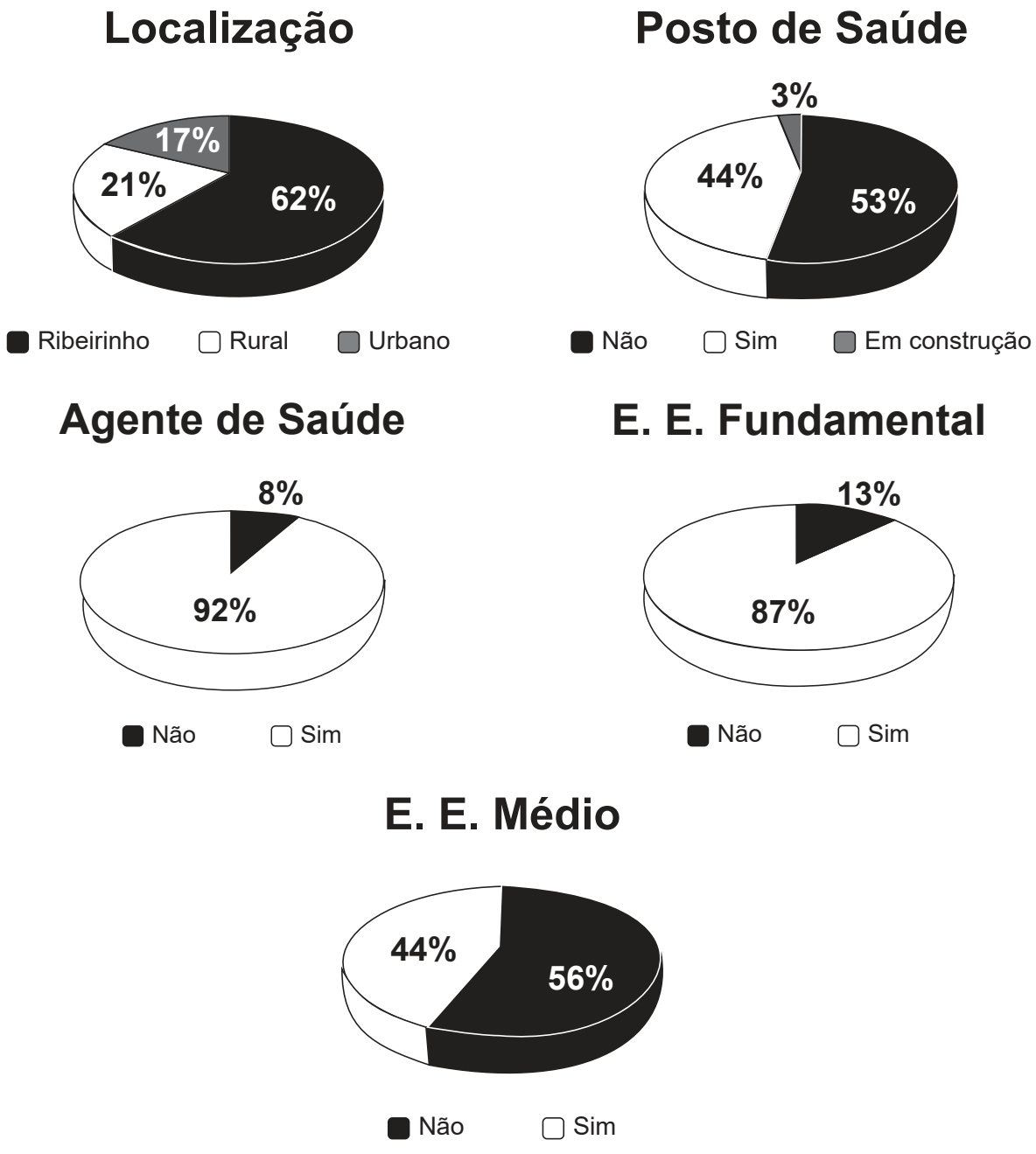
O município de Igarapé-Miri possui em seu território 1.996.790 km². Desse total 60% é região ribeirinha, isso explica porque as comunidades são na maioria ribeirinhas, proporcionando local propício para a produção e comercialização do açaí. A instalação de postos de saúde tem sido uma preocupação constante em todas as comunidades. Muitas já conseguiram, mas a maioria ainda está na luta para ter em sua comunidade ou localidade um posto de saúde para atendimentos de emergência.

Os agentes de saúde foram uma preocupação da Diocese de Cametá, pois pretendia-se criar um grupo de atendimento básico em todas as comunidades, aproveitando os saberes populares das mulheres e homens das CEBs. Várias formações foram e continuam sendo feitas no intuito de manter os/as agentes atualizados/as para atender a população de sua área. A diocese conseguiu do governo federal, por meio do Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS), remuneração para os agentes de saúde. Cada agente acompanha 100 famílias. Onde termina o trabalho de um, logo em seguida começa o de outro, cobrindo quase todas as áreas. É claro que é um trabalho de prevenção.

Os serviços efetuados pelos agentes são: manter atualizados dados e informação sobre as famílias e seus membros, manter o controle de quem nasce ou morre ou quando se forma outra família pelo casamento ou por união não formalizada, além de dados de doenças mais graves ou

qualquer alteração que ocorra com a família. Os agentes também acompanham as vacinas por meio do cartão de todas as crianças e orientam as mulheres gestantes para o pré-natal. Orientam ainda para o beneficiamento da água com o uso do hipoclorito e armazenamento adequado e para a produção de hortas caseiras e a importância da alimentação adequada utilizando todos os nutrientes para a preservação da saúde. Outro trabalho importante do agente de saúde é com relação ao uso da terra e meio ambiente, não deixando acumular lixo ao redor das casas e mantendo os rios sempre limpos. Com esse trabalho se diminuiu muito o índice de mortalidade infantil, bem como a anemia, diarreia e vermes.

Figura 3. Características de ensino e saúde local.



Quanto à educação, a maioria das comunidades tem em sua área uma ou duas escolas de ensino fundamental. As escolas de ensino médio funcionam como escolas polos e estão localizadas em lugares estratégicos para atender áreas que possuem várias comunidades. Em quase todas as comunidades há barcos escolares que fazem o transporte dos alunos.

Na Tabela 3 se pode constatar significativa maior prevalência de comunidades onde se encontra a cooperativa, com a presença de associação, de sindicato, com funcionário público e participantes de lutas sociais. Nota-se ainda que a maior prevalência está para localidades com agricultura familiar, onde o açaí + a pesca, o açaí + a farinha e o açaí são as principais culturas verificadas nessas localidades.

Tabela 3. Características relativas à organização do trabalho local através dos índices absolutos e relativos e comparação da prevalência na amostra geral.

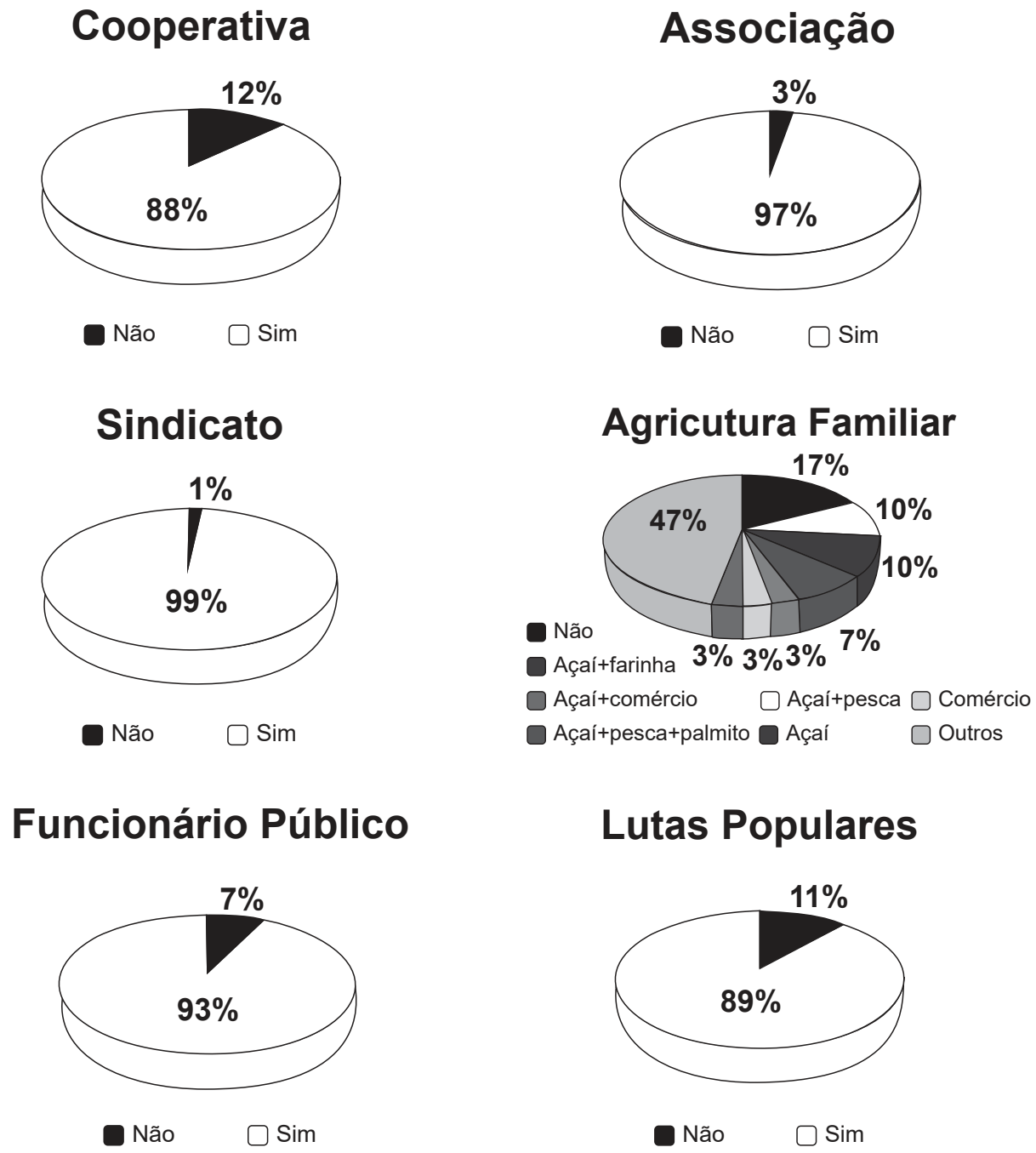
Variável	Classificação	Prevalência		Comparação	
		N	%	x^2	p
Cooperativa	Não	7	11,9	34,32	<0,01*
	Sim	52	88,1		
Associação	Não	2	3,1	57,25	<0,01*
	Sim	63	96,9		
Sindicato	Não	1	1,5	63,06	<0,01*
	Sim	66	98,5		
Agricultura familiar	Não	12	17,1	186,29	<0,01*
	Açaí + pesca	7	10,0		
	Açaí + farinha	7	10,0		
	Açaí	5	7,1		
	Açaí + comércio	2	2,9		
	Comércio	2	2,9		
	Açaí + pesca + palmito	2	2,9		
	Outras	33	47,1		
Funcionário público	Não	5	7,2	50,45	<0,01*
	Sim	64	92,8		
Participam de lutas populares	Não	8	11,4	41,66	<0,01*
	Sim	62	88,6		

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Na Figura 4 se pode constatar significativa maior prevalência de comunidades com cooperativas, com associação, com sindicato com agricultura familiar à base do açaí, com funcionário público e que participam das lutas populares da região.

A Figura 4 mostra que quase todas as comunidades visitadas pela pesquisa estão direta ou indiretamente envolvidas com o STTR. Na verdade, algumas comunidades surgiram para fortalecer a luta para a conquista do sindicato, por isso muitas comunidades foram criadas no decorrer da década de 1980. O STTR sempre foi o suporte para os trabalhadores(as) nas lutas e conquistas da terra e dos financiamentos para a produção de açaí.

Figura 4. Características da organização social e laborativa local.



A partir do sindicato é que surgiram várias associações e cooperativas para atender as demandas de comercialização do açaí. O sindicato e a Associação Mutirão não podiam emitir nota fiscal, era preciso criar cooperativas. Como em toda a região ribeirinha o açaí está sendo produzido, várias entidades foram criadas, porém poucas se mantém. A maioria não conseguiu se estruturar e manter-se, restando as cooperativas Codemi e Caepim.

Em quase toda a área se trabalha com agricultura familiar, cujo carro-chefe é a produção de açaí. Como esse produto tem um período de entressafra que vai de janeiro a junho, os agricultores

sobrevivem da comercialização de outros produtos, como cacau, cupuaçu, andiroba, murumuru, farinha de mandioca e outros.

Em todas as comunidades se fazem presentes os funcionários públicos, geralmente são agentes de saúde, professores e funcionários de prefeituras e câmara municipal, além de funcionários estaduais e federais.

Todas as conquistas das CEBs sempre ocorreram por meio das lutas populares, nada foi de graça: uma escola, um posto de saúde, segurança pública, asfaltamento de estradas, construção de pontes, abertura de canais de acesso entre comunidades, energia elétrica, portos de desembarque da produção do açaí. Tudo foi fruto de muita luta e organização, organização que se dá na base, na casa, no centro comunitário, na capela, na celebração, no trapiche de uma casa.

Considerações Finais

A realização desta pesquisa se concentra mais nas questões religiosas que influenciaram na estruturação político-econômica e social do município de forma global, porém havia a necessidade de aprofundar um pouco nas questões referentes a agricultura familiar, que muito contribui para a melhoria da qualidade de vida, principalmente na região ribeirinha, onde os recursos naturais são bem diferenciados dos da região rural de terra firme. Percebe-se um descaso do poder público com essa população, no que tange a questões de educação, saúde, segurança e incentivos financeiros para trabalho na agricultura.

Em Igarapé-Miri todos os benefícios de que hoje a população ribeirinha dispõe são fruto de muita luta e organização junto aos poderes públicos. No entanto, a área territorial da Amazônia é imensa, são inúmeras comunidades ribeirinhas em lugares muitas vezes nunca visitados pelo poder público. Às vezes, as entidades que chegam a esses lugares são as igrejas, sejam elas católicas ou evangélicas.

A região amazônica é rica em recursos naturais, rica em diversidades, rica em fauna e flora, em povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas. É fonte inesgotável de pesquisa. Mas as pesquisas devem ser para ajudar a preservar toda essa riqueza, e não para destruir em benefício de um pequeno grupo que só visa ao lucro comercial.

Por fim, pesquisas como esta devem ser aprofundadas, buscando novos aspectos dessa imensa diversidade. Pesquisas mostrando que é possível que pequenas comunidades como as CEBs, de forma organizada, possam provocar uma verdadeira revolução em uma organização política, a exemplo do que aconteceu com as comunidades do município de Igarapé-Miri, com o apoio da Igreja Católica da Diocese de Cametá. Elas foram responsáveis por influenciar as mudanças sociopolíticas, econômicas e religiosas que aconteceram a partir do Projeto Mutirão, cuja essência é uma produção voltada para práticas econômico-ecológicas autossustentáveis para todos os atores locais, beneficiando toda a população miriense, projetando o município, em nível regional, nacional e internacional, à "Capital mundial do açaí".

Referências

ANTUNES, R. L. C. **O que é sindicalismo?** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BETTO (Frei). **O que é comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOFF, L. **Reflexões de um velho teólogo pensador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

CAMPOS, F. R. de S. Ciência Política, uma área que se afirma no século XXI – teorias e metodologias. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL DO CONHECIMENTO & CIÊNCIA, 2., 2012, Belém, PA. **[Anais...]**. Belém, PA: Conhecimento & Ciência, 2012. v. 2, p. 65-73.

COSTA, S. M. F. **O sindicato dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri**: do sindicato atrelado ao sindicato de oposição. Belém, PA: UFPA, 2001. p. 192.

LOPES, M. L. B. **Distribuição dos retornos sociais do manejo do açaí no estado do Pará**. Belém, PA: BASA, 2007.

MAGALHÃES, S. B.; SIMÕES, A.; MARC, P.; SANTOS, C. V. dos; TAVARES, F. B.; MARTINS, P. F. da S.; LIMA JUNIOR, N. A. de. Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia Oriental. *In*: Encontro Nacional da Anppas, 6., 2012, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA, 2012.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sindicais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 2009.

PINTO, R. J. Produção de açaí ajuda a recuperar a economia. **Diário do Pará**, Belém, PA, 2004. Disponível em: http://www.diariodopara.com.br/. Acesso em: 24 jun. 2017.

POLLAK, H.; MATTOS, M.; UHL, C. **O perfil da extração de palmito no estuário amazônico**. Belém, PA: IMAZON, 1996. (Série Amazônia, 3).

REIS, A. A. dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA)**. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2008.

REIS, A. A.; NASCIMENTO, W. L.; FELIZARDO, A. O.; SANTOS, A. R. Agricultura familiar e economia solidária: a experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia Paraense. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 22, p. 120-142, maio 2015. Edição Especial do XII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, 2015.

RUEDA, R. P. Evolução histórica do extrativismo. *In*: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (ed.). **Reservas extrativistas**. Cambridge: UICN: CCE; Brasília, DF: CNPT, 1995. p. 3-12. Disponível em: https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/FR-012-Pt.pdf. Acesso em: 25 nov. 2017.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 15/12/2021
Aceito em: 28/9/2021
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

PRAZERES, J. N. dos; MONTEIRO, R. S. A prelazia de Cametá e os sítios agrícolas das colônias São Vicente e Ponta Grossa. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 79-93, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p79-93.

A PRELAZIA DE CAMETÁ E OS SÍTIOS AGRÍCOLAS DAS COLÔNIAS SÃO VICENTE E PONTA GROSSA[1]

Joenia Nunes dos Prazeres[2]
Rafael Siqueira Monteiro[3]

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como foi desenvolvido o Projeto Sítios Agrícolas das Colônias de São Vicente e Ponta Grossa, da comunidade de Carapajó, município de Cametá (Pará, Amazônia, Brasil). Esse projeto se constituiu em uma das atividades sociais desenvolvidas pela Prelazia de Cametá, entre as décadas de 1960 e 1980, tendo como principal idealizador o Padre Johannes Gerardus Boonekamp. A problemática desta pesquisa está vinculada à compreensão de como e em que contexto surgiu o Projeto Sítios Agrícolas. Para responder a essa problemática, propomos os seguintes objetivos específicos: investigar em que contexto a Prelazia de Cametá sugeriu o Projeto Sítios Agrícolas e verificar como se deu a sua implantação, o acompanhamento e as práticas formativas. Adotamos como metodologia a História Oral, e, também, como parte do procedimento metodológico, realizamos pesquisas nos arquivos da Diocese de Cametá, assim como visitas de campo para estabelecer contato com as pessoas da comunidade de Carapajó e para realizar entrevistas. Este trabalho nos permitiu verificar que o Projeto Sítios Agrícolas foi implementado pela Prelazia de Cametá dentro de um contexto no qual a Igreja se sentiu interpelada pela pobreza que assolava essa região, mas também se verificou que essa experiência agrícola foi um projeto mais de cunho pessoal, tendo o Padre Johannes Gerardus Boonekamp como o principal idealizador do que propriamente a Prelazia de Cametá.

Palavras-chave: sítios agrícolas, pimenta-do-reino, Prelazia de Cametá.

[1] O texto aqui apresentado é resultado de um conjunto de pesquisas que contribuiu para a construção da dissertação de Joenia Nunes dos Prazeres, intitulada: Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa: Uma Experiência Agrícola Desenvolvida nas Décadas de 1970 e 1980 na Comunidade de Carapajó, Município de Cametá, Pará. O presente artigo sobre "A Prelazia de Cametá e os sítios agrícolas das colônias São Vicente e Ponta Grossa" em sua análise, construção e outras reflexões foi escrito em conjunto com o Prof. Me. Rafael Monteiro.

[2] Licenciada em Letras, especialista em Educação em Direitos Humanos e mestra em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: nunesjoenia@gmail.com
http://orcid.org/0000-0001-8910-0187

[3] Professor de Filosofia na Rede de Ensino Médio do Estado do Pará (Seduc), especialista em Ética e Filosofia Política, mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: profmonteiro84@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2491-542X

THE PRELATURE OF CAMETÁ AND THE AGRICULTURAL LAND OF THE SÃO VICENTE AND PONTA GROSSA COLONIES

Abstract: This article aims to analyze how the project Agricultural Sites of São Vicente and Ponta Grossa Colonies, in the community of Carapajó, municipality of Cametá (Pará, Amazon, Brazil) was developed. This project was one of the social activities developed by the Prelature of Cametá, between the 1960s and the 1980s, with Father Johannes Gerardus Boonekamp as its main promoter. The problem of this research is linked to the understanding of how and in what context the Agricultural Sites Project emerged. In order to answer this problematic, we propose the following specific objectives: to investigate the context in which the Prelature of Cametá proposed the Agricultural Sites project and to verify how it was implemented, the accompaniment and the formative practices. We adopted Oral History as our methodology and, also, as part of the methodological procedure, we carried out research in the archives of the Diocese of Cametá, as well as field visits to establish contact with people from the Carapajó community and to conduct interviews. This work allowed us to verify that the Agricultural Sites Project was implemented by the Prelature of Cametá within a context in which the Church felt challenged by the poverty that plagued this region, but it was also verified that this agricultural experience was more of a personal project, with Father João Boonekamp as the main creator, than the Prelature of Cametá itself.

Keywords: agricultural sites, black pepper, Prelature of Cametá.

Introdução

A Prelazia de Cametá[4], sobretudo na figura do Padre Johannes Boonekamp[5], implementou um projeto de produção de pimenta-do-reino na Vila de Carapajó[6], município de Cametá[7], que contribuiu significativamente para a vida de muitas famílias. Todavia, é tênue a fronteira entre um trabalho que vise resgatar a dignidade da pessoa humana de forma integral e o mero assistencialismo. Nesse sentido, este artigo não tem a intenção de cruzar a fronteira quer de um, quer de outro, mas sim de apresentar essa experiência no mínimo intrigante de um sacerdote católico que por mais de 3 décadas esteve à frente desse projeto.

Este artigo, portanto, visa analisar como foi desenvolvido o Projeto Sítios Agrícolas das Colônias São Vicente e Ponta Grossa, na localidade de Carapajó, município de Cametá, PA, entre as décadas de 1970 e 1980. A pesquisa está vinculada à compreensão de como e em que contexto surgiu o Projeto Sítios Agrícolas. Para responder a essa problemática, propomos os seguintes

[4] Instituição Católica, fundada em 29/11/1952, localizada na região Norte do Brasil, estado do Pará, elevada à categoria de Diocese no dia 12 de maio de 2013, que abrange os municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento e Pacajá (Fonte: Arquivos da Diocese de Cametá, 2019).

[5] Johannes Gerardus Boonekamp, sacerdote de origem holandesa pertencente à Congregação da Missão, chegou ao Brasil em 1946 e ficou no Nordeste até o ano de 1960, quando transferido para a Prelazia de Cametá como vigário cooperador da Paróquia São José, município de Tucuruí, PA. Em 1964 foi nomeado pároco de Carapajó e lá permaneceu até o ano de 1999, quando retornou para a Casa Provincial, em Fortaleza, para cuidar da saúde. Faleceu no ano de 2002, com 87 anos. Esse sacerdote também era conhecido como Padre João Boonekamp ou Padre Joãozinho, por isso, no decorrer do texto, poderão aparecer uma dessas denominações ou ambas.

[6] Carapajó recebeu título de Vila em 25/12/1916 pela Lei nº 1.530 de 5/10/1916. Está localizada em um braço do Rio Tocantins e geograficamente é constituído por ilhas e vilarejos de terra firme. Conforme dados obtidos pela Delegacia Sindical de Carapajó, no ano de 2018, a população dessa localidade estava estimada em 10.170 habitantes.

[7] Cametá é um município do estado do Pará, no Brasil. Faz parte da mesorregião do Nordeste Paraense e é banhado pelo Rio Tocantins. A palavra "Cametá" vem do tupi "Caá" (floresta, mato, vegetação densa) e "Mutá" (degrau, palanque, elevação), logo, Cametá, numa tradução livre significa "degrau da floresta".

objetivos específicos: investigar em que contexto a Prelazia de Cametá sugeriu o Projeto Sítios Agrícolas e verificar como se deu a implantação, o acompanhamento e as práticas formativas.

Como procedimento metodológico deste trabalho adotamos a história oral, pois "[...] é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, entre outras) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas [...] como forma de se aproximar do objeto de estudo" (ALBERTI, 1990, p. 1).

Para Alberti (1990), a história oral é um tipo de método privilegiado, pois, a partir das narrativas, é possível construir fontes de pesquisas históricas, antes não registradas, mas que fizeram parte das relações sociais de determinada sociedade. Portanto, na tentativa de compreender as motivações que levaram à frente esse projeto singular para aquele período, tivemos acesso aos arquivos da Diocese de Cametá a partir da década de 1960.

Ressalta-se que alguns documentos do acervo não estão bem conservados, mas consideramos importante colocá-los neste trabalho para enfatizar as informações nele contidas. Uma das fontes desse acervo é denominado de Informativo das Comunidades Cristãs, uma espécie de jornal elaborado pelas lideranças da Prelazia de Cametá que visava informar os principais acontecimentos dessa instituição.

Nesta pesquisa, tivemos contato com pessoas que vivenciaram e/ou testemunharam essa experiência agrícola na Vila de Carapajó, por meio de entrevistas de história oral realizadas entre os anos de 2017 e 2019. Foi a partir das histórias e memórias narradas por esses sujeitos[8] que pudemos averiguar os acontecimentos sócio-históricos ocorridos no processo de implantação do Projeto Sítios Agrícolas.

Esse projeto envolveu em sua fase final 43 famílias e consolidou 2 colônias: Colônia São Vicente e Colônia Ponta Grossa. Tais famílias tiveram acesso à terra e ao financiamento de insumos para a produção da pimenta-do-reino, produto muito cultivado na época, devido ao alto valor de venda e exportação.

Para compreendermos o processo de implantação do Projeto Sítios Agrícolas, desenvolvido pela Prelazia de Cametá, apresentaremos na primeira parte deste artigo as mudanças ocorridas na Igreja no que tange a sua ação pastoral em vista da promoção humana. Posteriormente, verificaremos como se deu a implantação, o acompanhamento e as práticas formativas do Projeto Sítios Agrícolas.

A Prelazia de Cametá e sua atuação sociopastoral entre as décadas de 1960 e 1980

Na década de 1960, o Brasil sofreu grandes conflitos sociais que impactaram a vida de muitos brasileiros. Diante desses conflitos, que não ocorriam apenas no Brasil, mas também em muitos países da América Latina, surge um movimento na Igreja Católica que buscava, por meio

[8] As pessoas que fizeram parte desta pesquisa autorizaram a divulgação dos dados obtidos durante a entrevista de história oral, gravadas em áudio (posteriormente transcritas), a utilização de imagens (fotografias) e outras informações acerca da sua identidade (nome, idade, origem, entre outras) por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLC)

de uma teologia – Teologia da Libertação – contribuir para o enfrentamento dessas questões sociais e políticas.

As ideias da Teologia da Libertação ganharam força e, embora houvesse inúmeras resistências por parte das igrejas particulares e também da Cúria Romana, elas exerceram influência tanto na maneira como a Igreja lia a realidade dos povos latino-americanos quanto na sua ação pastoral, que passou a se posicionar em relação aos problemas sociais e políticos vivenciados em cada país no qual ela atuava.

Como resultado da conferência de Puebla (1979), foi publicado um documento que, de certa forma, passou a nortear a ação evangelizadora das igrejas da América Latina, e, como podemos observar na citação abaixo, uma das diretrizes que esse documento aponta é a opção preferencial pelos pobres; e essa diretriz tornou-se um dos princípios de evangelização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sendo incorporada nos planos de pastoral, atividades e formações da maioria das dioceses e prelazias da Igreja do Brasil.

> A conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1979, p. 275).

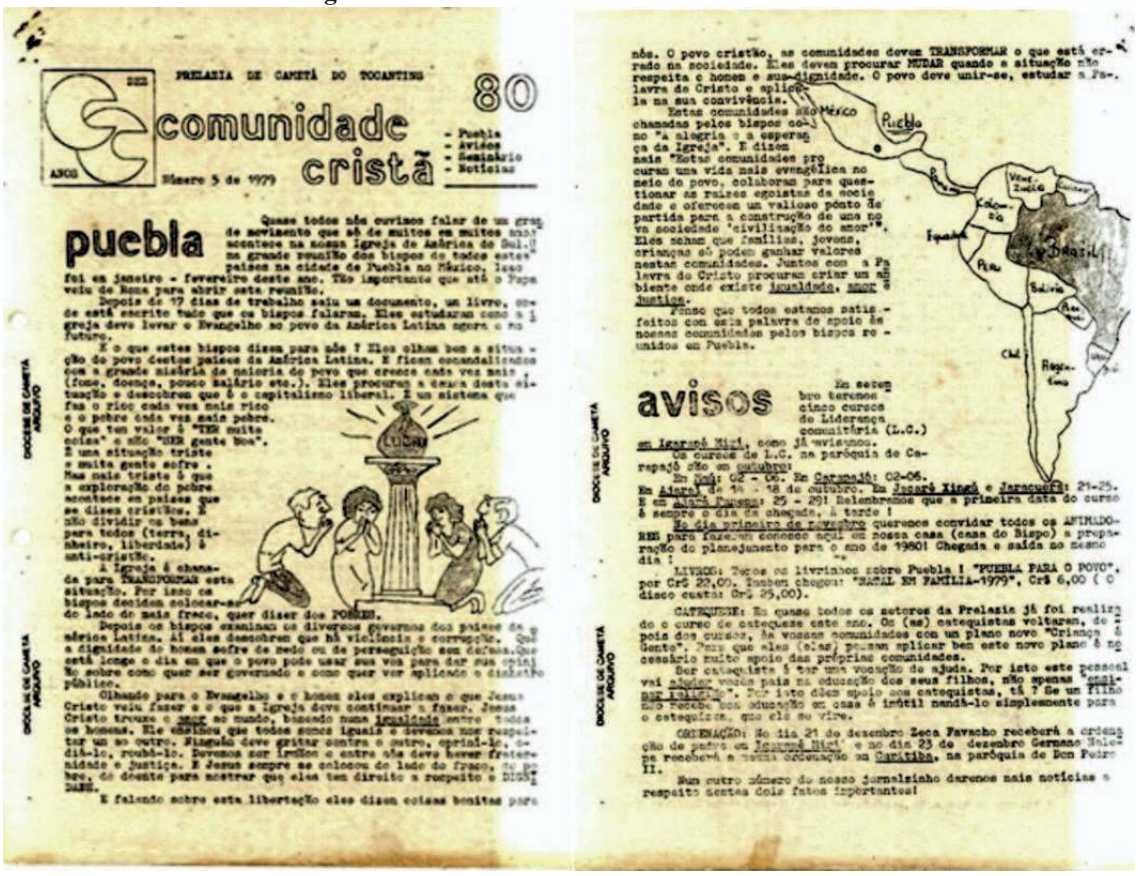
Como podemos perceber no excerto acima, essa tomada de posição teve resistência de alguns bispos e de outros membros da ala mais conservadora da Igreja Católica, pois essa nova postura, entre outros delineamentos, não só colocava o povo como parte da Igreja e agente da evangelização, como também buscava encarar os problemas sociais e políticos, como bem fazia Dom Hélder Câmara, grande defensor dos direitos humanos no Brasil.

A pesquisadora Grícoliiokoi (1996, p. 29) afirma que "[...] o setor progressista procurava firmar uma posição diferente, mas que, apesar de combater os privilégios da Igreja e dos membros da hierarquia, concordava com a postura anticomunista, criticava os defensores da revolução proletária". Assim sendo, a ação desses clérigos não estava enraizada em uma ideologia marxista. Provavelmente, as ações de bispos e padres em favor das classes populares estavam em harmonia com o humanismo cristão e no contexto histórico da igreja latino-americana sensível às questões sociais.

Sublinhamos, ainda, que no caso da Prelazia de Cametá, as comunidades cristãs (CCs)[9] estavam em sintonia com esse contexto eclesiológico latino-americano; os leigos também refletiam, nos encontros comunitários, os direcionamentos da Conferência de Puebla, conforme podemos observar no Informativo nº 5 do ano de 1979 (Figura 1), cuja notícia principal se referia às conclusões da Conferência de Puebla.

[9] Na circunscrição eclesiástica da Prelazia de Cametá, as comunidades eclesiais de base (CEBs) são denominadas comunidades cristãs (CCs).

Figura 1. Informativo da Comunidade Cristã nº 5.



PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS

80

comunidade cristã

- Puebla
- Avisos
- Seminário
- Notícias

puebla

avisos

Fonte: Prelazia de Cametá do Tocantins (1979).

Desse informativo, consideramos importante ressaltar que alguns pontos revelam uma nova postura dos leigos, isto é, integrados aos debates e não mais limitados às questões colocadas pela Igreja. Na parte final dessa notícia, percebemos que, de maneira simples e direta, os redatores do informativo fizeram uma tradução sintética dos resultados do movimento de Puebla, destacando que a Igreja é chamada a olhar e transformar a realidade de miséria dos países da América Latina.

Portanto, essa postura dos leigos também pode ser considerada resultado da nova maneira como a Igreja estava delineando suas atividades, pois, conforme Favacho (1984), o novo plano de pastoral da Prelazia de Cametá se configurou nesse período da Conferência de Puebla e da Teologia da Libertação. E, nesse momento, contou-se com o apoio dos padres denominados "padres progressistas", pois nem toda a Igreja era favorável a esse novo fazer pastoral pautado nessas novas ideias.

O Bispo da Prelazia de Cametá daquele período, Dom Cornélio Vernam, não acolheu com entusiasmo as novidades que a Igreja propunha. Em uma carta dirigida ao padre visitador[10] da Holanda, ele se referiu aos resultados do Concílio do Vaticano II, dizendo: "Aqui, por certo, pouco será aproveitado, talvez alguns direcionamentos. Novas ideias chegam bem devagar aqui e são, em geral, mais destrutivas do que construtivas" (FRENCKEN, 2010, p. 457).

[10] Nomenclatura dada ao membro do governo central de uma congregação religiosa, neste caso da Congregação da Missão dos Padres Lazaristas.

Sousa (2002, p. 105–106) também fez um relato sobre Dom Cornélio Vernam, no qual fica evidente certo descontentamento dos padres que atuavam na Prelazia de Cametá, pois as práticas pastorais adotadas por esse bispo não correspondiam ao novo movimento pastoral a que a Igreja havia se proposto.

> Desde 1952, a Prelazia era dirigida por um bispo de nome Cornélio. Segundo informações obtidas em Cametá, ele participou somente da primeira sessão do Concílio do Vaticano II – considerado o marco no processo de renovação da ação pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana – provavelmente por não concordar com o tipo de abordagem dada aos problemas sociais durante aquele concílio. Em 1969, já com a idade bastante avançada e com a saúde debilitada após diversas crises de malária, Dom Cornélio retornou a sua terra natal, a Holanda, ficando a direção da Prelazia a cargo de Padre Henrique, que assumiu a função de administrador apostólico. Tanto o Padre Henrique quanto a equipe de padres holandeses já se mostravam descontentes com a ação pastoral da Igreja Católica em Cametá (SOUSA, 2002, p. 105-106).

Percebe-se, portanto, que, além de esse bispo não ser aberto às novidades pastorais, tampouco as considerava positivas. Talvez as inovações no fazer pastoral propostas pela Igreja rompessem com a sua concepção de evangelização. E, por outro lado, a postura de padres tomando a frente das questões sociais e uma participação mais efetiva por parte dos leigos não deveriam agradar a Dom Cornélio, considerado um bispo conservador para aqueles novos tempos.

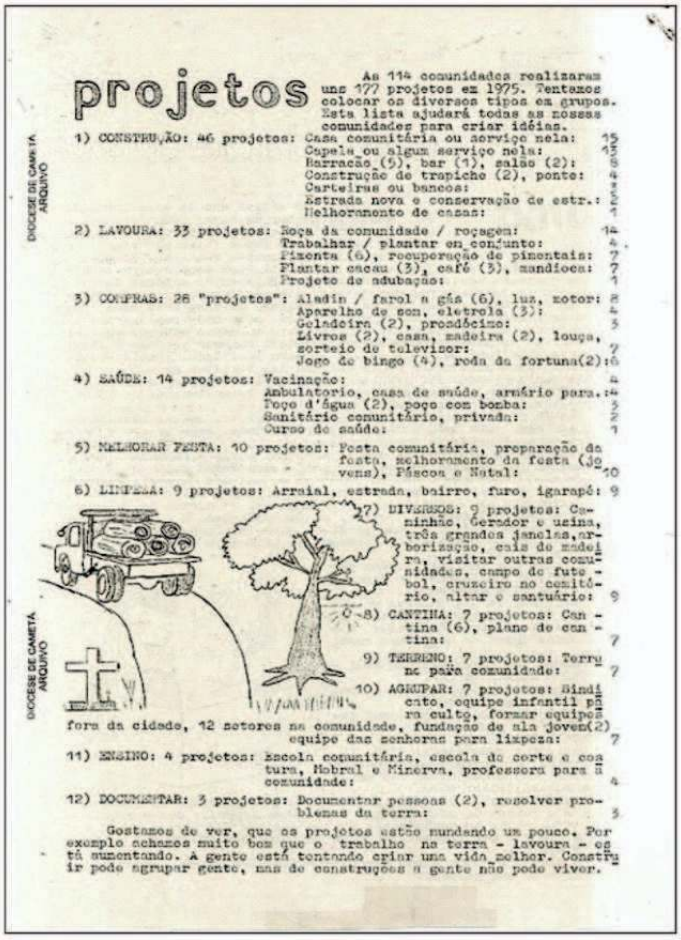
Sousa (2002, p. 106) também transcreve uma entrevista com o Padre Geraldo Parieden, na qual ele relata que "[...] com a saída do bispo foi imediatamente implementado o novo Plano Pastoral, objetivando a criação das Comunidades Cristãs". Acrescenta ainda que "a nova direção da Igreja Católica Romana em Cametá procedeu a uma avaliação da ação pastoral, juntamente com um estudo da realidade econômica e social da Prelazia" (SOUSA, 2002, p. 106).

Portanto, esse novo plano de pastoral em sintonia com a eclesiologia e teologia da Igreja Latino-Americana confirma que o novo fazer pastoral foi motivado e planejado por padres abertos às questões sociais e, ao ficarem à frente da Igreja de Cametá, buscaram promover uma ação evangelizadora com caráter mais social, visando à promoção humana.

Frencken (2010, p. 394) relata que, por parte da Prelazia de Cametá: "[...] houve muita dedicação na área social e de promoção humana naqueles anos, pois era uma região inóspita e abandonada pelos poderes públicos". Encontramos vários documentos sobre a importância dessas ações realizadas pela Prelazia de Cametá nos âmbitos da saúde, da educação e do desenvolvimento agrícola, pois naquele período a ausência de políticas públicas dificultava o desenvolvimento da região e a sobrevivência das pessoas.

> Havia, a partir de meados dos anos 1960, dois tipos de trabalho na área social que, embora distintos, tinham como objetivo comum a melhoria das condições de vida do povo ao longo do Tocantins e, mais tarde, na Transamazônica. Enquanto permaneciam os trabalhos sociais mais no sentido tradicional da palavra, acompanhados sempre de certo assistencialismo, o movimento das comunidades trouxe uma nova atitude perante os problemas sociais, tornando muito importante a conscientização, através da formação, para ajudar o povo a descobrir as suas próprias condições e possibilidades. Instalou-se, desta forma, uma pastoral de promoção humana (FRENCKEN, 2010, p. 471-472).

Figura 2. Informativo da Comunidade Cristã nº 52.



projetos

As 114 comunidades realizaram uns 177 projetos em 1975. Tentamos colocar os diversos tipos em grupos. Esta lista ajudará todas as nossas comunidades para criar idéias.

1) CONSTRUÇÃO: 46 projetos: Casa comunitária ou serviço nela: 15
Capela ou algum serviço nela: 15
Barracão (5), bar (1), salão (2): 8
Construção de trapiche (2), ponte: 4
Carteiras ou bancos: 2
Estrada nova e conservação de estr.: 2
Melhoramento de casas: 1

2) LAVOURA: 33 projetos: Roça da comunidade / roçagem: 14
Trabalhar / plantar em conjunto: 4
Pimenta (6), recuperação de pimentais: 7
Plantar cacau (3), café (3), mandioca: 7
Projeto de adubação: 1

3) COMPRAR: 26 "projetos": Aladin / farol a gás (6), luz, motor: 8
Aparelho de som, eletrola (3): 4
Geladeira (2), prosdócimo: 3
Livros (2), casa, madeira (2), louça, sorteio de televisor: 7
Jogo de bingo (4), roda da fortuna(2): 6

4) SAÚDE: 14 projetos: Vacinação: 4
Ambulatorio, casa de saúde, armário para.: 4
Poço d'água (2), poço com bomba: 3
Sanitário comunitário, privada: 2
Curso de saúde: 1

5) MELHORAR FESTA: 10 projetos: Festa comunitária, preparação da festa, melhoramento da festa (jovens), Páscoa e Natal: 10

6) LIMPEZA: 9 projetos: Arraial, estrada, bairro, furo, igarapé: 9

7) DIVERSOS: 9 projetos: Caminhão, Gerador e usina, três grandes janelas, arborização, cais de madeira, visitar outras comunidades, campo de futebol, cruzeiro no cemitério, altar e santuário: 9

8) CANTINA: 7 projetos: Cantina (6), plano de cantina: 7

9) TERRENO: 7 projetos: Terreno para comunidade: 7

10) AGRUPAR: 7 projetos: Sindicato, equipe infantil para culto, formar equipes fora da cidade, 12 setores na comunidade, fundação de ala jovem(2) equipe das senhoras para limpeza: 7

11) ENSINO: 4 projetos: Escola comunitária, escola de corte e costura, Nobral e Minerva, professora para a comunidade: 4

12) DOCUMENTAR: 3 projetos: Documentar pessoas (2), resolver problemas da terra: 3

Gostamos de ver, que os projetos estão mundando um pouco. Por exemplo achamos muito bom que o trebalho na terra - lavoura - está aumentando. A gente está tentando criar uma vida melhor. Construir pode agrupar gente, mas de construções a gente não pode viver.

DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO

DIOCESE DE CAMETÁ ARQUIVO

Fonte: Prelazia de Cametá do Tocantins (1976).

No Informativo da Comunidade Cristã nº 52 (PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS, 1976)[11], há registro de alguns projetos desenvolvidos pela Prelazia de Cametá, dentre os quais 33 deles destinados à agricultura. Esses projetos foram denominados como Projetos de Lavoura (Figura 2).

No que tange à produção agrícola, Favacho (1984, p. 100) informa que "[...] no final dos anos setenta alguns vigários passaram a orientar várias famílias no plantio da pimenta do reino, que na época era um dos produtos mais valorizados no mercado". Esses projetos voltados para a promoção das pessoas pela agricultura foram desenvolvidos em três comunidades do município de Cametá, a saber: Carapajó, Cupijó e Aricurá.

Esses projetos sociais, motivados pelo novo fazer pastoral da Prelazia de Cametá, foram coordenados pincipalmente pelos padres[12] João Boonekamp, Geraldo Parieden e João Tiago Poels que, embora atrelados à Igreja, acabaram tomando para si toda a responsabilidade do projeto e se empenhavam em buscar recursos nas suas famílias e instituições do seu país de origem.

Sítios agrícolas: uma experiência agrícola em vista da promoção humana

O contexto social da América Latina das décadas de 1960 a 1980 foi marcado pela pobreza e por conflitos políticos. Em meio a essas tensões, surgiu um cristianismo que tomava posição diante do sofrimento dos mais pobres desse continente. Uma posição política que foi olhada com desconfiança pela Cúria Romana. Todavia, essas novas ideias inspiraram muitas Igrejas locais, como podemos observar no Novo Plano de Pastoral da Prelazia de Cametá, em que um dos objetivos era ser uma Igreja mais voltada para a promoção humana e comprometida com a justiça para todos (FAVACHO, 1984).

Acreditamos que essa nova postura da Prelazia de Cametá foi inspirada por todas essas mudanças ocorridas na Igreja Latino-Americana dos anos 1960 a 1980. A presença das comuni-

[11] Documento completo no Anexo B.
[12] Esses três padres eram holandeses e pertenciam à Congregação da Missão.

dades eclesiais de base (CEBs) e a Teologia da Libertação são expressões do engajamento social e político da Igreja, cuja participação efetiva nas questões sociais se fazia necessária diante da conjuntura de exploração e miséria que assolava não só o Brasil, mas também vários países da América Latina.

> A Teologia da Libertação que busca partir do compromisso por abolir a atual situação de injustiça e construir uma sociedade nova deve ser verificada pela prática desse compromisso; pela participação ativa e eficaz na luta empreendida pelas classes sociais exploradas contra os seus opressores. A libertação de toda forma de exploração; a possibilidade de uma vida mais humana e mais digna, a criação de um homem novo passam por essa luta (GUTIÉRREZ, 2000, p. 365).

Löwy (2000), por sua vez, denomina esse fenômeno ocorrido nas Igrejas dos países da América Latina como "Cristianismo de Libertação". Para o autor, o Cristianismo da Libertação deve ser entendido como um movimento social que abrange associações de moradores, sindicatos, CEBs, grupos revolucionários, pastorais da Igreja, entre outros. "Proponho chamá-lo de *cristianismo da libertação*, por ser esse conceito mais amplo que "teologia" ou que "igreja" e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e prática" (LÖWY, 2000, p. 57).

Nesse contexto é que surge a proposta dos *Sítios Agrícolas*, que, segundo dados obtidos nos arquivos da Prelazia de Cametá, foi coordenada pelo Padre João Boonekamp, que, após adquirir uma grande extensão de terra na localidade de Carapajó, deu início a essa experiência agrícola para a produção de pimenta-do-reino. Primeiramente, foi adquirida uma propriedade onde foi implantada a Colônia São Vicente[13]. E, alguns anos depois, foi adquirida uma segunda propriedade, também em Carapajó que, por sua vez, foi denominada Colônia Ponta Grossa.

Na Figura 3, captada no ano de 2019, é possível visualizar a Vila de Carapajó e as duas colônias agrícolas.

O primeiro recurso financeiro para a implementação desse projeto procedeu de uma herança familiar destinada ao Padre João Boonekamp e, talvez, por ele ter sido religioso e ter feito votos de pobreza, se desprendeu desse valor, destinando-o à agricultura: "[...]o primeiro recurso que veio para cá foi de herança, né. E ele investiu aqui, né. Comprou terra e tal"[14], relatou Lucivaldo Cruz (informação verbal)[15].

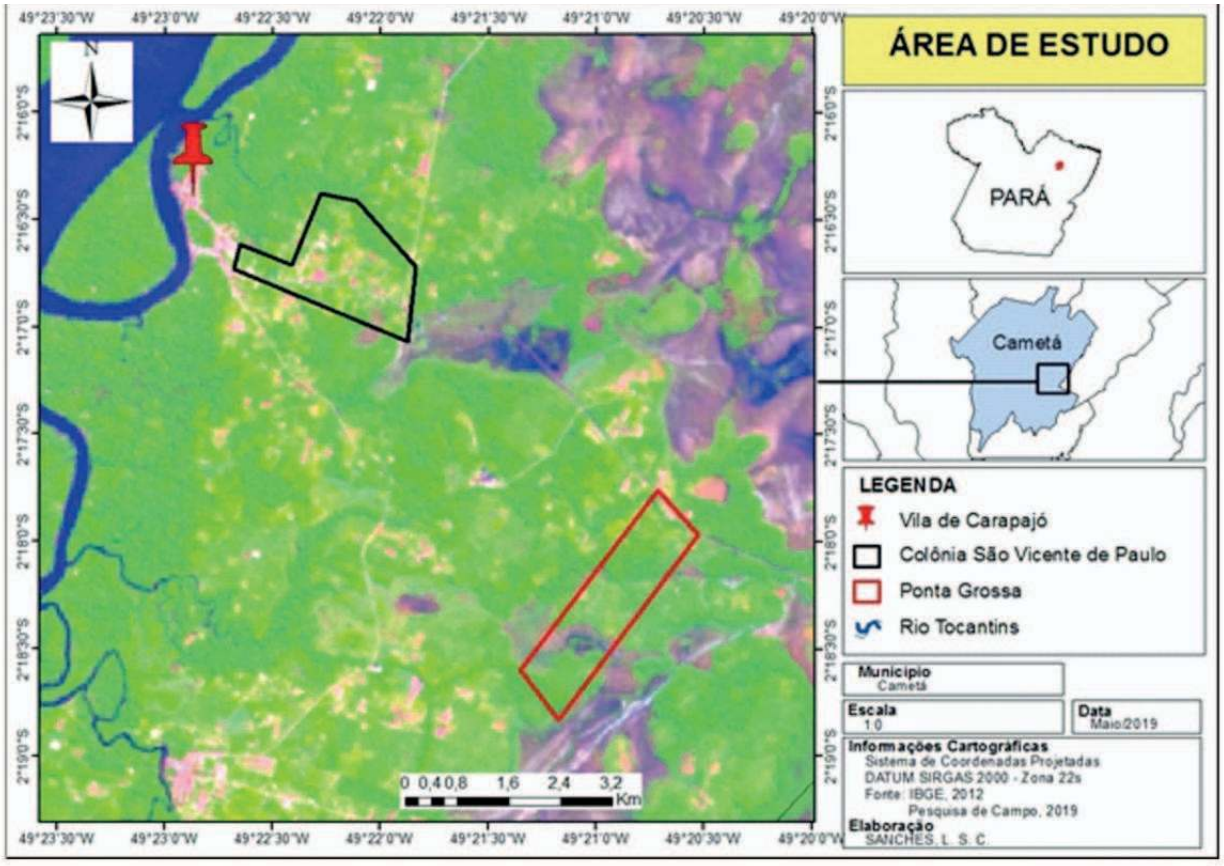
Em relação à seleção das famílias, não encontramos registros documentais quanto aos critérios estabelecidos para participar desse projeto nas colônias em Carapajó. Todavia, constatamos em algumas narrativas que as famílias foram selecionadas principalmente pela questão econômica e pela relação próxima com o Padre João Boonekamp. Portanto, mesmo não sendo estabelecidos critérios formais de acesso ao projeto, o padre, à sua maneira, selecionou as famílias para essa experiência agrícola, como podemos observar nas narrativas a seguir:

[13] A Diocese de Cametá não localizou a escritura da propriedade onde foi instalada a Colônia São Vicente, mas tivemos acesso a uma certidão da Colônia Ponta Grossa, na qual se informa que a propriedade era composta por 100 ha e foi adquirida por Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), no ano de 1979.

[14] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Lucivaldo Cruz no dia 25 de outubro de 2017.

[15] Lucivaldo Lopes da Cruz, 65 anos ingressou no projeto no ano de 1988. Antes de ser transferido para a Colônia São Vicente, a pedido Padre João Boonekamp, ele pertenceu à Colônia Ponta Grossa.

Figura 3. Mapa da Vila de Carapajó.



Fonte: Elaborado por Sanches, L.S.C (2019).

Pelópidas Araújo[16] informou que um dos critérios adotados pelo Padre João Boonekamp era que o trabalhador demonstrasse responsabilidade: "[...] tinha que ser gente de responsabilidade, gente honesta [...]. No meio de muitos, tem uns que são bagunceiros. E esses aí não tinham vez" (informação verbal)[17]. Por outro lado, Lucivaldo Cruz relatou que a questão econômica também era um critério, haja vista que esses projetos implementados pela Prelazia de Cametá visavam à promoção das pessoas que se encontravam sem trabalho para sustentar suas famílias.

> O critério maior era a situação econômica, como falei não era muito religioso, não precisava ser católico mesmo pra pegar o que tinha. Primeiro era você querer, e tinha que ajudar ele pra querer ser ajudado, e ajuda não era dar, era ajudar que as coisas funcionasse, aí o critério era esse mesmo, e tinha responsabilidade com o pagamento, resolver, porque afinal de contas a melhor forma de financiamento que tinha aqui era equivalente ao produto (informação verbal)[18].

Jandira Estumano[19] disse não conhecer nenhum critério, ela acredita que, pelo fato de o padre conhecê-los, esse foi um dos motivos de tê-los inserido no projeto: "Não, só conhecia [referia-se que não houve critério]. Porque logo no início em que a gente veio para cá, nós fizemos

[16] Pelópidas Araújo, 66 anos, ingressou no projeto no ano de 1983, Colônia Ponta Grossa, por intermédio do seu irmão, que fez o contato com Padre João Boonekamp.
[17] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Pelópida Araújo no dia 29 de julho de 2018.
[18] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Lucivaldo Cruz no dia 25 de outubro de 2017.
[19] Jandira Moraes Estumano, 79 anos, sua família ingressou no projeto no ano de 1969, na Colônia São Vicente.

a casa, morávamos aqui [na vila de Carapajó], e o Padre João chamou ele para trabalhar para ele. Trabalhou para o padre João" (informação verbal)[20].

No que tange à distribuição das terras, algumas famílias que participaram do projeto nos informaram que a terra não foi vendida para eles, mas também não foi doada. E, após analisar as narrativas, parece-nos que os lotes foram, de certa forma, cedidos/disponibilizados para que as famílias pudessem ter um espaço para viver e sobreviver por meio da agricultura.

Afonso dos Anjos[21] nos informou que o Padre João Boonekamp repassou 2 ha de terra para cada trabalhador rural e sua família desenvolverem atividades agrícolas. Esse senhor também nos relatou como se davam as formas de produção, e que cada trabalhador rural tinha como meta, estabelecida pelo padre, de plantar mil e quinhentos pés de pimenta-do-reino, como podemos observar na narrativa a seguir:

> Deu, era dois hectares... dois hectares pra cada um. E lutei, lutei [...]. Ele [referindo-se ao padre João] deu, mil e quinhentos pra cada um agricultor, mil e quinhentos pé de pimenta. Depois foi e falou com três anos eu pagava. Pagava com pimenta também, o meu deu 900 [referindo-se a sua produção] não deu uma tonelada [...] antes de completar os três anos eu paguei pra ele. Ele falava na igreja, ah o homem trabalhador, o homem honesto (risos). Antes dele completar, só que ele não me deu o recibo da quitação, ele não me deu (informação verbal)[22].

Timóteo Pinho[23], por sua vez, nos relatou que "[...] o padre Joãozinho olhava o terreno e dizia: daqui até ali é sua parte. Depois passe com o gerente para pegar o dinheiro e iniciar a sua plantação" (informação verbal)[24]. Entretanto, na segunda parte da nossa pesquisa de campo, a qual contemplou os trabalhadores rurais que desistiram do projeto, Romário Machado[25] nos informou que havia, sim, uma pessoa que era responsável pela demarcação dos lotes (informação verbal)[26]. Inclusive, disse que o Padre João era muito organizado quanto a essa questão, pois o projeto abrangia uma propriedade de terra extensa, e que também envolvia muitas pessoas. Por isso, era necessário ter certa organização quanto à divisão dos lotes.

Portanto, há controvérsias entre os sujeitos participantes do Projeto Sítios Agrícolas sobre esse processo de distribuição das terras, assim como não há consenso se houve ou não a doação dos lotes. Essa contradição pode ser considerada como uma espécie de Memória Dividida, em que os sujeitos envolvidos no projeto não estabeleceram uma uniformidade em suas narrativas, ou seja, suas memórias e a relação com o passado não têm um único ponto, e sim estamos à frente de um fenômeno plural, pois:

> [...] quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela "oficial" e "ideológica", de forma que, uma vez desmontada esta última, se passa implicitamente assumir a autent

[20] Entrevista de história oral realizada com a Sra. Jandira Moraes no dia 9 de março de 2019.
[21] Afonso Pompeu dos Anjos, 66 anos, ingressou no projeto no ano de 1971, na Colônia São Vicente.
[22] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Afonso Pompeu dos Anjos no dia 29 de março de 2018.
[23] Manoel Timóteo Pinho, 85 anos, ingressou no projeto no ano de 1974, na Colônia São Vicente.
[24] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Manoel Timoteo P. Ramos no dia 29 de março de 2018.
[25] Romário Alves Machado 74 anos, fez parte da Colônia São Vicente, no ano de 1975, a convite do Padre João Boonekamp.
[26] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Romário Alves Machado no dia 16 de janeiro de 2019.

> cidade não mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra ideológica e culturalmente mediadas (PORTELLI, 1996, p. 109).

Também constatamos, pelas narrativas, que apesar de o padre ter repassado o lote para o cultivo e também para a moradia, em nenhum momento ele dizia que a propriedade passaria a ser dessas famílias, tampouco forneceu um documento em que se estabelecia essa situação. Alguns trabalhadores participantes do projeto e que ainda estão atuando não se consideram proprietários das terras; outros já as venderam, mesmo sem terem documento.

> A gente sabe que esta terra está aqui, é da diocese. Ela paga tudo, os impostos. O Dom Jesus dizia que "quem está lá é dele, eu não quero e ninguém deve querer, não sei se outro bispo né, vai entender diferente". Mas se ele quisesse, só que aqui existia o usucapião né? (informação verbal)[27].

Procuramos a Diocese de Cametá para obtermos informações sobre essa questão e fomos informados de que o Padre João Boonekamp não repassou a titularidade das referidas terras para essas famílias. Todavia, o setor administrativo dessa instituição nos informou que o bispo anterior, Dom Jesus Maria Cizaurre, fez várias tentativas para solucionar tal situação, mas entre as próprias famílias que estão atualmente nas terras existem conflitos que travaram esse processo.

No que tange às formas de financiamento para a produção de pimenta-do-reino dos *Sítios Agrícolas*, as entrevistas revelaram que esse processo se deu em três modalidades diferentes. A primeira modalidade era uma forma de cofinanciamento em espécie, que se deu principalmente durante a implantação dos *Sítios Agrícolas* da Colônia São Vicente. Ao ser repassado o recurso financeiro para aquisição dos insumos agrícolas, elaborava-se uma espécie de promissória feita a punho pelo próprio Padre João Boonekamp. Nesse documento era discriminada toda a despesa para a produção da pimenta-do-reino, os insumos e os seus custos, e repassado o valor em espécie para o trabalhador rural adquirir todo material necessário para iniciar a plantação.

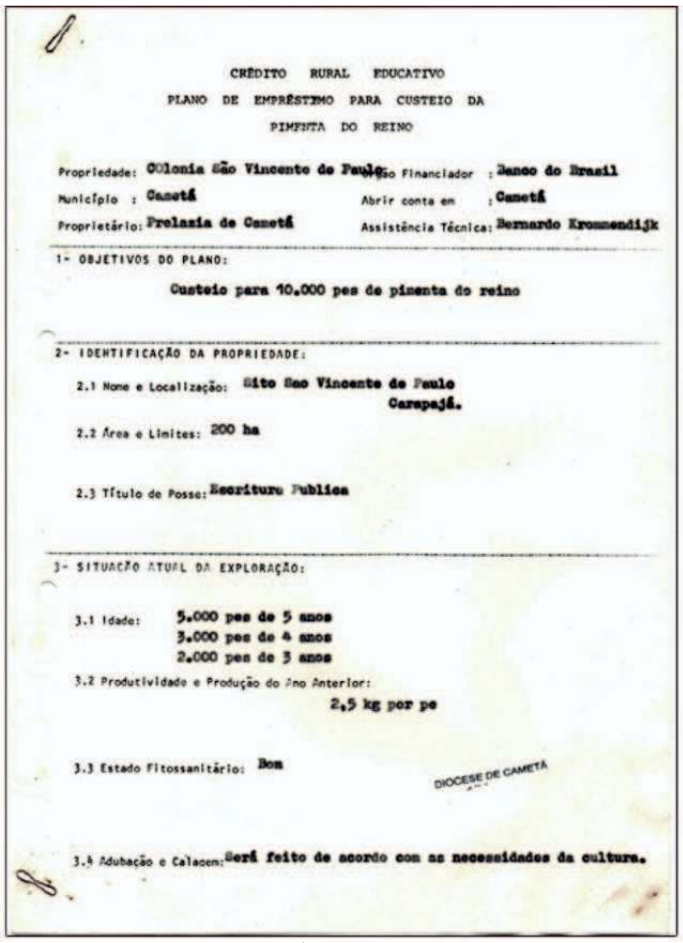
A segunda modalidade de financiamento ocorreu por meio do repasse dos insumos, ou seja, não mais era repassado o valor em espécie, e sim dos materiais agrícolas necessários para o cultivo da pimenta. Essa modalidade de financiamento foi mais implementada na Colônia Ponta Grossa. E a terceira e última modalidade de financiamento para essas colônias agrícolas foi por meio de crédito financeiro realizado diretamente no banco ou pela Prelazia de Cametá por meio de um projeto institucional denominado de Crédito Rural Educativo.

Nesse tipo de financiamento pelo banco, algumas famílias dessas colônias conseguiram acessar diretamente o recurso mediante uma carta de anuência liberada pelo Padre João Boonekamp. E outras famílias, também por intermédio do padre, fizeram o financiamento via Prelazia de Cametá, sendo que, nesse caso, a própria instituição acessava o crédito e repassava o valor para os agricultores conforme as etapas da produção.

Quanto ao processo de acompanhamento do Projeto Sítios Agrícolas, não havia procedimento formal, com formulários e/ou outros instrumentais para o monitoramento das produções agrícolas das colônias; tampouco os técnicos da Prelazia de Cametá foram solicitados para reali-

[27] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Lucivaldo Cruz no dia 25 de outubro de 2017.

Figura 4. Documento do Plano de Custeio Rural Educativo.



CRÉDITO RURAL EDUCATIVO
PLANO DE EMPRÉSTIMO PARA CUSTEIO DA
PIMENTA DO REINO

Propriedade: Colonia São Vincente de Paulo — Agente Financiador: Banco do Brasil
Município: Cametá — Abrir conta em: Cametá
Proprietário: Prelazia de Cametá — Assistência Técnica: Bernardo Kronnendijk

1- OBJETIVOS DO PLANO:
Custeio para 10.000 pes de pimenta do reino

2- IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE:
2.1 Nome e Localização: Sito Sao Vincente de Paulo Carapajó.
2.2 Área e Limites: 200 ha
2.3 Título de Posse: Escritura Publica

3- SITUAÇÃO ATUAL DA EXPLORAÇÃO:
3.1 Idade: 5.000 pes de 5 anos; 3.000 pes de 4 anos; 2.000 pes de 3 anos
3.2 Produtividade e Produção do Ano Anterior: 2,5 kg por pe
3.3 Estado Fitossanitário: Bom
DIOCESE DE CAMETÁ
3.4 Adubação e Calagem: Será feito de acordo com as necessidades da cultura.

Fonte: Crédito Rural Educativo (1979).[1]

[1] Crédito Rural Educativo. Plano de empréstimo para custeio da pimenta-do-reino. Documento faz parte do Arquivo da Diocese de Cametá (1979). Não publicado.

zar as visitas técnicas nos sítios. Fomos informados pelas famílias que ainda estão nos sítios que o próprio Padre João Boonekamp orientava os trabalhadores rurais na produção agrícola.

Em relação à formação desses trabalhadores rurais, detectamos nas narrativas que o processo formativo era mais incentivado pela Prelazia de Cametá, e pouco foi desenvolvido na localidade de Carapajó, pois quando perguntamos para Isabel Igreja Alves[28] se houve reuniões, cursos, encontros, ela respondeu:

> Não. Não tinha assim. O padre João conversava mais assim com cada pessoa. Muito raro, eu sempre digo assim, que ele nos deu um incentivo muito grande para o trabalho. Ele nos ensinou muita coisa, porém ele nunca nos ensinou a reunir, e é um ponto negativo que a nossa vila tem. Se você faz uma reunião... (informação verbal)[29].

Lucivaldo Lopes, por sua vez, foi um dos últimos trabalhadores rurais que fez parte desse projeto e também por ser um dos gerentes e líder da comunidade cristã, pôde participar de muitos encontros desenvolvidos pela Prelazia de Cametá. Ao perguntarmos a ele se o Padre Joãozinho ofereceu algum curso específico para as famílias que faziam parte das colônias, a reposta foi que sim, "[...] ofereceu. Tanto de questão técnica, quanto também de questão de vendas e essas coisas" (informação verbal)[30].

Diante dessas duas narrativas, mais uma vez percebemos a presença da Memória Dividida, pois há contradição quanto ao processo formativo desenvolvido no Projeto Sítios Agrícolas. Esse fenômeno ocorreu exatamente porque os sujeitos que dele fizeram parte tiveram acesso a essa experiência agrícola em tempos diferentes e com metodologias de financiamentos distintos.

Ao dialogar com as pessoas que vivenciaram essa experiência agrícola, muitos expressaram que a iniciativa do Padre João Boonekamp possibilitou profunda mudança de vida para muitas famílias. As narrativas das pessoas que foram testemunhas oculares desse projeto, mesmo se muitas dessas falas romantizavam a figura dele, coloca-nos diante de uma experiência inusitada, pois quem, em nossos tempos, ofereceria terra de forma gratuita, sem contrato de comodato, e ajudaria a comprar o que fosse necessário para plantar?

[28] Isabel Igreja Alves, 68 anos, ingressou no projeto no ano de 1970.
[29] Entrevista de história oral realizada com a Sra. Isabel Igreja Alves no dia 9 de março de 2019.
[30] Entrevista de história oral realizada com o Sr. Lucivaldo Cruz no dia 25 de outubro de 2017.

Essa questão somente pode ser respondida se levarmos em conta aspectos morais e religiosos, que guiam o comportamento cristão e que são superiores a interesses políticos e econômicos. Nesse sentido, Löwy (2000, p. 58) nos ajuda a refletir o porquê de sacerdotes se proporem a trabalhar em favor daqueles que se encontravam em situação de pobreza e exploração.

> Sua dedicação à causa dos explorados tem como motivo razões espirituais e morais inspiradas pela cultura religiosa, pela fé cristã e pela tradição católica. Além disso, essa dimensão moral e religiosa é um fator essencial na motivação de milhares de ativistas cristãos nos sindicatos, nas associações de moradores, nas comunidades de base e nas frentes revolucionárias. Os próprios pobres se conscientizam de sua condição e se organizam para lutar como cristãos que pertencem a uma Igreja e são inspirados por uma fé. Se consideramos essa fé e essa identidade religiosa, profundamente arraigadas na cultura popular, só como um "envelope" ou "roupagem" de interesses sociais e econômicos, estaremos incorrendo no tipo de abordagem reducionista que nos impede de entender a riqueza e a autenticidade do movimento verdadeiro.

Conforme o excerto acima, padres como Johannes Gerardus Boonekamp representavam um setor da Igreja mais sensível à situação de pobreza pela qual passava a América Latina, cuja realidade encontrada nos países do Terceiro Mundo apresentava um verdadeiro contraste em relação ao seu país de origem. Esse contato com países menos desenvolvidos "[...] levou muitos deles [padres e missionários estrangeiros] a uma verdadeira conversão moral e religiosa ao movimento de libertação dos pobres" (LÖWY, 2000, p. 75).

Por outro lado, observamos que as narrativas expressaram que as relações entre os trabalhadores, as famílias e a comunidade de Carapajó se apresentavam de forma harmoniosa em relação ao Padre João. Todavia, parece-nos que, implicitamente, essas relações se pautavam em um tipo de relação de poder que E. Thompson (2017) denomina paternalismo. Não uma relação de pai para filho, mas uma relação do maior para o menor, onde o pobre se colocava em uma posição de dependência do outro.

> Considero essa noção de reciprocidade gentry-multidão, de "equilíbrio paternalismo-deferência", em que os dois lados da equação eram, em certa medida, prisioneiros um do outro, mais proveitosa do que as noções de sociedade de uma só classe", de consenso ou de uma pluralidade de classes e interesses (THOMPSON, 2017, p. 68).

A ideia de paternalismo-deferência de E. Thompson (2017) nos ajuda a entrever essa mútua dependência entre os sujeitos participantes do Projeto Sítios Agrícolas e o Padre João Boonekamp. Do lado dos trabalhadores rurais, acreditamos que poderia haver uma dependência econômica para o financiamento da produção da pimenta-do-reino, como também da terra para a implantação dos sítios. Da parte do Padre João, talvez houvesse o sentimento de poder próprio daquele que tem o dinheiro para mandar e decidir. Mas também pode ter havido uma dependência afetiva da parte do padre por aquelas pessoas, pois há inúmeros relatos de que ele frequentava as casas e fazia parte da vida deles.

Diante disso, podemos levantar a hipótese de que a relação aparentemente harmoniosa, presente nas narrativas entre os sujeitos do projeto e o Padre João Boonekamp, pode velar uma relação de poder nos moldes do paternalismo-deferência de E. Thompson. Talvez a pobreza em

que viviam os trabalhadores rurais tenha sido um dos motivos que os levaram a se aproximar do padre. Quanto a este, sua generosidade poderia esconder uma figura autoritária e centralizadora, como, às vezes, as narrativas deixaram transparecer.

Considerações Finais

Em relação à atuação da Prelazia de Cametá voltada para as questões sociais e para a promoção humana, possivelmente se deve ao momento histórico e eclesial da Igreja latino-americana, fortemente influenciada pela Teologia da Libertação. Diante de um contexto de extrema pobreza dos povos do continente americano, a Igreja passou a pensar sua relação com o mundo e consigo mesma a partir do sofrimento dos pobres.

Em relação ao Projeto Sítios Agrícolas, para além das questões legais em relação à propriedade da terra, observamos uma experiência singular, ambígua e instigante de um líder religioso que tentou contribuir para a promoção humana de algumas famílias por meio da "distribuição" de pequenos lotes de terra e financiamento dos insumos.

Possivelmente, a iniciativa do Padre João Boonekamp tenha como pano de fundo essas mudanças históricas ocorridas na Igreja latino-americana no século XX. No entanto, não podemos deixar de destacar uma relação paternalista entre o padre e os sujeitos que fizeram parte do Projeto Sítios Agrícolas. Essa relação provavelmente foi além de um empecilho para a formação de um sujeito livre e responsável por sua própria vida, um obstáculo para a constituição de uma classe de trabalhadores rurais capaz de lutar por seus direitos.

Apesar desses questionamentos, e com respeito aos sujeitos envolvidos e suas memórias, acreditamos que essa experiência agrícola e a doação do Padre João Boonekamp foram importantes para a localidade de Caparajó, sendo que, passados quase 5 décadas desde a implantação do projeto, ainda há um grupo de trabalhadores rurais que resistem com muito saudosismo e gratidão a esse sacerdote.

Por fim, observamos, no decorrer desta pesquisa, que o Projeto Sítios Agrícolas se apresentou como um projeto mais de cunho pessoal, tendo o Padre João Boonekamp como o principal idealizador do que propriamente a Prelazia de Cametá, pois, de certa forma, ele centralizou todo o processo.

Referências

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Puebla**: a evangelização no presente e no futuro da América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

FAVACHO, J. C. **O catolicismo amazônico e as CEBs diante das transformações sociais em ocorrência na região:** estudo sobre a Pastoral da Prelazia de Cametá, à luz da Teologia da Libertação. 1984. Dissertação (Mestrado em Teologia) – PUC, Rio de Janeiro, 1984.

FRENCKEN, G. **Em missão**: padres da Congregação da Missão (Lazaristas), no Nordeste e Norte do Brasil. Fortaleza: UFC, 2010.

GRÍCOLIOKOI, Z. **Igreja e camponeses**: Teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec FAPESP, 1996.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 2000.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Vila di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. *In*: FERREIRA, M.; AMADO, J**. Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS. Puebla. **Comunidade Cristã**, v. 80, n. 5, 1979.

PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS. Projetos. **Comunidade Cristã**, n. 52, 1976.

SANCHES, L. S. C. **Mapa da Vila de Carapajó**: pesquisa de campo. Cametá – PA, 2019. 3 mapas, color. Escala 1:0. Base: Sistema de Coordenadas Projetadas. DATUM SARGAS, 2000 – Zona 22s. [Rio de Janeiro], IBGE, 2019.

SOUSA, R. V. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém, PA: NAEA, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 9/3/2022
Aceito em: 31/3/22
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

FIGUEIRA, R. R. Gringo e Oneide: uma história no Araguaia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 95-111, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p95-111.

GRINGO E ONEIDE

UMA HISTÓRIA NO ARAGUAIA[1]

Ricardo Rezende Figueira[2]

Resumo: O texto se refere a Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, uma liderança camponesa assassinada no Tocantins, em 1980, e sua esposa, Maria Oneide Lima. O texto demonstra o contexto da morte, entrelaçada em outras mortes e histórias, em uma região conflagrada nos conflitos fundiários e militares. Marido e mulher se revelaram destemidos no confronto com latifundiários e com o Exército em época de ditadura e na prática de uma igreja que, no Araguaia, dialogava com a Teologia da Libertação. Para a elaboração do texto, o autor fez uso da própria memória, de cartas, anotações e recortes de jornais da época, consulta ao arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Xinguara, livros, dissertações e teses, conversas por telefone ou troca de mensagens por aplicativo eletrônico[3]. O caso Gringo e Oneide Lima não é único e merece outras reflexões e estudos no resgate de memórias que auxiliam a compreender a história da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia, assassinato de liderança, conflitos fundiários, Igreja.

GRINGO AND ONEIDE: A STORY IN ARAGUAIA

Abstract: The text is about Raimundo Ferreira Lima, the Gringo, a peasant leader murdered in Araguaína, Tocantins, in 1980 and his wife, Maria Oneide Lima. The author shows the context of his death, one of many murders and histories in a region set alight by land and military conflicts. Husband and wife showed themselves fearless in facing the large landowners and the army during the dictatorship and in the practice of a Church which in Araguaína was in dialogue with the liberation theology. For the elaboration of

[1] Este texto foi desenvolvido originalmente para compor a edição comemorativa da Revista Terceira Margem Amazônia – 10 anos. Dossiê Temático: Memória e ação política do campesinato na Amazônia. Texto avaliado, aprovado e aceito pelo corpo editorial e científico da revista, com publicação prevista para o segundo semestre de 2022. Considerando a importância e relevância do tema para a Amazônia, autor e editores acordaram em publicá-lo nas respectivas edições o "Projeto Luta pela Terra" e dossiê temático da revista.

[2] Padre e professor, morou no estado do Pará por 20 anos (1977–1996). Docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo, no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos/UFRJ.
E-mail: rrfiguei@uol.com.br

[3] O autor agradece a Oneide Lima e seus familiares, a Miguel Le Moal, Heloisa Smith e Fernanda Pedroso, que viveram na região. Foram testemunhas e vivenciaram algumas dessas histórias.

the text, the author made use of his own memory, letters, notes and newspaper clippings, consultation of the Xinguara CPT's files, books, master's and doctoral dissertations, phone calls or exchanging messages through phone apps. The Gringo and Oneide Lima case are not unique and deserve further reflections and studies in the rescue of memories that help us to understand the history of the Amazon.

Keywords: Amazonia, murder of leader, land conflicts church.

Introdução

A história de um assassinato pode ser mais que uma história pessoal e estar inserida em uma história maior e mais trágica. O autor[4] pretendeu demonstrar que o assassinato de Raimundo Ferreira Lima e as perseguições sofridas pela viúva apontam para algo maior: a forma como o governo brasileiro atuou na Amazônia, a repressão aos camponeses, o combate aos guerrilheiros do Araguaia, especialmente por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), na década de 1970 e início da década seguinte. Para isso, conta a história de Gringo e Maria Oneide Lima, a luta pela terra e pela organização sindical, entrelaçadas com a atuação do governo e de outros atores: fazendeiros, pistoleiros, policiais, prefeitos e agentes de pastorais. Outras histórias podem e devem ser contadas. Ao fazê-lo, algo maior sobressai. A história de tempos sombrios para o País e para a Amazônia e a compreensão de um tempo em que o silêncio imperava.

Uma micro-história pode apontar para uma macro-história na qual interesses econômicos e de geopolítica militar se desvelam na destruição das matas, da fauna e das pessoas. O autor apresenta, no artigo, alguns apontamentos para um estudo que deve ser estendido e completado.

A recomposição de tais histórias foi possível graças às memórias orais de pessoas envolvidas de alguma forma com os fatos e às memórias escritas. A Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Conceição do Araguaia tem papel fundamental no registro atento dos fatos, no seu arquivo que remonta a meados dos anos 1970. Não é possível reescrever a história das lutas camponesas no Pará desconhecendo tal fonte.

O fato e o seu contexto

Na manhã de 29 de maio de 1980, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, foi morto em Araguaína, no então estado de Goiás, hoje Tocantins[5]. No Pará, na mesma década e na anterior, cresciam os assassinatos de trabalhadores, mas também as mobilizações e os protestos contra a violência privada e pública no campo. A região tinha problemas, especialmente desde o final do século XIX, com os fluxos migratórios nos ciclos de produção de borracha e minério. A partir da década de 1970, se acirrou, no novo ciclo, o do "gado gordo", à época financiado pelo governo militar. Tratores abriam estradas, machados e motosserras derrubavam as matas e incêndios preparavam os pastos. Modelo de desenvolvimento que produzia graves problemas.

Naqueles anos, entre 1972 e 1974, na região do Araguaia paraense, houve uma guerrilha (NOSSA, 2012). O Exército Brasileiro perseguiu membros do Partido Comunista do Brasil

[4] A partir deste ponto, quando o texto se referir a "autor", diz respeito ao próprio autor deste artigo.
[5] A partir de agora, quando o autor se referir ao antigo norte do estado do Goiás, citará o nome atual, Tocantins.

(PCdoB), com torturas e prisões de camponeses e guerrilheiros e assassinatos de prisioneiros. Dois anos depois, em 1976, houve a prisão e a tortura do padre Florentino Maboni e do seminarista Hilário Costa, pelo Exército, na região de São Geraldo do Araguaia. Bispos, padres, freiras e agentes de pastoral leigos católicos foram acusados de "subversão" e alguns responderam a inquérito policial; e outros, prisões e espancamentos. Do outro lado do Rio Araguaia, no Tocantins, o quadro também preocupava. O missionário italiano Nicola Arpone foi sequestrado em um helicóptero militar. Por trás do sequestro estava o coronel da reserva do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como major Curió[6]. Padre Josimo Moraes e a equipe da CPT tinham também problemas com as autoridades (KOTSCHO, 1983), e padre Josimo seria assassinado em 1986. O sul do Pará e o Tocantins eram o epicentro do conflito fundiário brasileiro.

A tensão crescia. A Igreja Católica da região divergia social e politicamente do governo e se opunha à forma como eram tratados os camponeses e os "peões"[7] e da parcialidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que, apesar da propaganda governamental, não assentava os milhares de famílias que reivindicavam terra, mas favorecia os grandes projetos agropecuários, com financiamento e isenções de impostos por meio da Sudam.

O tráfico aéreo era intenso em Conceição do Araguaia – antes de abrirem as estradas, os fazendeiros construíam muitas vezes em suas propriedades pistas de voos –, o movimento de hóspedes nos hotéis aumentava, a população do município crescia, assim como cresciam os conflitos e as informações sobre a escravidão nas fazendas com seus cemitérios clandestinos.

Na sede do então distrito de Xinguara, em outubro de 1979, houve uma manifestação com milhares de pessoas nas ruas contra um despejo de famílias de suas terras. No final do mesmo ano, a equipe da CPT da Diocese de Conceição do Araguaia preparou um documento para Dom José Patrício Hanrahan, bispo local, levar à 18ª Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O texto descrevia a elevação da violência e informava sobre dezenas de assassinatos e de conflitos coletivos pela posse de terra. A imprensa nacional e estrangeira acompanhava parte dos problemas. Sabendo que, como resultado da assembleia dos bispos, haveria uma declaração, em 1º de fevereiro de 1980, o governo federal, acuado, se antecipou e criou o Grupo Executivo de Terras Araguaia Tocantins (Getat), que substituiria o criticado Incra e militarizaria ainda mais a questão fundiária. O novo Decreto-Lei era o de número 1.767 (BRASIL, 1980). O Estado, assim, queria demonstrar que estava atento à situação e tinha a solução.

Em 13 de fevereiro de 1980, a maior revista semanal do País publicou como matéria de capa um artigo intitulado "A guerra das terras" (A GUERRA..., 1980). O tema da violência no campo não mais se restringia às páginas policiais da imprensa, mas se revelava nas páginas nobres da política. No dia seguinte, em coletiva de imprensa, como era previsto, a Assembleia da CNBB

[6] Há notícias antigas sobre o major Curió, no que diz respeito a repressão contra camponeses, guerrilheiros e os padres franceses. Cf. Figueira (1986). Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/08/16/mpf-oferece-nova-denuncia-contra-major-curio-comandante-de-repressao-a-guerrilha-do-araguaia-no-pa-durante-a-ditadura.ghtml. Acesso em 18 jan. 2023; Brasil (2021). Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-oferece-a-decima-denuncia-por-crimes-de-militares-na-repressao-a-guerrilha-do-araguaia. Acesso em: 18 jan. 2023. Ou relativas a atuação no garimpo da Serra Pelada: Terci (2019). Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/serra-pelada-duras-leis-do-tenente-curio.phtml. Acesso em: 2 fev. 2022.

[7] No caso, utilizo a categoria "peão" na forma consagrada na Amazônia e na América espanhola – do México ao Uruguai –, como o trabalhador que executa trabalho pesado e manual nas fazendas, em geral terceirizado e em situação de relações onde predomina a dívida. Autores, como Octávio Ianni (1978), ao escreverem sobre a Amazônia, reconheceram o fenômeno do trabalho dessa gente como de "peonagem" e a gente que trabalha como "peão".

tornou público o seu documento: "Igreja e Problemas da Terra" (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1980). O texto apontou a gravidade da questão social vivida pelos camponeses e indígenas; denunciou a expansão da pecuária em detrimento da pequena agricultura e o modelo político a serviço da grande empresa. Constatou também que aumentavam as ações violentas de pistoleiros e de policiais, com a participação às vezes de oficiais de justiça e juízes, contra os pobres e, "tomando como referência a região de Conceição do Araguaia", acirrava-se o problema: "No começo de 1979, havia 43 conflitos identificados e cadastrados. Seis meses depois já eram 55. No final do ano já eram mais de 80". E o documento ainda distinguia a "terra de negócio" da "terra de trabalho". Esta, "a de trabalho", "respeita o direito dos trabalhadores, segundo as exigências da doutrina social da igreja" (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1980, art. 28, 29, 83).

Se havia problema para os pobres, havia também resistência, e isso preocupava os militares. Em Conceição do Araguaia se articulava a oposição à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que era presidida por um interventor nomeado pelos militares, Bertoldo Siqueira de Lira (FIGUEIRA, 1986).

A CPT realizava reuniões com os trabalhadores de áreas de conflito de terra, nas quais se faziam análises da conjuntura local e nacional, e se oferecia um tempo para que os próprios trabalhadores trocassem experiências entre si de autodefesa nos conflitos e nas ocupações de terra. Eles relatavam as formas de se protegerem, como as roças coletivas; a presença de cachorros, que avisavam a aproximação de gente estranha; e o papel das mulheres, distribuídas em locais ao longo do caminho. Se vissem a polícia ou pistoleiros, soltavam fogos de artifício, que alertariam o grupo para se esconder.

As tentativas de "solução por cima", isto é, entre os bispos e os generais, não tinham sucesso, e o ponto de tensão máxima se deu em uma discussão entre Dom Estevão Cardoso e o general Euclides Figueiredo, irmão do futuro presidente[8], em Marabá. O bispo foi expulso da sala do general. A solução "por baixo", isto é, pelos trabalhadores rurais, enfrentava limitações: o STR estava sob intervenção.

Era necessário que os posseiros se organizassem e traçassem o próprio caminho, imaginava a CPT. O sucesso das mobilizações sindicais no Sul, a criação do STR em Santarém[9] e em outras partes da Amazônia lançavam expectativas. Cabia aos agentes de pastoral informar-lhes os direitos e lhes oferecer a assessoria jurídica. As decisões seriam deles mediante uma organização de classe.

Nas conversas, ouvindo os trabalhadores e a equipe pastoral de São Geraldo do Araguaia, a pessoa indicada, pela capacidade de articular as ideias e as palavras, era Raimundo Ferreira de Lima, o Gringo. E a chapa oposicionista se compunha por lideranças das diversas partes do município que se desmembrariam posteriormente como novas unidades municipais – Rio Maria, Xinguara, Floresta, São Geraldo (FIGUEIRA, 1986; CARVALHO, 1994b, p. 311ss).

[8] João Baptista de Oliveira Figueiredo foi presidente de 1979 a 1985.
[9] Com a assessoria da Federação de Órgãos para Federação Social e Educacional (Fase).

No altar, a foto

Era 27 de julho de 1980. Calor. Tempo de seca. Os pequizeiros floriam, cajueiros vergavam os galhos e as águas do rio baixavam. Diversos banhistas se estendiam preguiçosos ou nadavam, enquanto funcionários da prefeitura de Conceição do Araguaia recolhiam lixos deixados na véspera. A igreja matriz estava cheia com gente do sertão, da cidade e de lugares mais distantes e entoavam o "Araguaia, meu Araguaia".[10]

A cerimônia começou. Entre colunas brancas, o candidato a ordenação atravessou a nave central e alcançou o presbitério. A parede estava enfeitada com ramos verdes e flores e havia uma faixa, fixada pela irmã Dorothy Stang, onde se lia a respeito do ordenando: "A justiça será como a roupa que ele veste". No altar, do lado esquerdo, a religiosa fixou a imagem da padroeira, Imaculada Conceição, e, do lado direito, uma foto em preto e branco, ampliada, do rosto do Gringo, assassinado 2 meses antes. O diácono se manteve de bruços no piso frio, enquanto se rezava a ladainha preparada por Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia.

> Índios, peões, vaqueiros e garimpeiros, pais e mães de família, jovens e crianças que morrestes na paz do Senhor por estes sertões e matas;
>
> João Bosco, Rodolfo, Simão Bororo, Raimundo, o Gringo, Dom Romero, Santo Dias, e todos os mártires da causa do Povo, que soubestes enfrentar a injustiça e amar os irmãos até a morte. (FIGUEIRA, 2008, p. 26).

Na foto e na ladainha, Gringo estava presente. Pouco depois iniciou-se a procissão do ofertório com os representantes das comunidades e capelas. João Canuto, Manoel Gago, Belchior, Sinhozinho traziam instrumentos de trabalho e frutos da terra. Outros, a Bíblia, o pão e o vinho. Um casal de índios Tapirapés, em nome da Prelazia de São Félix do Araguaia, carregava uma maraca e um pequeno banco de madeira, com valor ritual. Enquanto isso, Expedito Ribeiro de Souza declamou um poema alusivo ao tema. Do lado esquerdo do altar estavam os jovens advogados Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta.[11]

Gringo parecia fitá-los através de seus óculos de aro grosso. A foto impunha-se como um grito. Um brado. Maria Oneide Costa Lima, a viúva, 29 anos, seis filhos, ainda entregue à dor, estava na igreja. Naquele momento todos sabiam que na região, fruto de tensos conflitos, muitos outros poderiam ser assassinados. E o foram oito ou nove dos que ali estavam à época.

Dom José Hanranhan, que pode ter sido assassinado por envenenamento[12], como vimos; os lavradores Francisco Jacinto de Oliveira, o Sinhozinho, assassinado em 2/6/1981, com mais de um tiro; Belchior Martins da Costa, em 2/3/1982, com 140 tiros e o pescoço quebrado; o advogado Gabriel Pimenta, em 18/7/1982, com três tiros pelas costas; os lavradores João Canuto de Oliveira, em 18/12/1985, com 12 tiros; Manoel Gonçalves de Souza, o Manoel Gago, em 13/8/1987, com outros dois posseiros com muitos tiros; Expedito Ribeiro de Souza, em 3/2/1991, com três tiros,

[10] A música "Araguaia, meu Araguaia" foi composta por José Wilson Leite e se tornou referência na região. É muito cantada. O autor foi homenageado, e uma escola do município de Araguacema, no estado do Tocantins, tem seu nome.

[11] Paulo Fonteles trabalhava na CPT desde 1978 (CARVALHO, 1994a); Gabriel Pimenta terminava o estágio também em Conceição do Araguaia, de 1º de maio a 30 de julho de 1980, e iria trabalhar no estado do Tocantins.

[12] Em entrevista ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho (1994b), p. A24; FIGUEIRA, 2006), o fazendeiro Jairo Andrade afirmou que o bispo tinha morrido por envenenamento, e não por morte natural. Foi realizada a autópsia mais de 1 ano depois do sepultamento. A conclusão foi que, se houve envenenamento, foi por substância degradável, não era possível constatar.

um na cabeça (OLIVEIRA FILHO, 1991); o advogado Paulo Fonteles, em 11/6/1987, com três tiros na cabeça (CARVALHO, 1994b), e irmã Dorothy Stang, em 12/2/2015, seis tiros, um na cabeça (FIGUEIRA, 1986, p. 108–115 e, 2008, p. 25–28; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), 1987; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), 1987, p. 36–37).

A notícia

Quase 2 meses antes, em 30 de maio de 1980, o autor estava no escritório da CPT no Bairro Capelinha, em Conceição do Araguaia, com o advogado Paulo Fonteles, contratado em Belém para trabalhar na equipe da CPT, do Sudeste do Pará, e o advogado Egídio Sales Filho (CARVALHO, 1994a, p. 315). Eles recebiam uma jornalista e um fotógrafo de importante revista semanal. Os repórteres preparavam uma matéria sobre os conflitos. Era noite.

A cidade não dispunha de telex ou de telefone fixo nas residências e havia apenas um posto com cabines públicas de onde se falava sem privacidade, depois de superar uma fila de usuários. Não havia naqueles anos os aparelhos celulares, as plataformas digitais nem a internet. Se a cabine telefônica não funcionasse, a única forma de contato era o rádio amador da companhia aérea Votec, que não era disponível para todos. E, às vezes, nem o rádio funcionava, lamentava-se um correspondente do Jornal Cinco de Março[13]. Alguém, apesar de já passar das 22h, aproximou-se do escritório e, do lado de fora do prédio, nos revelou ter ouvido a notícia de que Gringo havia sido assassinado na véspera, em Araguaína (comunicação pessoal).[14]

Gringo tinha apenas 42 anos. Deixava Oneide Lima e os filhos: Júnior, 10 anos; Silvio, 9; Omalizan, 8; Hélder, 4; Nédyma, 3; e Alex, de apenas 9 meses.

Algo grave havia ocorrido no dia 13 daquele mês de maio no Baixo Araguaia. O fazendeiro Fernão Leitão Diniz entrou em uma área para expulsar posseiros, queimar suas casas e os ameaçar com tiros. Houve confronto, e ele morreu. Dois dias depois, alguns fazendeiros, inclusive dois presidentes de sindicatos patronais rurais, os prefeitos de Conceição do Araguaia e de Araguaína foram ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel denunciar a morte de Fernão Diniz e responsabilizar a Igreja. Disseram que a Diocese insuflava o povo a invadir propriedades e distribuía armas pesadas, o clima na região era o mesmo vivido no decorrer da guerrilha e haveria, assim, uma insurreição. Alguns oficiais das forças armadas negaram o ressurgimento da Guerrilha no Araguaia, Tocantins. O ambiente esquentava.

No cargo da presidência da CPT Regional Araguaia-Tocantins, o autor foi a Brasília, falar com a diretoria da CNBB e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e concedeu uma entrevista coletiva para a imprensa em 27 de maio de 1980, terça-feira. Negou as acusações e insistiu que as armas utilizadas, a própria imprensa já havia noticiado, eram artesanais, feitas pelos próprios posseiros. Informou ainda que seis pessoas eram ameaçadas de morte na região. Entre os ameaçados estavam os agentes de pastoral, o padre Aristide Camio, Inês

[13] A CPT de Xinguara tem colado sobre folhas A4, recortes do Jornal Cinco de Março, de 15/6/1980, p. 4, sem o nome do jornalista e o título completo da reportagem.

[14] A comunicação foi realizada na noite de 30 de maio, entre o informante e a equipe de pastoral, na qual o autor se encontrava juntamente com os advogados.

Freitas e Gringo. A Indústria Madeireira do Pará (Impar) teria divulgado já em 1979 a relação dos seis nomes (CARVALHO, 1994a, p. 315–316).

Em 28 de maio, o autor retornou a Conceição do Araguaia. Soube que Gringo havia voltado de uma reunião com operários em São Paulo e o aguardado por 2 dias. Como não podia mais esperar, naquele mesmo dia 28, viajou para Itaipavas, depois de passar na casa onde o autor morava e ser recebido por Heloisa Andrade, agente de pastoral. Conversaram, sentados na varanda. Gringo pretendia pernoitar em Araguaína e, no dia seguinte, prosseguir a viagem em direção de sua casa.

Araguaína ficava a 232 quilômetros de distância, ao norte do atual Tocantins. Decidiram, Paulo Fonteles e o autor, ir a Itaipavas na manhã seguinte no Jipe da CPT para expressar solidariedade a Oneide, aos seus filhos e aos demais membros da família. Itaipavas ficava ao norte da sede do município de Conceição do Araguaia, no distrito de São Geraldo do Araguaia. O caminho mais rápido era atravessar o Rio Araguaia por balsa, sair do Pará e entrar no estado do Tocantins, chegar ao município de Couto Magalhães, pegar a estrada para o município de Colinas, passar por Araguaína e, de lá, ir em direção a um lugarejo na beira do rio, conhecido por Pontão, e retornar ao Pará e, assim, chegar ao destino, Itaipavas. Seriam feitos, assim, aproximadamente 400 km. Egídio Sales e os repórteres acompanharam Paulo Fonteles e o autor.

Como passariam por Araguaína, podiam parar e obter informações sobre o crime. Foram à delegacia da Polícia Civil, mas o delegado não estava. Então se dirigiram ao hotel onde Gringo havia se hospedado. O local era simples, a proprietária os recebeu. Confirmou que conhecia Gringo, que ele havia dormido ali e, pelas 6h, na quinta-feira, 29 de maio, saiu a pé e pegaria o ônibus para Pontão às 8h. Cinco minutos depois ainda foi visto por um chofer de táxi, que lhe teria oferecido carona. Por volta de 6h30 foi encontrado agonizante com sinais de ter o braço quebrado, recebido uma pancada na cabeça e atingido por dois tiros de calibre 32: um nas costas, outro na cabeça. Morreu logo. (TRIBUNA..., 1980). Gringo tinha consigo dinheiro que havia recebido em São Paulo para a campanha da chapa 2 do sindicato. Não levaram o dinheiro. Queriam a vida dele.

Ouvíamos a dona do estabelecimento quando alguns homens armados entraram pela porta da rua. Ela pareceu demonstrar conhecê-los, levantou-se e ofereceu a cadeira que ocupava para um deles. Paulo Fonteles, Egídio Sales e o autor entrecruzaram olhares. Um dos homens, se virou e perguntou: "Você é o diácono Ricardo?" Com a confirmação, ele prosseguiu: "Você esteve em Brasília essa semana. Foi defender aqueles que mataram o fazendeiro Fernão Leitão!" O ambiente era pesado, e o estranho continuou: "Se defendeu, é porque concorda com a morte e mandou matar!" O autor reagiu: "Quem é o senhor?" "Sou o delegado", respondeu. Surpreendido com a acusação, o diácono ponderou: "Gringo foi assassinado aqui e é sua responsabilidade apurar o que houve, quem cometeu o crime. E o senhor está preocupado com uma morte que se deu do outro lado do rio, em outro estado?" A jornalista, que os acompanhava, se apresentou, disse o nome de sua revista e perguntou: "O senhor afirmou que o diácono Ricardo mandou matar o fazendeiro?" Sem responder, surpreendido pela presença da imprensa, o delegado se retirou com os seus homens.

Preocupados com o que poderia acontecer nos próximos minutos ou na estrada, Paulo Fonteles, Egídio Sales e o autor se dirigiram ao posto de telefone público da cidade, onde havia mais de uma cabine disponível. Os advogados ligaram para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e para amigos anunciando o que sabiam sobre a morte de Gringo e do encontro na pensão. O autor falou com a sede da CNBB em Brasília e com a CPT Nacional. Depois prosseguiram viagem para Itaipavas.

Quem era gringo

Gringo nasceu em Marabá, em 22 de julho de 1937, filho de Manoel Ferreira e de Raimunda Ferreira Lima, vindos do Maranhão. Tornou-se órfão de pai ainda criança; de mãe, que morava na casa de outro filho, Josias, oficial da Marinha, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1980. Os irmãos não tinham as mesmas opções políticas.

De baixa estatura e magro, quando criança, recebeu o apelido de "Grilo", explicou Oneide Lima, depois inventaram o apelido Gringo. Nasceu pobre, "carregava água para as mulheres de prostíbulo e foi sapateiro". Teve, informou a viúva, duas irmãs: uma sobre a qual "falava pouco"; e a outra, que na verdade era tia (SACRAMENTO, 2020, p. 106).

Oneide Lima e Gringo se casaram em outubro de 1967, na capela dedicada a São Pedro, em cerimônia religiosa realizada às 6h, em Itaipavas; e às 8h, em casa, houve o casamento com efeito civil diante de um Juiz de Paz. Ele, com 30 anos, ela com 16. Pedro Ferreira Costa (o Pedro Barreira) e Mercê da Trindade Moreira Costa (Tatá) tinham outros planos para a filha, estudante no colégio das freiras em Conceição do Araguaia. Ela deveria prosseguir os estudos, mas preferira se casar. O pai buscou se informar sobre Gringo, que era solteiro e sem filhos. Não havia como se opor. Pedro providenciou a ida do sacerdote, e outros cinco casais de lavradores contraíram matrimônio religioso na mesma cerimônia, em 1º de outubro de 1967. Na foto do casal, da cintura para cima, ele aparece de terno escuro, com um lenço e uma flor na lapela; ela de vestido branco, um colar e um véu na mesma cor, e a manga do vestido deixava o antebraço exposto. Ambos serenos, olhavam para o fotógrafo que estava em uma posição inferior. Ao fundo, uma parede clara.

Naqueles anos, Itaipavas pertencia ao município de Conceição do Araguaia[15] e era maior que São Geraldo do Araguaia[16], lembrou-se Oneide Lima (comunicação pessoal)[17], em razão da madeireira alemã Rio Impex, que envolvia muitos trabalhadores na extração da madeira e na serraria[18]. Talvez houvesse aproximadamente 300 casas, um mercado municipal e uma delegacia. A família de Oneide Lima tinha geladeira a querosene e luz proveniente de um lampião. Depois, quando a madeira já havia sido extraída, a empresa se deslocou da região, e Itaipavas encolheu.

[15] Em 1995, foi criado o Município de Piçarra, desmembrado de Conceição do Araguaia, e Itaipavas passou a ser uma de suas 16 vilas. O novo município, em 2020, tinha 3.312.708 km² e uma população estimada em 2021 de 12.976 pessoas, com IDHM de 0,563 em 2010. Cf. IBGE. Cidades e Estados. **Piçarra**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/picarra.html. Acesso em: 30 jan. 2022a.

[16] O distrito de São Geraldo foi emancipado de Conceição do Araguaia em 1988 e se tornou sede de um novo município, em 2020, tinha 3.168.384 km², uma população em 2021 estimada em 24.566 pessoas com IDHM DE 0,595, pelo IBGE. Cf. IBGE. Cidades e Estados. **São Geraldo do Araguaia**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-geraldo-do-araguaia.html. Acesso em: 4 fev. 2022b.

[17] Mensagem trocada entre Maria Oneide Costa Lima e Ricardo Rezende, pela plataforma WhatsApp, em 20 de janeiro de 2022.

[18] Sobre o papel da madeireira na região, ver. Fábio Carlos da Silva (2019, p. 133–135, 190, 260).

Era um lugarejo sem luz elétrica ou água encanada, e, nas margens do Rio Araguaia, as mulheres lavavam roupas com os seios descobertos. O acesso à vila era de barco. Pelo rio tinha sido escoada a madeira, e pelo rio navegava a gente.

> Gringo fez um curso técnico em veterinária e foi contratado como "fiscal" do Banco do Brasil para os créditos concedidos a fazendeiros na região. Como fiscal, chegou em Itaipavas e recebeu um convite, que lhe pareceu interessante, e aceitou gerenciar a fazenda Shangrilá, de Luso Sales Solino, um médio proprietário. Levou consigo a jovem esposa. Conforme Oneide Lima, a fazenda tinha vaqueiro, tratorista e três peões. Aumentava o número de peões na época de roçar os pastos. Não havia violência contra os funcionários. O casal viveu ali, entre 1967 e 1969, mas saiu quando o fazendeiro decidiu que o gerente deveria tirar "seis posseiros do fundo da fazenda". Isso Gringo não aceitou". (comunicação pessoal)[19].

Diante das perseguições, o casal decidiu se mudar para São Felix do Araguaia, onde morava um tio e uma irmã de Oneide Lima. Ali, o casal presenciou a sagração de Pedro Casaldáliga como bispo prelado; conheceu a equipe de agentes de pastorais locais e a experiência de comunidade eclesial de base. Ali nasceu o segundo filho, Silvio[20].

O casal e os filhos, Júnior e Silvio, retornaram a Itaipavas, em 1972. Justamente no ano do primeiro confronto entre os guerrilheiros e o Exército. Os militares desconfiavam de Gringo. Ele "tinha consciência política" e, diziam, ao se reunir com os posseiros, criticava o governo.

O perigo e a prisão

A situação era tensa na região e em toda a Amazônia. Por isso, já em maio de 1973, seis bispos da região Centro-Oeste da CNBB se reuniram em Goiânia e publicaram um documento contra a política do governo, chamado "Marginalização de um povo: grito das igrejas" (SOUZA, 2009, 1973).

Para os bispos, a concentração das terras produzia pobreza, e apresentaram suas críticas ao modelo implementado no Brasil. Reclamaram que o essencial não era tocado: "a estrutura da produção rural". Defenderam uma reforma agrária que não seria "só remendo"[21]. As críticas não pararam.

Ainda em Goiânia, 2 anos depois, diversos bispos, inclusive alguns signatários do documento "Marginalização de um povo" e agentes de pastoral, decidiram criar a CPT, que seria o braço ecumênico e pastoral da Igreja no mundo rural, mas uma pastoral de serviço – e não de direção – aos trabalhadores rurais (SOUZA *et al.*, 1990)[22]. Gringo, que mantinha relação estreita

[19] Mensagem trocada entre Maria Oneide Costa Lima e Ricardo Rezende, pela plataforma WhatsApp, em 20 de janeiro de 2022.

[20] Os filhos Júnior, Hélder, Omalizan, Nedyma nasceram em Itaipavas; Alex, em Conceição do Araguaia.

[21] Assinam o documento Dom Fernando, arcebispo de Goiânia; Dom Epaminondas, bispo de Anápolis; Dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás; Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix; Dom Estevão Cardoso de Avelar, bispo de Marabá (a sede do bispado de Conceição do Araguaia tinha sido transferida temporariamente); Dom Celso Pereira, bispo auxiliar de Porto Nacional); Dom Tomás, Dom Estevão e Dom Celso eram frades dominicanos.

[22] COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Massacres no campo. **Histórico**. 2010. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico. Acesso em: 5 mar. 2022.

com os agentes de pastoral da Diocese de Conceição do Araguaia, participou com frei Henrique Marques desse encontro em Goiânia.

A família de Pedro Barreira conheceu Osvaldo Orlando da Costa (1938–1974), o Osvaldão, um dos primeiros guerrilheiros do PCdoB a chegar à região, em 1967. O guerrilheiro tentou, sem sucesso, comprar do patriarca da família uma terra. Além de Osvaldão, a família conheceu outro guerrilheiro, Paulo Mendes Rodrigues (1931–1973), economista, e João Moreira, filho de Pedro Barreira, trabalhou com ele, como piloto de barco.

Em junho de 1976, então posseiro, Gringo foi preso em Conceição do Araguaia com o cunhado, João Moreira, com Gordinho, Abel, Cícero, José Tavares e Raimundo Miarim (comunicação pessoal).

Em outra ocasião, no conflito do Lote 7, entre o fazendeiro Geraldo Berardo e posseiros, estava Francisco, um dos irmãos de Oneide Lima. Queriam que o grupo assinasse um documento se reconhecendo como "agregado". Gringo e os demais se recusaram. Oneide Lima, ao saber que haviam prendido Gringo, "correu à delegacia, esbravejou e Gringo foi solto minutos depois"[23]. Alguns soldados da Polícia Militar, segundo o filho primogênito, Júnior, rondaram a região e estiveram em Itaipavas. Circularam boatos de que Gringo não gostava do governo, e gente do exército invadiu a casa dele. Diziam que, em desfile de 7 de Setembro, Gringo estaria armado, que era amigo de "terroristas" e participava de cursos bíblicos. Queriam apreender as armas e os textos subversivos que ele teria. Diziam que ele tinha recebido um livro do Osvaldão e lia, escondido, no meio do rio. Em um sábado, em julho de 1979, a casa foi invadida pela polícia, Gringo escapou pelos fundos.

Oneide Lima relatou, em entrevista a Souza (2013, p. 106), que por três vezes tentaram assassinar Gringo. Uma vez dois pistoleiros foram até sua casa e contaram ter sido contratados para matá-lo. Ele lhes ponderou que se quisessem matá-lo podiam. A única arma que possuía era a Bíblia.

O repúdio ao assassinato, e Oneide fala

Com o assassinato de Gringo, chegaram ao escritório da CPT centenas de cartas de solidariedade vindas de outras dioceses, paróquias, organizações sociais, políticas, sindicais e eclesiais. Do Brasil e do exterior.

Em 8 de junho de 1980, às 15h, a CPT organizou uma manifestação em Conceição do Araguaia. Estavam presentes três bispos representando a CNBB e a CPT e um antigo bispo da diocese[24]. Dom José Hanharan, bispo local, se encontrava na Irlanda, e enviou uma declaração onde assinalava que, ao conhecer Gringo, admirou "suas qualidades de franqueza, coragem, dedicação, de fidelidade ao Evangelho".[25]

[23] Jornal do Campo, s/r, do arquivo pessoal de Alex Costa Lima (SOUZA, 2013, p. 83).
[24] Celso Pereira de Almeida, representando a CPT, Albano Cavalim, de Curitiba, representando a CNBB, Estevão Cardoso de Avelar, de Uberlândia.
[25] Correspondência pessoal do bispo de Conceição do Araguaia, Oneide e representantes da diocese.

Também estavam na manifestação três deputados federais de estados diferentes, um deputado estadual, do Pará, um vereador, de São Paulo[26], representantes da Contag, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de diversas organizações sociais. (DIÁRIO..., 1980, p. 15; JORNAL..., 1980, p. 1). Da imprensa estavam repórteres de jornais diários, estaduais e nacionais[27], relatavam a Carta aos "Comitês de apoio aos lavradores de Conceição do Araguaia", da Oposição Sindical de Conceição do Araguaia (s/d).

Uma anotação manuscrita na época, pelo autor, registrou que lavradores da Boca da Mata viram um carro com pistoleiros no evento e registraram a placa do veículo. A programação previa música, e vinte pessoas seriam convidadas a falar. A primeira, Francisco Bonifácio de Jesus, a última, Paulo Fonteles. Oneide Lima seria a quarta. Se não conseguisse, pela emoção, seria convidado seu pai, Pedro Barreira.

Uma das mensagens recebidas às vésperas dizia: "O líder sindicalista Luiz Inácio da Silva se manifestou profundamente chocado com o desfecho trágico do Gringo. Tentou desmarcar compromissos para estar presente e não conseguiu. Prometeu vir nos visitar pessoalmente em breve".[28]

Oneide Lima, mais que uma viúva frágil com seis filhos pequenos, emergiu na manifestação como alguém que sabia o que desejava. Conforme o jornalista Euler Ivo Vieira, em um fragmento de jornal de 8 de junho de 1980, cujo nome não foi revelado, e a matéria com o título "Ato público. 4 mil pessoas. 30 entidades civis e religiosas", ela tomou a palavra:

> A multidão fez silêncio quando a viúva de Raimundo, Dona Maria Oneide Costa Lima, subiu à carroceria do caminhão para falar. Ela estava muito firme e serena. "Como vocês já sabem – disse – meu marido desde há tempos estava empenhado nesta luta em favor dos oprimidos. Por isso era perseguido pelos grileiros, para que calasse a boca. Mas nunca calou. Foi morto em Araguaína, mas quero que vocês não desanimem. Sempre ajudei Gringo nessa luta. Mas agora é que vou lutar mais ainda". Nesse momento, um velho posseiro gritou bem alto: "Muito bem, minha filha! Você não lutará sozinha!". E o povo explodiu em aplausos." (VIEIRA, 1980).

Dez dias depois, Oneide Lima escreveu de próprio punho de Itaipavas:

> Gringo era um homem que estava lutando por dias melhores para todos os lavradores dessa região. Desde que Dom Estevão era bispo de Conceição do Araguaia que ele era agente pastoral, era posseiro e líder dos posseiros, mas era também perseguido por grileiro e pistoleiros.
>
> Ele sempre me dizia se um dia fosse morto lutando pelo povo oprimido, ele morreria feliz. De fato, ele morreu com um sorriso nos lábios, deu a vida por este povo esmagado pelos grileiros.

[26] Deputados federais do PMDB, Jáder Barbalho, do Pará, Aurélio Péres, de Sergipe, Ronan Tito, de Minas Gerais; o deputado estadual do PMDB, Lucival Barbalho, do Pará, e o Vereador Benedito Cintra, de São Paulo.

[27] Tribuna da Luta Operária (SP), O Liberal (PA), O Estado do Pará (PA), O Estado de S. Paulo, Cinco de Março (GO), Diário da Manhã (GO), Agência F4 (SP).

[28] Comunicação pessoal entre o líder sindical e político com a equipe do evento.

> Depois da morte de Gringo, os grileiros pensam que vou ficar calada, mas não calarei, continuarei na luta do Gringo. Pois o único meio de vingar a morte dele é lutando por esse povo oprimido, por aqueles que não têm terra, não têm vez e nem voz.
>
> [...]
>
> Quero que ninguém desanime diante dessas ameaças, que o sangue do Gringo seja adubo para nossa luta contra as injustiças, que o sangue dele fale mais alto clamando justiça.
>
> Peço que todos se unam, pois unidos venceremos o poder da opressão, do dinheiro. Unidos venceremos os pistoleiros, e grileiros que infestam nosso solo brasileiro. Agradeço a todos.

Quarenta e dois anos após tais eventos, o autor perguntou a Oneide Lima se Gringo, a Igreja, a paróquia ou a CPT tinham errado em algo. Ela respondeu que não e reafirmou o que disse e escreveu na época. Gringo tinha razão, fez o que deveria ser feito. Naquela época, insistiu, em torno de 70 famílias de posseiros dos lotes 7 e 8, na terra há anos, precisavam se conscientizar de seus direitos, e nesse aspecto Gringo foi importante. Mas, reconheceu, os problemas não foram resolvidos depois de ter conquistado a terra, por falta de apoio para o escoamento dos produtos e da assistência à saúde. Após a titulação dos lotes, muitos venderam a terra. Reconheceu também que para ela nada foi simples. Não havia concluído o Ensino Médio, não tinha profissão e parecia que

> o mundo foi como se tivesse acabado. A morte para mim no sentido pessoal, foi muito difícil. Gringo era um pai muito amoroso, amava muito os filhos! Ave Maria! Fiquei muito triste, mas me lembrava do que ele falava e isso me deu coragem para ficar na luta.
>
> Teve momento que pensei abandonar. Quando os lavradores do Lote 8 mataram o Neif Murad. Fizeram emboscada e mataram. Aí pensei em desistir porque o filho de Neif Murad, o Neifinha, dizia que era eu que tinha mandado matar. Pensei desistir. Diziam que ele ia matar toda a minha família. Ia matar meus filhos. Depois fiquei pensando, os meninos diziam para eu não ficar daquele jeito. Voltei para a luta.
>
> Os lavradores não souberam se organizar para se defender. Havia muito medo. Hoje é diferente. Naquela época o inimigo era perigoso. O inimigo era conhecido e agiam de forma mais violenta, os pistoleiros andavam livres. Eles podiam contar com o governo, o sindicato, o exército. A bandidagem toda tinha esse apoio. Hoje não. O apoio é mais escondido". (comunicação pessoal).[29]

Tinha ficado sem chão, "não sabia fazer nada na vida", e os pais se mudaram para Xambioá. Ao ser convidada pela equipe da pastoral para se mudar para o município de São Geraldo com os filhos e se tornar agente de pastoral, "aceitou de cara". Passou a morar em uma casa nova, no mesmo terreno da casa paroquial, entre as ruas Mogno e Santa Clara. E prosseguiu Oneide Lima:

> A relação com a equipe era boa demais, Ave Maria! Cada um que entrava lá me ajudava na educação de meus filhos. Eles me deram um suporte muito grande. Era Aristide, Inês Neves, Miguel, Fernanda Pedroso. Acompanhava os padres nas visitas as comunidades e quando estava na paróquia ajudava na secretaria da paróquia. (comunicação pessoal).

[29] Comunicação telefônica recebida pela Sra. Maria Oneide Lima, de Ricardo Rezende Figueira, em 3 de março de 2022.

Ela pensou em se vingar (SACRAMENTO, 2020, p. 124ss) e em se suicidar. A equipe paroquial não sabia, pois ela só revelou ao padre Aristide Camio quando este se encontrava preso em Belém com o padre Chico Gouriou e os 13 posseiros, no rumoroso processo conhecido como "Caso Cajueiro" (FIGUEIRA, 1986). Quando a polícia invadiu a casa dos padres e da equipe paroquial em São Geraldo, entrou também na residência dela, mas não vasculhou o quarto das crianças. Se o fizesse, encontraria, dependurado atrás da porta, em uma bolsa, um revólver calibre 32, que comprou em Itaipavas 10 meses após o crime, sem saber manejar uma arma. Pedro e Tatá, ao descobrirem o projeto de vingança, tentaram demovê-la.

Em Belém, houve uma audiência sobre o caso Neif Murad, com a presença de Neifinho e de dois netos do fazendeiro falecido. O secretário de Segurança Pública do Estado participava e percebeu que Oneide mexia na bolsa. Perguntou o que era e viu a arma. Oneide desistiu uns 5 anos depois, porque achou que não valia a pena, que precisava cuidar dos filhos. Foi um momento em que perdeu a fé, e a irmã Hélder Suarez Bedendo a ajudou a recuperar a fé e a ter um sentido para a vida.[30]

> Hoje tenho fé. Aumentou. Comecei a voltar a igreja e foi por conselho até. Indo ao Círio de Nazaré[31]. Tenho fé demais. Quando Helder, meu filho, teve um câncer na cabeça, a fé aumentou ainda mais. O pessoal resolveu fazer uma campanha de oração, gente de diversas igrejas. Meu filho foi operado e ele iria perder a visão, o olfato e o paladar. E não perdeu nada disso. Foi um milagre. Eu e todos de minha casa somos católicos, graças a Deus.[32]

Silvio queria vingar o pai. Entrou para a polícia com esse objetivo. Só soube depois. Meu pai foi informado por um comandante da polícia. Conversei com ele e ele ficou com essa ideia até quando foi a Brasília fazer um curso de Direitos Humanos". (comunicação pessoal).

Os problemas não foram superados. As eleições sindicais se realizaram com a presença do exército em operações de Ação Cívico-Social (Aciso), de seus helicópteros, e de medidas para amedrontar os camponeses e, ao mesmo tempo, conquistá-los. Curió foi uma figura permanente, uma sombra que rondava a região, que se apresentava como quem desfrutava de acesso direto ao presidente Figueiredo e buscava controlar tudo. Ele se aproximou mais de uma vez da equipe paroquial e de Dom José Hanrahan.

A equipe sabia que a situação tendia a ser cada vez mais complexa e perigosa. A vitória da oposição sindical só se deu em 1985, quando a ditadura foi desfeita, o exército se retirou e Felipe Alves, o Felipinho, tomou posse. O evento foi comemorado e registrado em filme de Jorge Bodansky, A Igreja dos Oprimidos.[33]

---

[30] Irmã Hélder Bedendo era da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Quando os padres franceses foram presos, ela e outras irmãs missionárias passaram um período na paróquia, tiveram problemas com a repressão do governo, foram presas e humilhadas.

[31] Maior festa religiosa do País. Aglomerava, em honra de Nossa Senhora de Nazaré, no segundo domingo de outubro, uma multidão estimada de 2 milhões de fiéis.

[32] Comunicação telefônica entre Maria Oneide Lima e Ricardo Rezende Figueira, em 3 de março de 2022.

[33] Em 1982, Miguel, Inês e Fernanda já não estavam na região, e outro sacerdote francês, François Gouriou, se incorporou à equipe. Houve conflito de terra com mortes. A casa paroquial e a casa de Oneide Lima foram invadidas pelo Exército, os padres Aristide e François foram presos, com treze posseiros. O Exército trouxe um capelão militar que utilizou a igreja para cerimônias religiosas. Oneide Lima foi humilhada, o Exército preparou e imprimiu panfletos contra ela e sua honra (FIGUEIRA, 1986).

Naquela circunstância, o sindicalismo e a sua luta pareciam cumprir um papel relevante nas organizações sociais. As reivindicações e as mobilizações do sindicato de São Bernardo do Campo, por exemplo, impressionavam, conquistavam destaque e, daquele sindicato emergiu a figura mobilizadora de Luiz Inácio Lula da Silva, que auxiliou a criar o Partido dos Trabalhadores e se tornou presidente do Brasil em dois mandatos e candidato novamente a presidente em 2022.

No início dos anos 1980, já se refletia também sobre as limitações da estrutura sindical. E se discutia em diversos espaços, inclusive na CPT Nacional, se não era hora de apoiar algo flexível, com maior agilidade para as lutas pela terra, pelo salário e por um trabalho mais digno. Era o momento também da criação, no Sul do País, do Movimento Sem Terra (MST) e de cooperativas de agricultores. Um dos assessores nacionais da CPT, o economista João Pedro Stédile, do escritório de Goiânia, se incorporou ao nascente MST.

Vivia-se um momento de transição. Com o fim da repressão da ditadura e da intervenção militar do Estado, a Igreja Católica deixou aos poucos de ser o espaço mais privilegiado de contestação ao governo e de articulação dos movimentos sociais. Nas décadas seguintes, outras organizações adquiriram relevância e centralidade, mesmo em relação aos sindicatos que se enfraqueceram: os grupos de direitos humanos, as ligas camponesas, as associações de mulheres, os grupos feministas, as reivindicações de gênero e LGBTQIA+, os movimentos étnicos, indígenas, antirracistas, descolonizadores e as articulações ambientais. A pauta se tornou ampla e com ou sem algum grau de articulação entre elas e as lutas consideradas de "classe".

A título de conclusão

A partir do assassinato de Gringo, a equipe da CPT começou regularmente a anotar o nome, a data e as circunstâncias dos assassinatos de trabalhadores na Diocese de Conceição do Araguaia. Entre 29 de maio de 1980 e final de 1996, registraram-se 95 pessoas assassinadas em fuga do trabalho escravo e 105 nos conflitos pela terra. E na lista não entraram os que haviam trabalhado em algum momento na diocese, mas foram mortos em outra região, como os advogados Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta. E certamente não abarcava todos os casos de trabalho escravo (FIGUEIRA *et al.*, 2022), pois os trabalhadores eram, em geral, de fora, e não havia quem chorasse por eles ou reclamasse por seus corpos na região. Eram anônimos, enterrados anonimamente em cemitérios clandestinos e, em pelo menos um caso, enterrados com ocultação de identidade pela polícia no cemitério de Redenção.

Enquanto escrevia o artigo, este autor que vos fala se comunicou diversas vezes com Oneide Lima e com seus filhos. Não tinham informação sobre a existência do inquérito ou sobre o possível processo penal relativo ao assassinato de Gringo. Foi contatada, com o auxílio de Frei Xavier Plassat, a advogada Lorrany Lourenço Neves, da CPT em Araguaína. De posse das informações disponíveis, ela, em 11 de fevereiro de 2022, teve a promessa de que realizariam buscas, mas 6 dias depois foi informada de que não existiam nos arquivos da polícia os documentos da década de 1980 e que não localizaram a ação penal referente ao homicídio. Se havia algo, possivelmente foi incinerado.

Em março de 2022, Oneide Lima morava em outra casa, erguida com o auxílio da Cáritas Brasileira, uma organização internacional da Igreja Católica, e de uma cerâmica que era iniciativa

da equipe de agentes de pastoral. A cerâmica produzia tijolos e telhas em mutirão para construir casas em uma área mais elevada e protegida das cheias anuais do Rio Araguaia. A sede do distrito de São Geraldo, por ficar com frequência sob as águas, precisava ser transferida.

Oneide voltou a estudar, fez supletivo e em 4 anos concluiu a graduação em História. Ela aproveitou o fato de algumas prefeituras do Sudeste Paraense, inclusive São Geraldo do Araguaia, terem feito um consórcio com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Graças ao consórcio, professores da UFPA se deslocaram para cidades fora da capital e ministraram cursos de graduação. Em São Geraldo, nos meses de janeiro e julho, ministraram aulas nos cursos em História, Pedagogia e Letras. Formada, Oneide começou a dar aulas, foi nomeada sucessivamente, entre 1996 e 2016, quando se aposentou, vice-diretora e diretora da Escola Municipal do Ensino Fundamental Raimundo Ferreira Lima, a maior do município, com aproximadamente 650 estudantes. A escola foi fundada em março de 1986, e a homenagem a Gringo se deu em uma disputa entre dois nomes pela comunidade escolar: Tancredo Neves e Raimundo F. Lima. Este foi o vencedor.

Com o desmembramento dos municípios, Pedro Barreira se tornou vice-prefeito de Xinguara, entre 1983 e 1988. Os filhos de Gringo cresceram, três se tornaram sindicalistas, cinco se dedicam à educação e um se tornou policial militar. Oneide Lima tinha, em março de 2022, 19 netos e 11 bisnetos. Quanto aos filhos, onde moravam e o que faziam passadas 4 décadas: 1) Júnior, em Belém, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Benevides, diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), vice-presidente da Confederação Nacional dos Assalariado/as Rurais do Brasil (Contar) e era presidente da Federação dos Empregados e Empregadas Rurais dos Estados do Pará e Tocantins (Feterpa-TO), tinha quatro filhos e quatro netos; 2) Silvio, em Rio Maria, subtenente da Polícia Militar, em processo de aposentadoria, e tinha seis filhos e duas netas[34]; 3) Omalizan, na Espanha, trabalhava como auxiliar em uma escola com alunos especiais, fez ensino médio, tinha três filhos e três netos; 4) Hélder, em São Geraldo, professor de matemática, secretário titular da escola Raimundo Ferreira Lima, tinha três filhos e três netas; 5) Nédyma, em São Geraldo, pedagoga e antropóloga social de educação, exercia funções de coordenação no Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintep) no município e no estado, no Conselho Municipal de Educação de São Geraldo e na paróquia, trabalhava na escola que tinha o nome do seu pai e não tinha filhos; 6) Alex, em São Geraldo, formado em Ciências Sociais, com mestrado em Dinâmica Territorial da Amazônia, professor no ensino médio, era vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Administrativos de São Geraldo e suplente do Sintep e tinha três filhos.

Os sonhos de Gringo continuaram estampados na vida de Oneide Lima e de seus filhos. Gringo, proibido pela ditadura, perseguido pelos latifundiários do Baixo Araguaia, se tornou presente em ladainha, nome de escola, tema de dissertação e tese, artigo científico e tema de música[35]. A história do casal revela que as perseguições, mesmo aquelas que provocaram mortes,

[34] Quando aconteceu o assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Sousa em Rio Maria, Silvio foi colocado em nome do Estado, entre 1991 e 1996, na segurança do autor, que era ameaçado de morte.

[35] "Quem disse que não somos nada", de Zé Vicente, poeta e compositor das comunidades de base e da igreja da libertação onde afirmava: Aqui trazemos a semente /Sangue desta gente que fecunda o chão. /Do Gringo e tantos lavradores /Santos e operários em libertação. /Coragem de quem dá a vida / Seja oferecida com este vinho e pão. /É a força que constrói a morte / E muda nossa sorte é ressurreição (SOUZA, 2013, p. 67).

que uniram poderosas forças estatais e privadas, encontraram resistências, e algumas resistências persistiram na geração seguinte.

Referências

BBRASIL. **Decreto-Lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980**. Cria grupo executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e dá outras providências. Brasília, DF, 1980.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Pará. **MPF oferece a décima denúncia por crimes de militares na repressão à guerrilha do Araguaia**. 2021. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-oferece-a-decima-denuncia-por-crimes-de-militares-na-repressao-a-guerrilha-do-araguaia. Acesso em: 18 jan. 2023.

CARVALHO, L. M. **Contido a bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará. Belém, PA: CEJUP, 1994a.

CARVALHO, L. M. Nova versão lança dúvida sobre a morte do bispo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. A27, 5 nov. 1994b.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e problemas da terra**: documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB. Itaici, 14 de fevereiro de 1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno conflitos no campo Brasil 1987**. Goiânia: CPT, 1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Massacres no campo. **Histórico**. 2010. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico. Acesso em: 5 mar. 2022.

DIÁRIO DA MANHÃ, p. 15, 10 jun. 1980.

FIGUEIRA, R. R. **A justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

FIGUEIRA, R. R. As práticas solidárias de um bispo: Dom Luciano. **Em Debate**, n. 4, p. 1- 6, 2006. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9418/9418.PDF. Acesso em: 30 jan. 2022.

FIGUEIRA, R. R. **Rio Maria**: canto da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRA, R. F.; PRADO, A. A.; PAMEIRA, R. F. **A escravidão na Amazônia**: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. Rio de Janeiro: Maudad X, 2022.

A GUERRA das terras. **Revista Veja**, 13 fev. 1980. (Capa).

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

IBGE. Cidades e Estados. **Piçarra**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/picarra.html. Acesso em: 30 jan. 2022a.

IBGE. Cidades e Estados. **São Geraldo do Araguaia**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-geraldo-do-araguaia.html. Acesso em: 4 fev. 2022b

JORNAL DA CIDADE. Conceição do Araguaia, PA, ano II, n. 6, jun. 1980.

KOTCHO, R. **Le massacre des posseiros**. Paris: Ed. Syros, 1983.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Assassinatos no campo, crime e impunidade**: 1964-1986. São Paulo, 1987.

NOSSA, L. **Mata!** O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA FILHO, M. de. **Rio Maria**: a terra da morte anunciada. São Paulo: Editora Garibaldi, 1991.

SACRAMENTO, E. D. **"É muito triste não conhecer o pai"**: a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. 2020. 321 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

SILVA, F. C. da. **Capitalismo na floresta**: história econômica e social do município de Redenção. Belém, PA: NAEA/UFPA, 2019.

SOUZA, E. R. de. **A morte sob outro ponto de vista**: transformação do líder morto em mártir-encantado. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SOUZA, N. de. **Entre a contestação e a conivência**. Censura ao Jornal O São Paulo durante o regime militar (1964-1985). ANPUH – XXV Simpósio nacional de história. Fortaleza 2009.

SOUZA, M. B. de; WESTHELLE, V.; POLETTO, I. **Luta pela terra**: caminho de fé. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.

TERCI, M. R. Serra Pelada: as duras leis do Tenente Curió. **Aventuras na História**, 19 jul. 2019. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/serra-pelada-duras-leis-do-tenente-curio.phtml. Acesso em: 2 fev. 2022.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA, ano 1, n. 16, de 14 a 28 jun. 1980.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 9/4/2022
Aceito em: 30/4/22
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

LUZ, V. L. A.; FURTADO, L. N. B. Conflitos fundiários e ambientais na Reserva Natural Canguçu, Tocantins. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 113-123, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p113-123.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E AMBIENTAIS NA RESERVA NATURAL CANGUÇU, TOCANTINS

Vanessa Lima Araújo Luz[1]
Ludmila Normanha Benedetti Furtado[2]

Resumo: A percepção social em relação à proteção ambiental tem se intensificado de forma gradual nos últimos anos. As reservas particulares de patrimônios naturais (RPPNs) são áreas de propriedade privada ou de parte destacada dela, sobre a qual é gravada com perpetuidade, com o intuito de manter intacta a diversidade biológica, sendo permitidas somente a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. A RPPN Canguçu, objeto deste estudo, é parte de um complexo de áreas protegidas (UCs), considerada um dos sistemas naturais mais ricos em biodiversidade do País. Este artigo objetiva apresentar uma revisão bibliográfica para a qual se utilizou o método dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfico-documental em bases de dados do Google Acadêmico, além de artigos, teses, livros, registros, dissertações, websites e publicações de organizações governamentais, a respeito de RPPN, analisando sua regulamentação, configuração territorial e investigando possíveis conflitos fundiários e/ou ambientais no local.

Palavras-chave: unidades de conservação, recursos naturais, SNUC.

LAND AND ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE CANGUÇU RESERVE NATURAL, TOCANTINS

Abstract: Social perception in relation to environmental protection has gradually intensified in recent years. Private Natural Heritage Reserves – RPPN's are areas of private property or of a detached part of it, on which it is recorded in perpetuity, in order to keep biological diversity intact, only scientific research and visitation for tourist, recreational and educational purposes. The RPPN Canguçu, object of this study, is part of a complex of protected areas (UCs), and is considered one of the richest natural systems in biodiversity in the country. This article aims to present a bibliographic review for witch the deductive

[1] Mestra e doutoranda em Ciências do Ambiente (UFT), Especialista em Gestão e Educação Ambiental, professora de Biologia, Secretaria de Educação do Estado do Pará.
E-mail: vanessa.ba.educadora@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5758-2609

[2] Arquiteta, mestra em Ciências do Ambiente e em Architectural Design, professora e coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitario Catolica do Tocantins (UniCatólica), Palmas, TO.
E-mail: ludmilabenedetti@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4055-9242

method was used through bibliographic-documentary research in Google Scholar databases, in addition to articles, theses, books, records, dissertations, websites and publications of governmental organizations, about this RPPN, analyzing its regulation, territorial configuration and investigating possible land and/or environmental conflicts in the place.

Keywords: conservation units, natural resources, SNUC.

As áreas protegidas no contexto da política ambiental brasileira

As unidades de conservação (UCs) são um tipo especial de área protegida, ou seja, espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000a).

No Brasil, o processo de criação de UCs está pautado nas metas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que foi assinada pelo então presidente da República Fernando Collor de Mello, durante a ECO 92, e validada pelo Congresso Nacional em 1994. As UCs são regidas pela Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Atualmente é o instrumento jurídico que estabelece e fundamenta critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000a).

O SNUC apresenta 12 categorias de UCs, classificadas em dois grupos com particularidades distintas: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. O primeiro tem como objetivo a preservação dos ecossistemas com o mínimo de intervenção antrópica, sendo vedada a utilização direta de elementos da natureza, permitindo-se apenas o desenvolvimento de atividades de pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico, levando em consideração o previsto em seu plano de manejo. Este é composto por cinco categorias de manejo: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre (BRASIL, 2000a).

O objetivo básico do segundo grupo é conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais, permitindo a exploração e o aproveitamento econômico direto, dentro dos limites legalmente estabelecidos, sendo constituído por sete categorias: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural (BRASIL, 2000a).

A lei do SNUC, no Art. 27, ainda prevê que as "unidades de conservação devem dispor de um plano de manejo". O plano de manejo é um documento dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico participativo, determina o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas; propõe seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades, estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da unidade (BRASIL, 1996).

No estado do Tocantins, a Lei nº 1.560, de 5 de abril de 2005, instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Tocantins (SEUC), que apresenta grande similaridade com o SNUC (TOCANTINS, 2005). O SEUC é constituído pelos seguintes órgãos e competências respectivamente: Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema), órgão deliberativo e consultivo, com a atribuição de acompanhar a implementação do SEUC; Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (Seplan/TO), órgão central, responsável pela elaboração de estudos e propostas para criação de unidades de conservação; e pelos órgãos executores, Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), e órgãos municipais, com a competência de implementar o SEUC, subsidiar propostas de criação e administrar as unidades de conservação estaduais e municipais, conforme as esferas de atuação (Seplan/TO).

As UCs de proteção integral coincidem com as previstas no SNUC, exceto a Reserva Biológica, assim como as de uso sustentável são similares, com exceção do Rio Cênico. Além disso, o estado do Tocantins criou o Decreto nº 4.750, de 28 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural com normas específicas suplementares para a instituição de RPPNs dentro dos limites territoriais (TOCANTINS, 2013).

É importante destacar que não se objetiva aqui fazer um estudo de todas as categorias de UCs; nesse caso, será abordada somente a RPPN, especificamente a Reserva Canguçu. De acordo com o SNUC e SEUC/TO, a RPPN é uma área de propriedade privada ou de parte destacada dela, sobre a qual é gravada com perpetuidade o objetivo de manter intacta a diversidade biológica, permitindo-se somente pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Em 1990, as RPPNs foram criadas como estratégia para promover a conservação da natureza por meio de áreas protegidas por iniciativa dos proprietários particulares. Desse modo, surgiu o Decreto nº 98.914, criando as RPPNs, substituído em 1996 pelo Decreto nº 1.922/1996, reconhecendo-as. Em 5 de abril de 2006, o Decreto nº 5.746 foi publicado, regulamentando as RPPNs, buscando adequar os procedimentos de criação, gestão e manejo da categoria, sendo assim, a primeira categoria de unidade de conservação regulamentada por decreto após a publicação do SNUC. Atualmente esse decreto é "que regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o qual dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza". (BRASIL, 2006).

O estado do Tocantins possui dez RPPNs, que correspondem a 0,02% da área total do território, dentre as quais a RPPN Canguçu, criada em 5 de março de 2004 pela Portaria nº 19, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Essa UC possui uma área de 60,10 ha, localizada no município de Pium, TO, de propriedade do Instituto Ecológica de Palmas (BRASIL, 2004).

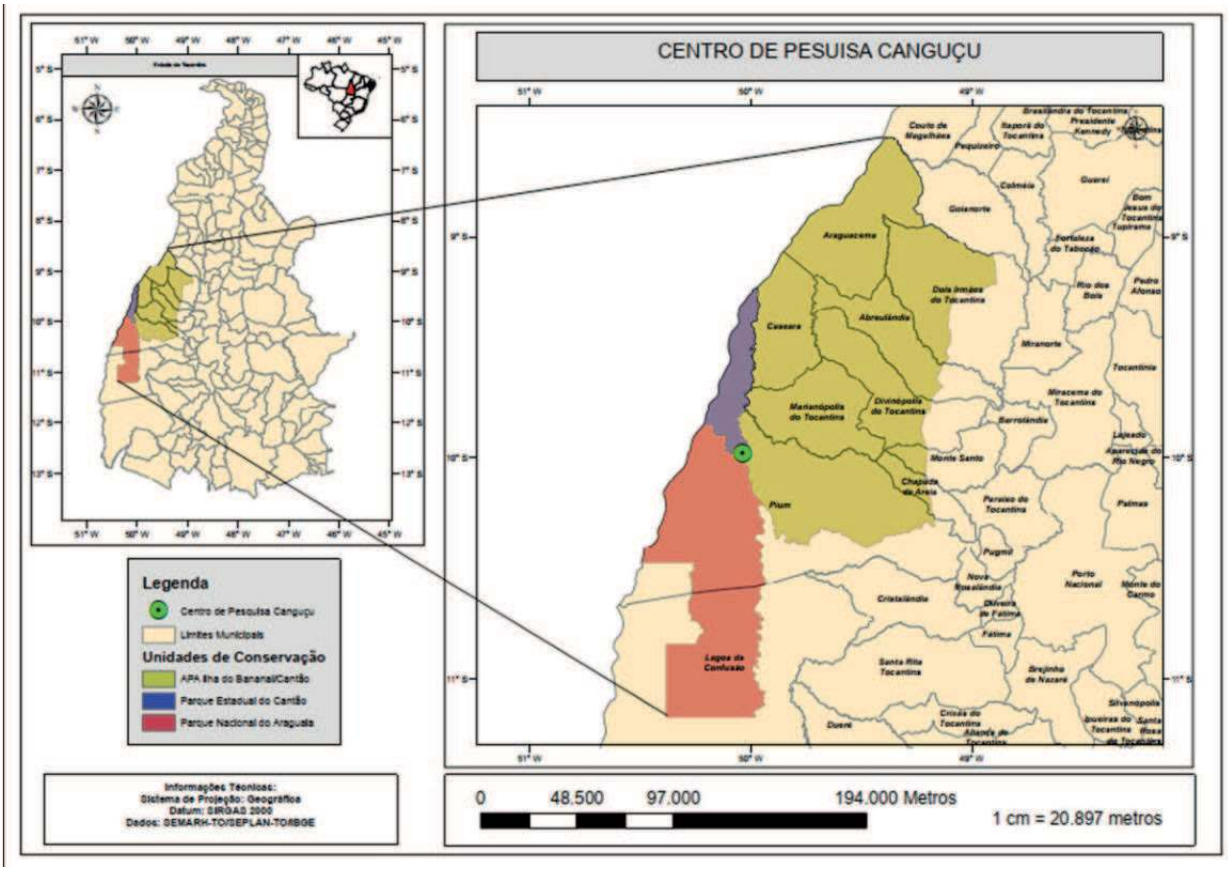
O presente artigo tem como principal objetivo estudar a região da Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu, analisando sua regulamentação, configuração territorial e investigando possíveis conflitos fundiários e/ou ambientais no local. Para tanto, utilizou-se o método dedutivo, por meio de pesquisa bibliográfico-documental. Foram feitas buscas em bancos de dados, a saber: Google Acadêmico (https://scholar.google.com.br/), além de artigos, teses, livros (PDF) e dissertações. Posteriormente realizou-se pesquisa documental (decretos e leis) e de dados se-

cundários em órgãos governamentais (IBGE e Incra) e trabalhos científicos, além de entrevistas com pesquisadores e gestores do Centro de Pesquisa Canguçu.

A área de estudo

O Centro de Pesquisas Canguçu (CPC) está localizado no município de Pium (9°58'45"S 50°2'12"O), sudoeste do estado do Tocantins, a 246 km de Palmas, às margens do Rio Javaés (Rio Araguaia), na Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo (Figura 1). A área está situada na região de maior biodiversidade do estado do Tocantins, formada pela confluência de dois grandes biomas, Cerrado e Amazônia (região ecotonal), apresentando peculiaridades de cerrado, planície e floresta amazônica, sendo, portanto, uma região de elevado interesse científico, tecnológico, econômico e social, proporcionando aos visitantes oportunidade para conhecer a fauna, flora, história e geografia regional, com destaque para a Ilha do Bananal (FONTES, 2021; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2012, 2019).

Figura 1. Mapa da localização do Centro de Pesquisa Canguçu.



Fonte: Macêdo (2021).

O local é ideal para a prática da pesca esportiva e trilhas, sendo possível a observação de aves e, mais raramente, de onças pintadas, ariranhas, cervos-do-pantanal e outras espécies. Inaugurado em 5 de agosto de 1999, pertence ao Instituto Ecológica (IE), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem como missão atuar na diminuição dos efeitos das mudanças climáticas por meio de pesquisa científica, conservação do meio ambiente

e apoio ao desenvolvimento sustentável de comunidades (FONTES, 2021; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2012, 2019).

Anexado à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Canguçu, o CPC Canguçu faz parte de um complexo de unidades de conservação que incluem o Parque Estadual do Cantão, o Parque Nacional do Araguaia e a área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal/Cantão, formando o corredor ecológico Araguaia-Bananal, um dos sistemas naturais mais ricos em biodiversidade do País (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2019).

Economicamente, o entorno da ilha é um dos maiores polos de agricultura irrigada da região Norte, com destaque para a produção de arroz, soja, melancia e pecuária extensiva, bem como para a agricultura familiar, que congrega grande número de assentamentos rurais estaduais e federais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2019).

O somatório do PIB dos cinco municípios incidentes na região representa 3,94% do PIB do Tocantins. Todavia, observam-se algumas particularidades, pois apesar de a economia dos municípios responder por quase 4% da riqueza do Tocantins, a agropecuária representa 13,33% do setor no estado, ao passo que a região responde por 2,09% da indústria e 2,59% do setor de serviços (BARBOSA, 2019).

Atualmente, o CPC está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ/UFT), administrado por um comitê gestor sob a presidência do Professor Doutor Renato Torres Pinheiro (Portaria nº 925 de 5 de junho de 2018). A gestão científica e administrativa está a cargo da UFT, juntamente com o Instituto Ecológica, por regime de comodato, desde 2004. O principal objetivo do CPC é servir de unidade estratégica de apoio ao ensino, à pesquisa e extensão da Universidade Federal do Tocantins, em contato direto com a natureza, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico regional, como local para realização de atividades de campo, complementares às de sala de aula e laboratórios (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2012, 2019).

O centro atua também como base de atividades de turismo científico e de ecoturismo, viabilizando projetos que garantam recursos financeiros necessários para sua sustentabilidade no médio prazo. Essas atividades subsidiam indiretamente ações que visam à preservação da diversidade biológica, à redução da degradação dos solos, à valorização dos recursos florestais, à própria pesquisa científica e implantação de novas experiências piloto (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2012).

A região onde está localizado o centro se destaca também por seu aspecto sociocultural, por reunir cerca de seis terras indígenas (Krahô-Kanela, Inawebohona, Javaé/Ava-Canoeiro, Taego-Ãwa, Utaria Wyhyna e Iródu-Irána), além de assentamentos rurais oriundos do programa de reforma agrária, ocorridos nas décadas de 1990 e 2000, e é caracterizada principalmente pelo avanço do agronegócio, sobretudo por meio da agricultura e da pecuária, e do turismo ecológico (BARBOSA, 2019; UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2019).

A ocupação territorial da região

O início da ocupação da região em que se encontra a RPPN Canguçu, pelo homem branco, se deu por volta do século XVIII, com a chegada dos portugueses à procura de jazidas de ouro, os quais se instalaram às margens do Rio Formoso, afluente do Rio Javaés. Antes disso, a região era habitada pelos Índios Javaés. Posteriormente, por volta de 1979, foi implantado na região o projeto de agricultura irrigada em terras contínuas, conhecido como Projeto Rio Formoso, o maior da América Latina (BRASIL, 2000b). Em seguida aconteceram dois importantes movimentos de ocupação territorial apontados como principais geradores das transformações ocorridas na região: a construção da Rodovia Belém-Brasília e a criação do estado do Tocantins, na década de 1980, provocando intenso fluxo migratório e a criação dos municípios de Sandolândia e Lagoa da Confusão, além do fortalecimento dos já existentes, Araguaçu, Formoso do Araguaia e Pium, transformando significativamente a ocupação territorial da região (TOCANTINS, 2007).

Nas décadas seguintes (1990–2000), a região recebeu vários assentamentos rurais oriundos do programa de reforma agrária, conforme Quadro 1. Em 2010, a população dos cinco municípios circunvizinhos ao CPC totalizava um contingente de 47.527 pessoas, com estimativa populacional superior a 50 mil em 2016, considerando áreas rurais e urbanas, conforme IBGE (2010, 2016). A intensificação do processo de ocupação da região foi motivada pela exploração dos recursos naturais e impulsionada pela atividade agropecuária e por outras formas de uso desses recursos naturais.

Quadro 1. Assentamentos rurais oriundos do programa de reforma agrária (1990–2000).

Município	Período	Capacidade de famílias assentadas	Área dos assentamentos (ha)
Araguaçu	2005–2008	163	10.312,82
Formoso do Araguaia	1996–2005	953	79.607,74
Lagoa da Confusão	1995	296	39.726,03
Pium	1998–2006	405	23.045,19
Sandolândia	1987–2004	295	20.218,08

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Incra (2017).

Atividades econômicas da região

O setor agropecuário constitui a base da economia dos cinco municípios que formam a região de estudo, por ser a localização geográfica favorável à produção agrícola irrigada e à pecuária, considerando o grande volume hídrico disponível na bacia hidrográfica local. Os municípios também são favorecidos pelas planícies, depressões e pela presença de suaves relevos, o que se torna propício à criação de rebanhos. O estado do Tocantins é responsável por 3,87% do rebanho bovino nacional, sendo que, desse total, os municípios estudados participam com 11,77% (BARBOSA, 2019; TOCANTINS, 2007).

Dentre as atividades econômicas da região, a que mais se destaca é a agricultura, principalmente no cultivo de grãos (soja e milho), nas áreas de várzea ao longo da bacia, correspondente às grandes fazendas, e nos projetos de irrigação instalados nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão. No período de 2010 a 2017, o estado do Tocantins respondeu

por 1,43% de toda a área plantada com lavouras temporárias no Brasil (536.811.428 ha), o que corresponde a 7.675.920 ha. No mesmo período, os municípios em estudo corresponderam a 1.158.699 ha, cerca de 15,09% na extensão total de área plantada com lavouras temporárias no estado (BARBOSA, 2019).

A mineração, por sua vez, é uma atividade quase secular na região, já que os primeiros habitantes chegaram em meados do século XIX, atraídos pelos recursos minerais; conforme mencionado anteriormente, esses recursos continuam sendo explorados na região, embora de forma controlada. Constam 102 processos de exploração solicitados na região, e 38 destes encontram-se autorizados para a realização de pesquisa, considerada a fase inicial da exploração mineral e o restante dos processos, ou seja, 64 encontram-se na fase de licenciamento ambiental e/ou análise de requerimento. A grande maioria desses processos foi protocolada no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), entre 2015 e 2018. Estima-se que, caso todos esses processos que estão tramitando venham a ser autorizados, cerca de 350 mil hectares da Bacia do Rio Javaés seria atingida por essa atividade que, do ponto de vista ambiental, causa profundas transformações no meio ambiente e na sociedade local (BARBOSA, 2019).

Conflitos ambientais

Inserido no contexto da área da Bacia Hidrográfica do Rio Javaés, torna-se de grande relevância a realização de estudos que visem analisar as condições ambientais atuais da região do Centro de Pesquisas Canguçu, por possuir elementos naturais de vocação turística e atividades econômicas em expansão distribuídas nos diferentes municípios do seu entorno, e ainda estar circundado de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas). Essas diversas formas de ordenamento territorial possuem interesses diferentes, atuando ao mesmo tempo sobre populações: as que preservam e as que se apropriam dos recursos a partir de várias formas de uso, com destaque para o agronegócio, as quais podem influenciar negativamente no geossistema, estabelecendo territórios e modificando a paisagem. Por outro lado, as áreas protegidas garantem a permanência do estado natural, o que resulta em proximidade com a natureza.

A paisagem da Ilha do Bananal apresenta relevo plano, de sedimentos do quaternário, com diversidade biológica rica e exuberante, mas que vem sofrendo processos intensivos de redução do número de espécies animal e vegetal, devido à degradação ambiental. A região é cortada por importantes rios, como o Araguaia e Javaés, entre outros menores (Randitoró, Riozinho e Mercês), apresentando abundância de tartarugas, jacarés e peixes, que muitas vezes são a única fonte de proteína de grande parcela da população da região, principalmente os indígenas. A flora nativa dessa região possui inestimável valor para os indígenas pelo uso de muitas espécies como alimento e medicamentos naturais, como componentes de perfumes, cosméticos, corantes, condimentos de pratos típicos da culinária local, inseticidas, etc. (BRASIL, 2000b).

Segundo estudo feito por Barbosa (2019), foram identificados vários conflitos de uso dos recursos naturais, sendo que os principais apontados pelo autor foram nas relações entre os grandes e pequenos produtores, bem como o poder público nas compreensões, envolvendo a legislação e a conservação desses recursos. Dentre os impactos ambientais existentes inerentes a essas atividades na região, destacam-se: a sistematização de áreas com aberturas de canais para irrigação; uso não controlado dos recursos hídricos, apesar da existência de pontos outorgados pelo

órgão competente; supressão da vegetação para abertura de acessos e implantação de novas áreas para o cultivo; processos erosivos e de assoreamento de canais fluviais; diminuição da vegetação e compactação do solo; destruição de habitats com possível extinção de espécies; eliminação da fauna local; contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos pelo uso de defensivos agrícolas (agrotóxicos), dentre outros.

Conflitos fundiários

No CPC não foram identificados conflitos fundiários, no entanto, na região da Ilha do Bananal, foram identificados alguns, que serão descritos a seguir. Preocupado em preservar a preciosa fauna e flora, o governo federal transformou toda a Ilha do Bananal em Parque Nacional do Araguaia pelo Decreto nº 47.570, de 31 de dezembro de 1959. No entanto, devido à presença de indígenas, um conflito de interesses foi gerado, pois ficaram sobrepostas duas atividades absolutamente incompatíveis. Nos parques nacionais são rigorosamente proibidas as atividades de caça, pesca, corte de árvores e arbustos, assim como as roçadas, queimadas e o exercício de pecuária. Enquanto que nas áreas habitadas pelos índios, conforme preceito da Constituição Federal, há o direito de utilização dos recursos naturais, de modo a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento das populações indígenas ali presentes (BARBOSA, 2019). Foi feito então um acordo entre os órgãos governamentais e a Funai, e a área do parque nacional sofreu redução, passando a ocupar o terço norte da ilha e ensejando a criação, ao sul, do Parque Indígena do Araguaia (BRASIL, 1971).

O Ministério Público do estado do Tocantins auxiliou na retirada do gado e das famílias de posseiros, tanto do Parque Nacional do Araguaia quanto da Área Indígena do Araguaia; orientou também as ações de proteção e fiscalização, por amparo legal. O suporte legal foi oferecido pelo Incra, que avaliou e indicou áreas para assentar os posseiros da Ilha do Bananal, trabalhando em conjunto com a Funai e o Ibama, também fez a seleção das famílias vindas da ilha, estabelecendo critérios para serem assentadas nas áreas previamente destinadas (BRASIL, 2000b).

Consideraçõe Finais

A Lei do SNUC representou grandes avanços à criação e gestão das UCs nas esferas do governo federal, estadual e municipal, visto que permite uma visão de conjunto das áreas naturais a serem preservadas, além de estabelecer mecanismos que regulamentam a participação da sociedade na gestão das UCs. As RPPNs têm sido consideradas grande alternativa para a ampliação do SNUC, principalmente por ser uma categoria de unidade de conservação que integra a sociedade civil com o poder público, na busca pela conservação dos ecossistemas.

De acordo com Pinheiro (2019)[3], atual gestor do CPC, apesar de a UFT estar administrando o Centro de Pesquisa e RPPN há mais de 10 anos, nunca houve nenhum plano de manejo voltado para a reserva, porém nesse período incentivou-se a realização de diferentes tipos de pesquisa na área, que é muito pequena, apenas 60,10 ha. A RPPN pertence, de fato, ao Instituto Ecológica,

[3] Informação enviada por e-mail por Renato Torres Pinheiro à professora Vanessa Lima Araújo Luz, da Secretaria de Educação do Estado do Pará, em 15/6/2019.

que afirma a elaboração do plano de manejo, embora, apesar das solicitações, este nunca tenha sido repassado à UFT.

A atual gestão está buscando fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão, prevendo em seu plano de gestão próprio a instalação de trilhas autoguiadas, de um meliponário de abelhas nativas sem ferrão, de um pequeno centro de recepção e atendimento ao visitante, instalação de uma torre de 40 m, oriunda do Projeto LBA. Também preveem investimentos na divulgação interna e externa do centro, que hoje conta com uma mini-home na página da UFT (www.uft.edu.br/cangucu), fôlder, vídeo institucional, placas de sinalização, e-books e realiza reuniões em todos os campus da UFT e com parceiros externos (Sebrae, estado, Senac).

Atualmente, conforme Pinheiro (2019)[4], o Centro de Pesquisa e RPPN conta com um conselho gestor, o que democratiza e fortalece a tomada de decisões. Fazem parte do grupo de RPPNs do estado e estão sempre buscando melhorias para essa categoria, a mais recente foi a solicitação do presidente regional para incluir as RPPNs no grupo de UCs de Proteção Integral do SEUC. Além disso, estão trabalhando junto aos órgãos ambientais (Naturatins, Semarh, Ibama e ICMBio) com intuito de fortalecer as pesquisas, a fiscalização e a educação ambiental na região. Recentemente foi lançado um edital para seleção de estagiários para auxiliar nessa demanda.

No que diz respeito ao entorno do CPC, o gestor atual busca uma aproximação com os proprietários de terra e assentados rurais, empregando um morador do Assentamento Macaúba. Além disso, há um cadastro a partir do qual são selecionados moradores para cobrir as férias dos permanentes. Ademais, ele firmou parceria com o Senac para a realização de cursos de formação em culinária para os funcionários, com foco nas mulheres do assentamento supracitado. (PINHEIRO, 2019)[5].

No entanto, os maiores desafios estão relacionados aos limitados recursos e pessoal disponível, o que tem dificultado a promoção de mais ações. Além do exposto, a Reitoria está empenhada em promover melhorias, como energia elétrica, água potável e internet, no centro de pesquisa, o que, sem dúvida, fortalecerá as ações previstas (PINHEIRO, 2019)[6].

Referências

BARBOSA, E. D. **Análise da paisagem da Bacia Hidrográfica do Rio Javaés a partir do Método GTP – Geossistema, Território e paisagem**. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, TO, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Sistema Nacional de Unidade de Conservação. **Diário Oficial da União**, jul. 2000a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 3 jun. 2019.

[4] Informação enviada por e-mail por Renato Torres Pinheiro à professora Vanessa Lima Araújo Luz, da Secretaria de Educação do Estado do Pará, em 15/6/2019.

[5] Informação enviada por e-mail por Renato Torres Pinheiro à professora Vanessa Lima Araújo Luz, da Secretaria de Educação do Estado do Pará, em 15/6/2019.

[6] Informação enviada por e-mail por Renato Torres Pinheiro à professora Vanessa Lima Araújo Luz, da Secretaria de Educação do Estado do Pará, em 15/6/2019.

BRASIL. Portaria Nº 19, de 05 de Março de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 mar. 2004. Número 45. Seção 1, p. 61. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0019-050304.PDF. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial da União**, abr. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5746.htm. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 69.263, de 22 de setembro de 1971. Cria o Parque Indígena do Araguaia entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, estabelecendo os seus limites. **Diário Oficial da União**, set. 1971. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69263-22-setembro-1971-411206-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 4 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.922, de 05 de junho de 1996. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, jun. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1922.htm#art18. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia Tocantins**. Brasília, DF: IBAMA, 2000b. 429 p.

FONTES, S. Governo do Tocantins e UFT analisam abertura do Centro de Pesquisa Canguçu ao ecoturismo. *In*: TOCANTINS. Secretaria de Cultura e Turismo. **Notícias**. Projetos. Palmas, 2021. Disponível em: https://www.to.gov.br/sectur/noticias/governo-do-tocantins-e-uft-analisam-abertura-do-centro-de-pesquisa-cangucu-ao-ecoturismo/4fhij9veqo69. Acesso em: 15 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 Tocantins**. [Rio de Janeiro: IBGE, 2010]. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=17. Acesso em: 25 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016.** [Rio de Janeiro: IBGE, 2016]. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_TCU_2016_20170614.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**. [Brasília, DF]: Incra, 2017. Disponível em: www.incra.gov.br/assentamento. Acesso em: 15 maio 2019.

MACÊDO, D. A. **Mapa de localização do Centro de Pesquisa Canguçu**. Palmas, 2021. 1 mapa 21 x 29,7. Escala: 1:20.897 m.

PINHEIRO, R. T. [**Informações sobre a RPPN Canguçu**]. Destinatário: Vanessa Lima Araújo Luz. Palmas, 2019. 1 E-mail.

TOCANTINS. Governo do Estado. Lei n° 1.560, de 5 de Abril de 2005. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza - SEUC, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, abr. 2005. Disponível em: https://central3.to.gov.br/arquivo/225866/. Acesso em: 20 set. 2019.

TOCANTINS. Decreto nº 4.750, de 28 de fevereiro de 2013. Dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, e adota outras providências. D**iário Oficial do Estado do Tocantins**, jun. 2013. Disponível em: https://central.to.gov.br/download/224249. Acesso em: 24 jan. 2023.

TOCANTINS. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Bacia hidrográfica do rio Formoso** – PBH rio Formoso, Estado do Tocantins. Palmas, TO, 2007. p. 1-70. (Relatório Síntese).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Canguçu**. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/cangucu. Acesso em: 3 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de atividades e investimentos no Centro de Pesqusia Ganguçu (CPC)/UFT no biênio 2009-2011**. Palmas, 2012. Disponível em: https://ww2.uft.edu.br/download/?d=5768a847-0987-4b76-8831-13c0ba954540:relatorio_cpc_bienio_2009_2011_5083.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

Nota de Pesquisa

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aceito: 2/2/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

MIRANDA, R. da S. Mulheres e ditadura: a trajetória de Izabel Tavares da Cunha e sua contribuição para a democracia e os direitos humanos no Pará. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 125-131, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p125-131.

MULHERES E DITADURA

A TRAJETÓRIA DE IZABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ

Rosinda da Silva Miranda[1]

Resumo: A presente pesquisa visa investigar a trajetória de vida de Izabel Marques Tavares da Cunha, importante ativista na luta por democracia, direitos humanos e feminismo na Amazônia. Seu período de atuação se desenvolveu principalmente nas décadas de 1960, 1970/1980 até meados de 1990. A problemática gira em torno do silenciamento e reconhecimento das ações das mulheres em agendas de lutas políticas. Portanto, tem-se como objetivo principal biografar a vida de "Iza Cunha", buscando o passado do sujeito na História para entender o presente e elucidar novas questões para o futuro. Pois, mais do que contar a sua história, é olhar de outro ângulo a história da Amazônia paraense, do Brasil e quiçá do mundo, todavia com as fontes voltadas para reforçar o feminino na história e suas peculiaridades no espaço público entrelaçado com o privado.

Palavras-chave: direitos humanos, gênero, ditadura civil-militar, democracia, trajetória.

[1] Socióloga, mestra em Ciências da Religião, professora da Faculdade Teológica Batista Equatorial (Fatebe), Belém, PA. E-mail: mirandarosinda80@gmail.com

WOMEN AND DICTATORSHIP: THE TRAJECTORY OF IZABEL TAVARES DA CUNHA AND HER CONTRIBUTION TO DEMOCRACY AND HUMAN RIGHTS IN PARÁ

Abstract: This research aims to investigate the life trajectory of Izabel Marques Tavares da Cunha. An important activist in the struggle for democracy, human rights and feminism in the Amazon. Its period of operation developed mainly in the 1960s, 1970/1980s until the mid-1990s. The problem revolves around the silencing and recognition of women's actions in political struggle agendas. Therefore, the main objective is to biograph the life of "Iza Cunha" seeking the subject's past in history to understand the present and elucidate new questions for the future. For, more than telling its history is to look from another angle the history of the Amazon of Pará, Brazil and perhaps the world, however with the sources aimed at reinforcing the feminine in history and its peculiarities in the public space intertwined with the private.

Keywords: human rights, gender, civil-military dictatorship, democracy, trajectory.

Introdução

A presente pesquisa visa narrar a trajetória de vida de Izabel Marques Tavares da Cunha – Iza Cunha – que desenvolveu seu ativismo político no período da Ditadura Militar, governo este que vigorou de 1964 a 1985[2], sua militância política também se estendeu para início da redemocratização, com forte atuação nos partidos políticos e movimentos sociais. O contexto histórico da política brasileira da década de 1960 apresentou um cenário conturbado, deixando de ser democrático, após o golpe militar de 1964.

O principal objetivo do trabalho é apresentar as mulheres como agentes de transformações sociais, para tanto escolheu-se como estudo de caso a trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha, ou Iza Cunha, visto que ela teve importante atuação na organização dos movimentos contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Foi presa e torturada pelos militares, mas não desistiu de seus objetivos, que era transformar o sistema político brasileiro novamente em democrático e tornar a sociedade, de acordo com os seus ideais marxistas, mais justa e igualitária. Iza teve importância fundamental na criação de movimentos populares que ajudaram a dar origem a instituições, entre outras, como: a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH) e o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC).

A temática se tornou importante, uma vez que o golpe de 1964 sofre resistência por parte de grupos políticos de oposição, e naturalmente os militares começam a querer expurgar de qualquer forma os seus adversários e passa a perseguir essas pessoas, pois era produto da ditadura a Segurança Nacional, inspirada nos Estados Unidos, cuja ideia era a "manutenção da ordem social e controle e vigilância permanente a grupos considerados subversivos, e o apoio das elites e da imprensa foi fundamental para o autoritarismo."[3] (AMORIM; SILVA, 2016, p. 4). Entre os

[2] A pesquisa tem sua motivação pautada na história de vida de algumas mulheres que utilizaram suas vidas em defesa de outras pessoas e que, de alguma forma, sofreram em decorrência disso, viveram privações, perderam a vida ou a puseram em risco, e a partir dos relatos apresentados na Comissão Nacional da Verdade (CNV) e também das entrevistas apresentadas no projeto, A UFPA e anos de chumbo: Memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964–1985). Coordenado pela historiadora Edilza Joana Fontes.

[3] Ver em: AMORIM, C. R. T. C.; SILVA, L. P. R. da. Ditadura Militar (1964–1985): o Movimento Estudantil e a comunicação alternativa na Amazônia paraense. **Revista Observatório,** Palmas, v. 2, n. 5, p. 177-199, 2016. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p177. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2954. Acesso em: 25 jan. 2023.

opositores da ditadura estavam: trabalhadores do campo e da cidade, moradores da periferia, sindicatos, políticos de esquerda, os quais foram perseguidos, torturados, mortos ou exilados.

Esses que foram perseguidos lutavam nos processos de democratização do Estado e da sociedade e tinham um pensamento em torno dos direitos humanos, defendendo amplamente a dignidade humana por meio da justiça social, com profuso debate entre igualdade e diferença. Portanto, esse período ficou marcado pelas lutas em favor dos direitos sociais, políticos e humanos.

Iza Cunha, juntamente com Humberto Cunha, Hecilda Veiga e Paulo Fonteles, entre outros, procurou desenvolver um trabalho relacionado a luta pelo direito à terra, por igualdade, liberdade política e de denúncia dos crimes cometidos pelos militares por meio de torturas e massacres contra estudantes, políticos, profissionais, militantes e a população em geral. Entre os principais benefícios gerados por esse grupo, destaca-se a formação da Sociedade de Direitos Humanos, a luta pela posse de terra e a organização de movimentos sociais e partidos políticos, como o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O cenário que se apresenta nesse período era o de profundas transformações sociais ocorridas no Brasil. Os militares lançavam políticas com o objetivo de integrar a região amazônica ao restante do País, e com isso surgiram os grandes projetos de integração, como os agropecuários e de mineração, estimulando um fluxo migratório da população brasileira, o que ocasionou grandes conflitos agrários e mortes na luta pela posse da terra. Por esse motivo, nesse período, vários movimentos surgiram e se organizaram em busca de direitos humanos.

Para Silva (2005), esses acontecimentos fizeram com que a Igreja Católica e alguns protestantes se reunissem formando o Movimento Ecumênico de Luta pela Questão do Campo e principalmente pela libertação dos presos do Araguaia, o que deu origem ao Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA). E nessa busca por justiça mediante ação libertadora e ecumênica, na sua opção clara pelos deserdados da terra e espoliados pelo sistema, apareceu o protagonismo de duas mulheres que se tornou decisivo para a história dos movimentos populares no que diz respeito aos direitos humanos no Pará, são elas: Hecilda Veiga e Izabel Cunha. Esse processo levou ao que seria o movimento embrionário do que viria a ser a SPDDH.

Conforme Silva (2005), essa mobilização possibilitou a formação de um comitê informal de defesa dos direitos humanos para, em 1977, ser fundada a SPDDH. Essa fundação reuniu instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além da presença da ala progressista da Igreja Católica no Pará. O advogado Paulo Fonteles (assassinado em 1987) foi o primeiro presidente, este vislumbrava uma entidade com forte presença nas lutas ideológicas. A SPDDH teve e tem grande importância nas lutas sociais na Amazônia, por sua resistência e solidariedade ecumênica.

A base teórica da pesquisa

Para discutir teoricamente a pesquisa no caso das mulheres que sofreram com o silenciamento em relação aos seus protagonismos, a história do tempo presente ajuda a problematizar, a discutir e ampliar a questão da visibilidade das ações das mulheres como agentes históricos de

transformação social, e passa a discutir também o reconhecimento da participação política delas fora do ambiente doméstico, mostrando capacidade de assumir papéis em todos os âmbitos da sociedade, e com isso desenvolver seu protagonismo nas lutas políticas, tanto no campo do privado quanto do público, ou seja, tanto no que diz respeito às questões de ordem mais doméstica e as de cunho mais voltado para uma política mais geral.

Portanto, para estudar a sociedade brasileira paraense e as mulheres como sujeito e agente histórico transformador da sociedade, envolvidas com as causas populares, buscou-se problematizar o silêncio na história com relação à participação das mulheres nos espaços públicos, utilizando como base teórica Perrot (2012), em que ela explica que o silenciamento em relação à invisibilidade feminina diante da história se deve a três fatores: em primeiro lugar, as mulheres atuaram em família, confinadas em casa ou no que serve essa casa, passando pela invisibilidade, e em muitas sociedades essa falta de visibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. As mulheres causam medo, desordem, indecência, sedução e transgressão. O corpo delas amedronta, por isso é preferível que ele esteja coberto; elas não possuem sobrenome, têm apenas nomes; e estão primeiro ao lado ou para fora com as crianças. Ou seja, a imagem das mulheres se torna pejorativa à sociedade.

Em segundo lugar, o silêncio pode estar relacionado às fontes, pois as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, porque tiveram acesso à escrita tardiamente, elas mesmas não têm interesse por seus vestígios, pois afinal são apenas mulheres, e o seu pudor se estende à memória.

O terceiro e maior silêncio da história das mulheres é o do relato, outrora fora idealizado, haja vista que os homens escreviam essas histórias. O conto de fadas estrutura um modelo de mulher, portanto essas histórias precisam ser registradas como memórias pelas próprias mulheres com menos idealização e mais precisão, em que os cotidianos do público e do privado se entrelaçam e isso se dá a partir da participação das mulheres na área científica e profissional.

> O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – Concorreram para a emergência do objeto 'mulher', nas ciências humanas em geral e na história em particular. Faço aqui uma breve evocação. (PERROT, 2012, p. 19).

Como forma de entender mais a história das mulheres, recorre-se aos estudos de gênero como categoria histórica e relacional, conforme exposto por Rago (1998, p. 1):

> Nos anos oitenta, Michelle Perrot se perguntava se era possível uma história das mulheres, num trabalho que se tornou bastante conhecido, no qual expunha os inúmeros problemas decorrentes do privilegiamento de um outro sujeito universal: a mulher. Argumentava que muito se perdia nessa historiografia que, afinal, não dava conta de pensar dinamicamente as relações sexuais e sociais, já que as mulheres não vivem isoladas em ilhas, mas interagem continuamente com os homens, quer os consideremos na figura de maridos, pais ou irmãos, quer enquanto profissionais com os quais convivemos no cotidiano, como os colegas de trabalho, os médicos, dentistas, padeiros ou carteiros. Concluía pela necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse

> as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do sujeito. Ao mesmo tempo, levantava polêmicas questões: existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina? Em relação à primeira questão, Perrot respondia simultaneamente sim e não. Sim, porque entendia que há um modo de interrogação próprio do olhar feminino, um ponto de vista específico das mulheres ao abordar o passado, uma proposta de releitura da História no feminino. Não, em se considerando que o método, a forma de trabalhar e procurar as fontes não se diferenciavam do que ela própria havia feito antes enquanto pesquisadora do movimento operário francês.

Procurar vestígios femininos nas fontes escritas e também incitar esse olhar sobre ótica feminina deixado na história, como elas pensavam as singularidades das demandas específicas de sua época, estimula outra interpretação da história, diferente daquela já em circulação, uma nova escrita e um novo olhar sobre as fontes também fará repensar a própria interação das relações de gênero e os aspectos da naturalização biológica do ser homem e mulher. Como em outro momento fora feito quando se levantou a possibilidade de elaboração de uma proposta de releitura da história no feminino, incluindo a categoria gênero como categoria de análise, pois, para Scott (1995, p. 3),

> na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem relação entre categorias que permitem distinções ou agrupamentos separados.

O termo gênero, para a autora supracitada, pode ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter social das diferenças baseadas no sexo, então ela passa a rejeitar o determinismo biológico presente nos termos "sexo" e "diferença sexual". O gênero também em sua origem estava relacionado aos estudos femininos de forma isolada, mas, diante da necessidade de estudar os dois gêneros, eles podiam ser compreendidos de forma separada, porém se interessando tanto pela história dos homens quanto das mulheres com objetivo de entender a importância dos sexos e dos grupos de gênero no passado histórico. O gênero, na visão de Scott, também se tornou importante, pois era um termo proposto por quem defendia que a pesquisa sobre mulheres transformaria os padrões no seio de cada disciplina, e defende ainda que

> as pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. 'Aprendemos', escreviam três historiadoras feministas, que inscreve as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história. (SCOTT, 1995, p. 3).

Diante dessa questão, uma nova história das mulheres precisa ser construída, e pode ser verificada a partir da luta pela conquista e garantia dos direitos femininos, porém ela não se dá

de forma isolada, o que se torna motivo de discussão para a própria construção da história das mulheres, ou seja, o processo de reconhecimento da mulher enquanto ser humano.

Metodologia utilizada na pesquisa

Com o objetivo de elaborar um trabalho com abordagem historiográfica, a metodologia do trabalho segue no intuito de fazer levantamento de fontes, que podem ser orais ou documentais, e depois analisá-las com auxílio da teoria escolhida. No caso específico do presente trabalho, as fontes utilizadas são:

- **Fontes orais** – Familiares, amigos, militantes de partidos e dos movimentos sociais. Registram-se os aspectos cotidianos da história de vida da personagem pesquisada, de forma que essas informações possam apontar caminhos para a vida pública, ou seja, descobrir as influências e inspirações que a levaram ao ativismo político. Essa primeira foi realizada com amigos e familiares, colegas de trabalho das instituições pelas quais a personagem passou. As entrevistas são abertas, levando em consideração os fragmentos de memórias que os informantes queiram relatar, isso será realizado com pessoas que conviveram diretamente com a protagonista. As entrevistas foram previamente agendadas com os informantes da pesquisa. As fontes orais serão distribuídas da seguinte forma: **Fontes orais membros da família e companheiros e companheiras de militância** – ex-marido Humberto Cunha; irmã Vera Tavares; sobrinho Junior Tavares; os filhos, entre outros.

- **Fontes escritas** – Arquivos de documentos e imagens (arquivo pessoal, documentos pessoais de identificação, arquivos de instituições de ensino e Jornal Resistência). Serão visitadas instituições, públicas ou religiosas das quais Iza Cunha participava ou se fazia presente esporadicamente, com objetivo de rever documentos que relatem suas ações, fala, ou seja, suas participações. Utilizar-se-ão também como fontes de informação, sites, periódicos, redes sociais, e-mails e o Jornal Resistência. As fontes escritas são organizadas da seguinte forma: **Fontes Escritas/Arquivo Pessoal e Fontes Escritas/ Jornal Resistência**.

- **Jornal Resistência** – Esse jornal apresentou-se como um dos mais importantes veículos de comunicação dos movimentos contra a Ditadura Militar na década de 1970 e 1980. Nele existiam demandas que envolviam inúmeros movimentos sociais, no caso desta pesquisa, o movimento feminista e direitos humanos. Dessa forma, percebem-se, em diversas questões apontadas em matérias publicadas nesse período, demandas que envolviam a luta por direitos das mulheres, que manifestavam pautas que estavam na ordem do tempo, como saúde, educação e democracia com aspectos mais gerais, entretanto havia também anseios mais específicos como lavanderia popular, restaurantes populares, a relação com o corpo e o prazer sexual e afetivo da mulher e a exploração capitalista, que colocavam as mulheres em condições de desigualdade nas relações de gênero.

Nesse sentido, o Resistência representava um veículo de mobilização e conscientização para a luta por representatividade feminina na relação entre os espaços público e privado. Pois o dis-

curso feminista existente no Jornal Resistência representa uma reverberação do feminismo que ocorreu ao redor do mundo e que está presente até os dias atuais. O Jornal Resistência evidencia as matérias que possuem pautas feministas para analisar suas narrativas, demandas e a forma de luta das mulheres no período.

Outras fontes de análise serão imagens fotográficas, vídeos e documentais a partir da pesquisa de campo na coleta de dados orais e na consulta aos acervos existentes na Fundação Cultural do Pará em seu arquivo público, no Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e na Sociedade de Direitos Humanos (SDDH-PA) e no Seminário Presbiteriano de Garanhuns em Pernambuco, onde Iza Cunha esteve presente estudando.

Considerações

Contar a história a partir da história de vida de alguém é tentar se aproximar de uma verdade histórica de quem pensou, organizou, se dedicou, sofreu em função de algum ideal, gerando novas ações sociais, que, para Weber (1999), são ações orientadas pelo comportamento de outros, que podem ser determinadas por: modo racional referente a valores, afetividade ou afins, e muitas pessoas quando desenvolvem suas ações ganham destaque em algum ponto da vida cotidiana trazendo benefícios para a vida de outros, pois pensam no coletivo. Portanto a memória delas deve ser preservada, pois serve de motivação para outras gerações.

Nesse sentido, quanto mais pesquisas se desenvolverem no intuito de relatar a participação política das mulheres na Amazônia, seja em tempos conturbados ou não, vamos entender como agem essas mulheres, o que há de singular, peculiar que pode ser pedagógico para outras ações.

Referências

AMORIM, C. R. T. C.; SILVA, L. P. R. da. Ditadura Militar (1964-1985): o Movimento Estudantil e a comunicação alternativa na Amazônia paraense. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 177-199, 2016. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p177. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2954. Acesso em: 25 jan. 2023.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J.; GROSSI, M. (org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf. Acesso em: 2 maio 2022.

SILVA, A. C. T. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense**. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, Porto Alegre, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

Resenha

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2021
Aceito em: 21/7/2022
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

SOUZA, C. A. M. de; MIRANDA, T. N. de O. Jean Hébette: bibliografia de um utopista. Belém, PA. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 133-140, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p133-140.

JEAN HÉBETTE

BIBLIOGRAFIA DE UM UTOPISTA

Por: Cesar Martins de Sousa[1]
Tânia Nazarena de Oliveira Miranda[2]

Jean Hébette nasceu na Bélgica, em 15 de fevereiro de 1925, e faleceu em 11 de novembro de 2016. Formou-se em Teologia, pelo Institut Catholique de Paris, e em Economia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), foi professor emérito dessa universidade desde 1995. Foi também professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Criou o Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), em parceria com a UFPA, e o movimento sindical do Sudeste do Pará, além de especializar-se em Sociologia Rural e Políticas Públicas na Amazônia.

Viveu quase meio século na Amazônia, onde se dedicou à reforma agrária, constituindo-se em um dos ativistas mais combativos. Seu legado é imprescindível para aqueles que buscam a compreensão do campesinato na Amazônia, e sua prática influenciou pesquisadores diversos, sindicalistas, estudantes e camponeses.

Jean foi um colaborador singular na construção da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), além da criação do CAT; criou também o Laboratório Socioagronômico

[1] Historiador, doutor em História, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidde Fedral do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: cesar@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0003-4530-4844

[2] Antropóloga, doutora em Sociologia e Antropologia, pesquisadora do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Educação e Cidadania na Amazônia (GMSECA/UEPA-PA), Belém, PA.
E-mail: taniamiranda18@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0002-7170-5126

do Tocantins (Lasat) e teve atuação significativa no fortalecimento da Escola Familiar Agrícola (EFA), espaços relevantes para a organização política dos camponeses e a formação de um pensamento crítico engajado. Foi também um dos principais responsáveis pela criação do Curso de Ciências Sociais dessa universidade. O curso de Educação no Campo é reflexo do seu engajamento. O CAT, situado em Marabá, região Sudeste do Pará, foi fundado em 1988 por meio de parceria entre pesquisadores da UFPA, um grupo de pesquisadores estrangeiros, um grupo de sindicalistas e outras entidades. Dentre os objetivos, registra-se habilitar a consolidação da agricultura familiar, a melhoria da gestão dos recursos naturais e a consolidação dos sindicatos de trabalhadores rurais na qualidade de atores primordiais, elementares na luta por terra e por direitos (ALMEIDA, 2011).

Em concomitância ao engajamento para a construção dos espaços para a organização política, escreveu inúmeras obras (livros, ensaios, debates, seminários) em conjunto com outros grandes autores da Amazônia ou apenas sozinho; descreve a realidade do campo, a que se dedicou por muitos anos, somando a descrição, a análise, interpretação e intervenção dos fenômenos. Elencamos algumas das principais contribuições:

- A Amazônia no processo de integração nacional (1974)
- Saúde e colonização (1976)
- Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais (1977)
- Colonização para quem? (1979)
- Ciência e tecnologia para Amazônia (1983)
- A resistência dos posseiros no Grande Carajás (1986)
- O cerco está se fechando (1991)
- A relação pesquisadores-agricultores. Diálogo, parceria, aliança? Uma análise estrutural (1996)
- Situação social das áreas rurais amazônicas (1996)
- No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará (2002)
- Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia (2004)

O dossiê intitulado *Memória e ação política do campesinato na Amazônia*, em sua edição comemorativa de 10 anos, resenha três escritos de Jean Hébette: a **1ª obra**: *O cerco está se fechando: o impacto do capital na Amazônia*, com o artigo *A Luta Sindical em Resposta às Agressões dos Grandes Projetos*, publicado em 1991. A **2ª obra**: *Na trilha dos grandes projetos – modernização e conflito na Amazônia*, com o artigo O Grande Carajás: Um Novo Momento da História Moderna Paraense, publicado em 1989. A **3ª obra**: *CAT – Ano Décimo – Livro comemoração de 10 anos do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, publicado no ano de 2000. As três obras foram organizadas por Jean Hébette e autores que o acompanharam na mesma esfera de debates sobre a Amazônia.

O livro *O cerco está se fechando: o impacto do capital na Amazônia* é também escrito por vários pesquisadores. Nele faz-se uma análise dos processos dos grandes empreendimentos já avançados na Amazônia. Compõe-se pela **Apresentação**, pelo **Prefácio**, por José de Sousa Martins (A chegada do Estranho), **Parte I** – O Grande Carajás; **Parte II** – O Polo Noroeste; e **Parte III** – A Calha Norte.

Na apresentação, Jean Hébette analisa a nova capital do Brasil no decorrer dos anos 1960, referindo-se à construção de:

> [...] dois imensos braços" para abraçar a Amazônia por meio das rodovias Belém-Brasília e Brasília - Cuiabá-Porto - Velho - Rio Branco. Além de outras estradas seguindo às primeiras: a Transamazônica, a Perimetral Norte. O grande capital por meio de minas e garimpos reviraram o solo; rios foram represados para formar lagos imensos e gerar energia elétrica; fabricas poluidoras. Esse grande capital penetrou nas áreas indígenas, cortou as reservas, lavrou o subsolo, alagou aldeias; a cultura tradicional dos índios foi ferida, a sua liberdade ancestral ameaçada. O latifúndio engole roças, mas o camponês resiste a expulsão, recusa a proletarização, luta contra o cativeiro e defende sua autonomia [...]. (HÉBETTE, 1989, p. 7-8).

Nesse livro, Jean Hébette escreve o artigo A Luta Sindical em Resposta às Agressões dos Grandes Projetos, situado na Parte II, O Polo Noroeste. O artigo se divide em Introdução e em dois itens: As frentes de conflitos pela terra; A luta sindical, com dois subitens: 1) Retrospectiva do sindicalismo rural no Pará; 2) Significado e alcance da luta sindical.

Na Introdução, o autor busca compreender como e em que medida o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem contribuído para o avanço da luta camponesa em resposta aos grandes projetos. O estudo é centrado na microrregião de Marabá, localizada no centro da área do Projeto Grande Carajás, na área de influência do Bico do Papagaio, área de incorporação integral e irrestrita ao mercado nacional de terra, mão de obra, capitais, bens e serviços. Nesse espaço social e mercadológico de muitos movimentos de migração, como: "ocupação do vazio demográfico", "valorização da Amazônia", "expansão do capitalismo", "colonialismo interno, "fronteira agrícola", criaram-se novos assentamentos humanos, gerados a partir do remanejamento social chamado e reconhecido como "urbanização da fronteira". Esses "assentamentos humanos" foram constituídos do primeiro movimento de migração para a região, ou seja, o de abertura da Rodovia Belém-Brasília; causando um fluxo intenso de trabalhadores, em sua maioria lavradores expulsos de vários estados do País. Acompanhando esse movimento, deu-se, na região, a grande especulação fundiária.

No item: As frentes de conflitos pela terra, Jean Hébette relembra as lutas camponesas na região de Marabá. Divide em três áreas de conflito: **1ª área**, constituída pelo espaço entre a Rodovia Belém-Brasília e o Rio Tocantins, ao Norte de Imperatriz e Marabá, cortada por duas estradas abertas pelo estado do Pará, a PA-70 (hoje BR-222), no sentido Leste-Oeste, e a PA-150, no sentido Norte-Sul. Até 1960, a área estava sob o poder de alguns povos indígenas, mas, a partir dessa época, foi ocupada progressivamente por grandes proprietários e grileiros. Os confrontos se deram abertamente entre os indígenas, os grileiros e o Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (Getat), que se posicionava a favor dos proprietários. Vários líderes camponeses, in-

dígenas e até crianças foram assassinados e feridos no período de 1976 até meados de 1984; **2ª área**, constituída pelo chamado "Polígono dos Castanhais" – os castanhais, matas naturais, foram aforados ou arrendados a comerciantes pelo Estado, entre 1920 e 1960. Aos beneficiários foi dado o direito de propriedade, criando uma oligarquia local. Ocorreram muitos conflitos entres clãs familiares e o Estado, só que de maneira mais organizada; **3ª área**, atingida pela Hidrelétrica de Tucuruí – que alagou 240 mil hectares de mata virgem e de terra cultivada, inclusive lotes de colonização da Transamazônica. Foi um período de muitas ameaças aos diversos grupos indígenas e a mais de 400 camponeses e colonos. A princípio, os danos não estavam claros, e os moradores não atentaram para as lutas iniciadas em 1976, pois somente em 1985 é que sentiram os impactos causados pelo grande lago expulsando os moradores da área.

Por sua vez, o texto A luta Sindical em Resposta às Agressões dos Grandes Projetos (HÉBETTE, 1991, p. 199-214), é subdividido pelo autor em:

1) Retrospectiva do sindicalismo rural do Pará. Sob essa perspectiva, Jean Hébette escreve que o sindicalismo rural, até os anos 1970, concentrou-se no Nordeste do estado (microrregiões do Salgado e Bragantina), onde não alcançou grande dinamismo, bem diferente do Maranhão. Em nível nacional foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organização que reunia médios fazendeiros, pequenos proprietários e alguns pequenos trabalhadores sem-terra que se preocupavam em promover grandes manifestações. A partir dos anos 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Igreja Católica, em especial no Nordeste do Brasil, reunia padres, freiras e leigos orientados pela hierarquia da Igreja Católica, e estavam em acordo com o Estado, ou seja, com o viés anticomunista; com o passar do tempo criou-se uma vertente marxista revolucionária adquirida na participação nas Ligas Camponesas.

   A separação das vertentes políticas aconteceu em decorrência do golpe militar. A partir dos anos 1970, o sindicalismo viveu no bojo dos fluxos migratórios sob a orientação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), sem resultado de avanços para a organização no meio rural. Nesse período, nas regiões de Santarém, Baixo Tocantins, Sul do Pará, onde se travaram as lutas, estas, sem o viés dos sindicatos, estavam vinculadas e apoiadas na Igreja Católica, nos partidos de esquerda (na época clandestinos) e na Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). A luta era dos próprios trabalhadores, no entanto havia orientações por parte da Igreja Católica, à época influenciada pelos propósitos das Assembleias de Medellin e Puebla, que deram ênfase à teologia libertadora e pastoral popular, com destaque para a região de Santarém e Sul do Pará, tais vertentes progressistas contribuíram para fortalecer a expansão do movimento em sua organização e resistência.

   Na ausência de um sindicato combativo em defesa dos camponeses, os próprios camponeses comprometidos com a luta criaram diversas associações de defesa dos trabalhadores, as lideranças associadas geralmente estavam vinculadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao longo do tempo foram assumindo a liderança das associações e influenciavam na escolha de suas representações. Em determinado tempo surgiu a necessidade de criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com perspectivas "novas" de

multiplicar delegacias sindicais; elo de proximidade com as populações rurais e comunicação com as bases, para então ter alcance, de fato, da luta sindical.

2) Significados e alcance da luta sindical. Jean Hébette assinala que os conflitos surgiram em torno da terra: de sua conquista, de sua posse, da fixação e permanência nela, contra a pressão do latifúndio ou em resistência às estatais da época. O movimento camponês encontrou no sindicato o apoio que lhe era indispensável. Este atendeu em boa parte dos municípios, denunciou as ocupações aventureiras; deu uma dimensão municipal e regional das lutas mais localizadas; difundiu nas delegacias e nos povoados a experiência de ocupações, os esquemas de defesa; distribuiu suas instruções para a entrega de armas à polícia. O sindicato promoveu a elaboração de normas que garantissem a preservação das conquistas, com a perda de direitos de quem vendesse a terra; ofereceu ao quadro de direção a responsabilidade das delegacias; fortaleceu a autoridade de lideranças; intermediou a liberação de presos, também facilitou o contato com as famílias; acompanhava a convocação da polícia ou as audiências na justiça; organizava acampamentos.

   O estudo sobre os sindicatos apoiou-se na convivência com os camponeses da região estudada, nas pesquisas anteriores, nas sessões de estudo e discussões que manteve com lideranças populares do campo, assim como o material construído é parte do exame de documentos da CPT.

   O sindicalismo foi importante para o aprendizado prático de como se unir, se organizar, participar, negociar e lutar, também para a elaboração de sua identidade social, da consciência de seus interesses, direitos e reivindicações.

Em *Grandes projetos na Amazônia* (1989), composto por vários artigos trazendo estudos e pesquisas dos processos culturais, políticos econômicos contidos à época nos grandes projetos planejados para a Amazônia, Jean Hébette, no artigo O grande Carajás: Um Novo Momento da História Moderna da Amazônia Paraense, assinala a abertura oficial ao capital, nacional e estrangeiro, sobre o qual teve efeitos imediatos. Interessava ao mundo esse espaço relativamente protegido e preservado do planeta. A Amazônia era noticiada na grande imprensa nacional como a Terra Prometida do capital em expansão e consequentemente da exploração dos recursos disponíveis na região; a busca por terra, madeira, minério, recursos hídricos foram estimulados pelo Estado, por meio de incentivos fiscais da implantação de obras de infraestrutura. Veio o capital de dentro e de fora pesquisar, explorar; também chegaram os trabalhadores expulsos de todos os cantos do País, no entanto houve a predominância do mercado privado nos investimentos. O artigo é dividido em três momentos:

Primeiro momento – Caracterizou-se por uma ocupação horizontal, abriram-se as fronteiras agrícolas amazônicas. Deu-se a implantação dos grandes eixos rodoviários para a mobilidade de pessoas e mercadorias. A política de ocupação das terras devolutas que propiciou imensos latifúndios, dinâmica do mercado nacional: a do mercado de terra.

Segundo momento – Deu-se com a descoberta do minério – jazidas facilitadas pela ocupação do território amazônico. Com alcance à época de 976.553 da região Norte (Pará, Amapá, Rondônia, Roraima). A garimpagem expandiu os fluxos migratórios, a partir da implantação dos grandes projetos estatais apoiados por grupos estrangeiros que detinham o minério de maior va-

lor. Com as sucessivas descobertas foram criadas as "províncias minerais", uma delas a Serra dos Carajás.

Terceiro momento – Seguiu-se com as usinas de ferro-gusa e ferro-liga. A produção de alumínio envolveu investimentos fixos, dando assim a configuração de disputa entre as empresas nacionais e estrangeiras. Para garantir algumas preferências à Eletronorte, o governo acordou com os japoneses a construção da hidrelétrica de Tucuruí, causando grandes prejuízos à população local.

Por fim, essas formas de ocupação na Amazônia representaram, no dizer de Hébette, o período triste e caótico, pois propiciou momentos trágicos da ocupação latifundiária, da devastação da floresta e pilhagem dos recursos naturais.

O trabalho intitulado *CAT – Ano Décimo* (HÉBETTE; NAVEGANTES, 2000) é um livro de comemoração e de reflexão organizado por Jean Hébette e seu companheiro de muitas jornadas, Raul Navegantes, como resultado do evento comemorativo de 10 anos do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), buscando dialogar entre as experiências, reflexões e testemunhos dos protagonistas com a visão de pesquisadores convidados por suas contribuições e pelo reconhecimento que obtiveram em estudos do campesinato. O livro enfoca a trajetória do campesinato no Pará, passeando por diversos trabalhos teóricos até trazer as experiências na microrregião de Marabá, no Sudeste do Pará.

A obra está organizada em seis partes, começando por dialogar sobre as origens do CAT; passando pela análise do encontro entre a universidade e a sociedade; depois pela visão dos atores locais envolvidos na construção do CAT; pela reflexão dos pesquisadores que trabalhavam com a instituição; um ensaio etnográfico em que as imagens demarcam uma trajetória e são dotadas de ampla inteligibilidade hermenêutica possível; concluindo com a cronologia.

Escrever sobre a obra é revisitar as próprias memórias, uma vez que eu, César Martins de Souza, fui bolsista de extensão/UFPA e depois de Iniciação Científica do CNPq, sob a orientação de Jean Hébette e Raul Navegantes, no CAT, de 1996 ao final de 1999, de modo que me formei enquanto sujeito-pesquisador nessa realidade, quando tive a oportunidade de atuar em diversos trabalhos no escritório de Belém e na sede, em Marabá, e visitar algumas atividades apoiadas pelo CAT.

Desta forma, fica mais viável compreender que o livro passeia das trajetórias às experiências concretas, mergulhando no vivido e na reflexão teórica, para, mais do que comemorar, construir uma obra que sirva de referência para outras experiências que vierem a ser desenhadas a partir de 2000.

Como pretende trazer contribuições para estudos futuros, o livro não se detém aos elogios ou apenas às contribuições do CAT, pois analisa as dificuldades e os problemas enfrentados, os novos desafios, sempre com um olhar entre o histórico, o sociológico e o etnográfico, que não descarta em momento algum a importância das experiências de quem vivencia no cotidiano um trabalho que reúne ações da universidade com a sociedade, não enquanto discurso, mas de modo concreto, no encontro entre quem pensa a pesquisa-desenvolvimento como o caminho necessário para construir algo junto ao campesinato.

No segundo capítulo, Jean Hébette agrega suas experiências na construção, organização e concretização cotidiana do CAT, abordando sobre o campesinato que lutava por direitos em um contexto marcado pela violência no Sudeste do Pará, na busca pela terra e por respeito. E traz essa parceria entre pesquisadores e sujeitos do campo como importante para romper as barreiras que lhes impunham mecanismos de exclusão e marginalização social. No contexto da ditadura, Hébette considera que os agricultores tinham de se organizar com suas lideranças políticas por democracia frente à repressão que lhes era fortemente imposta e progressivamente buscando a afirmação econômica, pensando a organização para a produção e comercialização, sem esquecer a luta por direitos.

> Localmente, nunca se tinha pensado em fazer alguma coisa parecida com o CAT; ao contrário, havia sérias restrições aos chamados "Projetos", entendidos como iniciativas locais, financiadas do exterior, e, portanto, objeto no tempo da ditadura, de críticas políticas radicais. (HÉBETTE, 2000, p. 34).

Hébette analisa o surgimento do CAT sem descolar do contexto histórico marcado pela repressão exercida pela ditadura, que buscava controlar o campesinato e muitas vezes impedir a construção de sua autonomia e de parcerias com diversas instituições, inclusive de outros países. Neste contexto havia ainda os conflitos fundiários e o enfrentamento à violência, às barreiras impostas pela política e as limitações na esfera econômica. Mas Hébette considera que as dificuldades traziam à tona a busca pela "utopia... Os resultados estão aí. Cabe aos lavradores avaliá-los e sugerir aperfeiçoamentos e mudanças" (HÉBETTE, 2000, p. 36). O texto finaliza lembrando que, para além das comemorações dos 10 anos, é preciso não esquecer que "o CAT ainda é uma realidade a perseguir sua utopia" (HÉBETTE, 2000, p. 36).

Diante do exposto é possível concluir que Jean Hébette privilegiou grandes questões sobre o campesinato na Amazônia. A maioria de seus escritos tem parceria com outros autores e pesquisadores que demonstram o compromisso de uma linha, aliados à ciência e à militância sem perder os critérios científicos. A literatura de Jean Hébette é um serviço para notar as primeiras discussões sobre as interações dos projetos na Amazônia, hoje em plena execução, e que ainda é de grande interesse aos estudantes e profissionais que desejam conhecer o desenvolvimento desses grandes empreendimentos.

Referências

ALMEIDA, L. L. **Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá**: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT). 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HEBÈTTE, J. O grande Carajás: um novo momento da história da Amazônia paraense. *In*: HEBÈTTE, J.; CASTRO, E. (org.). **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflitos na Amazônia. Belém, PA: NAEA/UFPA, 1989. p. 7-39.

HEBÈTTE, J. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. *In*: HEBÈTTE, J. (org.). **O cerco está se fechando**. Belém, PA: NAEA/UFPA, 1991. p. 199-214.

HEBÈTTE, J. O surgimento do Programa CAT: a luta camponesa pela terra. *In*: HEBÈTTE, J.; NAVEGANTES, R. da S. (org.). **Cat – ano décimo**: etnografia de uma utopia. Belém, PA: EDUFPA, 2000. p. 27-41.

HEBÈTTE, J.; NAVEGANTES, R. da S. (org.). **Cat – ano décimo**: etnografia de uma utopia. Belém, PA: EDUFPA, 2000.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 25/4/2022
Aceito: 5/7/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

RAMOS, J. A. B. Heranças escravistas e ambiguidade política: Brasil e Américas. Século XVI – Séculos XIX/XX. Curitiba: Brasil Publishing, 2021. Resenha de: GUERRA, A. G. D. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 141-144, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p141-144.

HERANÇAS ESCRAVISTAS E AMBIGUIDADE POLÍTICA

BRASIL E AMÉRICAS, SÉCULO XVI – SÉCULOS XIX/XX

Por: Armando Gutembeg Diniz Guerra[1]

Para entender a sociedade brasileira em toda a sua complexidade tem-se que muito estudar sobre a sua constituição e as relações que se estabeleceram na formação histórica das categorias que a compõe. Os elementos dominadores e dominados nos quais se fundaram o Brasil, em particular os senhores feudais e mercantis vindos da metrópole portuguesa e os trabalhadores de origem afro-brasileira, entendidos estes como os ancestrais autóctones e os negros vindos do continente africano, viveram e perpetuaram relações que se refletem no comportamento geral da sociedade brasileira, pretensamente capitalista, mas com ranços de atraso explícitos e que reportam, não raro, ao sistema escravagista.

Os estudos do professor José Alberto Bandeira Ramos são um investimento importante, disponibilizado em livro, com uma exposição clara, objetiva e didática, permitindo elucidar e inspirar reflexões profundas sobre o País em que vivemos.

É obra que deve ser lida com vagar para se aproveitar do esforço de sistematização na qual o autor é magistral, com a classificação e qualificação das formas evolutivas dos países americanos que tiveram esses componentes escravistas na sua configuração, embora com desdobramentos diferenciados no tempo e no espaço das Américas.

Embora abrangendo o continente americano nos séculos XVI, XIX e XX, podemos estender as reflexões para a contemporaneidade, uma vez que nela se expressam evidentes distinções de classe baseadas em estereótipos que se formaram como determinações das relações sociais e econômicas presentes na história desse vasto território. O fundamento para a escolha desses períodos se justifica pela implantação inicial de sistemas produtivos de larga escala, em particular os do açúcar e do algodão, ambos com o apoio da pecuária, e em seguida a atividade de mineração de ouro e pedras preciosas que absorve contigentes significativos quando das crises econômicas

[1] Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Professor do Instituto Amazônico de Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: gguerra@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0002-8122-1141

das atividades anteriores, nos séculos XVIII, XIX e XX, entremeadas à análise econômica. José Alberto Bandeira Ramos faz importantes investimentos na reflexão sobre os rebatimentos do setor econômico na organização social e política ao longo de toda a história do País, demonstrando como as transformações se dão mantendo permanente a estrutura monárquica e, mesmo quando o sistema se assume como republicano, reproduz a estrutura conservadora de dominação.

O conjunto de textos publicados como decorrentes da tese de doutorado, relatório de pós-doutorado e artigos em seminários, congressos e encontros de história se torna aparentemente repetitivo, mas contribui para fixar periodizações estruturantes para a compreensão dos diferenciados processos de constituição e evolução política e econômica dos países latino-americanos, em particular nos primeiros 250 anos pós-contato dos europeus com as Américas, e nas crises do escravismo que se manifestaram nos séculos XVIII e XIX, avançando até os anos 1930 do século XX, fim da periodização proposta pelo autor.

Ressalta-se, na análise desse livro, o retardo do Brasil, Sul dos Estados Unidos e Cuba no processo de abolição da escravatura e a importância da emancipação de países como o Haiti, que, embora tenha sido um importante parceiro da massa libertária da metrópole na Revolução Francesa, contraditoriamente, na sequência de sua história, torna-se o mais pobre dos países da área abrangida pelo estudo.

Na estrutura de toda a análise feita pelo Professor José Alberto Bandeira Ramos, o conceito de classe está presente delimitando as formações políticas de estados mercantilistas baseados no escravismo em permanente tensão com a chegada do capitalismo fundado no assalariamento. Mais do que isso, demonstra com solidez a dependência e subordinação da sociedade civil, povo ou nação ao Estado que se estabelece a priori, revelando os marcos de funcionamento do que seriam essas categorias sociais, sempre historicamente atreladas a uma classe dominante poderosa, rigorosamente controladora do funcionamento da economia e do comportamento dos seus subordinados.

Considero que, embora seja precisa a conclusão de que a independência do Brasil tenha se dado em matriz conservadora das relações sociais, há um vácuo na análise, qual seja o de afirmar os esforços da família imperial portuguesa em se manter no controle do que ocorria tanto na metrópole quanto na ex-colônia, artificial e ambiguamente constituída em independente, mas sob a tutela e visceralmente ligada à monarquia, seja como sistema político, seja como sequência familiar e dinástica. Nesse sentido, cabe explicitar a ida de D. Pedro I para Portugal deixando o seu filho no Brasil tutelado como monarca e faz o gesto de retomar o governo das mãos de seu irmão Miguel, que usurpara o trono da esposa, sua sobrinha, filha do esforçado e zeloso D. Pedro I. Trata-se de uma disputa familiar que pode servir de indicador da crise política que se dá certamente como consequência do declínio da economia portuguesa e europeia desde o século anterior. A vinda da Família Real para o Brasil, a meu ver, não pode ser considerada uma fuga qualquer nem a simples tentativa de manter a monarquia distante da onda revolucionária que varria a Europa, uma vez que Napoleão restaurara a monarquia ao assumir o poder, ainda que com outros parâmetros, mas seguramente como uma contrarrevolução.

Aprende-se, na leitura dessa obra, desde o elucidativo prefácio elaborado pelo professor Osvaldo Coggiola, que firma conceitos e os referenciais da análise a ser detalhados por José

Alberto, claramente filiado e assumindo a matriz marxista de seus estudos. Com uma robusta revisão de literatura e leitura das análises feitas sob as diferenciações e semelhanças sobre a escravidão e as rebeldias na América do Sul portuguesa (Brasil) e espanhola, na América Central multifacetada e em disputa pelos países da Europa Atlântica (Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda), o texto traz insights muito pertinentes sobre o processo de dominação europeia, em particular a belga sobre o Golfo de Benin, origem de parte significativa dos contingentes negros aprisionados e enviados para as diversas áreas do continente americano. Salta aos olhos o número de 4.029.800 africanos desembarcados no Brasil entre 1551 e 1870 contra 5. 995, 300 em todos os outros países das Américas, ou seja, nosso país recebeu 40,1% de todo o contingente de pessoas negras escravizadas registrado nesse período em toda a área.

Ganha sentido e muita firmeza a utilização do clássico conceito de classe social desenvolvido pelo filósofo alemão, tanto quanto as afirmações sobre o preconceituoso ethos latino-americano quando se trata das relações entre negros e brancos ao longo de toda a história dos países onde sua presença se fez como fundamental na composição do setor trabalho e no desenvolvimento do sistema produtivo, seja ele o mercantilista, seja ele seu sucedâneo capitalista ancorado em relações que remetem a um tipo de subordinação que soa como recriação da mesma relação mercantil disfarçada por um pseudo assalariamento. Alia-se a esse dado o bloqueio feito para a aquisição de terras e inserção política, social, cultural e econômica dos libertos ao conjunto da sociedade sempre a reboque de ditames governamentais hegemonicamente protalados pelas classes dominantes.

Todo esse esforço de leitura e releitura tem por objetivo a identificação de heranças escravistas e as ambiguidades políticas presentes na sociedade brasileira, resultando em consequências trágicas e letais para a população descendente desse processo violento e excludente que se perpetua no País. Apenas para citar alguns aspectos explicitados na obra, destaca-se primeiramente a tendência ao consumo ostentatório oposto ao caráter de investimento nos processos de produção que caracterizam o capitalismo. Em segundo lugar é citada a predominância de relações de caráter pessoal em detrimento de relações contratuais em terceiro item o autoritarismo político, avesso a procedimentos de negociação, revelando a distinção entre as classes. Senti falta de comentários sobre os espaços claramente discriminatórios presentes no nosso cotidiano nacional, como os elevadores de serviço e os quartos ou dependências de empregados nas casas e apartamentos onde moramos. A meu ver e de muitos autores que tenho lido, são heranças explícitas do escravismo estrutural e arraigado em nossa cultura.

José Alberto Bandeira Ramos é engenheiro-agrônomo formado em 1962 na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, caudatária da Imperial Escola Agronômica e atual Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Foi eleito vereador em Cruz das Almas exercendo o mandato em 1963, sendo preso e cassado em 1964 na escalada do golpe militar que assumiu o País. Teve seu exercício profissional como consultor no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e se qualificou em diversos cursos de especialização no País, bancados pelas empresas em que trabalhou. Foi professor na mesma escola de origem de sua graduação durante 20 anos. Militante político em movimentos sociais e na Associação dos Engenheiros-Agrônomos da Bahia entre 1981 e 1985, continua sendo um estudioso da sociedade rural brasileira, em particular o campesinato massacrado e discriminado em suas diversas formas de expressão.

Ler “Heranças escravistas e ambiguidade política” foi um mergulho na história do País e um reconhecimento de seu DNA de perversão, sadismo e violência de forma concreta no que presenciamos em nosso cotidiano. Serve como terapia para refletirmos e continuarmos na busca da erradicação dos males que nos afligem na contemporaneidade. Estão todos convidados a essa viagem. Apertem os cintos, abram e segurem suas cabeças para as revelações que essas reflexões podem provocar!

Resumos

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 24/3/2022
Aceito: 31/3/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

MEDEIROS, S. B. M. de. Teias de inovação agroecológica no município de Cametá, Pará. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 145-146, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p145-146.

TEIAS DE INOVAÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ, PARÁ

Autora:
Silvana Benassuly Maués de Medeiros[1]
Orientador:
Aquiles Vasconcelos Simões[2]

Por este trabalho busco refletir sobre a formação de redes sociotécnicas no contexto da construção de mercados alimentares agroecológicos no município de Cametá, estado do Pará. Por meio da seleção de duas experiências de circuito curto de comercialização (CC), foi possível realizar o registro mediante elaboração de Relatos de Experiência (RE) e posterior sistematização das questões valoradas. Adicionalmente foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, além de incursões a campo, inspiradas pelo método da observação participante e fazendo uso de entrevistas abertas e semiestruturadas. O contexto de restrições de circulação, imposto pela pandemia de Covid-19, de um lado, exigiu adaptações em nível metodológico. De outro, é destacado por seus múltiplos efeitos, como a transformação de práticas de comercialização por esses produtores. Reconhecendo o emaranhado de relações estruturadas em torno de práticas voltadas para a transição agroecológica, a questão que busquei responder pela pesquisa se relaciona ao modo pelo qual atores constroem teias de aprendizagem sociotécnica em favor da inovação e transição agroecológicas. No nível da ação social, busco compreender como as redes sociotécnicas contribuíram

[1] Engenheira florestal, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Cametá, Cametá, PA.
E-mail: sbenassuly@gmail.com

[2] Engenheiro-agrônomo, doutor em Estudos Rurais, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: moinayunah@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-2194-6594

para as estratégias de resistência dos camponeses e da agroecologia em Cametá. Apropriando-me da abordagem da Teoria Ator-Rede (TAR), em diálogo com a crítica elaborada pela antropologia ecológica de Tim Ingold (2015), foi possível desenvolver uma alternativa explicativa para o processo de constituição de redes voltadas para a transição agroecológica no município de Cametá. Pela presente dissertação, busquei descrever e refletir sobre a experiência de distribuição de produtos da merenda escolar (adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar), na forma de cesta básica agroecológica, como alternativa para as restrições de circulação no contexto da pandemia de Covid-19 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Cametá aos estudantes da instituição. Busquei descrever e analisar a experiência da comercialização das cestas agroecológicas como alternativa ao fechamento temporário da Feira Agroecológica do município de Cametá.

Palavras-chave: circuitos curtos de comercialização, redes sociotécnicas, cestas agroecológicas, PNAE.

Referência

MEDEIROS, S. B. M. de. **Teias de inovação agroecológica no município de Cametá, Pará. 2021**. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Cametá, 2021.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 16/6/2022
Aceito em: 17/6/2022
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

SILVA, Z. O. "Caranguejo na pista": memórias narrativas da construção da Rodovia PA-458 – Bragança a Ajuruteua. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 147-148, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p147-148.

"CARANGUEJO NA PISTA"

MEMÓRIAS NARRATIVAS DA CONSTRUÇÃO DA RODOVIA PA-458 – BRAGANÇA À AJURUTEUA

Autora:
Zenúbia Oliveira Silva[1]
Orientadores:
César Augusto Martins de Souza[2]
Francisco Pereira de Oliveira[3]

Sob a metáfora do "milagre" econômico, o Brasil é o enfoque do contexto histórico do desenvolvimento da construção da Rodovia PA-458, entre a cidade de Bragança, PA, e a Praia de Ajuruteua, litoral amazônico. As alterações socioambientais geradas pela construção da estrada foram enormes, criando um grande desequilíbrio no fluxo hídrico e, consequentemente, afetando a flora e a fauna características de boa parte dos manguezais por onde a rodovia foi construída. Além do ecossistema, a vida de indivíduos que vivem dos seus recursos naturais sofreu mudanças extremamente radicais. O presente trabalho tem como objetivo analisar as memórias narrativas dos sujeitos envolvidos com o manguezal e compreender o processo histórico que demarcou a construção da rodovia, ocasionando mudanças no território e na vida dos moradores, pescadores e catadores de caranguejos. Para subsidiar as questões até aqui citadas, será usado como referencial teórico o trabalho de autores como Thomson (1997), Nora (1984, 1993), Le Goff (1991), Lenoble (2002), Diegues (2000, 2008) entre outros. As concepções desses autores são importantes para compreender a relação entre memória, práticas discursivas, passado e natureza. Por meio

[1] Pedagoga, mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia, gerente financeiro e membro da equipe diretiva do Instituto Santa Teresinha (IST), Bragança, PA.
E-mail: zenubiaoliveira@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0001-7466-3104

[2] Historiador, doutor em História, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: cesar@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0003-4530-4844

[3] Pedagogo, doutor em Biologia Ambiental, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: foliveiranono@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1327-8362

da etnografia, relatórios, recortes de jornais, obras literárias, propagandas e discursos oficiais, entrevistas com políticos, visitantes e moradores das comunidades, rememoramos e problematizamos as narrativas orais e escritas sobre os impactos sociais e ambientais da rodovia na região litorânea do município de Bragança. Constatamos que o projeto de desenvolvimento dessa região litorânea foi pensado apenas na perspectiva turística, desconsiderando a preservação ambiental e todas as consequências desse descuido com os moradores locais. As comunidades foram negligenciadas nesse projeto, o que atingiu diretamente a economia local, haja vista que a rodovia, afetando o ecossistema, dificultou as atividades produtivas de pesca e cata de caranguejo. Apesar disso, os habitantes da área se adequaram a essa realidade, passando a ver a rodovia como um empreendimento favorável a sua vida social e econômica, uma vez que a pista facilitou o acesso de turistas à praia, o deslocamento dos moradores da praia até o centro da cidade, e vice-versa, o transporte de cargas e a distribuição da produção local. Com isso, conclui-se que tal adequação acaba por ofuscar a problemática ambiental, usando a rodovia a favor das necessidades cotidianas dos moradores.

Palavras-chave: contexto histórico, desenvolvimento, memórias narrativas, Rodovia PA-458.

Referência

SILVA, Z. O. **"Caranguejo na pista"**: memórias narrativas da construção da Rodovia PA-458, Bragança a Ajuruteua. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Campus Univer-sitário de Bragança, Bragança, 2021.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 5/4/2022
Aceito em: 20/4/2022
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

MAGALHÃES, B. A. C. dos S. Trabalho, arte e formação humana: processos de integração/fragmentação no curso técnico de nível médio em Teatro da UFPA. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 149-150, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p149-150.

TRABALHO, ARTE E FORMAÇÃO HUMANA

PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO/FRAGMENTAÇÃO NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM TEATRO DA UFPA

Autora:
Benedita Alcidema Coelho dos Santos Magalhães[1]
Orientador:
Ronaldo Marcos de Lima Araujo[2]

Trata da arte como potência integradora no projeto de formação humana em teatro. Objetiva analisar a relação de tensão entre integração/fragmentação no projeto de formação humana, no curso técnico de teatro da Universidade Federal do Pará (UFPA), com vistas à produção de uma práxis artístico-pedagógica que tem na arte sua potência vital de integração, mesmo sob a forma capital. Nos objetivos específicos busca analisar a relação trabalho, arte e formação humana; analisar as contradições do ensino técnico em Artes, na Escola de Teatro da UFPA; identificar processos de integração/fragmentação no curso técnico de teatro da UFPA. Apresenta como hipótese que os processos de formação humana integral, na perspectiva do ser humano como ser social e uma totalidade histórica concreta, e os processos de formação humana fragmentados na lógica do mercado, em permanente tensão no interior do curso técnico de teatro, ao mesmo tempo em que geram limites, produzem possibilidades, resultando na construção permanente de uma práxis artístico-pedagógico que tem na arte sua potência vital de integração, mesmo sob a forma capital. Potência vital que se evidencia na ampliação de sua visão de mundo, senso de análise crítica em sentido amplo e, em sua práxis, na realidade em que vivem. A metodologia desenvolvida é o estudo de caso, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com cinco professores do curso técnico de teatro, e a análise de conteúdo foi a técnica para análise dos dados. A teoria adotada sustenta que a arte possui significação importante do ponto de vista teórico-filosófico e prático, por exercer função humanizadora do homem, contrapondo-se aos processos de formação que negam o ser humano, que o reduzem a meros instrumentos

[1] Pedagoga, doutora em Educação, professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: alcidema@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0001-7536-5184

[2] Pedagogo, doutor em Educação, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: rlima@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0002-5982-793X

de reprodução da lógica do capital. Identificamos que os processos de integração/fragmentação manifestam-se e concretizam-se na prática pedagógica dos professores a partir da concepção de formação humana em teatro; da forma como entendem as funções da arte no interior do curso; da relação de tensão entre o curso "Livre" e o curso Técnico e das estratégias formativas adotadas no curso. Caracterizamos as práticas artístico-pedagógicas integradoras e fragmentadoras e a partir daí concluímos que os processos de integração/fragmentação em constante tensão no interior do curso técnico, apesar de suas limitações, são geradores de possibilidades contra-hegemônicas que se expressam na construção permanente de uma práxis artístico-pedagógica, que tem na arte sua potência integradora vital.

Palavras-chave: trabalho, arte, formação humana, ensino integrado, ensino técnico de nível médio.

Referência

MAGALHÃES, B. A. C. dos S. **Trabalho, arte e formação humana**: processos de integração/fragmentação no curso técnico de nível médio em teatro da UFPA. 2018. 145 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2018.

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 1º/6/2021
Aceito em: 22/6/2022
Período de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

ERAZO, R. de L. Tecendo as teias da sustentabilidade: a experiência da "casa de farinha flutuante" no Lago Janauacá, Careiro Castanho, AM. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 151-152, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20.p151-152.

TECENDO AS TEIAS DA SUSTENTABILIDADE

A EXPERIÊNCIA DA "CASA DE FARINHA FLUTUANTE" NO LAGO JANAUACÁ, CAREIRO CASTANHO, AM

Autor:
Rafael de Lima Erazo[1]
Orientadores:
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe[2]
Carlos Augusto da Silva[3]

A Amazônia é uma região onde a agricultura familiar se manifesta das mais diferentes formas. A diversidade social presente na agricultura familiar amazônica exige uma análise cada vez mais aprofundada para sua melhor compreensão. Nas áreas agrícolas do estado do Amazonas, há diversas estruturas e relações sociais de produção. O Lago Janauacá, dividido pelos municípios Careiro Castanho e Manaquiri, possui uma dinâmica específica, marcada pela predominância da produção de mandioca e pelas diversas "casas de farinha flutuantes". Neste estudo, deu-se destaque para a organização social do trabalho e da produção nas "casas de farinha flutuantes". Para isso, analisou-se a produção de farinha e goma de mandioca desenvolvida pelas famílias de Janauacá a partir dos processos de tomada de decisão da produção, ou seja, compreender quais limitações ou oportunidades levam os proprietários de "casas de farinha flutuantes" a escolher entre cultivar ou não mandioca, produzir farinha ou extrair a goma. A pesquisa caracteriza-se por ser descritiva. O método empregado foi o estudo de caso. As unidades de análise deste estudo foram as "casas de farinha flutuantes", onde ocorre o beneficiamento da mandioca para a produção de farinha e goma. Para melhor compreensão dos critérios usados por indivíduos na escolha das

[1] Engenheiro-agrônomo, doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, professor da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (Seduc), Manaus, AM.
E-mail: rafael_erazo2000@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0002-6841-1717

[2] Engenheira-agrônoma, doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Manaus, AM.
E-mail: tecafraxe@uol.com.br
https://orcid.org/0000-0001-9974-2140

[3] Sociólogo, doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Manaus, AM.
E-mail: casilva1956@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1529-7209

variedades, e entendimento dos aspectos contextuais do processo produtivo com suas variações e regularidades, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas. A coleta de dados foi realizada em sete "casas de farinha flutuantes" durante o mês de novembro de 2021, combinando perguntas abertas e fechadas, somando ao todo 57 questões. Os dados quantitativos obtidos foram tabulados no Excel, gerando os gráficos. A dinâmica fluvial é parte integrante da vida e da cultura dos moradores de Janauacá, assim as suas formas de reprodução socioeconômica refletem a influência direta do regime das águas, conduzindo a respostas adaptativas destinadas a superar os desafios apresentados pelas transformações sazonais do ambiente. Quanto ao perfil dos proprietários de "casas de farinha flutuantes", conclui-se que há predominância de homens, com faixa etária maior de 40 anos, com o ensino fundamental incompleto, todos casados, com três a quatro filhos, e renda mensal menor que R$ 1.800,00. A escolha entre a fabricação de farinha próximo aos locais de produção ou a extração da goma em "casas de farinha flutuantes" pode estar relacionada com limitações de acesso a áreas para cultivo e processamento em terra firme. Desse modo, pode-se considerar que a opção das famílias de Janauacá por produzir e comercializar a goma, em vez da farinha, representa uma escolha racional que visa aumentar a rentabilidade do trabalho familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar, Amazônia, socioeconomia, sustentabilidade.

Referência

ERAZO, R. de L. **Tecendo as teias da sustentabilidade**: a experiência da "casa de farinha flutuante" no Lago Janauacá, Careiro Castanho, AM. 2022. 119 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

Práxis

Entrevista

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 7/8/2022
Aceito: 12/7/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

SANTOS, M. P.; PINTO, R. Homenagem a Manoel Conceição Santos. [Entrevista cedida a] João Paulo Santana Maciel e Tânia Nazarena de Oliveira Miranda e Lindomar de Jesus de Sousa Silva. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 153-166, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/ 2525-4812.2023v8i20p153-166.

HOMENAGEM A MANOEL CONCEIÇÃO SANTOS

Por: Revista Terceira Margem Amazônia: João Paulo Santana Maciel, Tânia Nazarena de Oliveira Miranda e Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Entrevistados:

Manoel Pinto Santos (Manoelzinho), filho, militante social, professor, maranhense, mora em Imperatriz, MA

Raquel Pinto, filha, militante social, conselheira tutelar, escritora, maranhense, mora em Boqueirão do Piauí, PI

"ESSA TERRA É NOSSA: É PRA VIVER E TRABALHAR"

Figura 1. Manoel Conceição Santos, por ocasião do lançamento do livro "*Guerrilha no Araguaia – Tocantins*", de autoria de João Paulo Maciel".



Fonte: Acervo da família, 2014

ESSA TERRA É NOSSA

Essa terra é nossa é de quem trabalhar
Quero dignidade, quero viver sem penar
A vida dessa terra povo resistência esperança e fé

Semeia esperança grita liberdade
Sonho de um justo país como sempre se quis
Com os pés na terra e alma nas nuvens
Um passarinho em voo um canto de fé

Profeta da mudança na vida presente
Coragem de viver pra construir
O Tocantins te viu força militante
Tiraram tua perna mas não o ideal

Enfrentou o dragão da força tirana
Junto à companheirada na organização
Construiu caminho na trilha da vida

Carrega consigo a flor do Brasil
Estando consigo a flor e fuzil.

(Letra e música: Paulo Maciel, 2008)

Para Manoel Conceição Santos, ou simplesmente Mané, como gostava de ser chamado, essa é uma regra simples e deveria ser uma verdade determinante para se viver bem. Sua maneira vibrante e envolvente de observar o mundo a partir de sua vivência diária, sem se sobrepor a ninguém nem a outro ser, se colocava como parte dessa complexa teia que forma a natureza. Sua filosofia, interativa e revolucionária, defendia: "*A terra é um bem da natureza, assim como a água, o sol, o vento, e tantos outros elementos que não foram criados pela mão humana e, por isso mesmo, não podem ser propriedade particular de ninguém, já que todos somos parte da natureza e dependemos igualmente dela para sobreviver*".

Ele dizia sempre que a terra não é fruto do trabalho humano, muito menos obra do capital, mas esse bem indispensável a toda criatura viva do planeta se tornou propriedade privada, de acesso restrito a quem pode pagar por ela. Mesmo que isso pareça óbvio, faz bem lembrar, até porque, às vezes, de tanto se explorar, de transformar a terra em mercadoria, vai se firmando a ideia de normalidade nesse fato. Como privatizar um bem que faz parte da natureza? Seria possível se apropriar, lotear também a luz do sol, o ar, para vender de ração?

O pensamento de Mané e sua força, na perspectiva de organização da classe trabalhadora, ganharam notoriedade no seu meio; suas palavras, cheias de sabedoria e sensibilidade diante da realidade, sempre atraíram a atenção de muitos. Mané buscou sempre falar das coisas da vida, das dificuldades, dos valores humanos presentes no mundo, com sua linguagem sertaneja, cheia de histórias, causos, descambando sempre para um final com efeito educativo, alegre e de conquistas, fazia isso intencionalmente, com objetivo de manter a força esperançosa nos seus companheiros e companheiras, manter acesa a força interior de alegria, solidariedade de luta.

Mané, em suas falas, dizia: *O homem, a mulher é como uma árvore! Assim como a árvore precisa de terra para criar raízes, desenvolver, dar flores e frutos, se renovar constantemente, o homem e a mulher também precisam dessa mesma terra para sua sobrevivência física e espiritual. Precisa da terra para se afirmar, enquanto ser que trabalha, que constrói; precisa da terra para construir história, tradições, suas e dos seus, e, por fim, precisa da terra para enterrar seus entes queridos, fato que vem confirmar o aspecto sagrado da terra*.

Mesmo com uma história pessoal e familiar cravada por violências nas suas diversas faces, produzidas por entes particulares e também pela mão do Estado, deixando inclusive parte de seu corpo mutilado, Mané não carregou para seu discurso e prática de vida o ódio de aspecto vingativo; ao contrário, transformou sua própria vida em referência nacional e internacional de resistência e construção organizativa, na perspectiva da autoridade e afirmação da classe trabalhadora.

Essa maneira de estabelecer a relação de enfrentamento com as forças estruturantes da engrenagem do sistema possibilitou a construção de alguns instrumentos institucionais de organização da classe trabalhadora, como a articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a fundação de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT),

do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru) e do Partido dos Trabalhadores (PT), além de redes de cooperativas de produção, luta permanente pela reforma agrária, resultando na conquista de várias áreas de assentamento no Maranhão.

A condição de barbárie em que Mané sofreu violências, portanto, que foram desde constantes ameaças, expulsão de suas lavouras, prisão, diversos tipos de tortura física, amputação de uma perna, até o exílio do seu próprio país, se transformou em força construtiva canalizada para a edificação do trabalho e organizações coletivas.

Mané seguiu assim o juramento feito no final dos anos de 1950, diante de Deus, da comunidade e dos corpos de vários lavradores assassinados, durante uma reunião para formação de uma associação, de que lutaria, enquanto vivesse, em defesa da classe trabalhadora e contra o acúmulo latifundiário.

De fato, aquela reunião, num final de tarde de 1956, foi mais um dos seguidos momentos de tensão que não poderiam ser esquecidos, jamais! Mané, que estava sentado, fez gesto de levantar e, ao levantar em seguida, sinalizando aos homens a fim de iniciar uma argumentação, *foi alvejado com um tiro na perna (tiro de fuzil)*, não se sabe se o tiro veio da polícia ou dos jagunços, mas como estavam juntos, essa questão não tinha tanta relevância. O caso é que Mané fora baleado e, nesse mesmo momento, conduzido, junto com os outros homens da comunidade que já estavam amordaçados, para o quartel da cidade, onde foram interrogados várias vezes, individualmente e em clima de ameaça.

Essa história, portanto, não chegou ao fim por causa desses acontecimentos, ao contrário, ela continua construindo a cada dia novos adeptos, que cumprem a função de multiplicadores, dando cada vez mais fundamentação, solidez, associando-se a outras iniciativas do gênero nas consciências de militantes sociais, estudantes, professores. Assim as ideias de Mané ganharam asas.

O legado de Manoel da Conceição é vivo, militante, está presente na diversidade das ações em defesa da vida, nas organizações sociais, nos assentamentos da reforma agrária, em poesias e canções, em pesquisas acadêmicas, na luta política por ampliação de direitos. Os filhos e filhas políticos de Mané assumem a continuidade e perenidade de seus sonhos e lutas concretas (Paulo Maciel, 2022).

A seguir, entrevista com o filho, Manoel Santos (Manoelzinho), e a filha, Raquel Santos, de Manoel Conceição Santos e Maria Rita Pinto.

RTMA: Lembranças de criança na família, convivência antes do acirramento dos conflitos.

Raquel: Em Canaã (um local na mata, terra indígena, criado por Manoel, às margens do Rio Caru, Maranhão) nos anos 1960 a 1961. Eu era muito criança, mas me lembro do meu pai com os companheiros. Ele já estava envolvido com o movimento revolucionário, papai já era líder da Igreja Assembleia de Deus, e todos que foram morar em Canaã eram "crentes". Mamãe contava que, quando Manoelzinho nasceu, e ela estava no período do resguardo, papai viajou para resolver coisas do Sindicato de Pindaré, MA. Ele voltou quando Manoelzinho já tinha uns 6 meses.

Ele ia e voltava. Sempre que estava presente, sempre quando voltava, ele dava toda a atenção, muito bom, conversava com a gente, era amoroso.

Manoelzinho: Eu tenho pequenos *flash*, lembro de algumas cenas. Nossas idas e vindas do Maranhão para o Piauí – a família da minha mãe é toda piauiense. A família era bem grande. E sempre que Mané necessitava viajar para passar uma longa temporada, viajava em função da própria luta, do trabalho de formação, cumprindo a missão do movimento do qual ele fazia parte, a gente ia para o Piauí (na época o município era Campo Maior, mais ou menos indo 1 hora e 30 minutos de Teresina, no sentido Ceará, no Boqueirão do Piauí). Lembro da gente viajando muito, eu, Raquel e mamãe, no rio que passava ao lado de Alto Alegre, MA, Pindaré. Lembro muito disso, a gente viajando nas pequenas lanchas, pareciam umas casinhas cobertas de palha, elas transportavam passageiros e cargas de Pindaré-Mirim para os povoados à beira dos rios, e as redinhas armadas dentro das lanchas fazendo essas viagens. A nossa base sempre foi Alto Alegre, mesmo que a gente morasse no entorno.

RTMA: (modo de vida, relações com vizinhança, escola...)

Raquel: Era um lugar muito longe, muito mato, o lugar onde fizeram a casa, quando chegamos, já estava limpo. Já tinha uma roça, um bananal, arrozal e um paiol. Éramos três: eu, Manoelzinho e mamãe. Havia também um rapazinho (15 anos), filho de um amigo do papai, ele deixou o filho morar com a gente. Ele que ajudava mamãe a pegar no pesado. Eram só nós, depois chegou mais um para morar com a gente, o Raimundo, ele era brancão, alto, acho que era do Sul. Morou com a gente por um tempo. Ele dava muita atenção pra gente.

Ele dava o nome de Manoel, mas ninguém associava que era o Manoel procurado. Por todos esses lugares ninguém sabia quem éramos. Alguns companheiros sabiam, e a vizinhança de convivência era para brincar. Foi muito bom. Seu Raimundo e os filhos dele. Lembro que lá meu pai me ensinou a escrever cartas. Como a gente não tinha como estudar, não tinha paradeiro, lá a gente foi para a escola e aprendi a ler; Manoelzinho ia comigo. Tinha uma moça chamada Alice (Felícia – o verdadeiro nome) que me ensinou a ler. A gente não era matriculado, não tínhamos registro. Eu fiquei até com medo de pôr o meu nome no caderno.

Manoelzinho: Lembro que era dentro da mata, em cima do Morro (Canaã). Lembro que chegava uma companheirada nessa casa. Lá havia uma veredinha mais lá dentro da mata e no final tinha uma casa de palha de babaçu com bancos roliços (toras de madeira roliças que a gente corta e faz bancos). E lá, nessa casa, os que vinham de outros estados ficavam horas, 2 ou 3 dias, às vezes até semanas, acho que planejando a revolução. Outra coisa muito forte na memória, na lembrança do tempo em que moramos na vila, é que a gente tinha armas. Mané tinha muitas armas em casa. Tinha rifle 44 (papa maré), rifle surdo (na época era bem moderno). E tinha revólver. Mané sempre andava armado, andava com revólver 38 no cinturão. Nessa época era "olho por olho, dente por dente".

Outra coisa, era essa companheirada, que frequentava a nossa casa no Maranhão, que a gente conhecia por determinado nome – tinha o nome que não era os nomes verdadeiros, era um disfarce. Mamãe gostava muito desse pessoal. Tinha a (Alice) Felícia, esposa do Rui Frazão, reconhecido

como revolucionário estudante de medicina – desaparecido na Ditadura Militar – até hoje ele não foi encontrado, a ditadura que deu fim nele. Mamãe fez uma grande amizade com eles. Alice era do Rio de Janeiro, depois a encontrei no Rio, era funcionária da Fase do Rio de Janeiro.

RTMA: As mudanças de lugar, a readaptação, sobrevivência material. A família (mãe e irmãos) sempre acompanhou o pai nas mudanças de lugar?

Raquel: A gente convivia com ele viajando. Ele assumiu o sindicato de Pindaré, MA, e assim nos levou para Alto Alegre, ficamos um tempo. Depois ele levou a gente para morar em Pindaré – moramos na sede do sindicato. Ele lutava no conflito e a gente com ele, a tiracolo. Muitos conflitos vivemos juntos com ele. Depois, em 1968, quando atiraram na perna dele, ele foi preso, estávamos junto com ele, viemos para o Piauí, foram buscar a gente, fomos para São Luís. Mentiram para nós dizendo que ele tinha sido mordido por uma cobra. Aí, tiraram ele do hospital e fugiram do hospital, e nós fugimos com ele. Passamos a viver na clandestinidade até outubro de 1971, quando nos separamos de vez.

Manoelzinho: A lembrança que eu tenho desse período é essa. Junto com Raquel passamos um tempo num povoado. Em Alto Alegre, MA. Eu lembro de um companheiro chamado Domingos (a gente chamava de Domingão), uma coisa incrível. Era essa solidariedade, ele doou o filho chamado Santos, um garoto de uns 15 anos. Ele ficou para nos ajudar, servir a gente por determinado tempo. Ele era um santo. Ele era a mão de obra, pegava no pesado para ajudar a mamãe. Centro dos Boias (não sei se o lugar era para os boias-frias), um povoado grande, de umas 100 famílias. Uma vila bem bacana. Não ficamos muito tempo na vila. Idas e vindas, mas quando ficamos na vila foi muito bom.

*Uma vez, no nosso retorno, eu lembro de ter encontrado o Mané em uma vereda, na estrada à noite. Ele tinha descido no Porto. A gente se encontrou na estrada. Ele veio montado a cavalo, a gente se encontrou num determinado ponto da estrada. Ele me pegou e me colocou na sela junto com ele no cavalo, e a mamãe também.

RTMA: A convivência com a pressão das ameaças, o medo...

Raquel: Depois que fugimos do hospital, nós passamos a viver na clandestinidade até outubro de 1971, quando nos separamos de vez. Íamos sempre com ele pra lá e pra cá, foram muitos lugares, andando pelas matas. Quando diziam que eles (a polícia) estavam perto de nós, aí ia todo mundo pra outro lugar. Ainda voltamos a morar em Alto Alegre, um lugarzinho chamado Centro dos Boias – último lugar – fizemos uma casa, uma roça. Foi muito bom, um tempo bom, pouco mais de 1 ano. O papai botava medo na gente, dizia que iam torturar a gente. Ele falava isso, não pra fazer terrorismo, mas para a gente não sair falando o que não devia, para preservar a família. Tinha medo que prendessem o papai, mas não tinha noção do perigo. Único medo era prenderem o papai. Conversava com o Manoelzinho de ficar sem o papai. Íamos pra escola sozinhos. Nossa preocupação era ficar sem o papai.

Manoelzinho: Uma vez umas amiguinhas, crianças da escola – a gente se gostava –, foram passar um dia com a gente. Uma delas viu uns livros e no meio estava uma das pernas mecânicas do Mané. E tinha lá em casa um falso fogão, era um esconderijo, uma espécie de gaveta – gavetão, coberto de barro. Tinha uma tampa. Havia uns objetos que eram sigilosos, uns livros, tinha um livro de capa vermelha, acho que era de Marx. A menina viu essa perna. Nós entramos em desespero, por ter deixado a porta aberta. Peguei uma arma e quis me matar. Mamãe ficou desesperada. Fiquei maluco, maluco. A gente não tinha consciência, mas aquela tensão estava ali, nós éramos crianças. Me senti culpado, a gente sabia que era sigiloso, não era para ninguém ver, era como entregar a identidade do Mané.

RTMA: Como foi esse envolvimento de líder da AD e líder da revolução camponesa de movimento revolucionário? Vários movimentos, segundo o que sabemos, vieram das comunidades de base, principalmente na Amazônia. Ele conseguia fazer esse debate dentro da igreja?

Raquel: Ele era crente, dirigente, quase pastor. Quando mamãe o conheceu, ele tinha cargo, e a minha mãe foi ser crente para se casar com ele, a mamãe não era crente. Ela virou crente por causa dele, ele não ia deixar a Igreja. A família dele era toda crente. Mas, quando ele conheceu o Movimento de Educação de Base (MEB), foi para outro rumo. Quando o pastor soube, o chamou para uma conversa, o pastor ficou bem aborrecido. Papai tentou explicar que Jesus foi também revolucionário, ele continuava seguindo Jesus, ele estava do lado dos pobres. Mas o pastor não aceitou, não. Falou que o diabo argumentou com Jesus dentro das escrituras, e então o papai foi *disciplinado* da igreja. Ele voltou um tempo, aconteceu um episódio, ele foi caçar e foi picado de cobra, ficou muito grave, quase cego, ele não queria morrer desviado da igreja. Então ele chamou o pastor dizendo que se arrependia de todos os seus planos e abriu mão dos projetos, pediu pra um homem orar e quis se reconciliar com a igreja. Ele não queria morrer desviado. Ele se chegou para a Igreja Assembleia de Deus. Depois resolveu levar o povo para Canaã. E aí umas dez famílias foram com ele. O povo foi com ele, e ele insistiu nas ideias revolucionárias, mas as ideias não entraram para esse povo. Ele foi de novo disciplinado, mas mamãe continuou ainda por muito tempo sendo crente. Mas depois ela saiu, a crença tinha entrado nela, mas ela não tinha entrado na crença.

RTMA: Por consequência das condições, em que momento houve o afastamento de fato do pai com a família?

Raquel: *N*unca fomos ameaçados, assim de alguém chegar e ameaçar. As ameaças eram como um todo. Como o papai dizia: "Se eles estão tentando pegar seu Mané, e não acham ele, acham os filhos, a mamãe, podem levar e forçar Mané a se entregar*". O papai viajava muito. Gostava muito da mamãe, era um amor grande. A gente só saiu quando não tinha mais como continuar, estava perigoso demais. Foi papai quem tomou a decisão de se separar, não foi a mamãe. Ele não queria que ela fosse morta e torturada inocentemente, sem participar diretamente da luta, do movimento; ela apoiava, entendia, mas nunca foi a companheira de luta. Papai tinha medo, disse pra mamãe vir embora. Segundo o que soubemos foi o pessoal da Ação Popular (AP) que influenciou nessa decisão, orientou ele a se separar da gente. Na verdade, eles viam a nossa família como um

estorvo para ele se locomover melhor. Ele falou que era para proteger a mamãe e nós. Fez um ato de altruísmo, bondade, generosidade, ato de renúncia. Renunciar a própria família para nos salvar, para que essa família não fosse morta, torturada, isso seria um grande ato de amor.

Manoelzinho: Lembro quando a gente se separou – realmente chegou ao extremo, não dava para viver sozinhos no local, Mané sentiu que o cerco estava se fechando, ele percebeu que não íamos voltar ao convívio familiar. Foi uma separação dura mesmo.

RTMA: Quanto tempo a família ficou separada do pai? A família também sofreu ameaças, assédio violento, com a presença e/ou na ausência do Mané?

Raquel: Depois da separação viemos para a casa do vovô. A mamãe teve que manter a gente, lutou muito para sustentar a gente, ela sofreu muito. Mas, assim como o papai, ela nunca passou esse ressentimento, mágoa, sentimento de ódio, de revolta, viveu em paz. A mamãe protegeu a gente, viveu única e exclusivamente para nos proteger, foi uma vida muito difícil, ela teve que fazer muita coisa.

Manoelzinho: Logo depois ele foi preso, ficamos uns 8 a 9 anos sem contato. Depois de uns 4 ou 5 anos tivemos notícia dele, mas contato nenhum.

RTMA: Durante a prisão sabiam alguma notícia?

Manoelzinho: Tinha um senhor em Campo Maior, PI, que tinha um filho em Fortaleza, o filho se envolveu com o movimento estudantil e se tornou preso político. A família desse estudante tinha condições, e o pai dele ia visitá-lo na prisão. Não sei como foi a conversa que Mané teve com a família, que morava no Piauí. Mas acabou descobrindo que um primo meu era um comerciante muito conhecido em Campo Maior. Aí o Mané começou a escrever cartas pra nós. Mamãe guardou essas cartas por muito tempo, mas depois se desfez, nas mudanças constantes se perderam. Última prisão antes de ir para o exílio. Foram umas seis cartas. Foi quando retomamos o contato. Ele mandou uns presentinhos, uma caneta de artesanato com o nosso nome, acho que ele fazia na prisão – muito bonitinho. Nessa época ele já tinha sofrido as maiores torturas. Foi nesse período também que surgiu a relação afetiva entre ele e Denise, que era da igreja, uma freira de trabalho religioso de visitas, de acompanhamento aos presos. Mané, muito charmoso, e Denise também muito bonita, inteligente, muito interessante. Ela é a segunda esposa de Mané. Denise foi se tornando cada vez mais essa companheira fiel e comprometida com a vida de Mané como um todo.

RTMA: Onde ficaram? Como foi a sobrevivência?

Manoelzinho: Quem nos recebeu foi a família da minha mãe, e quem nos criou foi meu avô, foi ele que nos acolheu. Ele era viúvo. Eu, mamãe e Raquel fomos morar, durante muito tempo, com ele, que já tinha mais de 65 anos. Fomos bastante prejudicados pelo estado ditatorial. Nossa família foi destroçada. Nós nos separamos do convívio do nosso pai. Nós fomos criados pelo nosso avô – papai Cícero – (Cícero Pinto, uma figura sábia) e pelos nossos tios. Criei um vínculo

muito forte com meu avô. Além da condição de sobrevivência extremamente precária – fome braba, muita pobreza, zero tratamento, zero assistência, não tínhamos o mínimo, zero tratamento com o corpo. Isso foi muito pesado, não ter onde dormir, era em pano de lona, e para fazer rede alguém dava os punhos, não ter praticamente nem lençol nem toalha. Ave Maria! Quando aparecia alguém tomando banho com sabonete era um rico pra nós. Isso marca a nossa vida. Isso não fazia parte do nosso mundo. Feijão, quando muito aparecia a farinha que é própria do Piauí; arroz era uma raridade. A minha mãe fazia roça, a gente trabalhava com ela na roça. Só nós, pra gente escapar mesmo. Estudo, a mamãe colocou a gente na escola. A Raquel concluiu a 4ª, e ligeirinho, bem novinha, ficou sem estudar uns 30 anos. No povoado só tinha até a 4ª série. Raquel tem uma inteligência que dava para ser cientista da NASA. Eu fui fazer a 5ª série quando estava em Recife (1981), já tinha uns 20 anos. Fomos muitos prejudicados, nos estudos e na convivência familiar de pai, na situação de pobreza.

RTMA: Quais os cuidados com segurança? Tiveram ajuda (pessoas, instituições)?

Manoelzinho: Nessa história, Mané tinha sempre uma preocupação com a gente, mesmo conhecendo Denise. Eu nasci com uma doença congênita que necessitava de cirurgia, e Mané ficou com isso na cabeça. Então ele mandou Denise em Boqueirão do Piauí – combinaram para ela ir para tratar desse problema meu. E assim tivemos uma surpresa, Denise estava lá. Já tinha combinado com o bispo de Fortaleza, já tinha combinado com o bispo de Teresina, Dom José Frei Falcão (arcebispo de Teresina) pra me receber na diocese e providenciar a cirurgia.

RTMA: Sobre o exílio o que souberam?

Manoelzinho: Depois que eu estava morando na sede de Teresina, o processo de julgamento aconteceu e ele recebeu o exílio na Suíça. Ele já vivia com Denise não oficializado, maritalmente. Quando saiu da prisão, casou-se com ela e quem fez o casamento dele foi um padre muito companheiro, amigo que morava em São Paulo, Pe. Domingos Barber. Nesse período todo, Denise já estava grávida e vai para a Suíça; quando viajaram ela estava recém-grávida. Nasceu Mariana, na Suíça, 7 ou 8 meses depois.

RTMA: Durante o exílio sabiam alguma notícia?

Manoelzinho: Praticamente Raquel não encontra mais Mané, eu encontrei primeiro, porque, depois do tratamento, passei uma temporada em Teresina, fui deslocado para segunda temporada da cirurgia, e fui para o Rio de Janeiro, coincidentemente fui parar na casa da Felícia (que era a Alice), funcionária da Fase do Rio de Janeiro. A Fase que providenciou tudo isso. É muito interessante a solidariedade e o apoio dessas instituições. Naquela época, a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) foi importantíssima, especialmente a Fase do Rio, de São Paulo. Eu sempre ficava hospedado na casa desses companheiros, esse pessoal que dava esse apoio aos que estavam na resistência à Ditadura Militar. Depois fiquei morando em Osasco, São Paulo.

RTMA: Percebemos a diferença entre Raquel e Manoelzinho – Raquel o trata de pai e Manoelzinho, de Mané. Qual o motivo?

Manoelzinho: Acho que na cabeça da Raquel ficou mais essa memória de pai. Quando encontrei Mané depois do exílio, eu tinha 16 para 17 anos. Eu tinha perdido o jeito de chamá-lo de pai, teve um espaço muito grande, um abismo físico. A gente não tinha mais muito jeito e acho que ele também não tinha mais esse jeito. A gente conversou e ele disse: tudo bem você pode não me chamar de pai, chame como quiser. Eu não conseguia chamar de pai, sabia que era meu pai, mas não conseguia chamar assim, papai. Foi um bloqueio que se gerou, acho que por causa da separação. Desde quando a gente se reencontrou, a relação pai e filho ficou bem diferente. Quando fiquei mais maduro, a gente se tratava como Seu Mané, ele me chamava de Seu Mané e eu também. Eu sentia que ele tinha uma grande admiração por mim e eu também por ele. Embora sabendo que ocupava esse diferencial de filho, a relação ficou bem prejudicada. Eu acabei me misturando como os outros companheiros, e a gente não conseguiu reatar essa dimensão de pai e filho. A relação foi mais formal comigo.

RTMA: Enquanto moravam com o avô, como sobreviveram?

Manoelzinho: Fazíamos o serviço de roça. Meu avô era agricultor e tinha um pedacinho de terra na beira de um pequeno brejo. A gente acompanhava, ajudava a plantar arroz, a plantar cana-de-açúcar, quebrar os pedacinhos para fazer rapadura, ajudava a colher as frutas, descascar mandioca, pegar frutas nativas, como buriti, e fazer doce, apanhar o arroz. Trabalhava com toda a família da minha mãe, trabalhei com meu tio. A gente trabalhava como criança, ainda. Quando criança, a gente fazia esses trabalhos laborais do camponês, do trabalhador rural. As crianças sempre iam com seu cofinho pequeno e sua faquinha cortar o arroz lá; a gente, em vez de socar o arroz, puxava o arroz para colocar no cofinho, puxava o arroz pra encher o cofinho ligeiro, pra ir inventar de beber água, mas era para tirar o descanso, pra ir pra sombra. Sabe o que é encoivarar? A gente fazia isso, depois que derruba o mato todo, derruba a broca, e depois a derrubada das árvores mais grossas. Não pode queimar para fazer a cerca. Lá a gente chamava encoivarar, depois pegar os talos todos que sobravam, os mais adultos iam cortando e a gente ia separando no final, e a gente sai muito bonito depois de um trabalho desse. Desses trabalhos, assim de campo, pegar feijão, encoivarar, ir pescar nos rios nas lagoas, com os meus tios, eu gostava muito, a gente acompanhava quando era criança, tudo isso eu fiz, trabalho de menino na roça. Nunca foi aquele trabalho penoso, nunca foi um trabalho extremo de exploração. Mas todo mundo era muito pobre, salvo pela graça de Deus.

RTMA: Quando Mané retornou do exílio, como e onde estavam? Quando e como foi o retorno do exílio?

Raquel: Só encontrei ele em 1981, quando ele veio morar em Recife, PE.

Manoelzinho: Voltaram do exílio em outubro de 1979 e fui receber ele no aeroporto, aterrissou no Rio e depois foi para São Paulo. Tinham muitos companheiros dos movimentos sociais, sin-

dicatos recebendo outros companheiros. O Mané foi mais um, entre muitos companheiros. Então encontrei o Mané, em São Paulo. Muitos companheiros vieram da anistia. Tive a sorte de, nesse retorno, ficar com Mané, Denise e Mariana, com 3 anos e meio de idade, após o exílio na Suíça. Raquel veio encontrar Mané em 1981, quando ele estava morando em Recife.

RTMA: Por onde Mané passou? Com quem esteve?

Manoelzinho: Depois do exílio é uma outra fase da relação com Mané, da nossa vida e a dele. Quando ele foi para a China, ganhou do governo chinês uma perna altamente tecnológica, com articulações no pé, nos joelhos, tinha uma mobilidade muito grande, toda de alumínio, era maneirinha. Ele estava inserido no movimento internacional.

RTMA: Mané chegando ao Brasil - Como deu continuidade à organização de massa?

Manoelzinho: No pós-exílio ele foi formar grupos em Imperatriz, MA, e fazer a formação política dos trabalhadores e trabalhadoras. Criar instrumento de luta, foi criado por ele e alguns companheiros em Pernambuco, o Centro de Educação e Cultura dos Trabalhadores Rurais (Centru), que seria para trabalhar a formação política e para a construção de um instrumento político partidário, isso foi pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mané foi um dos fundadores do PT e foi o terceiro a assinar a lista de fundação do PT (em São Paulo). Um segundo instrumento que Mané ajudou a fundar foi o movimento sindical com orientação da CUT. E o outro era a luta pela terra. Que fosse fazer a luta pela reforma agrária, o fortalecimento de um sindicalismo combativo que de fato deixasse de ser um escritório, um apêndice do Ministério do Trabalho, da Previdência, mas que fizesse mesmo a luta pela reforma agrária.

Havia momentos de tensão, Mané se colocava como escudo. Às vezes tinha que sair meia-noite de casa. E Mané ia lá, se colocava como escudo, para ajudar os companheiros que estavam "entrincheirados", acuados por conta do cerco da pistolagem. Teve um momento de grande tensão e fizemos uma grande manifestação em Buriticupu, MA, e a grande figura que liderava a manifestação era o Luiz Vila Nova. Eu lembro que, quando Luiz Vila Nova foi falar, Mané se colocou na frente dele, como uma espécie de escudo. É um grau de comprometimento, de solidariedade, de colocar a coisa mais preciosa, que é a vida, com o próprio corpo, na proteção da vida da companheirada, ao extremo. Isso é muito forte pra nós! Esse exemplo de entrega à luta social, à luta pela justiça, acreditar que aquilo era a finalidade maior de sua vida. Mané foi isso.

RTMA: Como foi a retomada das relações com o pai? A família participou desse processo?

Raquel: A família é o povo.

Manoelzinho: Essa própria coisa de família existe, mas família de Mané é família estendida. A família é o povo, é a família do movimento, que ele fazia parte, ele integrava que ajudava a fortalecer. E quase todo mundo que se aproximava de Mané tinha essa percepção. Que não era algo simplesmente da coisa da fala, da verbalização era do gesto, da atitude do envolvimento

profundo. Ele convencia a gente, convencia as pessoas. Não que ele quisesse com isso, ser herói, mas era a vida dele.

RTMA: Como foi fazer parte da vida de um dos maiores lutadores do povo brasileiro? O que significou em termos de renúncia e de aprendizagem?

Raquel: Sinto-me muito honrada de ser assim, de ter vivido tudo isso. No início, em que ele prometeu vingança, ele mesmo passou a entender diferente quando conheceu o MEB, ele passou a entender como fazer justiça. E para nós é como se tivesse passado para o nosso DNA. Esse modo de agir, de sentimento, é complicado, tanto pra mim como para Manoelzinho, nossa postura em relação a essa exploração com os trabalhadores e tudo que acontece de injusto, eu e até mesmo os meus filhos temos intolerância aos que são contra os direitos humanos, foi herança de meu pai.

Manoelzinho: O Mané passa pra gente muito esse sentido de companheirismo, de solidariedade extrema, real. Quando retorna, volta para fazer a luta pela terra. Luta pela reforma agrária. Ele não preservou a sua vida. Ele se lançou ao risco. Isso foi retomado aqui no Maranhão, num período em que a pistolagem era pública, numa das regiões mais violentas, Buriticupu e Santa Luzia, a pistolagem era conhecida de todo mundo e assustava todo mundo. E Mané foi para o "olho do furacão" formar grupos para ocupar a terra e para resistir à violência bancada pelos latifundiários.

RTMA: Qual foi a maior contribuição para sua vida deixada pelo exemplo de seu pai?

Raquel: A prática de vida, a postura. Ele foi torturado.

Manoelzinho: Era para a gente ter certa mágoa, raiva do Mané. Mas, por conseguir entender a luta e a grandeza a que ele se dedicou, a gente não teve nenhum tipo de mágoa nesse sentido, culpar o Mané pelo nosso abandono, pelo nosso sofrimento. Não tivemos, não. Até isso a gente conseguiu se justificar para nós mesmos. Ele tinha uma prática de vida, que naturalmente a gente compreendia e admirava, mesmo extremamente sacrificados. Mas não foi culpa dele, foi culpa do sistema que estava perseguindo qualquer um que se colocasse como obstáculo à ordem imposta. Ele foi muito mais punido do que nós. Nós não sofremos nada. Ele foi cerceado, foi mutilado, torturado ao extremo. Ele foi tirado para fora de seu país, uma realidade que ele não compreendia, não tinha a ver com a vida dele, vivência, cultura.

RTMA: Qual a avaliação que ele tinha desses novos movimentos?

Manoelzinho: A minha leitura tem um eixo condutor sobre novos e velhos movimentos, é o sentido de classe, o sentido da luta de classes, isso era muito forte no Mané. Nessa retomada de luta, que podemos considerar nova, já não é mais, rolou quase meio século, pode se dizer que foi a criação do MST, em 1984 pelo Sul. Em 1987, Mané estava na sede do Centru aqui, na rua Maranhão, no centro de Imperatriz, o 1º escritório do MST foi aberto aqui em Imperatriz, num quartinho do Centru, e os companheiros que começaram a fazer a discussão sobre o MST eram vinculados ao Mané.

O vínculo de Mané com os novos movimentos é dando sequência a uma ampliação de novos instrumentos para a luta de classes. Mané tinha muita clareza dos vários instrumentos necessários para a luta de classe. Ele entendia que para atuar no campo institucional há disputa do poder do estado.

RTMA: Quais os movimentos com os quais Mané passou a se relacionar no decorrer dos anos?

Manoelzinho: Para Mané tinha que ter um partido da luta, como o PT, partido da classe trabalhadora. Ele via o PT como um partido efetivo da classe trabalhadora, não só como uma sigla, como acabou se tornando, assim como o próprio PCdoB, que também se tornou uma sigla. Eu percebo que é só uma sigla. Porque o que tem de coincidência com as velhas práticas da classe política, seja no PT ou no PCdoB, acabou se tornando um partido comunista, não é como Mané entendia. Mané tinha a visão de um partido de classe, ia fazer a luta permanente para o empoderamento da classe. Não era essa coisa do poder pelo poder como se tornou essa miséria deformada praticamente em quase todos os partidos.

Mané se vinculou a essa organização do MST, mas o vínculo maior de Mané em sua trajetória era o movimento sindical. Até que chegou um certo momento que isso é até incompreendido aqui, acaba gerando um conflito, entre a linha de ação do MST e o trabalho que Mané fazia via Centru e via movimento sindical, essas contradições no interior da classe trabalhadora que existe. Até houve um período de afastamento. Mané foi sempre respeitado, o MST fez homenagem, a companheirada fez homenagem para ele. Essa visão miúda de disputa de quem tem o controle, quem manda mais...

Depois Mané tem vínculo de maneira muito forte com a luta do *Chico Mendes*. Quando assassinaram esse ambientalista, Mané participou das primeiras reuniões do CNS e se tornou integrante do Conselho Nacional dos Seringueiros. Mané acabou assumindo a luta ambiental. Fez parte da coordenação do CNS. Depois se integrou à rede do Nacional do Cerrado Minas Gerais e tudo que compôs o Cerrado.

Mané se faz presente nas coisas mais fortes que aconteceram no País.

A Marcha das Margaridas. Margarida Alves foi fundadora do Centru junto com Mané. Ela fez parte da coordenação Nacional do Centru, junto com ele. Ela estava fazendo campanha pela assinatura das carteiras das trabalhadoras da Zona da Cana na Paraíba, fazendo conscientização orientada pelo Centru. Quando mataram Margarida na sua casa, com um tiro de 12, Mané foi pra lá de imediato. Participou da primeira grande manifestação coordenada pelo Centru. Aquela foto que ficou conhecida por aí é uma foto do arquivo do Centru. O cartaz foi feito por um rapaz que era funcionário de lá. Nele uma botona aparece esmagando uma margarida, e dessa flor jorrava sangue e embaixo várias margaridas: "Do sangue da Margarida – margaridas". Considero uma frase profética de fato. Depois surge a Marcha das Margaridas, que é essa bandeira que unifica sobretudo as trabalhadoras rurais vinculadas ao movimento sindical do Brasil inteiro.

Esse vínculo de Mané na luta representa a compreensão da horizontalidade dele à luta. Para fortalecer a luta de classes.

RTMA: Após a convivência com tantos movimentos, como ele se autodeclarava?

Raquel: Negro, trabalhador rural, camponês.

Manoelzinho: Sua identidade era: trabalhador rural, camponês

RTMA: Quais eram as considerações de Mané aos governos Lula-Dilma, principalmente com relação à reforma agrária? Alguma vez ele chegou a comentar? Fazer uma avaliação?

Raquel: Ele teve um apagão a tudo que ele assistia sobre o governo Dilma, inclusive os últimos acontecimentos, não reagia a nada.

Manoelzinho: Sobre o governo Lula e Dilma há um diálogo de Mané e Dilma – Três anos antes do seu falecimento houve um apagão na memória de Mané. Mesmo tendo assistido ao Impeachment da Dilma, ele não se manifestava.

RTMA: Como a família pretende continuar a luta do Mané? Qual projeto sonhado por ele, que a família pretende colocar em prática?

Raquel: Não desistir da luta. Concretizar o Instituto.

Manoelzinho: Principalmente a formação dos camponeses e camponesas, priorizando a juventude na formação política.

Fundar o Instituto Manoel da Conceição, instrumento de formação de lideranças.

Dar continuidade ao trabalho no Centru, política e tecnicamente.

A formação para a luta de classe. Sem formação não há sustentabilidade na luta.

Em conjunto com a companheirada, mas tem que ser alicerçada na formação política.

Aproveitar as estruturas já organizadas no Centru.

Apostar na juventude.

No dia 18 de agosto de 2021, o coração generoso e revolucionário de Manoel da Conceição Santos parou. Sua luta, seu legado, sua trajetória de vida, de opção radical pelos mais excluídos, que enfrentou os interesses econômicos dos poderosos. Ele será lembrado como um dos maiores articuladores da luta camponesa em resistência ao regime militar no Brasil. Muitas homenagens da família, de lutadores e lutadoras do povo lhe fazem reverências com músicas e poesias. Somos teus filhos e filhas e continuamos a tua história.

Literatura Recomendada

ALMEIDA, R. H. **Araguaia-Tocantins**: fios de uma história camponesa. [S. l.], 2006.

ALVES, S. A. **CSBH disponibiliza entrevista de História Oral de Manoel da Conceição**, realizada em 24 de julho de 2006. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2020/07/31/csbh-disponibiliza-entrevista-de-historia-oral-de-manoel-da-conceicao/. Acesso em: 17 mar. 2023.

CONCEIÇÃO, M. S. da. **Democracia Viva**, n. 42, maio 2009. Entrevistadores: Ana Bittencourt Diego Santos Flávia Mattar Jamile Chequer Realização: Decupagem e fotos Diego Santos Edição: Jamile Chequer Produção: Geni Macedo.

MACIEL, J. P. **Guerrilha no Araguaia –Tocantins**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2014.

SANTOS, R. L. dos M. Conceição Santos: de camponês a líder político. **Revista História em Reflexão**, v. 4, n. 7, jan./jun. 2010.

SÁ, E. **UFMA concede título de Doutor Honoris Causa a Manoel da Conceição**. [S.l.]: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020.

Relato de Experiência

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 30/4/2022
Aceito: 21/5/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

MONTEIRO, C. T. do C. Como indigenista e missionário leigo com o povo Tembé. Alto Rio Guamá, PA, abril/2022, Ourém, PA. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 167-171, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p167-171.

COMO INDIGENISTA E MISSIONÁRIO LEIGO COM O POVO TEMBÉ

Claudemir Teodoro do Couto Monteiro[1]

O ano era 1987, quando o País debatia a nova Constituição Federal e os direitos humanos, entre eles os direitos dos povos indígenas. Foi quando me vi, pela primeira vez, como ativista da causa indígena. Articulado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), frequentando os corredores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) do Regional Norte 2, eu tinha notícias da urgência de mobilização em favor de emendas populares à proposta relativa aos direitos indígenas para a nova Constituição Federal. Eu não tinha pleno entendimento de causa, mas sabia que era justa e necessária. Com uma prancheta nas mãos e várias listas de abaixo-assinado, eu e outros companheiros do Grupo de Apoio à Causa Indígena (GACI), grupo formado por religiosos e leigos, fomos às ruas, praças e rodoviária de Belém sensibilizar a população e pedir assinaturas em apoio às emendas constitucionais para o capítulo dos índios. Foi a minha primeira atividade como ativista, talvez o meu batismo nessa causa. O resultado desse trabalho veio em outubro de 1988, quando foram consagrados os artigos 231 e 232 do CAP VIII, dos índios. Segundo análise dos cientistas sociais, uma das melhores legislações destinadas aos indígenas na história do Brasil. Foi uma luta árdua iniciada pelos povos indígenas com fortes mobilizações nos corredores do Congresso Nacional, que provocou a ira das mineradoras, que pagaram o Jornal O Estado de São Paulo para fazer campanhas difamatórias contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

[1] Missionário leigo, graduado em pedagogia e Ciencias Socais com ênfase em Antropologia UFPA. Membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte 2, Pará e Amapá.
E-mail: turypar@hotmail.com

e os povos indígenas, na tentativa de enfraquecer as mobilizações. Enfim, o movimento indígena e indigenista venceram aquela batalha.

Somente em 1989, quando me desliguei do noviciado da Congregação dos Padres Cruzios, cuja casa era avizinhada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), onde também se localizava o escritório do Cimi, que ingressei na entidade onde me encontro até os dias atuais como missionário entre os Tembé do Alto Rio Guamá[2]. Já tinha um estreito conhecimento do escritório, onde voluntariava-me para trocar lindos artesanatos Munduruku, com sandálias e tecidos para enviar às missões dos frades na Missão Cururu[3]. Fui pela primeira vez para uma aldeia em abril de 1990, na Semana Santa, levado pela então missionária Maria Raimunda Soares, conhecida como Raimundinha (hoje atua em Moçabique/África). Por esse motivo, vivencio uma profunda ligação mística e propriamente religiosa com a Páscoa e os Tembé. Todos os anos comemoro com esse povo, de forma silenciosa e orante, o meu conhecimento de causa e chegada ao território. Não somente por isso, mas pela própria trajetória de conflitos e conquistas, paixão e ressurreição desse povo. E, neste relato de experiência, me permitam falar desse povo que adotei como meus parentes e que me adotaram como aliado de suas causas. Voltando à Páscoa....

No território do povo Tembé

Saímos de Belém às 7 da manhã até o município de Capitão Poço (240 km distante da capital). De Capitão Poço pegamos um caminhão "pau de arara" que fazia o trajeto até à Vila de Boca Nova. Nessa vila encontramos alguns índigenas, que iam aos comércios vender suas farinhas e comprar alimentos. Na ocasião pedimos carona em suas canoas e descemos o Rio Guamá até à Aldeia Tawari, onde fomos acolhidos pelo Sr. Pedro Teófilo e sua esposa D. Fausta, considerados por nós, do Cimi, padrinhos de nossa missão.

A minha primeira reação quando cheguei aos Tembé foi o despojamento de meus parâmetros sobre indígenas, aquela ideia romântica aprendida nas escolas, de que todos moravam em ocas, viviam em grandes aldeias circulares, etc... Nada disso! Os Tembé viviam em casas de madeira ou de barro (taipa), havia também algumas casas de palha; trabalhavam nas roças como qualquer trabalhador rural, pescavam, e pouco expressavam a indianidade. Apesar do exercício de despojamento tive que reaprender naqueles breves dias a entender como funcionava a identidade indígena daquele povo tão machucado pela história.

Não poderia de forma nenhuma falar do meu engajamento sem falar do gravíssimo problema fundiário enfrentado pelo Povo Tembé. Naquela ocasião, os Tembé tinham um território invadido com todos os tipos de invasores, madeireiros, fazendeiros, posseiros incentivados por políticos e que pretensiosamente tinham a finalidade de diminuir a terra indígena. O que cabia a minha capacidade missionária diante de tamanha gravidade? Quase nada! Eu somente sabia escrever cartas e relatórios. Cartas e relatórios ao Cimi para divulgar a situação daquele povo. Na verdade, eu somava a uma equipe itinerante, pois o Cimi tinha outras pessoas que atuavam em várias áreas indígenas que eu também cheguei a conhecer e visitar em outras ocasiões. Então não comecei do zero, mas partia da experiência de outros companheiros que já tinham passado pelo Guamá e tinham encaminhado processos. Por exemplo, havia uma suposta proibição de transitar

[2] Povo indígena que vive na terra indígena Alto Rio Guamá, localizada no município de Santa Luzia do Pará, PA.
[3] Missão dos Frades Menores Franciscanos, localizada na T.I Mundurucu, no município de Jacareacanga, PA.

pelas aldeias. Particularmente eu frequentava as aldeias de cima (Rio Guamá acima)[4]. Não podia ir para as aldeias de baixo, pois havia um suposto interdito proibitório feito pelos índios do baixo (Rio Guamá abaixo)[5], tratava-se de uma carta ao bispo de Bragança[6] (Dom Miguel Giambelli) denunciando que o Pe. Nello Ruffaldi, da Congregação Pontifícia Instituição Missões Estrangeiras (Pime) e então coordenador do Cimi Regional Norte 2, estaria dividindo os Tembé. Descobriu-se, algum tempo depois, que apenas uma liderança indígena envolvida com venda de madeira forjou tal carta e que outras lideranças que assinaram não tinham o pleno conhecimento. Graças a essa descoberta passei a visitar também as aldeias de baixo.

Minha presença e trabalho foi de formação e organização dos Tembé na luta pelo território[7]. Em equipe com outros companheiros que iam e vinham para a aldeia, promovemos cursos de formação para produção de documentos reivindicatórios, encontros sobre conhecimento dos direitos indígenas, naquela ocasião usávamos os meios mais primários e eficientes que existiam, cartolinas, barbantes e caneta pincel, reprodutor manual de slides em fotos negativos, os quais ficavam lindos nas paredes. De uma aldeia para outra não havia estradas, mas veredas para caminhar, quando não era de canoa no Rio Guamá, atravessávamos os igarapés a pé, rezando para que um poraquê não desse um bote. E graças a Deus íamos e vínhamos com segurança e carinho dos próprios indígenas que faziam questão de nos acompanhar para chegarmos bem aos nossos destinos. Talvez o diferencial dos missionários, naquela época, era a prontidão e disponibilidade que tínhamos em escutar os homens e mulheres mais idosos, pois estávamos com tesouros históricos e não podíamos perder as oportunidades que a vida nos dava com essas pessoas. Foram muitas conversas à luz de lamparinas ou em volta de fogueiras, que nos formava adequadamente para a luta e para a nossa mística missionária. Cada vez mais o nosso compromisso e cumplicidade com esse povo (e com outros povos) se davam nessa intimidade nos longos diálogos. Nós passávamos de estranhos a amigos íntimos, com direito a ser chamados para refeições ou para ter um bom cômodo no cantinho da casa para dormir bem e fazer o trabalho de articulação e organização.

Tínhamos também a estratégia formativa de articulação dos Tembé com outros povos, levando-os aos inúmeros cursos para lideranças indígenas promovidos pelo Cimi Regional Norte 2 em Ananindeua, no Centro Sagrada Família, evento que juntava vários povos de diversas regiões do Pará, que na oportunidade traziam suas ricas experiências de luta e conquistas de seus territórios e de outros direitos. Anos mais tarde, após a rica experiência do protesto celebrativo dos 500 anos, no ano 2000, na Bahia, os Tembé e outras etnias do estado do Pará passaram a participar mais do cenário nacional de mobilização indígena por meio dos Acampamentos Terra Livre (ATL), que acontecem até os dias atuais em Brasília e reúnem aproximadamente 5 mil lideranças a cada evento.

Nessa minha e nossa presença, me desculpem, pois não consigo ser, e não sou mesmo, autor único dessa presença com os índios, por isso uso muito a primeira pessoa do plural no decorrer do texto. Sendo assim, houve vários fatos marcantes e gostaria de destacar apenas dois em especial.

[4] Referindo-se às aldeias localizadas acima do Rio Guamá, tais como as aldeias S. Pedro, Tawari, Itapotire.
[5] Referindo-se às aldeias localizadas abaixo do Rio Guamá, tais como as aldeias Sede, Ituaçu.
[6] Município paraense, localizado a 300 km de Belém e que também deu nome à circunscrição diocesana de Bragança.
[7] O território se encontrava invadido e a desunião do povo não permitia o enfrentamento coletivamente.

Homologação da terra indígena Alto Rio Guamá

Um desses fatos foi o dia da homologação da terra indígena Alto Rio Guamá, em outubro de 1993. Foi um ato celebrativo de profunda importância, uma vez que, em poucos meses, após intensas incursões de fiscalização no território, os Tembé estavam reocupando o Bacaba, uma área desintrusada que hoje se tornou aldeia, cujo nome indígena é Pinoá, que quer dizer bacaba[8] (fruto de uma palmeira nativa da Amazônia). Passamos o dia celebrando, ou melhor, andando pelo mato. Saímos da aldeia São Pedro por dentro da mata rumo ao Bacaba, por quase 3 horas, caminhando com pelo menos 50 índios e, em certa altura na mata, encontramos os demais que vinham de outras aldeias para o mesmo ato celebrativo. Ali, no meio desses companheiros, notávamos, de forma gratificante, a alegria e o brilho nos olhos, brilho do urucum[9] e do jenipapo[10] no corpo Tembé. Era um bom pedaço de território, onde vivia quase uma cidade, que estavam reavendo. Mas notei também que não era somente a terra que estavam reconquistando, mas suas identidades culturais, pois há tempos que não víamos transbordante orgulho em demonstrar que eram Tembé, e a luta pela terra ajudou a empoderar essa identidade cultural, tudo estava intimamente conectado. Pois iriam ainda enfrentar muitas batalhas, e necessariamente a cultura Tenetehar seria a mística motivadora.

O protagonismo da luta Tembé por educação

Outro fato gratificante foi o protagonismo da luta Tembé por educação. Vou destacar a educação, por eu ter acompanhado o processo que culminou com o protagonismo dos indígenas em suas escolas. Um grande problema apontado na educação escolar era a continuidade dos estudos, uma vez que estudavam até o ensino primário (1ª a 4ª série). Então um jovem Tembé concluía e estudava a quarta série pelo menos três a quatro vezes para não parar de estudar. E quando pretendia avançar no ensino fundamental maior, teria que necessariamente sair da aldeia e estabelecer-se na cidade, o que levava muitos a desistir.

Havia entre eles uma sede enorme de aprender a escrever cartas para as autoridades, fazer documentos para ajudar na luta pela terra, mas para isso queriam dominar a escrita e a leitura. O *Jornal Mensageiro*, produzido pelo Cimi Regional, serviu inúmeras vezes de cartilha nesse processo de aprendizado, pois trazia em seus conteúdos notícias de outros parentes indígenas de todo o território nacional, trazia experiências e pautas de reivindicações. Mas, como poderíamos resolver tal situação? Era a pergunta feita às lideranças. Lendo na *Revista Mensageiro* uma das experiências de supletivo indígena feito no Oiapoque[11] com apoio de Padre Nello Ruffaldi e Ir. Rebeca Spures da Congregação das Irmãs de Notre Dame, foi a luz que ajudou a clarear as ideias. Sentamos e refletimos com as lideranças e apresentamos essa sugestão que foi de pronto acolhida. No entanto, ainda precisávamos de reconhecimento formal, o que não veio tão rápido, pois o município de Capitão Poço não tinha interesse em absorver esses estudantes indígenas para formalizar um supletivo. Levamos a pauta para a Secretaria de Educação do Pará (Seduc-PA),

[8] Nome científico *Oenocarpus bacaba.*

[9] Nome científico *Bixa orellana* (Bixaceae). Os índios utilizam para a culinária e pinturas corporais. Fruto de cor vermelha oriunda do urucuzeiro ou urucueiro (*Bixa orellana*), originária da América tropical.

[10] É o fruto do jenipapeiro, árvore nativa das Américas do Sul e Central. De cor marrom.

[11] Município do estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa. Lá o Cimi tinha uma equipe que trabalhava educação escolar indígena com os povos Indígenas Karipuna, Galibi e Palikur.

que também achou a proposta muita boa, no entanto ela já tinha uma proposta de Ensino Regular, que até então não havia saído do papel. Diante das negativas do poder público coube-nos a proposta de formar alunos indígenas para que posteriormente prestassem exames e conseguissem boas classificações, para atingir uma etapa que lhes dessem acesso ao ensino médio. Assim foi feito. Com ajuda de projetos apoiados por Cáritas Norte 2 e pelo próprio Cimi, com a articulação e o envolvimento de professores voluntários dos movimentos sociais, Universidade Federal do Pará (UFPA) e CEBs, começamos em 2002 a implementar aulas para 50 jovens em dois polos. Material didático e alimentos foram fornecidos na escola, pois o ensino era integral, popular e cheio de sonhos. Como se dizia, iniciamos "aos trancos e barrancos".

No decorrer do processo, o movimento por educação Tembé chamou atenção do poder público, pois o Conselho Estadual de Educação aprovou uma resolução criando o supletivo especial para indígenas. Foi uma boa conquista, pois eles poderiam fazer as provas em suas próprias aldeias. Resultado? Em 2 anos, 46 jovens da etnia Tembé estavam preparados para acessar o Ensino Médio. No entanto, já tínhamos debatido com os indígenas que o Supletivo era apenas o começo, e foi mesmo. Após esse processo, embarcaram na formação para o magistério indígena, dessa vez promovido pela Seduc-PA, que levou quase 6 anos para formar os primeiros professores, que logo em seguida passaram a ocupar suas escolas e ensinar suas crianças do 1º ao 5º ano. Vitória indígena. O ápice mesmo veio mais tarde, com o sonho do Ensino Superior, em que vários desses professores ingressaram no curso intercultural indígena promovido pela Universidade do Estado do Pará (Uepa) e depois de formados passaram a ensinar também no curso regular fundamental Maior e Médio. Em 2014, a formatura desses indígenas foi de explodir o coração. Com muita dança Kaê[12]. Contaram também com outros parentes indígenas, como o Povo Gavião[13], que também acessaram o intercultural. Pessoas que estavam sem esperança de continuar seus estudos, formados, como consequência de seus sonhos e luta de ver uma escola verdadeiramente indígena, ensinada e gerida por indígenas. São essas conquistas que nos incentivam como ativistas e missionários do Cimi a continuar na luta pela terra sem males. Por isso mesmo continuo na causa indígena, no Cimi e com os Tembé.

E oportunamente agradeço ao Cimi, na ocasião das celebrações dos 50 anos de história de luta com os povos indígenas. Foi graças ao aprendizado e experiências da companheirada do Cimi que fui moldando minhas ações e minha mística militante. Que Deus continue abençoando as nossas lutas pelo bem viver e por justiça a todos os povos.

[12] Palavra de um verso de uma das variadas músicas cantadas por eles para dançar.

[13] Povo indígena que vive no sudeste paraense, no território indígena Mãe Maria, localizado no município de Bom Jesus do Tocantins, PA.

Debate

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 30/4/202
Aceito: 1º/10/2021
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar:

ROCHA, A. C. de O. O movimento sem-terra e o campesinato amazônico. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 173-178, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p173-178.

O MOVIMENTO SEM TERRA E O CAMPESINATO AMAZÔNICO

André Carlos de Oliveira Rocha[1]

O campesinato, em seus coletivos de pensamentos, construiu uma ideia, um território imaterial, uma leitura, uma interpretação que desembocou em métodos, teorias e metodologias de lutas, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que construiu espaços e territórios de cultivo de mudanças de realidade. Existe um campesinato amazônico? Qual o seu diferencial? Quais as influências e especificidades da luta em território amazônico? O MST se amazonizou na região?

Considerações Iniciais

A Amazônia não é um espaço vazio, existem povos e comunidades que habitam esse território, seja na cidade ou no campo (e floresta); existe, portanto, um campesinato amazônico. Essa classe, que vive do seu trabalho e de íntima relação com o território e a natureza, tem categorias que se diferenciam, a saber: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses de fronteira.

O grande diferencial do campesinato amazônico é, de modo geral, a íntima relação com a natureza, o convívio com a floresta e seus recursos naturais. Isso leva a um enfrentamento com o capital agro-hidrominerador na região, ou seja, o agronegócio, o hidronegócio e a mineração, que visam à superexploração dos recursos naturais.

[1] Engenheiro-agrônomo, mestre em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: agro.andre@yahoo.com.br
https://orcid.org/0009-0000-9704-9203 36

Essa relação com a natureza, que inclusive é propagada como algo natural, em que o campesinato é defensor da biodiversidade, é, antes de tudo, uma estratégia política de sobrevivência e reprodução social. Sem essa relação de manutenção da biodiversidade, o campesinato não conseguiria se reproduzir enquanto classe no bioma amazônico.

O campesinato de fronteira (MARTINS, 1997), no qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está incluso, nem sempre manteve necessariamente essa relação com a natureza. O MST, que tem nesse campesinato sua base social, incluindo trabalhadores vindos dos garimpos desativados, teve como foco, na luta pela terra, o enfrentamento com o latifúndio. Porém, mais recentemente, vem assumindo estratégias de desenvolvimento dos assentamentos com a agroecologia e o desenvolvimento dos sistemas agroflorestais (SAFs). Essa é a amazonização do MST.

Partindo da perspectiva histórica dos movimentos como MST, MPA, MAB, Via Campesina, nos últimos 10 anos de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento de implantação e fortalecimento do agronegócio, que mudanças você aponta no processo de resistência na construção de alternativas ao modelo capitalista hegemônico?

Formas de organização e conteúdo da luta

Nesse caminhar, a fase do MST-PA como uma grande frente de massa para ocupação de latifúndios foi abrindo espaço para construção de outras frentes de luta, como educação, comunicação, etc. Nos anos 2000, com o declínio das lutas organizadas pelos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, principalmente após a eleição de Lula, o MST assume a tarefa de ampliar a organização do campesinato no Pará, fortalecendo a construção da Via Campesina no estado (ROCHA, 2015).

Essa construção atinge o auge entre 2005 e 2011, com diversas lutas e atividades, além da construção do Instituto de Agroecologia Latino Americano (IALA). Mais de mil camponeses(as) do MST, atingidos por barragem, indígenas e pequenos agricultores fizeram acampamento em Belém, em abril de 2007, para reivindicar direitos, políticas públicas e defesa da biodiversidade.

Outra ação emblemática foi a ocupação dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, da Companhia Vale, em 2007. A ação contou com mais de 300 pessoas e visava pressionar o governo do estado a atender as pautas de reivindicação do MST-PA.

Após um período de mobilização das massas, ações e organização de parcela do campesinato amazônico, mais especificamente no Pará, Maranhão e Tocantins, ocorre uma diminuição desse processo e certa desarticulação da Via Campesina. No Pará, mesmo faltando a participação de indígenas e quilombolas, a Via Campesina inicia uma retomada no final da década 2010 com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), fortalece sua base social, suas lutas e sua organização, e com o retorno das articulações dos movimentos que compõem, na perspectiva de construção de uma agenda de lutas comum. Essa retomada, porém, foi freada mais uma vez, devido à pandemia de Covid-19.

Certamente a mudança mais substancial no conteúdo e na forma da luta no MST-PA é a bandeira da agroecologia e a construção de experiências agroecológicas, sejam familiares ou coletivas. Além disso, passou a participar de feiras agroecológicas, da agricultura familiar ou da reforma agrária, em âmbito local, regional, estadual ou nacional.

Apesar de já existirem experiências agroecológicas no MST-PA desde 2005, como, por exemplo, o Lote Agroecológico de Produção Orgânica (Lapo), é a partir de 2015 que se amplia o debate e se aumentam os esforços de socialização e construção de iniciativas agroecológicas, como pode ser constatado no trabalho de Rocha e Nobre (2017).

Esse processo de desenvolver os assentamentos, avançar na produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade, articular trabalhadores do campo e da cidade, o MST vem chamando de reforma agrária popular.

Nos últimos anos observamos que as políticas governamentais de distribuição de renda promoveram, de certa forma, "qualidade de vida" à população. Para o campesinato, outras políticas públicas também contribuíram para essa melhoria como, por exemplo, a educação no campo, o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronera), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros programas de auxílio às famílias, lutas históricas. Essas políticas superaram a perspectiva revolucionária do movimento?

Políticas públicas e a luta do MST-PA

Na construção da reforma agrária popular, as políticas públicas têm uma função importante, garantir direitos básicos conquistados com luta pela classe trabalhadora, a fim de que se tenha qualidade de vida nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária.

Neste sentido o movimento acessou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), com os cursos de Pedagogia, Agronomia, Geografia, Técnico Agropecuário, o qual fortaleceu a luta, pois capacitou trabalhadores(as) para atuarem em prol da classe trabalhadora. Contudo, não fortaleceu a organicidade interna do Movimento, pois a maioria dos(as) trabalhadores(as) formados, foram trabalhar em outros espaços, como por exemplo escolas e secretarias municipais, e não no MST.

A importância do Pronera para os(as) camponeses(as) pode ser explicitada quando, após o golpe de 2016, o programa vai se definhando sob o governo Temer, e encerrado sob o governo Bolsonaro.

Outras duas políticas públicas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNEA), as quais pouco o MST-PA tem acessado, devido a dificuldades burocráticas. Contudo, esses programas têm fortalecido organizações econômicas (cooperativas) camponesas, além de associações comunitárias. Apesar de fortalecer essas organizações, inclusive estimulando o surgimento de várias dessas (ROCHA, 2020), não necessariamente fortalece processos de luta, pois essas organizações não estão em enfrentamento e organizando processos de luta contra o capital na região.

Como a luta camponesa, no decorrer da história, se relacionou com as especificidades amazônicas das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas que, pela história, resistiram–re-existem pela lógica do uso de áreas comuns e os estreitos vínculos entre a terra, rios, florestas, a ancestralidade, rituais e práticas culturais tomadas por esses grupos como expressão da identidade no/pelo território?

Velhos conflitos, novos sujeitos

Considerando o período da década de 1980, quando surgiu o MST, aos dias atuais, a luta esteve inicialmente protagonizada pelo campesinato de fronteira. Nos últimos anos, protagonizada pelos indígenas, como mostram os dados de 2021, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobre conflito no campo, em que o grupo que mais se envolveu em conflito, com 38%, foram os povos indígenas, seguidos pelos sem terras e assentados (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2022).

O cenário é de aumento de conflitos na última década (COELHO *et al.*, 2021), sendo "ainda preocupante e alarmante [...], pois a cada ano agravam-se mais esses conflitos e consequentemente a violência no campo" (LOPES; SANTOS, 2020, p. 118). E continuam os autores, "os grupos (camponeses, quilombolas, indígenas) reivindicam apenas o seu direito de possuir um local no qual possam viver, produzir e se sustentar, mas enquanto os seus direitos não são atendidos, eles sofrem duramente perseguições, mortes e ameaças" (LOPES; SANTOS, 2020, p. 118).

Nos conflitos por terra, quem estava no olho do furacão era o campesinato de fronteira, dentre o qual o MST, que teve vários(as) militantes ameaçados(as) de morte, ou mesmo assassinados. Atualmente são os povos indígenas que estão sofrendo mais diretamente o ataque do capital tutelado pelo Estado, com invasão de suas terras por madeireiros e garimpeiros. De certa forma, chancelado pelo discurso e pelas ações do governo, como, por exemplo, desmonte dos órgãos públicos como Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Que princípios gerais e diálogos com a Amazônia devem estar presentes quando se pensa em um campesinato na Amazônia? Como essa diversidade amazônica participa do projeto de transformação social do movimento camponês?

Por um projeto camponês

É uma necessidade histórica, e a conjuntura exige a construção de um projeto camponês para a Amazônia, uma proposta que gere unidade entre as organizações, que permita enfrentar o capital e construir uma sociedade baseada em justiça social. Assim, retomar uma iniciativa do MST-PA, a perspectiva de construção de um bloco histórico, na conceituação de Gramsci, buscando construir hegemonia e orientar as lutas (ROCHA, 2015).

Um projeto que fundamentalmente deve combater a concentração fundiária, inserindo a luta por reforma agrária, lembrando que deve incluir a cidade, os(as) trabalhadores(as) urbano(as). Deve propor cuidar dos bens comuns, com formas coletivas de apropriação e uso, formas coleti-

vas de cooperação e reciprocidade (SABOURRIN, 2009). E precisa contemplar as organizações camponesas de luta, bem como suas estruturas econômicas, como, por exemplo, as cooperativas.

Mais do que o conteúdo, a forma de construção desse projeto deve ser olhada com atenção. São fundamentais espaços coletivos e organizações que estão em luta contra o capital. Portanto, passa por uma Via Campesina articulada e ampliada, com organizações indígenas, em que pese suas divergências e diferenças, e com organizações quilombolas.

Ressalta-se que, para que tenha êxito, um projeto camponês para a Amazônia (e para o Brasil) precisa de apoio da classe trabalhadora da cidade. Essa tão falada, em gritos de ordem, aliança campo-cidade, mais do que nunca, precisa ser estabelecida. Com 84,72% da população brasileira, e mais de 70% da população amazônica, vivendo na zona urbana (IBGE, 2015), esse apoio é fundamental.

Que contradições as organizações camponesas enfrentam para fazer avançar a sua perspectiva de manutenção enquanto representação do campesinato? Quais são as principais fragilidades do campesinato frente aos seus opositores?

Contradições e fragilidades a serem enfrentadas

Considerando o conjunto das organizações camponesas, existem algumas contradições e fragilidades que precisam ser superadas. Uma primeira contradição é o apoio e a energia dispensados à luta eleitoral em detrimento da luta social. A luta eleitoral pode até cumprir um papel importante, pois no poder legislativo se elaboram ou revogam leis (e com elas direitos), o executivo realiza essas leis, porém sem pressão popular por meio da luta social, os direitos não são conquistados e transformados em lei, podendo até mesmo serem perdidos.

A segunda contradição é ausência de unidade perante um inimigo comum. Em meio a diferenças de concepções e divergências de táticas e estratégias de luta, prevalecem as decisões individuais (de cada organização), enfraquecendo a capacidade reativa e criativa ante as investidas do capital.

Além disso, as organizações camponesas apresentam certa fragilidade no que tange a suas formas organizativas e de luta. Estas têm se mantido, até de maneira exitosa, sempre na resistência; não conseguindo, porém, dar conta de uma ofensiva. Mészáros (2002) fala que é fundamental e necessário sair da postura de resistência e construir uma ofensiva socialista.

Quais os principais potenciais aliados políticos do campesinato? Como se visualiza o futuro do campesinato na Amazônia?

Considerações finais e desafios para o futuro

Existem muitos desafios para as organizações camponesas na Amazônia, com vistas a enfrentar o modelo do capital: a) construir um bloco histórico camponês; b) estimular e realizar um

volume grande de luta de massas; c) priorizar a formação de quadros; d) construir instrumentos de comunicação alternativos; e) ampliar as formas de organização do campesinato a partir da cooperação; f) construir unidade de ação nos centros urbanos; g) ampliar a participação política e econômica das mulheres; h) massificar as experiências de controle do território e poder popular.

Sendo assim, impõem-se duas tarefas concretas e concomitantes, a construção de uma agricultura camponesa de base ecológica e a construção de mercados de circuito curto, com os princípios da economia solidária e popular na sua mais revolucionária raiz.

É preciso construir uma ofensiva camponesa, que passa pela defesa do território, pela construção da agroecologia e fortalecimento de formas de cooperação, incluindo as cooperativas.

Para isso as organizações camponesas precisam ser de, e fazer, luta e enfrentamento. Só dessa forma se pode conquistar políticas públicas que garantam os direitos dos(as) camponeses(as). Só assim, se conseguirá avançar em uma agricultura camponesa de base ecológica, fazendo frente ao agronegócio e garantindo segurança e soberania alimentar para o campo e para a cidade.

Referências

COELHO, A. L. A.; SILVA, A. M. N.; CLEMENTE, E. C. Conflitos e violência no campo: casos registrados em Goiás na última década (2011-2020). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021. **Anais...** [S.l.]: ANPEGE, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022. 269 p.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio – PNAD**. 2015. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=resultados. Acesso em: 6 jul. 2022.

LOPES, J. S.; SANTOS, R. W. P. dos. Conflitos e violências no campo brasileiro: um panorama dos últimos anos. **Geografia: Publicações Avulsas**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 104-119, jul./dez. 2020.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do Humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MÉSZÁROS, I. Atualidade histórica da ofensiva socialista. *In*: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 787-860.

ROCHA, A. C. de O. **O MST e a luta pela terra no Pará**. Marabá: Editorial Iguana, 2015. 76 p.

ROCHA, A. C. de O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

ROCHA, A. C. de O.; NOBRE, H. G. Limites e perspectivas da transição agroecológica em assentamentos rurais no nordeste paraense. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 275-306, jul. 2017.

SABOURRIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 329 p.

Revista Terceira Margem

AMAZÔNIA

Memória e ação política do campesinato na Amazônia

20

A Revista Terceira Margem Amazônia, periódico semestral especializado para publicizar temas referentes e correlatos à Amazônia, comemora 10 anos de existência. Fundada em 2011 por um grupo de militantes de movimentos e organizações sociais, alunos de pós-graduações, professores, pesquisadores e intelectuais orgânicos, que atuavam/atuam na pesquisa, ensino e extensão das universidades públicas e privadas, como também, na assessoria a organizações coletivas da Amazônia.